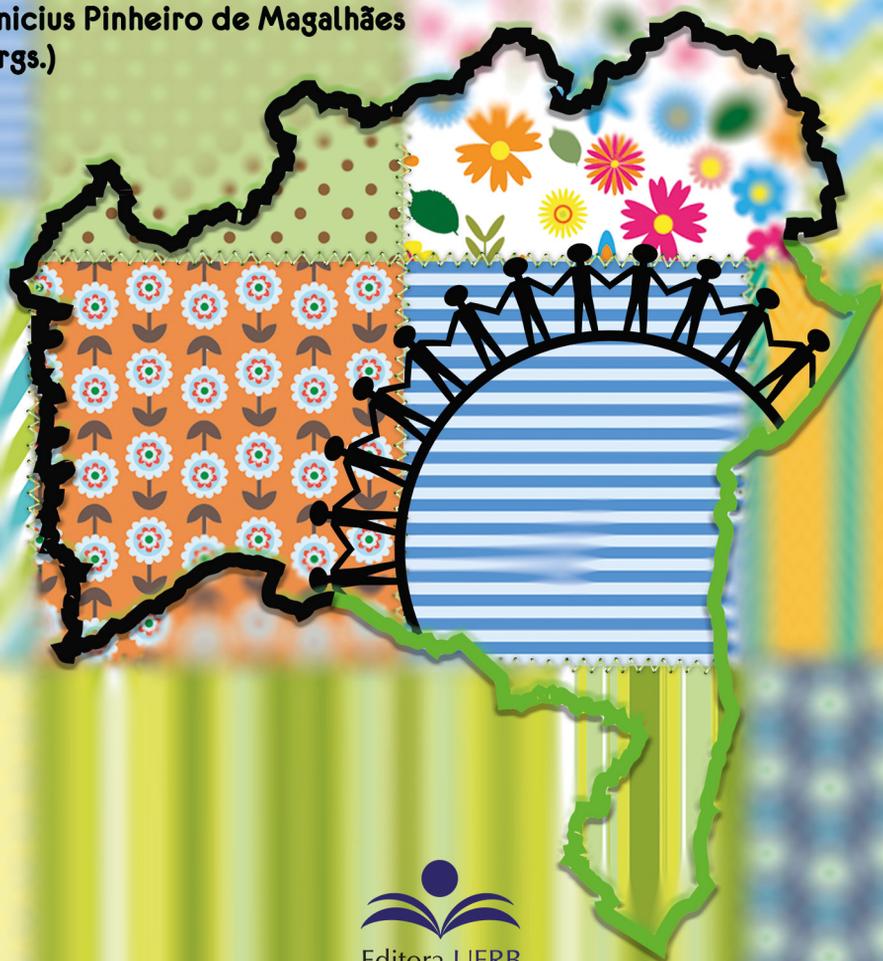


TECENDO O TRABALHO DA/DO ASSISTENTE SOCIAL NA BAHIA

Silvia Cristina Arantes de Souza
Mércia Rocha Cruz
Vinicius Pinheiro de Magalhães
(Orgs.)



**TECENDO O TRABALHO DA/DO ASSISTENTE
SOCIAL NA BAHIA**

REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

VICE-REITOR

José Pereira Mascarenhas Bisneto

SUPERINTENDENTE

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

CONSELHO EDITORIAL

Leila Damiana Almeida dos Santos Souza

Leilane Silveira D'Ávila

Luciana da Cruz Brito

Maurício Ferreira da Silva

Paula Hayasi Pinho

Paulo Henrique Ribeiro do Nascimento

Rafael dos Reis Ferreira

Rosineide Pereira Mubarack Garcia (Presidente)

Rubens da Cunha

SUPLENTES

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Marcílio Delan Baliza Fernandes

Tatiana Polliana Pinto de Lima

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Silvia Cristina Arantes de Souza
Mércia Rocha Cruz
Vinicius Pinheiro de Magalhães
(Orgs.)

TECENDO O TRABALHO DA/DO ASSISTENTE SOCIAL NA BAHIA



Editora UFRB
Cruz das Almas - Bahia
2022

Copyright©2022 by Silvia Cristina Arantes de Souza
Mércia Rocha Cruz e Vinicius Pinheiro de Magalhães

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica

Antonio Vagno Santana Cardoso

Revisão e normatização técnica

Vinicius Pinheiro de Magalhães

Ilustrações

Géssica da Silva Oliveira Barbosa

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

T255 Tecendo o trabalho da/do Assistente Social na Bahia / Organizadores:
Silvia Cristina Arantes de Souza, Mércia Rocha Cruz e Vinicius
Pinheiro de Magalhães. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022.
284p.; il.

Este Livro Eletrônico é parte da Coleção 15 Anos da UFRB –
Vol. 14.

ISBN: 978-65-88622-76-6.

1.Serviço social – Assistentes sociais. 2.Serviço social –
Orientação profissional – Análise. I.Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia. II.Souza, Silvia Cristina Arantes de. III.Cruz,
Mércia Rocha. IV.Magalhães, Vinicius Pinheiro de. V.Título.

CDD: 361.3

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela
Elaboração – Antonio Marcos Sarmiento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

Livro publicado em 15 de julho de 2022.



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro

44380-000 Cruz das Almas – Bahia/Brasil

Tel.: (75) 3621-7672

editora@reitoria.ufrb.edu.br

www.ufrb.edu.br/editora

Sumário

Apresentação

Silvia Cristina Arantes de Souza..... 9

Prefácio

Cantos, contas e contos do Recôncavo da Bahia

Dirce Koga..... 21

Qual retalho me cabe?

Jussiana Silva dos Santos Rebouças 33

Acompanhamento familiar

socioassistencial e seus desafios

Lucas Bastos dos Santos 57

No CREAS em tempos de pandemia

Ezilda Ferreira Barreto 81

Gestão e acolhimento em um CREAS

Vinicius Pinheiro de Magalhães 109

(SUS)tentando a saúde: desafios

na emergência/urgência

Zenilda Nascimento Santana 137

O direito de saber: a socialização de informações

Cristiane de Oliveira Xavier Machado..... 161

Serviço Social no Legislativo Municipal

Mércia Rocha Cruz..... 181

Serviço Social na DPE-BA: percepções iniciais

Tainara de Jesus Souza 199

Serviço Social em Movimentos Sociais Rurais	
Kamila Araújo Rodrigues	213
Os braços abertos no “Corra pro Abraço”	
Chirlei Correia Damasceno.....	237
Violência contra mulheres: estratégias de enfrentamento	
Queila Patricia Pereira de Jesus	259
Sobre os autores	281

Apresentação

Silvia Cristina Arantes de Souza

Esta obra é uma coletânea de relatos de experiências. Sendo assim, considero que uma boa forma de apresentá-la seja também contando a história de como chegamos até aqui.

Sou professora na área de serviço social há muitos anos. No entanto, a oportunidade de atuar como supervisora acadêmica de estágio surgiu há cerca de 10 anos. A supervisão acadêmica nos possibilita, tal como as atividades de pesquisa e extensão, permanecer, por um período maior de tempo, com um grupo menor de estudantes que estão realizando seus estágios em diferentes campos de atuação. Considero que isto favorece a interação social entre professora e estudante de forma mais aprofundada. Nesse período da realização do estágio supervisionado, e em condições sociais de maior interação durante os encontros de supervisão acadêmica, as inquietações e curiosidades relacionadas à prática profissional, as quais durante a formação povoam corações e mentes das/os estudantes, surgem com mais intensidade, com mais cores e variados formatos.

Em sala de aula uma das principais expectativas das turmas (e que, muitas vezes, se transformam em uma queixa recorrente) é que o curso proporciona poucas aproximações ao trabalho realizado pelo assistente social em seu cotidiano. Quantas e quantas vezes nos procuravam solicitando textos e indicações bibliográficas que ilustrassem nosso trabalho profissional! Artigos ou outro formato de texto que indicassem elementos que lhes possibilitassem representar idealmente e mesmo realizar mediações, daquilo que aprendiam e apreendiam nas dimensões teórico-metodológica e ético-política.

Pois bem, durante o período que atuei na supervisão acadêmica, esse era um assunto que conversávamos e eu percebi, em vários estagiárias e estagiários, o desejo de conhecerem mais e mais das possibilidades de atuação no campo de estágio que estavam descorrinando, bem como a vontade de compartilharem suas experiências, sobretudo com as turmas que ainda não vivenciavam a experiência do estágio. Essa percepção levou-me, como docente, a duas ações que considero contributivas ao processo formativo.

A primeira delas foi intensificar o incentivo à produção do diário de campo, estimular o registro - descritivo e reflexivo, o qual espelhasse o que cada uma/um via, percebia e sentia. E a outra ação foi incluir em meu planejamento de aulas (de outras disciplinas ministradas) a partilha de experiências vivenciadas em campo de estágio, após seu encerramento. Assim, muitas e muitos estudantes puderam ouvir e compartilhar da prática de estágio de seus colegas, sobretudo sobre a experiência de elaboração e execução dos projetos de intervenção.

Em algumas vezes comentei com estagiárias e estagiários que estiveram sob minha supervisão, que o relato de experiência constituía um material didático importante para trabalharmos em sala de aula e que, enquanto docente também ressentia da escassez de publicações nesta perspectiva no âmbito profissional. E dizia, numa provocação saudável: quem sabe a gente não produz um livro sobre as experiências profissionais de vocês, dos egressos do curso de Serviço Social da UFRB?

Em junho de 2020, quando estávamos em pleno processo de adaptação à triste e difícil realidade de isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19, uma das ex-estagiárias e agora companheira de profissão (Mércia, formada em 2013.2), entrou em contato e me lembrou daquele desafio, propondo-me então transformarmos a provocação em um projeto: organizar uma coletânea de escritos de

egressos do curso de Serviço Social da UFRB sobre as suas experiências profissionais.

O desafio contagiou-me de pronto! Propus então à Mércia entendermos o convite a outras duas pessoas, as quais eu sabia que compartilhavam do mesmo desejo, desde a nossa convivência na universidade. Assim Jussiana e Vinicius se juntaram a nós nesta jornada que culmina com a presente edição.

A idealização e realização desta publicação foi de fato coletiva, com muitas reuniões online, redação compartilhada do projeto, escolhas das/os autoras/es convidadas/os assumidas em consenso, definição da arte de ilustração, enfim... Somos, os quatro, responsáveis igualmente por esta ousadia. Embora Jussiana conste nessa coletânea somente como autora, não podemos deixar de registrar aqui nossa imensa gratidão por sua contribuição durante todo o processo de organização do livro, alguém que, com sua intensidade e ousadia, coloriu ainda mais os fios que tecem essa publicação, inclusive propondo sua ilustração.

Igualmente, não podemos deixar de destacar a rica contribuição das professoras Ilzamar Pereira, Georgina dos Santos e Márcia Clemente e do professor Fabrício de Andrade com a leitura atenta dos manuscritos e sugestões que enriqueceram ainda mais as experiências profissionais narradas.

Definimos como finalidade organizar um livro-coletânea sobre narrativas de experiências vividas por assistentes sociais, egressas/os da UFRB, em diversos espaços sócio-ocupacionais. Como objetivos específicos de nosso projeto estabelecemos: conhecer através das narrativas apresentadas, diferentes realidades enfrentadas por assistentes sociais; ressaltar que o/a assistente social é também pesquisador/a de seu próprio exercício profissional; apresentar a escrita dos relatos sobre experiências profissionais vividas como dispositivo metodológico importante no exercício profissional do/a assistente so-

cial e; estimular a escrita e compartilhamento das experiências vivenciadas nos diversos espaços profissionais enquanto um recurso didático-pedagógico relevante ao processo formativo em Serviço Social.

Ao pensarmos e realizarmos a presente coletânea estamos afirmando a relevância dos relatos de experiências vividas enquanto uma alavanca metodológica para as análises sociais em Serviço Social, sobretudo percebendo cada vez mais o campo de atuação profissional como um terreno de negociações, de resistências, de inovações e não menos de desafios.

Reconhecemos o/a assistente social planejador/a da experiência a ser contada como um sujeito em contínuo processo de construção. E nesse processo, o sujeito da experiência vivida,

[...] é um sujeito alcançado, tombado, derrubado. Não um sujeito que permanece sempre em pé, ereto, erguido e seguro de si mesmo; não um sujeito que alcança aquilo que se propõe ou que se apodera daquilo que quer; não um sujeito definido por seus sucessos ou por seus poderes, mas um sujeito que perde seus poderes precisamente porque faz experiência dele se apodera. Em contrapartida, o sujeito da experiência é também um sujeito sofredor, padecente, receptivo, aceitante, interpelado, submetido. Seu contrário, o sujeito incapaz de experiência, seria um sujeito firme, forte, impávido, inatingível, erguido, anestesiado, apático, autodeterminado, definido por seu saber, por seu poder e por sua vontade¹.

Assim, os relatos aqui apresentados se constituem dispositivos de inquietações, de identificações e mesmo de incômodos que atingem aos próprios sujeitos narradores e que podem impactar cada leitor ou leitora de diferentes formas, despertando variadas reflexões, as quais poderão contribuir na vivência de tantos outros sujeitos em construção no seu exercício profissional.

¹ BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n. 19, Jan/Fev./Mar/Abr. 2002.

A coletânea *Tecendo o trabalho da/do assistente social na Bahia* se apresenta então como um misto de fios multicoloridos provenientes de diversos recantos da Bahia que se juntam e se entrelaçam a partir de uma formação generalista em Serviço Social em um chão comum: uma jovem universidade pública brasileira do século XXI, localizada no Recôncavo Baiano, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

A história de formação do Recôncavo da Bahia matiza fortemente a história da UFRB, bem como a formação de seus estudantes.

Segundo o historiador baiano Walter Fraga², o Recôncavo foi a primeira região da América Portuguesa a ser sistematicamente colonizada no Brasil, subjugando-se primeiro os povos nativos, especialmente os tupinambás³ e em seguida povos africanos retirados à força de suas terras⁴. No século XIX, os africanos e seus descendentes já representavam a maioria da população do Recôncavo, sendo que em torno de 70 por cento da população local era negro-mestiça e vivia a experiência da escravidão.

Mas a despeito da escravidão e das desigualdades sociais, os africanos e seus descendentes tiveram papel fundamental na moldagem cultural

² Historiador e professor da UFRB, em texto de sua autoria intitulado “A UFRB e o Recôncavo da Bahia”, publicado no livro *UFRB 5 Anos – Caminhos, Histórias e Memórias*, 1ª ed. Cruz das Almas, Universidade Federal do Recôncavo, 2010.

³ “Quando as primeiras levas de colonizadores portugueses chegaram à região, encontraram diversos povos e culturas indígenas. A Ilha de Itaparica, os arredores da cidade do Salvador e o Vale do Paraguaçu eram ocupadas há séculos por índios tupinambás. Mas à medida que a ocupação colonial se expandiu para os sertões, outros grupos indígenas foram forçados a migrar para as povoações do Recôncavo. Muitos vieram para combater outras comunidades indígenas que resistiam à ocupação ou à catequização jesuítica. Outros foram trazidos para trabalhar como escravos nas nascentes lavouras de cana. O fato é que os indígenas contribuíram profundamente para a formação cultural do Recôncavo” (FRAGA, 2010, s/p).

⁴ “Os africanos vieram à força como escravos para erguer a cidade [de Salvador] e trabalhar na lavoura de cana. Vinham de diferentes regiões da África. O encontro de etnias, línguas, costumes e religiosidade africanas se processam no Recôncavo, algo que iria se repetir em outros lugares do Brasil. Para aqui vieram povos da África Centro-Occidental genericamente chamados de congos, angolas, cabindas e benguelas. Do norte da África, sobretudo da região do Golfo do Benim, vieram os iorubas (também chamados nagôs), hausás, jejes, tapas e outros. Muitos desses povos não se conheciam na África, falavam línguas diferentes, cultuavam divindades diferentes. E no Recôncavo eles criaram novas alianças e estabeleceram novas trocas culturais que moldaram as formas de viver e sentir das populações locais” (FRAGA, 2010, s/p).

do Recôncavo. As memórias da África marcariam para sempre a musicalidade, os sentimentos, a forma de vestir, alimentar-se, divertir-se, de criar os filhos, de celebrar a vida e lidar com a morte. Nas cidades do Recôncavo, mulheres negras dominavam o comércio ambulante levando para as ruas tabuleiros com acarajé, abará, caruru e outras iguarias. Os saberes africanos também foram incorporados na cura de doenças físicas e mentais. Quando a medicina falhava era no Recôncavo que a população baiana buscava os mais famosos curandeiros africanos⁵.

Assim, essa região se forja no encontro, nem sempre amistoso, de diferentes povos africanos e indígenas e no encontro/confronto com portugueses, possibilitando a formação de uma sociedade culturalmente complexa, diversificada e desigual e que continua presente nas formas de ser e de viver das populações locais.

Esse encontro cultural num contexto de conflitos, desigualdades e intolerâncias gerou formas de resistências por vezes muito peculiares e que se constitui em mais um traço cultural marcante do povo do Recôncavo.

A riqueza aqui consumida e exportada foi fruto da escravização de índios e africanos. A sociedade era desigual e intolerante com as tradições culturais indígenas e africanas. Até a década de 1970, os terreiros de candomblé da região eram obrigados a pedir permissão à polícia para realizarem suas celebrações. A capoeira só foi reconhecida como cultura na década de 1930. E o samba de roda, muitas vezes chamado pelas elites brasileiras de “batuque”, só ganhou as ruas e o reconhecimento de bem cultural depois de muitos anos de luta contra o preconceito⁶.

Assim, o legado cultural do Recôncavo é de saberes, sabores e ritmos diversos como também e, simultaneamente, de lutas e formas (variadas e criativas) de resistências.

⁵ Walter Fraga (2010), na publicação citada em nota anterior.

⁶ Walter Fraga (*idem, ibidem*).

E a UFRB nasce neste lugar, marcada em sua origem e no próprio nome como herdeira das tradições culturais de luta e de resistência do povo do Recôncavo. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi pensada na região já no tempo das lutas pela independência do Brasil que ocorreram na Bahia⁷ e desde então foi almejada pelo povo desse território.

Criada em 2005⁸, a UFRB foi fruto de uma ampla mobilização acadêmica e social, desencadeada a partir do Plano de Expansão e Interiorização do Ensino Superior anunciado em 2003 pelo Ministério da Educação, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em maio de 2003, em uma reunião do Conselho Universitário da Escola de Agronomia da UFBA, localizada em Cruz das Almas, foi proposta a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia a partir do desmembramento daquela Escola⁹. A partir de então, a elaboração do projeto de uma nova universidade acontece no interior de um amplo processo de mobilização social em nível regional.

A opção foi fazer uma base popular. Nós fizemos mais de 50 reuniões e audiências em todos os confins desse Recôncavo. [...] Apresentava-se o projeto e se abria para a discussão sobre as necessidades e características. Uma dessas audiências contou com a presença de mais de 40 prefeitos da região, que assinaram um documento de compromisso com a criação da universidade¹⁰.

⁷ “O Brasil sequer era independente quando, pela primeira vez, se pensou em uma universidade na região do Recôncavo Baiano. A reunião na câmara, na cidade de Santo Amaro, em 14 de junho de 1822, destinava-se justamente a manifestar o desejo pela independência do país. A ata de vereação é um documento ousado, que propunha um regime federalista com autonomia para as províncias, abertura ao comércio internacional e liberdade religiosa, além da criação de uma universidade. Assim, no pensamento da sociedade que almejava a soberania, a educação superior já era base para a emancipação e a liberdade” (Professor Paulo Gabriel, ex-reitor da UFRB, no texto “Espero o amanhã que cante” que integra a já citada publicação *UFRB 5 Anos – Caminhos, Histórias e Memórias*).

⁸ Lei Federal nº 11.151, de 29 de julho de 2005.

⁹ Importante ressaltar que todo este processo em torno da criação de uma universidade na região do Recôncavo contou com o apoio e participação da comunidade acadêmica e lideranças da UFBA.

¹⁰ Professor Geraldo Costa em depoimento no livro *UFRB 5 Anos – Caminhos, Trajetórias e Memórias*.

Além de lideranças acadêmicas e intelectuais, lideranças políticas (prefeitos, vereadores e deputados), a mobilização social reuniu também a comunidade estudantil (da própria Escola de Agronomia), entidades de classe (clube de dirigentes lojistas, lideranças religiosas, sindicatos de trabalhadores e patronais) e outros segmentos da sociedade civil.

Em 21 de março de 2006, depois de estabelecida por lei, acontece um grande ato solene de criação da UFRB, no campus de Cruz das Almas, no qual está sediada a Reitoria dessa universidade *multicampi* que se espalhou pelo Recôncavo até a entrada do sertão baiano.

Esta solenidade contou com a participação de muitas autoridades da região e dos governos da esfera estadual e federal; de representantes das comunidades acadêmicas da UFRB e da UFBA e; de cidadãos e cidadãs de vários lugares do Recôncavo. Foi um dia histórico para o Recôncavo, o qual coroou um bonito processo de mobilização e um fecundo trabalho em torno de um projeto de universidade pública no interior da Bahia.

Gilberto Gil, então Ministro da Cultura, assim se pronunciou neste dia de festa:

É um prazer enorme estar aqui nesse momento. Esta nação tem compromisso com sua redenção, com o pagamento de dívidas históricas, e a redenção para o futuro, para fazer dessa nação uma nação de gente, uma nação mestiça, profunda e alegre, satisfeita, uma nação de festa, trabalho e pão¹¹.

E o Presidente Luiz Inácio da Silva ressaltando o compromisso do Estado com a educação pública e gratuita, comentou em sua fala:

¹¹ Gilberto Gil, então Ministro da Cultura, no ato solene de criação da UFRB, em 21 de março de 2006. In *UFRB 5 Anos – Caminhos, Trajetórias e Memórias*.

O melhor legado que um pai ou uma mãe, por mais rico que seja, ou por mais pobre que seja, pode deixar para um filho é a sua formação. Assim como o maior legado de um governo é a criação de escolas¹².

É neste projeto *multicampi* de universidade que o Curso de Graduação em Serviço Social da UFRB, o primeiro curso público de Serviço Social no estado da Bahia, inicia sua trajetória em 2008, num centro destinado a aglutinar saberes das humanidades e das artes. O campus que abriga o Serviço Social é o CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras, localizado no município de Cachoeira, o qual abriga também cursos como Cinema, Artes Visuais, Museologia, Comunicação (Jornalismo e Publicidade), História e Ciências Sociais.

Assim, tal como o Recôncavo é o chão do encontro de tantas etnias, línguas, costumes e religiosidades e a UFRB faz parte e se reconhece neste lugar, nossas autoras e autores se encontraram nesse chão e a partir dele iniciaram suas trajetórias como assistentes sociais.

Nesta coletânea de textos encontramos assistentes sociais formados desde a primeira turma, com ingresso em 2008.2 e formatura em 2012.2, bem como ingressantes nas turmas de 2009.2, 2010.1, 2010.2, 2011.1 e 2013.1. Em vários momentos de suas trajetórias na universidade se encontraram e agora se reencontram aqui, através da partilha de experiências vividas.

O texto de Jussiana Rebouças, *Qual retalho me cabe*, buscou desenvolver alinhavos necessários ao processo de fortalecimento da identidade do assistente social nas escolas através de experiência enquanto estagiária de Serviço Social e também docente na rede pública de ensino.

Em *Acompanhamento familiar socioassistencial e seus desafios*, Lucas Bastos dos Santos apresenta reflexões e inquietações

¹² Luiz Inácio Lula da Silva, à época Presidente da República, no mesmo ato solene.

pessoais e coletivas acerca da estruturação das ações que tomam conta do cotidiano profissional no âmbito da Política de Assistência Social e do trabalho social com famílias no CRAS.

No CREAS em tempos de pandemia foi o texto desenvolvido pela autora Ezilda Barreto, onde discute questões relacionadas à atuação com a População em Situação de Rua no contexto de Pandemia da COVID-19 na cidade de Senhor do Bonfim-BA, a partir da atividade profissional no naquele equipamento.

O relato de Vinicius Pinheiro, *Gestão e acolhimento em um CREAS*, procurou refletir sobre a natureza, os limites e as possibilidades do exercício profissional de um assistente social na coordenação de um equipamento socioassistencial de município do Recôncavo baiano, também mediante experiência vivenciada em tempos de pandemia da COVID-19.

Em *(SUS)tentando a saúde: desafios na emergência/urgência*, Zenilda Santana desenvolveu reflexões em torno de experiência profissional numa UPA, onde relata os entraves políticos, ideológicos e institucionais, além das tensões e conflitos que interferem na prática e autonomia da/o assistente social.

A autora Cristiane Machado, em relato intitulado *O direito de saber: a socialização de informações*, apresentou a Socialização de Informações no âmbito do Serviço Social da Previdência como estratégia de enfrentamento dos novos modelos de atendimento implementados pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS.

Serviço Social no Legislativo Municipal foi a narrativa de Mércia Cruz, que versou sobre a atuação da/o assistente social no espaço do legislativo, a partir de experiência de inserção numa câmara municipal situada na região metropolitana de Salvador-BA.

A proposta de aproximação exploratória e reflexão sobre a vivência, resistências e desafios para o Serviço Social na Defensoria

Pública do estado da Bahia, órgão essencial à justiça, que presta assistência jurídica gratuita à população, está presente no texto de Tainara Souza, intitulado *Serviço Social na DPE-BA: percepções iniciais*.

A autora Kamila Rodrigues, em *Serviço Social em Movimentos Sociais Rurais*, refletiu sobre a atuação profissional do assistente social junto às organizações e movimentos sociais no semiárido rural baiano, problematizando as demandas, possibilidades e respostas profissionais à luz de nosso Projeto Ético-Político.

O relato de Chirlei Damasceno, intitulado *Os braços abertos no “Corra pro Abraço”*, versou sobre a prática da/o assistente social numa ação pública voltada para o atendimento de pessoas usuárias de substâncias psicoativas vivendo em situação de rua na capital baiana.

Finalmente, em *Violência contra mulheres: estratégias de enfrentamento*, a autora Queila de Jesus apresenta duas experiências de trabalho com grupo de mulheres, realizadas por serviço da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, aonde atua como assistente social.

Resta-nos salientar que, em alguns dos capítulos que compõem a presente coletânea, o leitor ou a leitora vai se deparar com frases ou expressões coloquiais de sujeitos que povoam o cotidiano do exercício profissional do Serviço Social. Trata-se de um recurso linguístico presente, com certa frequência, em textos que expressam relatos de experiência. Na condição de organizadores optamos por destacar, em todo o livro tais “falas” em itálico, sinalizando que se trata de exposição genérica, tendencial, de expressões opinativas de usuários no *lócus* de vivências profissionais das/os assistentes sociais; não se referindo, portanto, à citações diretas de entrevistados, mas à exposição sintética de percepções decorrentes de sua experiência de trabalho.

Enfim, Que o desejo de partilha que ressoa em todos nós que participamos desta empreitada e os relatos aqui registrados possam contaminar e inspirar a cada leitor e leitora!

O Prefácio da presente obra foi escrito pela professora, assistente social e pesquisadora Dirce Koga. Com o seu olhar atento às histórias que brotam do chão vivido, ela comenta os capítulos como *contas* de um rico colar tecido nos *territórios de vivência* do Serviço Social da Bahia. A Prof.^a Dirce Koga prefaciou este livro no verão de 2021 e, em 29 de outubro de 2021, partiu repentina e precocemente. Nesse momento, a dor e a tristeza por sua ausência são os sentimentos mais profundos, porém a certeza de que o seu legado marcou intensamente a produção do conhecimento em Serviço Social é o nosso consolo!

Muito obrigada, professora e pesquisadora Dirce Koga!

Prefácio

Cantos, contas e contos do Recôncavo da Bahia

Dirce Koga¹³

*Rompeu-se a guia de todos os santos
Foi Bahia pra todos os cantos
Foi Bahia*

*Pra cada canto, uma conta
Pra cada santo, uma mata
Uma estrela, um rio, um mar
E onde quer que houvesse gente
Brotavam como sementes
As contas desse colar*

(Gilberto Gil – Bahia de todas as contas)

É desse canto da Bahia, o Recôncavo, que brotam mais onze “contas desse colar”, preciosas experiências, contadas como contos, que têm como protagonistas profissionais egressos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, e que compõem este precioso trabalho coletivo chamado “Tecendo o trabalho da/do assistente social na Bahia”.

Como contas de um colar, cada experiência narrada configura sua particularidade, expressão das vivências das sujeitas e dos sujeitos protagonistas, a partir do seu trabalho profissional, de suas múltiplas e diversas relações estabelecidas com as gentes e os seus territórios. Como fios a ligar cada uma das contas, brotam também pontos em comum, que marcam as experiências, como a importância de se considerar o contexto socioeconômico, político e cultural em

¹³ Assistente Social, professora e pesquisadora do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUCSP, coordenadora do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios, bolsista produtividade CNPq – PQ2.

que se desenvolve o trabalho profissional, do que decorre a valorização sempre recomendada quanto à sua dimensão investigativa.

O contexto político e econômico tem nos colocado limites cada vez mais complexos. São questões em torno de orçamentos, de gestão, de reestruturação dos serviços e das instituições. No contexto da Previdência Social, há uma tendência à precarização e esvaziamento dos serviços enquanto parte de uma política pública. As ações dos governos têm sido na direção do atendimento de interesses do mercado em detrimento das necessidades da população. E nesse contexto reafirmo o “INSS Digital” como parte desse formato de gestão (*O direito de saber: a socialização de informações - Cristiane de Oliveira Xavier Machado*).

Transpondo as frustrações e entusiasmos que experimentamos ao longo da trajetória, o reconhecimento de que o chão do campo de atuação pode ser movediço reforçou em mim, enquanto profissional, ainda mais a importância da dimensão investigativa, da instrumentalidade e da prática de sistematização do fazer para a construção de uma ação mais significativa e conectada com os preceitos da profissão na atual conjuntura (*Serviço Social no Legislativo Municipal - Mércia Rocha Cruz*).

Observa-se, por conseguinte, na contextualização dos textos, a clareza sobre a atuação profissional, seus desafios cotidianos, em que a precarização do trabalho vai deixando suas marcas, em um cenário de retrocesso das políticas públicas e, evidenciando, desde os impactos da Emenda Constitucional 95/2016 (conhecida como PEC da morte), até o adoecimento de trabalhadores.

Neste contexto e no que se refere à Assistência Social, observa-se um contínuo processo de precarização do trabalho visto que a disponibilidade de recursos é inversamente proporcional ao recrudescimento da desigualdade social. Além do prejuízo para os serviços já ofertados devido ao desfinanciamento da PNAS desde 2016, o congelamento dos gastos inviabilizou a realização de ampliação e pactuação de novos serviços.

Portanto, vivemos uma crise sanitária agravada pelo desfinanciamento das políticas públicas provocado pela crise do capital e avanço da cultura neoliberal e, no caso do Brasil, agravado por um cenário político completamente desfavorável aos interesses sociais da maioria da população (*No CREAS em tempos de pandemia - Ezilda Ferreira Barreto*).

A imersão em um ambiente de trabalho cujas relações diretas com a negação de direitos, o descaso público com a população em tela, a constante exposição a situações de violências das mais variadas formas, corroboravam com um processo de exaustão e até de adoecimento mental dos (as) profissionais. Trata-se de uma experiência de trabalho que desafia os (as) profissionais a oferecerem o cuidado, mas também reconhecerem as suas limitações e serem escutados em suas inquietações (*Os braços abertos no "Corra pro Abraço"- Chirlei Correia Damasceno*).

Embora o cotidiano profissional apresente seus inúmeros desafios, a Bahia e seus múltiplos territórios e suas múltiplas territorialidades compõem, de forma nítida e sensível, os cenários dos textos. Destacam-se a importância da relação urbano-rural, a presença das comunidades tradicionais, a luta pela terra e pela permanência nela, expondo a riqueza da diversidade sociocultural baiana convivendo com as desigualdades socioterritoriais, que marcam o modelo brasileiro “desigual e combinado” (IANNI, 2004)¹⁴.

O semiárido baiano é um território de muitas lutas sociais pelo acesso à terra. Lutas estas que vêm desde Canudos, presença viva e inspiração para os trabalhadores nordestinos deserdados da terra e servem como experiência concreta de construção de um modelo de sociabilidade baseado na solidariedade e fraternidade, inspirando diversas outras gerações e experiências coletivas. Nas décadas de 70/80 do século XX, na diocese de Senhor do Bonfim, a esquerda cristã inspirada na teologia da libertação, desencadeou importantes processos organizativos e de mobilização popular.

¹⁴ IANNI, Octávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Nesse processo de parcerias e articulações, conseguimos integrar o quilombo às organizações e movimentos do território. Representações do quilombo passaram a ter participação ativa nas mobilizações e processos de formação política. Fomentamos e contribuimos ainda na construção do fórum de comunidades quilombolas, com a participação de diversos quilombos da região (*Serviço Social em Movimentos Sociais Rurais - Kamila Araújo Rodrigues*).

No traçado das linhas e entrelinhas, a qualidade dos textos expressa os esforços de cada protagonista em construir uma sistematização individual, tornada coletiva no momento em que é socializada neste livro. Trata-se da experiência alicerçada na vivência profissional e na postura crítica e reflexiva sobre os fundamentos do Serviço Social, sem perder o horizonte do compromisso ético-político da profissão e, ao mesmo tempo, com “os pés no chão”.

Eis uma grande lição para a minha vida profissional aprendida no curso de Serviço Social: é importante denunciar as injustiças e a negação dos direitos sociais, mas não podemos deixar de anunciar possibilidades de mudanças, experiências que deram certo, esperança de transformação. [...].

Assistentes sociais, bem como educadores, precisam ser antes de tudo mediadores, propondo novos olhares, debatendo, incentivando, sensibilizando, lutando junto aos sujeitos, mas paralelamente escutando os dramas e as inquietações, aprendendo no campo de atuação, reelaborando estratégias, buscando novos caminhos a cada desafio apresentado (*Qual retalho me cabe?- Jusiana Silva dos Santos Rebouças*).

Dessa forma, cada um dos chãos pisados por cada protagonista é possível de ser visto e sentido em cada relato, sempre acompanhado das histórias vivenciadas na escala muito cara ao trabalho do assistente social: o cotidiano colado na dinâmica da vida do lugar. Histórias que tecem o Serviço Social no Recôncavo da Bahia e terri-

tórios adjacentes, e das quais busco extrair apenas alguns de seus fios, a seguir delineados.

Um fio histórico: a história de formação de um lugar, que marcam as trajetórias da cidade e do seu povo, e que chegam a explicar as próprias demandas do trabalho profissional. Memória coletiva insurgente, que se apresenta não somente na forma de “carência”, mas também de “orgulho dos bonfinenses”.

A cidade de Senhor do Bonfim mantém importância histórica para a região. A forma como Waldisio a descreve remete ao orgulho dos bonfinenses com o qual lidamos no cotidiano profissional. O povo traz na memória coletiva a convicção de que seus antepassados construíram o lugar e decidiram permanecer na região. Nessa conjuntura, não foi necessário muito esforço para estabelecer uma íntima relação entre a formação social e histórica do município e a sua conformação a partir dos/as trabalhadores/as que, naquela condição, eram pessoas em situação de rua, que se arranchavam para o descanso e, em algum momento, decidiam desarranchar e construir um município da importância de Senhor do Bonfim (*No CREAS em tempos de pandemia - Ezilda Ferreira Barreto*).

Um fio de dor: a violência racial institucionalizada que emerge das falas entrelaçadas nas relações de trabalho, e que permanece a despeito dos dispositivos legais que a condenam. Evidencia-se aqui a violência que marca não só a formação, mas essencialmente, a fundação da sociedade brasileira, conforme nos ensina Marilena Chauí (2000)¹⁵:

Apesar da existência de um dispositivo legal, encontramos no cotidiano profissional da unidade de saúde diversas práticas que são discriminatórias em virtude da cor. É muito comum ouvirmos frases do tipo: “preto é forte, preto aguenta dor, vai esperar”, “tudo puta”, “esse tem cara de malandro”, “para malandro a gente chama a polícia”. Essas

¹⁵ CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

práticas corroboram com a compreensão de racismo institucional trazida a deslinde pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra ((SUS)tentando a saúde: desafios na emergência/urgência - Zenilda Nascimento Santana).

Outro fio de dor e sofrimento: a violência no ambiente doméstico, que desafia o próprio trabalho social com mulheres, impedindo sua participação nos grupos, certamente, um lugar de refúgio e segurança para o convívio entre pares de histórias de vida semelhantes.

A despeito das possibilidades, o trabalho grupal, na realidade específica em que estou inserida, possui o desafio de estimular a presença e a participação, em termos de fala e expressão, das mulheres acompanhadas pelo serviço, tendo em vista a alta taxa de evasão, principalmente nos casos em que as mulheres vivenciaram situações de violência doméstica e/ou familiar e retornaram ao convívio com o agressor (*Violência contra mulheres: estratégias de enfrentamento - Queila Patricia Pereira de Jesus*).

Um fio do dilema do trabalho profissional: o dilema da imediatidade diante das urgências e emergências que marcam o cotidiano do trabalho profissional, desafiando os trabalhadores assistentes sociais a superações constantes na perspectiva coletiva, em que espaços para o diálogo, as trocas de vivências e experiências, podem se constituir em importantes processos de construção coletiva do conhecimento.

Geralmente há uma grande procura pelo atendimento do Serviço Social, que, por sua vez, demanda tempo e ações que precisam extrapolar a imediatidade, o que nem sempre é possível dentro da dinâmica do plantão e da urgência apresentada pelo usuário. Logo, é necessário que a equipe do Serviço Social esteja sintonizada na busca de intervenções que fujam ao imediatismo, o que é possível através do planejamento de ações, construção de instrumentos, sistematização e avaliação das ações realizadas ((SUS)tentando a saúde: desafios na emergência/urgência - Zenilda Nascimento Santana).

Tal aprendizado deriva do entendimento de que os frutos de uma gestão qualificada também decorrem do trabalho coletivo, competente tecnicamente, humano e solidário. Outra lição importante foi compreender que o conhecimento teórico-prático da realidade de gestão não finda, não cessa com a experiência, pelo contrário, requisita constantes reatualizações, posto que demandadas pela própria dinâmica da sociedade que incorpora as instituições como o CREAS para intervirem nas expressões da Questão Social, realidade sempre em mutação e movimento – fato que denuncia a inexistência de *um ponto final da história* e sinaliza as possibilidades de sua transformação (*Gestão e acolhimento em um CREAS - Vinicius Pinheiro de Magalhães*).

Um fio da precariedade do trabalho: as condições objetivas de trabalho reverberam nos processos cotidianos de trabalho, evidenciando a importância de processos de “capacitação em serviço”. A educação permanente se constitui em um direito do trabalhador, e não uma responsabilidade a ser assumida individualmente, mas coletivamente e institucionalmente.

[...] É imperioso oferecer condições efetivas para seu pleno funcionamento e consolidação, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelos profissionais e gestores que se desaguam em fragilidades na elaboração e planejamento das ações no Plano de Acompanhamento Familiar e de instrumentos de gestão de processos de trabalho, recursos materiais e humanos, descontinuidade administrativa, educação permanente dos trabalhadores e os enfrentamentos para a ruptura do arsenal conservador e assistencialista, historicamente presente na Política de Assistência Social (*Acompanhamento familiar socioassistencial e seus desafios - Lucas Bastos dos Santos*).

Um fio inusitado e avassalador: e, finalmente, como não poderia ser diferente, a pandemia se fez presente nos relatos. Significa dizer que os dilemas e os desafios vividos cotidianamente no exercício do trabalho profissional se tornaram duramente mais visíveis,

intensificando-se literalmente em “gênero, número e grau”. Porém, contraditoriamente, a pandemia da COVID-19 possibilitou vislumbrar a potência investigativa do Serviço Social, que na linha de frente, seja na saúde ou na assistência social, os conhecimentos acumulados sobre a dinâmica da realidade das famílias e seus territórios também se fizeram presentes.

Além dos desafios e possibilidades vivenciados no cotidiano da profissão, pretende-se também colocar em evidência as questões relacionadas à atuação com a População em Situação de Rua frente ao contexto de Pandemia da Covid-19 na cidade de Senhor do Bonfim. [...] Algumas das questões aqui apresentadas sempre existiram no cotidiano profissional. Nesse contexto, algumas eram superadas a partir da articulação da equipe ou da gestão do equipamento junto à rede socioassistencial ou intersetorial e outras foram ignoradas devido às limitações de construção de respostas. Porém, com a calamidade pública instaurada, elas foram aprofundadas e se colocaram em evidência (*No CREAS em tempos de pandemia - Ezilda Ferreira Barreto*).

No contexto de pandemia, a visita não está sendo realizada, como foi mencionado anteriormente, e o laudo, que requer uma precisão e segurança maior das informações prestadas, não tem sido construído. Deste modo, a opção encontrada para fornecer as informações em forma de documento, tem sido, apenas, o uso de um relatório de acompanhamento, com registros das informações relatadas após o atendimento por vídeo chamada (*Serviço Social na DPE-BA: percepções iniciais - Tainara de Jesus Souza*).

Nesses poucos meses de trabalho, tentei compreender a dinâmica dos serviços do CREAS na particularidade da realidade de um município de médio porte no território de identidade do Recôncavo baiano, a fim de reorganizá-los para os desafios em tempos da COVID-19. A tentativa de compreensão da realidade conjuntural em que se inseriam os serviços do CREAS fez-me refletir sobre uma competência crucial de um assistente social gestor: a capacidade de pesquisa. A necessária dimensão investigativa e/ou de pesquisa do

exercício profissional recebe importantes insumos resultantes do processo de construção do conhecimento, o qual se desenvolve de forma coletiva e intersubjetiva, a partir da práxis cotidiana (exercício profissional crítico-reflexivo) de relações que se estabelecem com os usuários dos serviços sociais, profissionais técnicos e o horizonte das condições objetivas da própria realidade sócio-ocupacional (*Gestão e acolhimento em um CREAS - Vinicius Pinheiro de Magalhães*).

Diante da riqueza e profundidade das experiências relatadas neste livro, certamente o leitor poderá (re)conhecer as particularidades dos territórios do Recôncavo da Bahia e, ao mesmo tempo, identificar-se com os profissionais atuantes nestes territórios, decifrando histórias vividas, contadas, contidas, e que matizam em variadas nuances o cotidiano do trabalho profissional nos mais diferentes campos das políticas sociais brasileiras.

Há que se lembrar ainda de duas histórias que se entrelaçam às experiências, que se relacionam ao chão de onde brotam, e dão sentido ao conjunto da obra. Uma primeira diz respeito ao fato que o Recôncavo é um dos 27 “Territórios de Identidade da Bahia”¹⁶, uma organização regional inédita no país (criada em 2007), em que a identidade socioeconômica e cultural dos municípios é fator preponderante, suplantando a simples agregação político-administrativa dos mesmos. E uma segunda história, que é o significado da instalação da UFRB, em 2005, e da proposta de criação do curso de graduação em Serviço Social, conforme inscrito em seu projeto pedagógico¹⁷.

[...] a criação do curso de graduação em Serviço Social atende a uma necessidade histórica e social da Região do Recôncavo da Bahia. Será de grande importância para a sociedade baiana a criação do primeiro curso de Serviço Social ofe-

¹⁶ Tema de pesquisa de doutorado da Profa. Silvia Cristina Arantes de Souza, uma das organizadoras deste livro. Maiores informações sobre os Territórios de Identidade da Bahia no site <https://www.sei.ba.gov.br/>.

¹⁷ Projeto pedagógico de criação do curso de Serviço Social - UFRB. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/servicosocial/documento/category/3-projetopedagogico>.

recido por uma instituição pública de ensino. É importante salientar a relevância teórica e social desse curso, que será o primeiro oferecido por uma Universidade Pública em toda a Bahia, único estado do Nordeste que ainda não oferece essa opção (UFRB, s/ data, p.5).

É neste contexto sócio-histórico de marcos institucionais recentes, porém, plenos de significados, que se inscreve o presente livro, e do qual autoras e autores fazem parte na inteireza de suas vivências e experiências individuais e tornadas coletivas. Trata-se, portanto, de trajetórias cruzadas, cujas marcas e heranças de luta, resistência e insurgência, fazem de cada relato uma nova história a ser contada, produzindo no leitor o desejo de uma nova experiência a ser vivenciada.

São Paulo, verão pandêmico de 2021.

Qual retalho me cabe?

Jussiana Silva dos Santos Rebouças

Introdução

Tecer reflexões acerca da atuação do assistente social na educação básica é de fato unir retalhos, buscar relatos de experiências que possam formar uma grande colcha, processo importante para a consolidação da identidade profissional no ambiente escolar, em especial nas redes públicas. Nesse texto caminhamos através de narrativas do vivido, minhas experiências embaralhadas, na qual me percebo tecelã, usando linhas de teoria e prática que se misturam em cores e espessuras, mas também sendo tecida pelos sujeitos sociais que vou encontrando no cotidiano.

Quando fui convidada a escrever esse relato sobre as minhas experiências enquanto estagiária de Serviço Social no OVE¹⁸ (Observatório da Vida Estudantil), grupo de pesquisa e extensão desenvolvido na UFRB pela professora Dr. Georgina Gonçalves e também campo de estágio de Serviço Social (funcionando em um Colégio Estadual situado no Território do Recôncavo baiano), senti uma vontade imensa de abandonar a tarefa. Primeiro porque mesmo sendo Bacharel em

¹⁸ O Observatório da Vida Estudantil - OVE é um grupo de pesquisa e extensão envolvendo professores e estudantes da UFRB e da UFBA. Sua gênese pautou-se na investigação de trajetórias estudantis presentes no contexto destas universidades, os desafios, os encontros e desencontros que os estudos acadêmicos promovem na vida dos jovens, sobretudo de origem popular, em especial negros e negras, haja vista que estamos falando de duas instituições baianas. No meu caso, a participação no OVE foi com o estágio de Serviço Social em um Colégio Estadual pertencente ao Território do Recôncavo Baiano. Ao Observatório nesse contexto interessava promover relações entre a educação superior e a educação básica, contribuindo para a construção de projetos de vida nos quais os estudantes do Ensino Médio almejassem e acreditassem em sua inserção no ensino superior.

Serviço Social não levei adiante a profissão de assistente social, muito embora seja um curso apaixonante e instigante; optei por continuar a carreira de professora de História, profissão que aprendi desde a tenra idade com eterna professora: minha mãe! Em segundo lugar, estagiei entre os anos 2011-2014 no mesmo campo que atuava enquanto docente, ou seja, era estagiária de Serviço Social no chão escolar e paralelamente professora estadual efetiva há quase dez anos. Evidente que essa situação me oferecia vantagens em relação às minhas colegas de estágio, pois já fazia parte daquele espaço, já pertencia a ele, conhecia seu contexto, suas demandas, seus desafios. Os sujeitos sociais que vivenciavam a escola tinham confiança em mim e assim eu era sempre a mediadora, anunciava os projetos, facilitava a aplicação de questionários, promovia encontros, enriquecendo as relações das estagiárias, fomentando parceiros e colaboradores.

Por outro lado, meu olhar viciado impedia a desnaturalização do cotidiano escolar e muitas vezes eu já oferecia respostas aos questionamentos das demais estagiárias, castrando, assim, o processo investigativo. Além do mais, como poderia avaliar a ação dos(as) professores(as) sendo eu mesma integrante desse conjunto? Nas reuniões de pais e mestres, nas rodas de conversa com os estudantes, na sala da coordenação e ou da direção, nos corredores, na secretaria, na cantina, nas salas de aula e, por fim na sala do observatório, quem de fato eu era? A professora ou a estagiária de Serviço Social? Não há dúvidas de que vivenciei a desterritorialização e, quem sabe, experiências esquizofrênicas¹⁹. A sensação de que perdi minha função, minha identidade, meu lugar na escola, foi muito intensa, haja vista que não possuía mais um rosto de professora, pelo menos diante da *máquina abstrata de rostidade* (DELEUZE; GUATTARI, 2012) que um professor

¹⁹ Ver DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. 1925-1995. O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia. Volume 1. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011. O esquizo é aquele que mais se aproxima da vida intensa, do corpo sem órgãos, da máquina do desejo.

deve desempenhar. Não é exagero, eu passei a representar também uma ameaça, quase uma professora infiltrada para delatar, julgar e punir quem não estivesse garantindo uma educação de qualidade.

Ora, não era assim que eu gostaria de desenvolver o estágio ao mesmo tempo em que desempenhava o papel de professora de História, mas infelizmente era assim que alguns colegas de trabalho passaram a me enxergar: uma traidora da categoria. “É por isso que não cessamos de considerar dois problemas exclusivamente: a relação do rosto com a máquina abstrata que o produz; a relação do rosto com os agenciamentos de poder que necessitam dessa produção social. O rosto é uma política” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 55).

O que podemos fazer então com essa análise? Se pensar sobre nossa prática profissional é importante, assim também, decidir sobre o que vamos fazer com as reflexões deve ser uma preocupação constante. Urge a necessidade de a prática e a pesquisa andarem juntas, “ancoradas em uma clara compreensão do tipo de sociedade que queremos construir” (MORAES; JUNCÁ; SANTOS, 2010, p. 435), ou seja, do projeto societário que defendemos. Dessa forma, rememorando agora esse sentimento de não pertencimento da sala dos professores ao realizar uma função de estagiária de Serviço Social, percebi que o assistente social dentro das escolas, precisará, em primeira instância, travar uma relação de parceria e de complementaridade com os educadores. Isso porque o rosto soberano construído socialmente para o assistente social ainda é o reflexo do berço da profissão! O rosto da caridade e não da emancipação, o rosto que reproduz as ordens do governo, o rosto que fiscaliza os demais profissionais, o rosto que não conhece a realidade educacional, mas afirma que o problema reside na preguiça, indiferença e incompetência dos professores, na desestruturação familiar, bem como no desinteresse e nos desvios de conduta dos estudantes.

Com efeito, o Serviço Social institucionalizou-se e desenvolveu-se como profissão de cunho educativo mediante os interesses da classe dominante, naturalizando a desigualdade social e buscando *ajustar* os indivíduos que não garantiam a *normalidade* social existente. Aqui, costurando essa história, lembrei-me de quando minha sogra, ao saber que estava cursando Serviço Social na UFRB, me presenteou com um livro que ela estudou no seu Curso de Ensino Religioso com ênfase em Serviço Social. Recordo que ela ficou muito feliz em poder me oferecer aquele presente: Introdução ao Serviço Social de Amaral Fontoura. Agradei bastante pelo carinho, e por ser também da área de história, encontrava-me curiosa para mergulhar naquelas páginas amareladas e vivenciar o que era ensinado aos estudantes de Serviço Social na década de 50 do século passado. Não demorou para que encontrasse o rosto do assistente social pintado e emoldurado no primeiro tópico do livro: Os desajustamentos sociais.

Como as criaturas humanas são todas diferentes entre si, é claro que sempre houve e sempre haverá ricos e pobres, inteligentes e retardados, virtuosos e criminosos, são e doentes... A sociedade humana, que engloba todos esses espécimes, tem que considerar, naturalmente, como normal a média entre tais extremos, isto é, o caso da maioria. Aqueles que distanciam muito da média, do normal, da maioria são os desajustados. Podemos definir como ajustamento a perfeita concordância entre o indivíduo e o meio. Desajustado será, assim, o indivíduo que não está de acordo com o ambiente (FONTOURA, 1959, p. 27).

Cabe a cada assistente social, nos seus múltiplos campos de atuação, permitir sua despersonalização, entregar-se às multiplicidades, às intensidades encontradas no caminho da profissão. “Se o rosto é uma política, desfazer o rosto também o é, engajando devires reais, todo um devir clandestino” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 64). No contexto educacional em especial, sabemos que com a re-

conceituação e as novas produções críticas sobre a identidade e a prática dos assistentes sociais, sobretudo a partir da década de 80, ocorre o fortalecimento do exercício profissional centrado no diálogo, assumindo um teor democrático de participação popular em prol da transformação social.

Nessa perspectiva os manifestos da questão social, dialeticamente, no mesmo cenário em que habitam conflitivas, dificuldades e sofrimentos, abrem janelas que potenciam nos sujeitos o conhecimento de suas capacidades e poderes, a efervescência de suas esperanças e utopias, a construção de enfrentamentos possíveis através do “drible” criativo de problemas considerados insolúveis, enfim, instigam-lhe, como homem inteiro, à descoberta de alternativas e caminhos potenciadores, a não desistir de seus sonhos de liberdade, igualdade e justiça social (AMARO, 2017, p. 40-41).

Entretanto, a imagem do assistente social que segue a lógica desenvolvimentista voltada para prevenir, curar, auxiliar e ou minorar os problemas escolares ainda é a que impera. Isso porque “o rosto é uma organização forte” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 64), logo, ultrapassá-lo requer luta, pesquisa e criatividade no cotidiano da intervenção profissional. Sabemos que elaborar estratégias de enfrentamento não é fácil! No chão da escola pública – em especial – os desafios postos são inúmeros, perpassando o material e o simbólico que se entrecruzam na busca por qualidade de ensino, inclusão e acesso à cidadania.

Com efeito, salta aos nossos olhos que os trabalhadores, os desempregados, os subempregados, os mais pobres, precisam do sistema público de ensino, o qual, após a universalização tardia e processual da educação básica, vem sendo marcado pelo descaso elitista, em uma realidade de negação de direitos, em que “as escolas têm sido diretamente impactadas pela questão social, caudatárias da cronificação social e dos históricos erros institucionais e governa-

mentais resultantes de políticas públicas equivocadas ou ineficientes” (AMARO, 2017, p. 42).

Ora, segundo Bourdieu (2013) os estudantes de origem popular, afetados desde cedo pela ausência de oportunidades, mergulham no mundo educacional que, muitas vezes, reproduz as injustiças sociais numa herança histórica constituída por um conjunto de conhecimentos, informações, códigos linguísticos que não fazem parte da realidade familiar, reforçando a ideia de que os mais pobres não possuem a vocação, a aptidão para o desenvolvimento intelectual. Fala-se do direito educacional para todos, mas sabe-se que efetivamente a educação não é igual para as diferentes classes sociais, não porque ela fracassou em seu projeto, mas justamente por desempenhar com eficácia a sua missão original.

Para que os destinos sejam metamorfoseados em escolhas livres, é suficiente que a escola, hierofante da Necessidade, consiga convencer os indivíduos a se submeterem ao seu veredicto e persuadi-los de que eles mesmos escolheram os destinos que lhes haviam sido *a priori* atribuídos. A partir desse momento, a divindade social está fora de questão (BOURDIEU, 2013, p. 71).

Na realidade, um dos poderes principais do Estado é o de produzir e impor, especialmente através da escola, as categorias de pensamento e os discursos sobre o mundo, assumidos enquanto naturais e espontâneos, exercendo nesse sentido o poder simbólico. Dessa forma, a instituição escolar promove a legitimação de um determinado saber em detrimento de outros, reproduzindo a exclusão social mediante o privilégio da cultura dominante, criando uma verdade que culpabiliza o indivíduo através do discurso meritocrático, desviando a responsabilidade do Estado em relação às desigualdades sociais.

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore,

no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, 2013, p. 59).

Ora, o fracasso profissional, afetivo, escolar, enfim, social é apresentado como fruto da própria culpa, da preguiça, da dificuldade de aprender, fazendo com que tal pensamento seja transmitido de geração a geração, desde o nascimento até o espaço escolar. Além do mais as noções de disciplina, autoconfiança, autoestima e autorresponsabilidade, por muitas vezes não são ensinadas para os estudantes da escola pública, visto que os professores, carregados de certezas produzidas socialmente, afirmam que tais condutas e características deveriam ser ensinadas no ambiente familiar. Isso vai formando o que Bourdieu (2013) considera de *habitus*, transmitido por herança familiar e afetiva, estabelecendo limites e possibilidades para a trajetória de vida.

O grande desafio então é sair desse fatalismo da escola enquanto apenas reprodutora do projeto elitista e excludente do Estado brasileiro, aliando-se ao discurso também do chão escolar como arena de disputas, resistências e revoluções, até porque “o Estado não é algo impermeável às lutas de classe, mas é atravessado por elas” (SIMIONATTO, 2011, p. 68). Eis uma grande lição para a minha vida profissional aprendida no curso de Serviço Social: é importante denunciar as injustiças e a negação dos direitos sociais, mas não podemos deixar de anunciar possibilidades de mudanças, experiências que deram certo, esperança de transformação.

Uma das questões centrais com o que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em pos-

turas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho (FREIRE, 2016, p. 76-77).

Defendo a ideia de que o Serviço Social, em muitos aspectos, ainda vive a experiência da rebeldia. Não há como avançar se ficarmos apenas no discurso de que o sistema capitalista gera desigualdade social e exclusão, ou seja, realizando pesquisas e conhecendo a História para constatar o quanto a ideologia da classe dominante torna o proletariado alienado, com uma falsa consciência da realidade, passivo ao sistema que o oprime. Precisamos investigar para produzir possibilidades e não para comprovar determinações, pois o cotidiano é produto de reflexão, os sujeitos sociais também estão elaborando estratégias de sobrevivência e superação diante da estrutura posta. Assistentes sociais, bem como educadores, precisam ser antes de tudo mediadores, propondo novos olhares, debatendo, incentivando, sensibilizando, lutando junto aos sujeitos, mas paralelamente escutando os dramas e as inquietações, aprendendo no campo de atuação, reelaborando estratégias, buscando novos caminhos a cada desafio apresentado.

A prática do assistente social escolar, portanto, é essencialmente discursiva, reflexiva e, por isso mesmo, criativa. Isso significa que assim como os professores estão constantemente sendo convocados (pelas respostas cognitivas ou interativas dos alunos) a aperfeiçoar métodos de ensino-aprendizagem, também os assistentes sociais não podem valer-se simplesmente do pacote metodológico que aprenderam na faculdade, pois no geral em poucos dias serão consideradas enfadonhas, repetitivas ou ultrapassadas. Não se deve adotar uma estratégia única ou contar com uma única alternativa metodológica para atender todos

os sujeitos e as diferentes situações que os atravessam. As pessoas são diferentes, vivem situações diferentes e, quando as situações se identificam, mesmo assim vivem de modo diferente. Assim, recomenda-se dispor de uma torrente de estratégias, as quais só podem ser elaboradas em meio a processos de revisão, autoanálise, articulação, convivência, escuta, ação, reflexão, inovação e mudanças tecidos no cotidiano (AMARO, 2017, p.145).

Nessa perspectiva, a história que conto, e lembrando que contar é novamente experimentar, de alguma forma possui algo de universal nas vivências de outros tantos profissionais que fundamentam sua dimensão educativa na intervenção direta com os sujeitos sociais inseridos na escola. Parecem apenas retalhos, memórias soltas, narrativas específicas, uma escola com vicissitudes próprias que não contribuem na compreensão da estrutura educacional brasileira. Mas, não são retalhos isolados! São retalhos com texturas distintas, tamanhos variados, tons vibrantes ou suaves, repletos de marcas ou simplesmente lisos, frágeis pelo desgaste do tempo, maleáveis, resistentes... Esses retalhos estão no nível molecular, porém alinhavados pelas organizações molares, as quais, ao mesmo tempo em que são duras, repressivas e homogeneizantes, instigam o remanejamento, a fuga, o vazamento. É nesse campo que assistentes sociais e educadores vão alinhavando os retalhos, fazendo rizomas, sendo mediadores do cotidiano, reconstruindo metodologias, enfim movimentando-se de forma crítica, ética e política.

Alinhavando retalhos

Narrar sobre minhas experiências sempre foi um ato de libertação. Quando precisava me perdoar pela ausência de respostas, quando o medo e ou o ódio assumiam o protagonismo e sentia que estava perdendo o controle, buscava na escrita uma forma de reto-

mar a direção, construir pontes e atravessar o abismo da dúvida e da inquietude. Escrever sobre minhas experiências profissionais me ajuda no processo de autoavaliação, pois ao mesmo tempo em que escrevo sou leitora de mim mesma. Ora, “escrever é saber respirar dentro da frase. É pôr algum silêncio tanto nas linhas como nas entrelinhas para que o leitor possa respirar comigo, sem pressa, adaptando-se não só ao seu ritmo como ao meu, numa espécie de contraponto indispensável” (LISPECTOR, 2015, p. 96).

Ainda hoje, para muitos intelectuais, escrever narrativas de experiências do vivido não representa uma atividade científica *legítima*. Assim, a suposta neutralidade, a objetividade nas análises, a rigidez impressa nos resultados, demarcam a confiabilidade do pesquisador e da pesquisa, conferindo o grau máximo de construção de conhecimento. “Desse ponto de vista que não é o meu, quanto mais você usa luvas para não se contaminar com a realidade, melhor cientista você é” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 16).

Ora, a escola é uma instituição que escapa das formas prontas, apesar das exigências disciplinares, das regras curriculares, dos horários de aula, das carteiras enfileiradas, das avaliações, enfim, de um planejamento que tenta estabelecer caminhos previsíveis de um ano letivo, sempre ocorre o extraordinário. Nesse sentido, qualquer profissional que trabalha no chão escolar deve aprender a viver no constante movimento, na flexibilidade, no cotidiano e com os sujeitos sociais nele inseridos, os quais ao mesmo tempo em que constroem regras, as aceitam e ou reelaboram. Portanto, parto do pressuposto que a escola é múltipla, e não se adapta a pesquisas rígidas e frias. Precisa-se pesquisar e atuar com rigor teórico-metodológico, mas sem tirar o caráter da vivacidade, da criatividade e da transformação, materializando assim, como afirma Amaro (2017), um exercício profissional crítico, de direção política, emancipado e libertador.

[...] atuar na (intensa, movente, dialética, dinâmica, contraditória e complexa) realidade das escolas exige um pouco mais do assistente social: **além de ser dotado de crítica, requisita ter uma razão aberta à dialógica e à interdisciplinaridade, e ter a capacidade de renovar-se**, de colocar-se em movimento, de inovar sempre, mudar rotinas, enfim, recriar o trabalho profissional da escola (AMARO, 2017, p. 103, grifo da autora).

Como ser então assistente social no ambiente escolar? Qual a real identidade desse profissional na escola básica, em especial na rede pública de ensino? Qual retalho lhe cabe nessa grande colcha? Perguntas como essas são intensificadas em diversos debates sobre a atuação dos profissionais em Educação tanto na esfera federal (CFESS) quanto nos encontros regionais (CRESS), bem como em encontros, seminários e congressos acadêmicos. Também são questões que circulam nos corredores e salas de aulas das universidades que possuem cursos de Serviço Social inquietando os futuros assistentes sociais que vão atuar nessa área.

A minha experiência enquanto professora da rede pública do estado da Bahia por dezesseis anos não me deixa esquecer os desafidores e ao mesmo tempo angustiantes momentos de jornadas pedagógicas, cursos de capacitação e aperfeiçoamento, reuniões de pais e mestres, encontros com coordenadores(as) e articuladores(as) de área, os quais nos mutilavam enquanto profissionais, exigindo uma carga dura e pesada sobre nossos ombros. Reconheço o quanto é relevante nossa atividade enquanto educadores, também não nego a ausência de compromisso de alguns colegas de trabalho, entretanto, os professores, de um modo geral, são obrigados a assumir responsabilidades múltiplas, as quais acabam sendo obstáculos para o seu exercício profissional. O mais interessante, porém, o que talvez para muitos, pode representar uma contradição, é que apesar do *sobretabalho*, do cansaço físico e mental que afetam o professor, a busca por

novas metodologias, estratégias de ensino e produções de conhecimento a partir do chão da escola é sobremaneira fascinante.

A maior parte dos que trabalham em salas de aula sabe que a docência exige muito de nós. É, também, uma atividade muito prática, embora tudo que ocorre em classe seja a ponta de um *iceberg* teórico. Mas os professores se interessam mais pela prática do que pela teoria. Apesar de toda prática ter um fundamento teórico e vice-versa, a maioria das pesquisas em educação não é de muita ajuda nas horas agitadas da sala de aula concreta. Os professores enfrentam aulas demais, alunos demais, e controle administrativo demais de tal modo que a necessidade de alguma coisa que funcione em classe é muito maior do que uma aparente necessidade de teoria. Entretanto, as preocupantes falhas do sistema escolar exigem novas ideias. Até mesmo professores sobrecarregados de trabalho têm curiosidade a respeito de alternativas (FREIRE; SHOR, 1986, p. 10).

Conhecer a realidade do discente e dialogar com ela tornou-se lema imprescindível quando se pensa em elaborar projetos pedagógicos, planejamentos de unidade e ou semestre e até mesmo planos de aula. Evidente que cada turma é diferente, a escola é plural, a diversidade e a polifonia fazem parte da estrutura educacional. E, não entrando aqui na discussão se tal abordagem vem sendo desenvolvida, se ainda estamos vivenciando uma educação tradicional, engessada, rígida e reprodutora, pois essa não é a linha de fuga necessária na nossa narrativa, cabe-nos refletir sobre uma pergunta que está atravessada na garganta de muitos educadores, que por medo da coerção social, dificilmente a anunciam publicamente: E quem irá conhecer e sistematizar essas realidades para relatá-las, deixá-las transparentes e acessíveis? Como responder a tantas demandas imersas no ambiente escolar e que exigem rapidez de respostas e ações? Acredito que em meio a essas e tantas outras questões, não teremos apenas um profissional responsável em intervir

sozinho, tampouco estou afirmando que tais atividades são pertencentes exclusivamente à identidade profissional do assistente social no ambiente escolar. Até porque, “desde cedo, mesmo os assistentes sociais menos experientes, percebem que é impossível agir isoladamente na escola” (AMARO, 2017, p. 144). Estamos tão imbricados que a interdisciplinaridade e a complementaridade são vitais no ambiente educacional que é múltiplo, intenso, onde “todo o dia é único, surpreendente, inesperado e desafiador” (AMARO, 2017, p. 144).

Durante minha docência já desenvolvi e apliquei questionários socioeconômicos com alguns colegas, mantivemos a escuta individualizada, visitamos famílias dos estudantes, realizamos rodas de conversas sobre o uso indevido de drogas ilícitas, sexualidade, gênero, raça, desigualdade social. Somando-se a tais atividades elaboramos projetos temáticos, realizamos gincanas, materializamos os projetos estruturantes da rede estadual, promovemos semana da cultura, oficinas de desenho, pintura, dança, teatro, jogos, esportes. Não podemos esquecer os conteúdos curriculares, até porque o Enem e o mercado de trabalho com suas entrevistas de emprego, seus concursos públicos e testes de habilidades e competências não perdoarão o professor descuidado e o estudante vítima da negligente qualidade de ensino. O professor ainda se depara com a angústia de não conseguir mediar o processo ensino-aprendizagem com o estudante com deficiência, e então, estuda mais um pouco, realiza cursos de capacitação, especializa-se, faz mestrado, doutorado. Dessa forma, percebemos o quanto a educação vem sendo vista como um ato político, cuja intenção é promover libertação e emancipação dos excluídos, apresentando o conhecimento como mola propulsora da transformação social.

É partindo desse pressuposto que o assistente social no ambiente escolar deve repousar sua prática e seu compromisso com a qualidade de prestação dos serviços na defesa da consolidação da democracia e da cidadania mediante a garantia de direitos. Portanto,

compreendendo a educação como uma Política Social “o compromisso principal do trabalho do Serviço Social educacional é promover tanto o autodesenvolvimento como a liberdade, desencadeando em cada sujeito um processo de autodescoberta e autossustentação criativa” (AMARO, 2017, p. 119). Nesse sentido, entusiasmar, sensibilizar, motivar, inspirar são ações caras ao assistente social que precisa agir com o intuito de mobilização da comunidade escolar (docentes, discentes, gestores, coordenadores, família e demais profissionais da educação), a fim de que as diversas expressões da questão social sejam percebidas e enfrentadas coletivamente.

Bem verdade que realizar essa tarefa não é fácil. Os saberes não bastam ser transmitidos para que os processos emancipatório e de transformação social ocorram. É preciso uma superação da pobreza em seus múltiplos aspectos, que estão imbricados nas facetas econômicas, sociais, culturais, políticas, religiosas, emocionais. Medos, traumas, preconceitos, injustiças, violência, opressão, inseguranças que se mascaram de verdades e certezas representam grandes obstáculos para o desenvolvimento integral do ser humano. Talvez, o maior entrave na minha atuação profissional como professora é conquistar a autoestima do estudante, é ajudá-lo a perceber que é capaz, que sua suposta irresponsabilidade e ou falta de interesse para os estudos são construções históricas, alimentadas e retroalimentadas pelo pensamento de que o crescimento intelectual não deve ser almejado por sujeitos oriundos das camadas populares.

Vê-se como é imprescindível compreender o mecanismo de ordem que movimenta as estruturas educacionais. Desvalorização do professor a nível salarial, descuido com o suprimento de materiais escolares básicos, diminuição constante dos profissionais da educação, causando sobretrabalho para os que permanecem, precarização do transporte escolar, bem como arrocho econômico para a merenda escolar, são peças do mesmo quebra-cabeça, que manipulam

a mentalidade de que o ensino público não funciona pela existência da falta de interesse dos educandos, da criminalização da pobreza, da sexualidade prematura e desmedida das meninas e pobres e, por fim, da indiferença dos professores perante uma educação de qualidade. Somando-se a tais ideias existem o racismo institucional, o machismo e a homofobia, expressões da questão social que impactam as escolas e os sujeitos sociais nela inseridos. O mais duro e doloroso fruto dessa estratégia perversa e elitista é a capacidade de fazer com que prevaleça a máxima: não tem mais jeito!

Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o de fazer muitos de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, cair no indiferentismo fatalistamente cínico que leva ao cruzamento dos braços. 'Não há o que fazer' é o discurso acomodado que não podemos aceitar (FREIRE, 2016, p.65).

Não nego que já proferi tais palavras na sala dos professores, mas felizmente era apenas uma válvula de escape, talvez momentos de angústia excessiva, de esgotamento físico e mental, o que tão logo se transformava em força e juntando-se a colegas, assumia novamente uma postura de esperança e ação. Desse modo, “importa compreender que a questão social não é só miniatura, desumanismo e assujeitamento, ela também é potência, humanismo e resistência” (AMARO, 2017, p. 40). Acredito então que o assistente social assim como o professor tem a responsabilidade de sempre mudar o foco, olhar por outros ângulos, enxergar o até então invisível, escutar os silêncios, desconstruir as verdades, estudar cada caso como se fosse único, porque de fato, a colcha de retalhos tecida em cada espaço escolar é exclusiva, é singular.

A parceria do assistente social no ambiente escolar deve então suscitar produções de questionamentos, não para produzir respostas definitivas, anulando outras tantas, mas, como pensou Deleuze

(2012), para fazer rizomas, somar, permitir o fluxo, deixar passar, promover mapas, desarranjar-se.

Diferente é o rizoma, mapa e não decalque. Fazer o mapa, não o decalque. A orquídea não reproduz o decalque da vespa, ela compõe um mapa com a vespa no seio de um rizoma. Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas; a toca, neste sentido, é um rizoma animal, e comporta às vezes uma nítida distinção entre linha de fuga como corredor de deslocamento e os estratos de reserva ou de habitação (cf. por exemplo, a lontra). Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre 'ao mesmo'. Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida 'competência' (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 30).

Ao fazermos rizoma passamos a questionar: por que em meio ao discurso massivo, e até midiático que defende a concepção de "gravidez indesejada²⁰", as adolescentes ainda engravidam e se tor-

²⁰ No meu TCC, cujo tema foi: QUE ELA CRESÇA E APAREÇA: Gênero, corpo, poder e gravidez desejada entre as adolescentes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, São Félix – BA (2012-2013), discuti que apesar do machismo, do racismo e das desigualdades sociais reproduzidos socialmente, algumas garotas negam o estigma de irresponsáveis, imaturas e inconsequentes ao resistirem, diante do desejo da maternidade e do status de ser mãe, com as cartas que lhes são oferecidas e, mesmo que limitadas socialmente, as utilizam no jogo cotidiano de adaptações e improvisos. Assim apresento a gravidez desejada na adolescência como a possibilidade de um novo olhar para os assistentes sociais, inclusive participando de novos olhares na promoção de políticas públicas que auxiliem as mães adolescentes a continuarem seus estudos e sua carreira profissional.

nam mães? Poderíamos falar em gravidez desejada? É preciso pensar ainda a necessidade de se discutir acesso à universidade com o trabalhador estudante que se encontra no curso profissionalizante, mesmo quando este último foi estabelecido por uma política educacional que direciona a formação para o mercado de trabalho. O que a escola vem dizendo sobre a sexualidade? As escolas precisam *sair do armário*? Estamos escutando nossos estudantes sobre seus anseios, seus medos, suas dúvidas, seus amores e desamores? Precisamos entender o porquê do medo da escrita e da leitura, da dificuldade em matemática, quais os múltiplos fatores levam a evasão escolar, e, enfim, o que os estudantes esperam da escola e do futuro?

Aprendi então que para acompanhar o movimento da escola, ao seu modo complexo e imprevisível de oferecer novos desafios mediante exigência pelo desenvolvimento de diagnóstico social rápido e eficiente para a elaboração de planos de ação, é indispensável que o diário de campo²¹ seja utilizado como instrumento de trabalho do assistente social, “delineando uma cultura e identidade profissional peculiar a esse lócus” (AMARO, 2017, p. 144). Do ponto de vista metodológico, o diário de campo representa escritos vivos que buscam mapear as intensidades, as forças e os afetos de corpos que transitam por todo o espaço escolar, através de linhas cruzadas, “anotações que colaboraram na produção de dados de uma pesquisa e têm a função de transformar observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento e modos de fazer” (BARROS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 70), na tessitura aberta para os múltiplos saberes e valores, para as múltiplas crenças e relações.

²¹ O diário de campo é um instrumental muito relevante, pois nele residem as observações mais subjetivas que auxiliam na elaboração dos projetos de intervenção, das oficinas, nas análises de conjuntura e nas avaliações. Cheiros, sabores, olhares, sorrisos, gestos corporais, impressões e comentários são captados pelo assistente social que se debruça para realizar anotações em seu diário de campo, descrevendo o que observa e refletindo sobre o que apreende.

Considerações finais

Não sei costurar tecidos. Sempre me acidentava ao tentar realizar atividades ditas socialmente de *meninas/mocinhas/mulheres*. Evidente que eram pequenos acidentes domésticos tais como: sentir o ardor do óleo fervente salpicar em minha pele ao aproximar-se do fogão, queimar as mãos ao tentar retirar a assadeira do forno, cortar os dedos com o manuseio da faca, até furar-se com a agulha. Minha mãe, sempre protetora, solicitava que eu saísse de cena para que ela mesma terminasse tais atividades por mim. Assim, eu ajudava nas compras, arrumava as roupas, limpava a casa, mas, sobretudo, amava ler e escrever!

Amadurecendo a ideia dessa ineficiência para as prestações domésticas, percebo que em algum momento, no meio da vida, meu objetivo foi de fato negar tais habilidades como obrigatórias para a mulher. Ao descobrir que poderia costurar palavras, misturar saberes e sabores na criação de textos, cortar ideias engessadas, ler segredos no quarto fechado, enfim, ao elaborar meu próprio cardápio e me deliciar solitariamente, fui desenvolvendo uma emancipação intelectual, incomodando algumas pessoas e decepcionando outras tantas. Hoje, rememorando esses momentos, concordo com Deleuze ao afirmar que “decepcionar é um prazer” (DELEUZE, 2013, p. 18) quando se trata de pessoas que querem nos empurrar a modelos que castram o desejo. Por isso, somente minha mãe tinha a oportunidade de ouvir a leitura dos meus textos, muito embora também me considerasse *rebelde* nos pensamentos, acredito que no fundo ela gostava de como eu pensava e agia, até porque eu era muito do reflexo dela, fazíamos parte do mesmo grupo. Aliás, “ser do mesmo time é também rir das mesmas coisas, ou então calar-se, não precisar ‘explicar-se’. É tão agradável não ter que se explicar!” (DELEUZE, 2013, p. 113).

Parto do pressuposto então de que professores, gestores, estudantes e assistentes sociais precisam fazer parte também do mesmo time! Sim, devem formar uma linda colcha de retalhos, desejada, sempre pronta a receber outros retalhos, sem posição definida, onde não se sabe o começo e o fim. O Serviço Social enquanto uma profissão interventiva e propositiva requer no ambiente escolar, maior abertura para os agenciamentos, menos certezas e mais escuta, onde cada um permanece retalho, embora formando uma colcha, e cada retalho com suas cores, sua beleza, sua textura, ao mesmo tempo em que compartilhando alinhavos. “O todo não só existe com as partes, como também é contíguo a elas, produzido à parte, e aplicando-se a elas” (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p. 63-64).

No Colégio Estadual Rômulo Galvão, por exemplo, escrevemos um projeto que passou a fazer parte da estrutura pedagógica da escola, não sendo mais possível pensar um ano letivo sem desenvolvê-lo, pelo contrário, a busca é ampliá-lo mediante processo contínuo de avaliação. Iniciamos esse projeto intitulado TCEM (Trabalho de Conclusão do Ensino Médio), criado pela professora Elba Matos e abraçado por toda a equipe, no ano de 2018, e apesar de novo, já ganhou notoriedade entre as cidades circunvizinhas e, em especial, conquistou os professores de História e Sociologia da UFRB. É nesta perspectiva que o Projeto TCEM engloba a escrita de diários no primeiro ano, a elaboração de um projeto de pesquisa no segundo ano e a produção de um artigo no terceiro ano, nascendo como mais uma ferramenta para estimular o processo de leitura, escrita, pesquisa e produção de conhecimento, concentrando-se na necessidade de vislumbrarmos as diversas formas de dialogar com o mundo, de aprender e ensinar no jogo complexo de verdades que bailam os segredos da ciência, do cotidiano, da religião. Assim, descobrir outras formas de motivar os estudantes a ler e escrever, em especial sobre seus

anseios, suas demandas, suas dúvidas, seus prazeres, enfim, sobre sua experiência cotidiana, é uma forma de (re)avivar sentimentos de capacidade, em um processo de desenvolvimento da autonomia e da autoestima dos educandos.

Confesso que o TCEM é uma experiência extremamente desafiadora. Os temas propostos pelos estudantes me desconcertam, aliás, muitos professores orientadores e avaliadores das bancas sentem as ondas do mar com muita força, batendo e cortando as certezas que possuíam. As linhas de pesquisa precisam ampliar-se, pois os estudantes escolhem falar sobre a vida, sobre o que dá prazer, sobre o que de fato é digno de pesquisa! Eles querem responder às suas angústias, querem falar dos seus medos, dos seus sonhos, e não param de fazer-se e desfazer-se. Com o TCEM experimentamos as multiplicidades, os estudantes como produtores de desejos²² funcionam “nos hiatos e rupturas, nas avarias e falhas, nas intermitências e curtos-circuitos, nas distâncias e fragmentações, numa soma que nunca reúne suas partes num todo” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p.61-62).

Toda essa história é para demonstrar que no campo escolar, o assistente social precisa estar preparado para o fluxo, sem almejar tamponá-lo e ou canalizá-lo, mas favorecer que a velocidade impeça a castração, pois autonomia, emancipação social, justiça, inclusão, respeito à diversidade e cidadania na escola só podem ser desenvolvidos pela via de uma gestão democrática que permita o protagonismo juvenil. Entre os retalhos, resta ao assistente social alinhar com ética e compromisso deixando que o afrouxamento das linhas aponte para a possibilidade constante das mudanças no âmbito da liberdade, mas que a colcha sempre sinalize para o posicionamento coletivo, para o enfrentamento político por uma educação crítica e revolucionária.

²² As escolas precisam promover espaços de escuta e produção criativa pois “se não se montar uma máquina revolucionária capaz de se fazer cargo do desejo, o desejo continuará sendo manipulado pelas forças de opressão e repressão, ameaçando, mesmo por dentro, as máquinas revolucionárias” (DELEUZE, 2013, p. 29).

Referências

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas**: Fundamentos, processos e desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 14ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. **Lei nº. 3.252 de 27 de agosto de 1957**. Regulamenta a profissão de Assistente Social.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Volume 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (1925-1995). **O Anti-Édipo**: Capitalismo e Esquizofrenia. Volume 1. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (1995-1997). **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. Volume 2. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

FONTOURA, Amaral. **Introdução ao Serviço Social**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, Ltda, 1959.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia**: O Cotidiano do Professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LISPECTOR, Clarice. **O tempo de Clarice Lispector**: O modo, como, tranquilo, o tempo decorria era a lua altíssima passando pelo

céu. Curadoria Roberto Corrêa dos Santos. - 1. Ed, Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2015.

MORAES, Carlos Antônio de Souza; JUNCÁ Denise Chrysóstomo de Moura. SANTOS, Katarine de Sá. Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 103, p. 433-452, jul./set. 2010.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da.(Orgs). **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis-São Paulo: Editora da UFSC-Cortez, 2011.



Acompanhamento familiar socioassistencial e seus desafios

Lucas Bastos dos Santos

Introdução

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, aponta que a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), implementada em 2004, no âmbito da proteção social, tem o objetivo de desenvolver ações centradas na família, com propósito de garantir seus direitos, dentre estes, o de convívio familiar e comunitário. Enquanto Política Pública, a PNAS, legitima o papel do Estado na oferta de serviços de proteção e acompanhamento às famílias em situação de vulnerabilidade social e representa um importante avanço na superação dos resquícios do assistencialismo e caridade que historicamente permearam as ações no campo da Assistência Social.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), enquanto espaço de prática primordial da Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), a partir do atendimento ou acompanhamento dos seus integrantes, é também um espaço crivado pelas contradições que marcam a política de Assistência Social e que se desdobram no cotidiano do trabalho profissional, exigindo que os profissionais e gestores tenham perspicuidade dos limites e possibilidades da intervenção no campo do bem-estar social.

A opção investigativa deste trabalho parte de reflexões e inquietações pessoais e coletivas acerca da estruturação das ações que tomam conta do cotidiano profissional, no âmbito da Política de Assistência Social, durante a experiência profissional em uma equipe

de referência do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS de um município de pequeno porte no interior da Bahia, entre os anos de 2017 e 2019. Trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa e descritiva, que, segundo Gil (2009), tem como objetivo primordial a descrição das características de fenômenos de determinada população ou estabelecimento.

Os resultados foram formulados com base na sistematização das experiências vivenciadas e conhecimentos construídos no decorrer da formação profissional e contato com a dinâmica do serviço socioassistencial. Espera-se contribuir para a produção de conhecimento do Serviço Social, dando visibilidade para a relevância da atuação da categoria profissional dos(as) assistentes sociais nas políticas públicas e programas destinados ao enfrentamento da desigualdade social no Brasil.

Aspectos conceituais e históricos

A Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei nº 8.212/91), em seu artigo 4º, afirma que a Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa com deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social. No entanto, até alcançar o status de política pública e se consolidar como direito exigível e dever republicano de Estado, por meio da Constituição Federal de 1988, a política de Assistência Social atravessou muitos desafios e embates com forças políticas conservadoras. O reconhecimento da Assistência Social como política pública, inserida no Sistema de Seguridade Social brasileiro pela Constituição de 1988 e como fruto de lutas e reivindicações de movimentos sociais populares, sinaliza um marco histórico, a partir do qual a Assistência Social começa a ser inserida na agenda decisória governamental brasileira.

Teixeira (2009) aponta que a inclusão da Assistência Social como política pública de proteção social tem provocado transformações legais e institucionais, regulamentadas em diversas legislações e normas técnicas, o que vem promovendo uma mudança de paradigma no trato da Assistência Social e nas suas formas de gestão, no sentido de consolidar definitivamente o estabelecido na Constituição de 1988.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição e finca a Assistência Social como dever do Estado e direito do cidadão, caracterizando-se por um conjunto de ideias e concepções da Política de Assistência Social enquanto política pública de proteção social. A LOAS dispõe sobre o cofinanciamento dos três entes federados, com foco nos aspectos referentes a definições, objetivos, princípios e diretrizes da organização, da gestão e competências de cada esfera de governo, caráter e composição das instâncias deliberativas e competências do Conselho Nacional de Assistência Social; benefícios, serviços, programas e projetos de Assistência Social e de enfrentamento da pobreza; financiamento da Assistência Social (BRASIL, 1993).

Materializando os textos contidos na Constituição de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social, é somente no início dos anos 2000, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), que se percebem significativas alterações e avanços institucionais na agenda pública com a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004 e que, por sua vez, assume um ponto estratégico do plano do governo Lula.

A Política Nacional de Assistência Social busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange a responsabilidade política e suas diretrizes na efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado

(BRASIL, 2004, p.13), dando início à efetivação da política pública da Assistência Social não contributiva, que provê os mínimos sociais a todo o cidadão que dela precisar. A PNAS visa garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social, oferecendo uma proposta de gestão e constitui-se na regulação e organização, em todo o território nacional, da rede de serviços socioassistenciais. Tais serviços têm como foco prioritário a atenção à família e o território como base de organização, o que vai configurar o SUAS (BRASIL, 2004, p. 40).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), legislado e implementado a partir de 2005, traz em seu bojo a possibilidade de gestão de forma organizada, descentralizada e com princípios de matricialidade sociofamiliar e territorialização. Segundo Battini (2007, p. 61), o SUAS permitiu, especialmente, a articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a universalização de acessos territorializados e a hierarquização de serviços por níveis de complexidade e porte de municípios com repactuação de responsabilidades entre os entes federados.

Para Zimmermann e Andrade (2008), o marco central para a estruturação do SUAS foi a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) apresentada em 2005, colocando em debate a operacionalização e funcionamento do Sistema. De acordo com o documento, o SUAS se caracteriza pela concretização da Assistência Social no que envolve a proteção social brasileira, determinando a configuração dos serviços enquanto rede socioassistencial e envolvendo a gestão compartilhada nas três esferas de governo. É importante sinalizar, no entanto, que sete anos após a implantação, gestores e profissionais reconhecem que a NOB 2005 não expressa todo o arcabouço legal desenvolvido a partir da implantação do SUAS e apontam a necessidade de revisão, atualização, aprimoramento e novos instrumentos

de gestão, serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS, com pactuação de responsabilidades compartilhadas e metas, que culmina na NOB SUAS 2012 vigente até o momento atual.

Yazbek (2010) aponta que, nos últimos anos, a Assistência Social obteve muitos avanços, os quais foram e vêm sendo implementados como mecanismos viabilizadores da construção de direitos sociais da população usuária desta política. Neste conjunto, destacam-se a PNAS e o SUAS, que buscam incorporar as demandas apresentadas na sociedade em relação à efetivação da Assistência Social como direito da cidadania e responsabilidade do Estado.

Família, Território e Proteção Social

O Sistema Único de Assistência Social dispõe que as ações da Assistência Social são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades. Por isso, os programas, projetos, serviços e benefícios devem ser desenvolvidos nos territórios mais vulneráveis, tendo como foco a família.

Considera-se como família o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade (BRASIL, 2005, p. 25). É um espaço de cuidado, proteção, afetividade, mas também de fragilidades, desigualdades, contradições, conflitos, violência e todas as nuances sofridas pelo cotidiano do sistema no qual se encontra inserida. É onde se materializam as expressões da questão social, onde se encontram as pessoas que não acessam o trabalho, a ausência de renda, as fragilidades relacionais de vínculo familiar e comunitário, as violências (BORGES, 2014, p. 50).

A Constituição Federal, no artigo 226, impõe que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, em consonância com o artigo 16 da Declaração dos Direitos Humanos, que

aponta a família como “núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado”. Este viés é também considerado no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no Estatuto do Idoso (2003) e na própria Lei Orgânica de Assistência Social (1993), quando, nos seus eixos estruturantes, reafirma a centralidade na família enquanto matricialidade sociofamiliar.

Segundo a PNAS (2004, p. 41), “a centralidade na família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal”. Alencar (2012) aponta que a centralidade da família no campo da política social abre espaço para incrementar práticas que promovam a proteção e cidadania deste grupo ou, ainda, o seu inverso, que pactuem a lógica do controle do Estado sobre as famílias, por meio da reiteração de práticas de caráter disciplinador, que foram tão presentes na história da Assistência Social no Brasil.

Além da matricialidade sociofamiliar, a NOB/SUAS (2005) compreende a territorialização como um dos eixos estruturantes da gestão do SUAS, uma vez que a Assistência Social dá “primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência” (NOB/SUAS, 2005, p.28). Neste sentido, o território é compreendido como base de organização do sistema, cujos serviços devem obedecer à lógica de proximidade do cidadão e localizar-se em territórios de incidência de vulnerabilidade e riscos para a população (BRASIL, 2005, p. 43). No entanto, o desafio do trabalho com famílias requer compreender o território de forma singular, complexo, como um conjunto de expressões da questão social, dinâmico, potencializador, em que vai além de uma topografia natural, constitui-se em uma topografia social (BORGES, 2014, p.65).

Aqui, compreende-se o território para além do espaço geográfico, físico e além da presença material e imaterial, mas como “espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos” (BRASIL, 2008, p. 54). A política de Assistência Social reconhece a definição territorial como inovadora, pautada na dimensão ética de incluir os *invisíveis* enquanto integrantes de uma situação social coletiva, as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades (BRASIL, 2004, p.15).

A Assistência Social é organizada a partir de níveis de proteção social: a proteção social básica (PSB), que tem um caráter preventivo, e a proteção social especial (PSE), que tem caráter protetivo de média e alta complexidade. A proteção social básica é referenciada no CRAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. O CRAS é considerado a porta de entrada do usuário ao SUAS e facilitador do acesso a todas as políticas sociais (BRASIL, 2009).

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, neste íterim, se destaca como uma unidade pública estatal descentralizada da PNAS, atuando na prevenção de situação de risco, no desenvolvimento de potencialidades e aquisição e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O CRAS, enquanto ator social, deve resultar em novo protagonismo estatal de capacidade estratégica e coordenação política. Para Borges (2014), esta tarefa sugere um novo olhar sobre o território, sobre as expressões da questão social que ali assolam, os movimentos, as contradições, as resistências e lutas, a organização e a participação.

O CRAS tem como prática primordial a Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), que deve ser realizado com as famílias, a partir do atendimento ou acompanhamento dos seus integrantes. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), o PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida, devendo ainda ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências aos usuários do serviço (BRASIL, 2016).

O desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF pode ocorrer por meio de dois processos distintos, mas complementares: o grupo familiar, um ou mais de seus membros, podem ser atendidas pelo PAIF e podem ser acompanhadas pelo PAIF. Desenvolver um trabalho social com famílias, nesta perspectiva, vai muito além da prática assistencialista. Significa também realizar um trabalho especializado, com o princípio na matricialidade sociofamiliar, que consiste em colocar a família em um lugar de destaque na política social.

Os desafios do cotidiano profissional

A experiência profissional foi desenvolvida em um município situado no território do Vale do Jiquiriçá, no estado da Bahia, que possui uma área de 357,657 km² e população estimada em 10.363 habitantes, segundo o censo demográfico do IBGE (2010). Atualmente a economia sobrevive do comércio e da agricultura. O município possui um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, o IF Baiano, unidade federal de ensino que oferece cursos técnicos de nível médio e superior.

No que se refere à gestão do SUAS, trata-se de um município de pequeno porte I (até 20 mil habitantes), onde, segundo dados do Ministério da Cidadania²³, atualmente 4.082 famílias estão inseridas no Cadastro Único²⁴. Destas, 2.496 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), sendo 69,1 % chefiadas por mulheres. Ao todo, são 6.470 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa, cerca de 63% da população, que sem o PBF viveriam em situação de extrema pobreza.

A minha atuação na Assistência Social no município teve início em 2017, através de contrato de prestação de serviço vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES), atuando como técnico de gestão (2017), assistente social no CRAS (2018) e Coordenação do CRAS (2019). Neste período, compartilhamos esforços entre os trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários da política de Assistência Social na proposição de práticas que contribuíssem para o processo de consolidação do SUAS no município, sobretudo no posicionamento da Política de Assistência Social como um direito, e na efetivação do acompanhamento familiar como uma realidade perpassada por muitos desafios.

Este recorte temporal e político-social, após a posse do então Presidente Michel Temer, é marcado por muitos ataques aos direitos sociais que sinalizam a intenção de desmonte da seguridade social, principalmente da Assistência Social. Destaca-se a reforma administrativa que extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Social

²³ Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagjirmps/bolsafamilia/index.html>. Acesso em 29 de agosto de 2020.

²⁴ O Cadastro Único é a base de dados do Governo Federal onde estão registradas as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa. O governo federal utiliza os dados do Cadastro Único para conceder benefícios e serviços de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família, entre outros. Os dados do Cadastro Único também podem ser utilizados para o mapeamento das vulnerabilidades locais, o planejamento das ações e a seleção de beneficiários dos programas sociais geridos pelo município (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

e Combate à Fome, fundindo-o com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, tornando-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, hoje Ministério da Cidadania, impactando em cortes severos e atrasos no repasse à Política, além da Emenda Constitucional 95 (EC 95), que congela o conjunto de despesas primárias da União por vinte anos, afetando especialmente as políticas públicas, como a saúde, educação, previdência, habitação, saneamento, assistência social, entre outros, além da administração pública (pessoal e custeio).

O CRAS atualmente atende cerca de 2.000 famílias. Como se trata de um município de pequeno porte e de pequeno território geográfico, a unidade está situada na área central, facilitando o acesso das famílias ao local. As ações estão voltadas, principalmente, para o acolhimento, escuta qualificada e encaminhamento para a rede socioassistencial e outras políticas setoriais, além dos serviços de cadastramento para benefícios federais e locais. No caso deste último, destacam-se o passe-livre para idosos e pessoas com deficiência. Em âmbito federal, o Bolsa Família, o BPC e os Benefícios Eventuais.

A inserção das famílias aos serviços e ações oferecidas no CRAS ocorrem, na maioria das vezes, por meio de demanda espontânea das famílias e indivíduos, através de busca de famílias feita pelos técnicos e/ou encaminhamento realizado pela rede socioassistencial e também de serviços das demais políticas sociais.

Em 2019, foram realizados 6.668 atendimentos particularizados. Em 2.499 destes foram concedidos benefícios eventuais, conforme descrição a seguir: 1682 auxílios alimentação (cesta básica); 08 auxílio funeral (urnas funerárias e traslado); 223 auxílio documentação (emissão e segundas vias de Certidões de Nascimento, casamento e óbito, carteiras de trabalho e RG); 45 auxílios de melhoria habitacional (materiais de construção para reforma); 06 auxílio moradia (aluguel social); 12 auxílios natalidade (enxoval), 523 auxílio transporte (200

viagens e 323 concessão de passagens intermunicipais). Além destes, 365 famílias foram encaminhadas para inclusão e/ou atualização do Cadastro Único, 162 encaminhadas para acesso ao BPC e foram realizadas cerca de 200 visitas domiciliares. Ao todo, reconhece-se uma média de 500 atendimentos por mês e 140 atendimentos por semana.

No que se refere à estrutura física, o CRAS em questão atende as instalações mínimas exigidas pelas normas técnicas; possui um amplo corredor, sala da coordenação, sala de atendimento psicossocial ampla e que deveria ser dividida para maior conforto das profissionais, permitindo que desenvolvam atividades paralelas, brinquedoteca, auditório, sala para o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, banheiros e copa.

No início dos trabalhos, havia o interesse por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social em garantir um espaço adequado e de propriedade do município para o funcionamento dos serviços, não mais dependendo de estruturas alugadas, adaptadas e muitas vezes incompatíveis com as necessidades estruturais e institucionais. Optou-se pela instalação do equipamento em uma escola desocupada no processo de municipalização da educação básica no município, reformada e adaptada a tais necessidades. Tal situação, além de proporcionar melhores condições, contribuiria também na redução dos custos com aluguel, que poderia ser realocado para outras prioridades da pasta. No entanto, de modo semelhante aos CRAS de outros municípios, ainda há necessidade de melhoria dessas instalações, que ainda são insuficientes e parcialmente inadequadas para as potencialidades das ações previstas na proteção social básica e no PAIF.

Como principais dificuldades e limites para o trabalho, destaca-se a sala de atendimento que, considerando a grande demanda por atendimentos e necessidade de fortalecer o acompanhamento, deveria ser dividida de modo que a equipe técnica de referência tivesse

condições de realizar atividades simultâneas. Ademais, verifica-se uma escassez de recursos financeiros e materiais, incluindo equipamentos, tais como: computadores novos – os computadores utilizados pela equipe são reaproveitados da Secretaria de Educação, ventiladores/ar-condicionado, telefone fixo, acesso à rede internet de qualidade, que permita o acesso simultâneo de diferentes equipamentos/aparelhos, carro próprio e à disposição para o serviço, etc.

Diante das questões e demandas que urgem durante os atendimentos, busca-se desenvolver o acompanhamento às famílias por meio do PAIF, destacando a dimensão da garantia do acesso aos programas e projetos sociais vinculados à Política de Assistência Social e da rede socioassistencial. As famílias inseridas no Programa são acompanhadas, sistematicamente, pelos técnicos de referência no CRAS, que desenvolvem um conjunto de intervenções de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais (BRASIL, 2012). Tais intervenções estão pautadas em aspectos objetivos e subjetivos, sempre relacionados ao direito à convivência familiar e comunitária, que respondam às necessidades das pessoas de forma integral, não focando apenas nas situações emergenciais e de risco social.

O SUAS prevê a necessidade de equipes multiprofissionais para o planejamento e a execução dos serviços socioassistenciais. O município conta com uma equipe mínima obrigatória, atualmente composta por 01 coordenador, 01 auxiliar administrativo, 02 assistentes sociais, 01 psicóloga, 01 serviços gerais e 01 motorista compartilhado com toda a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Sobre equipe de referência, a NOB-RH pondera que “cada unidade de Assistência Social organiza equipes com características e objetivos adequados aos serviços que realizam, de acordo com a realidade do território em que atuam e dos recursos que dispõem” (BRA-

SIL, 2007). O documento alerta quanto à formação da equipe, considerando a demanda e números de famílias a serem referenciadas e atendidas efetivamente. Neste sentido, a composição da equipe não é e não pode ser algo engessado. Considera-se, neste contexto, o grande volume de atendimentos visando a distribuição de benefícios e auxílios e orientações acerca do BPC e PBF, conforme descritos acima, e que ocupava o maior volume de tempo das profissionais. Tal situação implicava diretamente na organização da equipe, sobretudo nas (im) possibilidades de planejamento e avaliação das ações.

A NOB-RH/SUAS aponta ainda que toda a equipe de referência do CRAS deverá ser composta por servidores públicos efetivos. A baixa rotatividade é fundamental para que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados no CRAS, bem como para potencializar o processo de formação permanente dos profissionais. Borges (2014), neste sentido, ressalta que as equipes de referência, enquanto trabalhadores(as), perpassam pelos escamoteamentos contraditórios da política de assistência social, inserida num sistema capitalista, e ainda atravessada pelas nuances da agenda neoliberal.

No município de estudo, ainda se percebe a defasagem do quadro da Assistência Social, quantitativa e qualitativamente, considerando as demandas, as condições de contratação da força de trabalho e a ausência de processos de atualização e educação continuada. Ao analisar o formato do vínculo empregatício da equipe de referência do CRAS, nota-se que todos são contratados, nenhum é concursado e nenhum possuía experiência profissional anterior no serviço público, em especial na área da Assistência Social.

Além da falta de quadros profissionais concursados, estáveis, é preciso considerar a falta de qualificação para o exercício de suas funções. Embora prevista na NOB/SUAS, a capacitação dos quadros profissionais continua sendo um desafio a ser enfrentado. Como a grande

maioria das capacitações, formações e fóruns de discussão era sediada exclusivamente na capital baiana, a participação dos profissionais do município nestes espaços sempre foi muito abaixo do ideal e do desejado. Tal situação se dava, sobretudo, pela distância e pela falta de concessão de condições e incentivo por parte do município, seja na oferta de transporte, seja na liberação de diárias. Em relação à segunda, não havia prerrogativa por parte do município, cabendo ao profissional arcar com os seus custos e solicitar o reembolso posteriormente.

Neste momento, é importante considerar a importância do(a) gestor(a) da pasta ser um/a profissional da área que, de preferência, tenha experiência na Política. A figura de uma Secretária com graduação em Serviço Social e experiência na área foi de extrema importância para o desenvolvimento das atividades, seja pela possibilidade de orientar tecnicamente, seja por compreender as demandas dos profissionais e serviços e acompanhá-la nos enfrentamentos, sobretudo com o executivo e legislativo do município. No entanto, reforça-se que dimensionar as tensões vivenciadas pelos trabalhadores da política de Assistência Social e os impactos na relação de trabalho não pode ser distanciada, considerando que tais questões respingam diretamente na materialização da política.

O Trabalho Socioassistencial com Famílias

O desenvolvimento do trabalho com famílias do PAIF pode ocorrer por meio de duas formas complementares: atendimento e acompanhamento²⁵, sendo as atividades divididas em individuais e coletivas. As ações individuais preveem ações particularizadas e en-

²⁵ Os atendimentos, no âmbito do PAIF, referem-se a ações mais imediatas com as famílias ou com os indivíduos pertencentes a estas, como as acolhidas, ações particularizadas, ações comunitárias, oficinas ou encaminhamentos. Do outro lado, temos as ações de acompanhamento. Estas se caracterizam por um conjunto de intervenções desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar, o PAF.

caminhamentos. Já as coletivas, se dão pelas oficinas com as famílias e outros tipos de ações comunitárias em geral.

No ano de 2019, através do PAIF, foram acompanhadas um total de 60 famílias, sendo que todas estavam inseridas no CadÚnico, 18 estavam em situação de extrema pobreza, 30 eram beneficiárias do Programa Bolsa Família e em 13 havia membros beneficiários do BPC. O acompanhamento das famílias do PAIF foi realizado através de diferentes procedimentos e instrumentos metodológicos: atendimento individualizado e coletivo, visitas domiciliares, orientações e encaminhamentos, elaboração de relatórios sociais, entre outros.

Neste cenário, é importante considerar a dificuldade da equipe, nos anos iniciais, em compreender o que seria de fato acompanhamento e como este se materializava. Como já mencionado, a equipe não possuía experiência na Política de Assistência Social e tais dúvidas e orientações seriam sanadas a partir das capacitações, as quais não tínhamos acesso. Durante os anos de 2017 e 2018 foram atendidas mais de duas mil famílias e nenhuma delas, no entanto, foi inserida em uma estrutura de acompanhamento familiar. Por mais que as famílias fossem acompanhadas e houvesse presença ativa da equipe técnica no território, os serviços eram prestados de forma dispersa, fragmentária e multiforme e não foi preenchido, alimentado ou proposto nenhum plano de acompanhamento familiar ou prontuário SUAS.

Segundo as Orientações Técnicas sobre o PAIF, o trabalho social com famílias articula meios, condições, pressupostos éticos e conhecimentos teórico-metodológicos, com a finalidade de assegurar direitos e aquisições relacionadas à autonomia e ao fortalecimento da cidadania dos usuários, pelo desenvolvimento de suas capacidades e de condições objetivas de fazer frente às necessidades sociais de existência. É imprescindível que no processo de planejamento,

execução, monitoramento e avaliação dessas ações, os objetivos do Serviço sejam a ele associados, de modo a qualificá-lo e, principalmente, garantir seu efetivo cumprimento (BRASIL, 2012).

No acompanhamento, além de as famílias serem inseridas nas ações do PAIF, há a elaboração de um Plano de Acompanhamento Familiar onde estão contidos os objetivos a serem alcançados. Com cada família é realizado um plano de acompanhamento familiar que aponta as potencialidades e vulnerabilidades desta. Este acompanhamento nos leva à reflexão de que o Trabalho Social com Famílias é um processo que requer uma construção coletiva, permeada por avanços e retrocessos, exigindo um planejamento a médio prazo para obtenção de resultados, sejam estes objetivos ou subjetivos, mas que podem resultar na superação das vulnerabilidades e riscos sociais através da promoção da proteção social, própria do SUAS.

Destaca-se, neste contexto, a importância do prontuário SUAS e o prontuário eletrônico simplificado, com o objetivo de auxiliar os profissionais, organizando as informações indispensáveis à realização do trabalho social com as famílias, de registrar o planejamento e o histórico do acompanhamento familiar (MDS, 2013, p.2) e de reunir e sistematizar as informações sobre os atendimentos das famílias, considerando a possibilidade de mudança de equipe técnica e a necessidade de continuidade do atendimento.

Percebe-se que um dos grandes desafios do acompanhamento familiar é a dificuldade em observar os resultados efetivos da ação a médio e longo prazo, conforme as especificidades de cada família e/ou indivíduo, das vulnerabilidades e risco social em que estão inseridas, sobretudo a pobreza e extrema pobreza que, embora compreendamos que vulnerabilidade social não pode ser limitada a pobreza, esta potencializa as fragilidades de um indivíduo ou família, evidenciando as desigualdades no que se refere às questões de moradia, trabalho e renda, escolaridade, acesso à rede, etc., recorrentes no município.

Nesse sentido, algumas dessas mudanças, quando ocorrem, podem ser muito sutis, já que, na maioria dos casos, as famílias se encontram em um profundo grau de vulnerabilidade e em situações muito complexas em que a mudança ou superação desta condição é difícil. Essa dificuldade se dá, entre outras causas, pela fragilidade dos vínculos, já mencionada, que provoca a descontinuidade dos serviços e que, segundo Nogueira (2013, p.13), é responsável pelo desperdício de recursos públicos, perda de memória e saber institucional, desânimo das equipes envolvidas e aumento da tensão e da animosidade entre técnicos estáveis e gestores que vêm e vão ao sabor das eleições.

No que se refere ao acompanhamento em grupo, no âmbito do Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), até dezembro de 2019, 211 famílias estavam participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF, sendo 32 crianças de 0 a 6 anos, 72 crianças/adolescentes de 7 a 14 anos; 17 adolescentes de 15 a 17 anos; 15 adultos entre 18 e 59 anos, 73 idosos e 02 pessoas com deficiência.

Em razão da reduzida capacidade física, não há a possibilidade de ofertar todos os serviços previstos e financiados pelo PAIF na sede do CRAS, sendo necessário que parte deles sejam desenvolvidos no Centro multicultural, vinculado à Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura do município, o que dificulta o acompanhamento das equipes. Os únicos grupos acompanhados diretamente pela equipe técnica são o de idosos e gestantes, que ocorrem no espaço do CRAS. Durante todo o processo se nutriu o desejo de contratar orientadores sociais e um profissional de Serviço Social para acompanhar as oficinas do SCFV, o que proporcionaria condições de planejar e instrumentalizar as atividades junto aosicineiros e efetivar

o acompanhamento familiar no Serviço, sempre esbarrando nos enfrentamentos com a gestão e a fragilização dos recursos.

O CRAS, conforme normativas da política de assistência social, atua na prevenção das situações de vulnerabilidade social. Porém, como o município não dispõe de equipamentos da proteção social especial, enquanto única unidade de referência, vulnerabilidades e também situações de violência chegam cotidianamente ao serviço e cabe a este o devido acompanhamento e encaminhamento para a rede socioassistencial.

A organização dos serviços ocorre por demandas - e não conforme a capacidade da oferta - e exigência de respostas imediatas às sempre urgentes demandas dos usuários, urgências estas que são resultado das interferências que o serviço sofre. Em inúmeras situações, a equipe se viu pressionada a priorizar casos e situações com base em interesses de grupos políticos. Estas situações eram permeadas por ameaças e tensões, ainda que sutis, da gestão municipal, como usufruto da fragilidade dos vínculos que comprometem significativamente a autonomia profissional. Tal situação, além de contribuir para a desqualificação da Assistência Social enquanto política pública, se configura como empecilho a um trabalho sistemático, contínuo, não imediatista, preventivo, agravando vulnerabilidades que ampliam a fragilidade das respostas profissionais e da Assistência Social.

Por mais que seja entendida como prioridade da Política no município, a política de Assistência Social ainda não é completamente apreendida enquanto política pública de direito, mas sim como caridade, ajuda, benesse, considerando o processo histórico e as nuances de intenções mascaradas na Política de Assistência Social. Ainda que se perceba o discurso pautado na política de direito para todos e a intenção de que isto se torne uma realidade, há ainda a

necessidade de muitos enfrentamentos a fim de garantir e possibilitar estratégias para sensibilizar o chefe municipal, o legislativo e o secretariado no objetivo de que a dimensão dessa política seja efetivamente materializada, rompendo a relação da política pública com a relação partidária, e numa perspectiva de descontinuidade da política de Assistência Social.

O conservadorismo e as refrações com a relação histórica, segundo Borges (2014, p. 133), encontram-se imbricados cotidianamente diante das concepções, que repercutem na condução e na gestão de tal política. Aginsky, Tejadas e Fernandes (2009, p. 77-78), por sua vez, pontuam que os próprios programas das instituições podem estar propiciando que as pessoas não sejam vistas como sujeitos dos direitos humanos e da cidadania, contribuindo, assim, para amplificação da condição de vulnerabilidade social. Como exemplo, destaca-se a demanda de benefício eventual que no imaginário popular ainda não é compreendida como benefício socioassistencial e de direito, mas como um favor ou concessão do prefeito.

O trabalho do PAIF, diante do exposto, demanda acima de tudo, ações pautadas no processo de politização juntos às famílias, e talvez a partir deste processo se conseguiram alcançar novas possibilidades de autonomia e protagonismo que a política de Assistência Social e suas normativas preponderam. Neste sentido, há um grande trabalho com o propósito de promover a divulgação, publicização e acesso dos serviços no território e da natureza e qualidade dos mesmos de modo a fomentar o processo democrático, participativo, fortalecendo a perspectiva de cidadania intrínseca à política e à rede socioassistencial. No entanto, em alguns casos como o de benefícios eventuais, sobretudo nos de alimentação e a concessão de materiais para construção e reforma, tornam-se um problema à medida que geram filas de espera.

O trabalho profissional da equipe técnica se encontra imbricado em inúmeros desafios para além dos aqui apresentados, no sentido de materializar as questões e objetivos preconizados nas orientações técnicas. Este processo é permeado por estratégias conservadoras e assistencialistas transpassadas pela perspectiva de cidadania mal compreendida e ainda muito distante do que preconiza e se busca por meio da Assistência Social, enquanto Política Pública de direito.

Considerações finais

Este trabalho buscou demonstrar, a partir de um relato de experiência, alguns dos principais desafios e enfrentamentos para a efetivação do acompanhamento familiar no âmbito do CRAS/PAIF em um município de pequeno porte do interior da Bahia. O tema sobre o qual nos debruçamos é repleto de ambiguidades e pode se caracterizar como um terreno fértil para a perpetuação do conservadorismo. São questões que implicam e comprometem significativamente o trabalho profissional da equipe técnica e gestores da Política, historicamente permeada por desafios e fragilidades no sentido de se consolidar como política pública de direito e cidadania.

Entendemos que compreender a diversidade de questões que assolam a política de Assistência Social, apontando o direcionamento social, técnico e político, que, de forma significativa, incide sob a vida das famílias é, na atualidade, um dos maiores desafios para estes atores. Quando se volta para a questão inicialmente colocada nesse texto, cabe destacar o avanço através da implantação da Política de Assistência Social, ao tempo que é imperioso oferecer condições efetivas para seu pleno funcionamento e consolidação, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelos profissionais e gestores que se desaguam em fragilidades na elaboração e planejamento das ações no Plano de Acompanhamento Familiar e de instrumentos de gestão

de processos de trabalho, recursos materiais e humanos, descontinuidade administrativa, educação permanente dos trabalhadores e os enfrentamentos para a ruptura do arsenal conservador e assistencialista, historicamente presente na Política de Assistência Social.

Nesse processo de reflexão e produção, despontam muitas outras questões e necessidades de debates futuros. Em síntese, essa é uma trajetória marcada por aproximações e distanciamentos que, às vezes, se tangenciam e às vezes se afastam, evidenciando a necessidade de prosseguimento da parceria entre Academia e o cotidiano profissional.

Referências

AGUINSKY, Beatriz G.; TEJADAS, Silvia da S.; FERNANDES, Idília. Entre a garantia de direitos e o reforço a subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da assistência social. In: AGUINSKY, B. G. *et al.* (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ALENCAR, M. M. T. de. Família, trabalho e reprodução social: limites na realidade brasileira. In: ALENCAR, M. M. T.; DUARTE, M. J. O. (orgs.). **Família e Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 2ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p.133-152.

ANDRADE, Fabrício Fontes de; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Desenvolvimento Social e proteção social: o que Existe de Convergência**. 2008.

BATTINI, O. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

BORGES, Karla Cardoso *et al.* **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): limites e possibilidades: experiência do município de Criciúma**. 2014.

BRASIL, MDS. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**, vol. 2, Brasília, 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas. Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**. Brasília: MDS, 2009

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH/SUAS**. Brasília, D.F. 2007

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social– NOB/SUAS**. Brasília, 2012

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CapacitaSuas SUAS**: configurando os eixos de mudança. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. (1991). **Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei nº 8.212)**. Brasília, 1991.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social - (LOAS)** - Alterada pela Lei nº 12.435 De 6 de julho de 2011. Brasília, 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília: SNAS, 2004.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

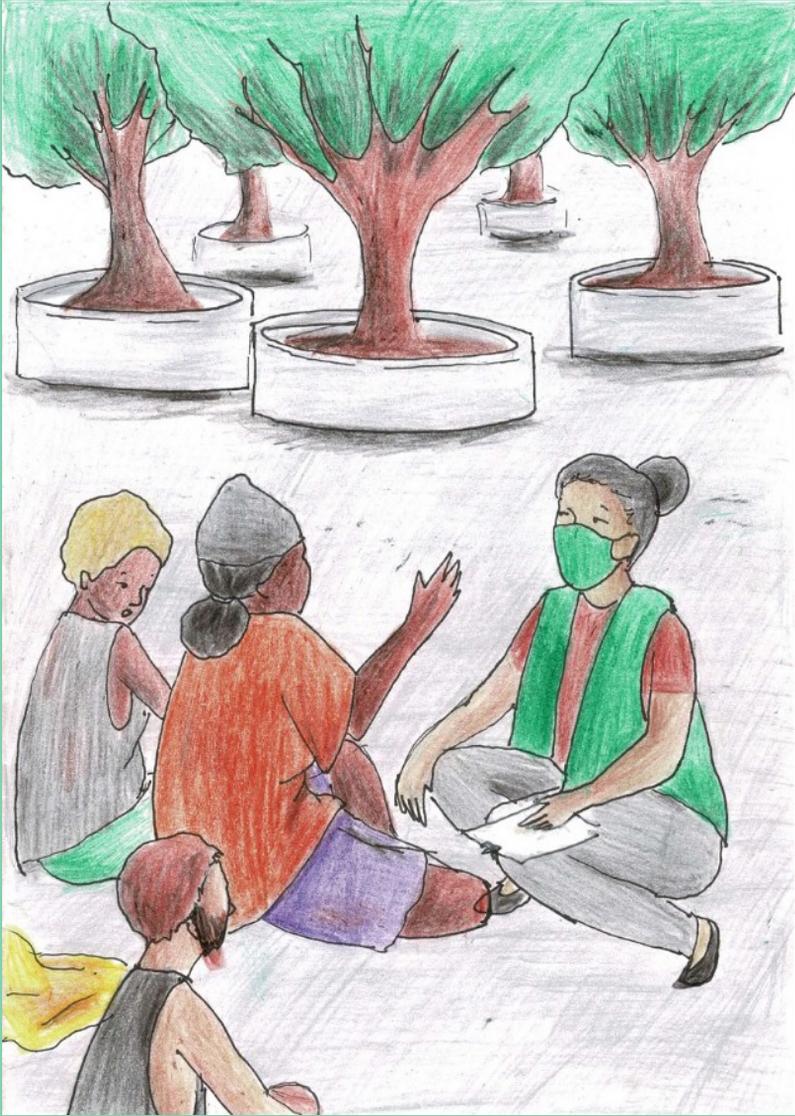
IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2000.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. **Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos**. 2006. Tese de Doutorado.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 255-264, 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza?. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 286-297, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistemas de proteção social, intersetorialidade e integração de políticas sociais. **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. São Paulo: Papel Social, p. 77-103, 2014.



No CREAS em tempos de pandemia

Ezilda Ferreira Barreto

Introdução

O presente relato de experiência é resultado de uma vivência profissional possibilitada pelo desenvolvimento de trabalho junto à equipe técnica da Proteção Especial de Média Complexidade, mais precisamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) num município de Médio Porte no território do Piemonte Norte do Itapicuru do estado da Bahia.

Além dos desafios e possibilidades vivenciados no cotidiano do trabalho profissional, pretende-se também colocar em evidência as questões relacionadas à atuação com a População em Situação de Rua frente ao contexto de Pandemia da Covid-19 na cidade de Senhor do Bonfim. Esse município, com característica predominantemente urbana, localizado em uma região estratégica importante para o escoamento da produção da microrregião, liga o rio ao mar – entroncamento importante que une a região do Vale do São Francisco a Salvador. Portanto, historicamente a cidade é *descanso* para quem vem ou vai para a região do Vale.

Nesse sentido, sintonizado com a conformação sócio-histórica do país, no que corresponde ao processo de ocupação e desenvolvimento desigual, o município manteve a característica de *repouso* ou *descanso* para os *tropeiros*. Desta feita, não mais montados/as em seus cavalos. A dura realidade retirou dos *tropeiros* os cavalos, os vínculos familiares e comunitários, restando-lhes a rua como espaço de convivência.

A atuação junto à População em Situação de Rua tem se apresentado como desafio para o CREAS. O trabalho neste equipamento

social já é historicamente complexo em virtude das demandas atendidas e das condições de trabalho incompatíveis com o alto número de famílias referenciadas. Os desafios presentes, já identificados nesse processo, são: a garantia do acompanhamento sociofamiliar do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço a Comunidade (PSC); a sobreposição de demandas sem respeitar o fluxograma da equipe técnica; a requisição de atribuições alheias ao equipamento social; a precarização do trabalho, o qual traz uma série de prejuízos, principalmente no que se refere à saúde do/a trabalhador/a; o atendimento junto à População em Situação de Rua, delegado apenas à equipe do CREAS e, por fim, o trabalho como fardo, situações que, a partir desses elementos apresentados, têm se traduzido amargamente num labor penoso, em *tripalium*²⁶. Tais desafios se agudizaram a partir da calamidade pública e sanitária que consistiu em implicações sensíveis para o desenvolvimento do trabalho social com as famílias nesses tempos de pandemia²⁷.

Pretende-se discutir os impactos da pandemia na evidencição de questões já presentes no CREAS, além de alguns elementos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua, identificando de que maneira elas dialogam ou não com a realidade do município.

Assentada nas demandas historicamente colocadas à assistência social como política pública, as quais foram aprofundadas a

²⁶ A etimologia da palavra trabalho tem origem no latim *tripalium*, atividade penosa, forçada e também foi um instrumento de tortura criado e utilizado durante a Inquisição.

²⁷ Em 11 de março de 2020 o diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, declarou estado de pandemia por Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus – Sars-Cov-2 (ASCOM SE/UMA-SUS).

partir da situação de pandemia, e ancorada nas legislações e regulamentações profissionais, as quais refletem o projeto ético-político do Serviço Social, e na produção de conhecimento que pautam as temáticas aqui apresentadas, é que será realizada a discussão deste relato de experiência.

Os desafios profissionais contemporâneos

O município de Senhor do Bonfim, situado no norte da Bahia, território do Piemonte Norte do Itapicuru, a 376 km de Salvador, segundo dados do último censo do IBGE (2010), possui população de aproximadamente 75.000 habitantes (Censo 2010), sendo o mais habitado da região, cuja população é predominantemente urbana. Historicamente formado a partir da exploração do ouro, de pedras preciosas em Jacobina-BA e pela criação do gado no século XVI, o município desempenhou a função de abrigar os tropeiros para o descanso, a fim de seguirem viagem, conforme explicita o hino oficial do município: “Descanso de tropeiro, no meio do sertão. Caminho de bandeirantes descobrindo o nosso chão, aqui ficaram boiadeiros bravos pioneiros de laço e gibão²⁸”.

Waldisio de Araújo (2001) fez um artigo refletindo sobre a formação do município aqui citado enquanto referência geográfica e geopolítica para a sua microrregião:

[...] Estrada das Boiadas, de uma lagoa intermitente – abrigo, repouso e refrigério de gado e Senhor do Bonfim em demandas do São Francisco, das minas de ouro e do litoral – deu origem ao núcleo de povoamento voltado, cada vez mais ao comércio. Tal núcleo, no decorrer da história colonial do Brasil, foi crescendo e tendo sua importância e as solicitações de seus habitantes reconhecidas pela Coroa Portuguesa, que o elevou a Arraial de Senhor do Bonfim da Tapera, em 1750, e a Vila Nova

²⁸ Letra composta por Jairo Simões e melodia por Jairo Simões.

da Rainha, em 1799, antes que viesse a conquistar a elevação de Cidade de Senhor do Bonfim, em 1985 (ARAUJO, 2001, p. 98).

A cidade de Senhor do Bonfim mantém importância histórica para a região. A forma como Waldisio a descreve remete ao orgulho dos bonfinenses com o qual lidamos no cotidiano profissional. O povo traz na memória coletiva a convicção de que seus antepassados construíram o lugar e decidiram permanecer na região.

Nessa conjuntura, não foi necessário muito esforço para estabelecer uma íntima relação entre a formação social e histórica do município e a sua conformação a partir dos/as trabalhadores/as que, naquela condição, eram pessoas em situação de rua, que se arranchavam para o descanso e, em algum momento, decidiam desarranchar e construir um município da importância de Senhor do Bonfim.

É óbvio que, sem pretensão de criar nenhuma romantização desse cenário, a ocupação no sertão tem relação com processos de intensa expropriação, exploração, promoção e aprofundamento da desigualdade. Porém, resgatar esse contexto é devolver a importância que os/as trabalhadores/as em situação de rua tiveram na construção do município.

Muitos desses bravos pioneiros permaneceram desbravando o *nosso chão*, outros têm, na cidade, o descanso para a sua trajetória de trabalhadores viajantes e outros tantos se configuram, atualmente como população em situação de rua e assim, público-alvo das ações da Assistência Social. De modo especial, são objeto da intervenção do CREAS, considerando o que está definido em seu Caderno de Orientações Técnicas e na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

Para esse debate é importante pontuar que a LOAS, em seu artigo 1º, define que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os **mínimos sociais**, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, s/p, grifo nosso).

Ou seja, há, nesse dispositivo, um esforço de articulação das políticas socioassistenciais que vinham, ao longo do tempo, ocorrendo de modo fragmentado. Dessa forma, a LOAS inovou ao apresentar novo desenho para a política de Assistência Social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 56).

O CREAS, dentro da estrutura da PNAS, está definido dentro dos níveis de proteção do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, como Proteção Especial – o SUAS é dividido em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Especial – e é resultado recente do processo de delimitação da Proteção Social na Assistência Social. O Equipamento Social compõe uma série de serviços estruturados a partir da luta em busca da consolidação dessa política que vem empreendendo esforços para o estabelecimento do âmbito de sua competência desde o seu surgimento em 1993 com a LOAS – tendo em vista a natureza de sua constituição acompanhada de distorções. Desse modo, a criação dos equipamentos sociais, a estruturação da política da Assistência Social e o conjunto de serviços e normativas/regulamentações fazem parte desses esforços.

Para a discussão deste trabalho, é importante pontuar a natureza contraditória da Assistência Social, pois ela se constitui e se apresenta enquanto estratégia de dupla dimensão: de um lado, para o Estado, como “mecanismo de estabilização das relações sociais [...] e de outro, como forma concreta de acesso a recursos, serviços” (YAZBEK, 2016, p. 69-70) para os sujeitos que dela necessitam. É no

lócus dessa contradição que o assistente social se insere enquanto trabalhador assalariado e, ao lado de outros trabalhadores, operacionaliza as ações socioassistenciais.

O Serviço Social, por assim dizer, configura-se “como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial” (IAMAMOTO, 2010, p. 71) e seu significado social e histórico seria esvaziado em si sem localizá-lo na estreita relação com o Estado desde sua origem, tendo em vista que a legitimação de suas ações se deu, inicialmente, a partir das instituições sociais. Nesse sentido, resgatar o significado social da profissão contribui para compreender esse caráter contraditório tanto do exercício profissional quanto da política de assistência social a qual o Serviço Social é demandado a executar.

Historicamente, a Assistência Social é construída a partir da ausência da concepção de acesso aos direitos e cidadania e foi sempre permeada pela equivocada caracterização de fonte de caridade. O processo pelo qual a Assistência Social deixou de ser constituída por ações de benemerência realizadas de maneira espontânea pela sociedade a partir da filantropia e da caridade foi lento, no entanto, ela passou de um lugar a outro: saiu do campo exclusivo da caridade para o lugar de uma política pública de responsabilidade estatal com objetivos de assegurar necessidades básicas a quem dela necessitar, combater privações e proteger famílias e indivíduos de riscos e vulnerabilidades sociais²⁹.

Logo, é a partir da sua inserção na Seguridade Social, prevista na Constituição Federal de 1988, que se inaugura uma nova concepção, alçada na provisão de direitos sociais e cidadania. Ao se inserir

²⁹ “A vulnerabilidade social resulta de diversos fatores: da ausência de renda ou de renda mínima; do trabalho informal e/ou sazonal, do trabalho precário e do desemprego; das dificuldades de acesso aos serviços e equipamentos públicos e de seu atendimento insatisfatório; da perda ou fragilização de vínculos de pertencimento e/ou de relações sociofamiliares; e dos mais variados tipos de preconceitos e discriminações” (CARVALHO, 2009, p. 14).

a Assistência Social no campo dos direitos sociais, há um esforço coletivo de romper com a lógica dessa política enquanto algo pobre voltado para pobres, de frágeis e carentes (SPOSATI, 2009), muito embora a sua normatização expresse a natureza contraditória quando diz que a Assistência Social é para *quem dela necessitar*. Isso tem um duplo caráter: o de se afastar da lógica do favor e da benemerência, colocando-se a serviço de quem dela necessitar, ao tempo em que reforça a natureza da seletividade, já que é necessário eleger quem acessa e a quem atender em decorrência da alta demanda.

Essa tensão seguramente provoca limitações no campo de atuação, levando-se em conta que toda a trajetória da política reivindica o seu acesso como direito, rejeitando a lógica da *cidadania invertida* (TEIXEIRA, 1989), a qual impõe a seleção do público-alvo a partir do famigerado teste de meios. Ao estabelecer o acesso ao direito somente a *quem dela necessitar*, impõe-se, na realidade prática, o critério imperativo da seletividade. Portanto, não se trata apenas de disputas de narrativas, mas de uma análise necessária à compreensão da realidade.

O público da Assistência Social, expresso nos objetivos e serviços da legislação, é um segmento significativo da sociedade, porém extremamente heterogêneo: família, a maternidade, infância, pessoas com deficiência, adolescência, velhice, criança e adolescente, pessoas em situação de rua, ou seja, são “os segmentos em situação máxima de destituição e exclusão” (CARVALHO, 2000, p. 149). Isso mais uma vez escancara o caráter da seletividade no processo de acesso do público aos serviços.

Parafraseando a música de Chico Buarque: *É de bom tamanho nem largo nem fundo, é a parte que te cabe neste latifúndio*, a parte que me cabe nesse latifúndio, nesse mar de segmentação, é todo o público da Assistência Social, com a particularidade de estar vivenciando situ-

ação de risco pessoal ou social em decorrência de violação de direitos. Tal particularidade coloca o CREAS numa condição desafiadora para a elaboração de respostas para as questões que lhe são colocadas.

Segundo a PNAS (2004), as situações de risco pessoal e social por violação de direitos irão se expressar da seguinte forma: violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, idosos em situação de dependência e pessoas com deficiência com agravos decorrente de isolamento social, além de outros. Para garantir o atendimento das demandas, as ações devem afiançar: a segurança de acolhida, do convívio ou vivência familiar, comunitária e social e a segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social.

A fim de se garantir as seguranças preconizadas nessa política, é necessário um esforço conjunto e articulado com outros serviços e políticas intersetoriais para que o público seja atendido na sua integralidade, entendendo-se que a Assistência Social, isoladamente, é incapaz de responder a todas as questões apresentadas pelos sujeitos e pela coletividade.

Outro ponto importante para o entendimento dos desafios enfrentados na execução do trabalho no CREAS é que as ações da Proteção Social Especial têm como centralidade a matricialidade sociofamiliar, conforme a orientação da PNAS, ou seja, a família como lócus privilegiado da intervenção. Muito embora a PNAS avance quanto ao reconhecimento de diversas configurações familiares e indique a possibilidade do atendimento ao indivíduo, o próprio caderno de Orientações Técnicas do CREAS e pesquisadores da área façam ressalvas quanto a não responsabilização única e exclusiva da família em detrimento do Estado, no exercício profissional, o que vivenciamos é a falta de outras alternativas capazes de assegurar a proteção social.

Assim, de modo particular, quando atendemos pessoas sem vínculos familiares e comunitários estabelecidos, a lógica acaba sendo a do familismo³⁰.

Essa concepção se faz presente no sistema de proteção social e se apresenta quando “a política pública considera – na verdade insiste – que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros” (ESPING-ADERSEN, 1991, p. 5). Nesse processo, o acesso aos bens e serviços é determinado pela participação dos membros familiares na esfera do mercado, ou seja, a garantia da proteção social está intrínseca à possibilidade de acesso à renda obtida a partir dessa inserção, incrementando a desigualdade entre as classes sociais. Outro elemento importante é que as políticas de caráter familistas possuem a tendência de reforçar papéis sociais tradicionais no que se referem à função social do homem e da mulher, implicando numa presença secundária da mulher no mercado de trabalho.

É preciso pontuar que, nas políticas sociais brasileiras, há projetos distintos em disputa, e na Assistência Social, especificamente, irão se evidenciar a partir do estabelecimento da família como parceira do Estado, portanto, a matricialidade sociofamiliar como central no trabalho social da PNAS e, de outro lado, o processo de *desfamiliarização* e a responsabilização do Estado como organizador e garantidor do acesso ao Bem-Estar. Tais projetos irão desenvolver estratégias sociais e políticas diferentes na busca pela hegemonia no que se refere à formulação, direção e execução da política.

Ao fazer a retomada do processo de constituição do SUAS e ao analisar as ações desenvolvidas voltadas para a População em Situ-

³⁰ Mioto (2012) aponta que as definições legais e operacionais de políticas sociais brasileiras, incluindo a política de Assistência Social explicitam um caráter familista, o que significa processo de significativa responsabilização da família na oferta de proteção social para seus membros.

ação de Rua, é possível afirmar que são minimamente questionáveis e pouco efetivas as respostas dadas aos direitos dessa população e isso tem apontado que o efeito reparador da política social se relaciona diretamente com as condições de vida dos sujeitos atendidos, conforme defende Yazbek (2016). Obviamente tais constatações da realidade prática não negam a importância histórica das políticas assistenciais, considerando seu caráter contraditório produzido a partir das correlações de forças que, ao serem tensionadas, produzem respostas não só de interesse da classe dominante, mas também de interesse dos subalternizados³¹.

Em tempos de pandemia, as manifestações de desproteção social se expressaram de maneira que exigiram respostas imediatas e urgentes num cenário de incertezas e falta de informações por parte dos três entes da federação. Diante desse contexto, o trabalho social com as famílias inseridas em acompanhamento no PAEFI, PSC/LA e junto à População em Situação de Rua se tornou ainda mais desafiador, pois, além das limitações impostas pela pandemia no que correspondem às orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), que orientou o isolamento e o distanciamento social, o cenário exigiu dos/as trabalhadores/as do CREAS do município de Senhor do Bonfim a capacidade de traduzir a realidade, retirando da *invisibilidade* aqueles/as vitimizados/as pela violação dos direitos.

Diante dessa realidade, a equipe técnica do CREAS tem procurado pautar o debate e defender outra lógica de atuação na perspectiva da expansão dos direitos sociais. Nesse sentido, o Serviço Social tem endossado o posicionamento na defesa do desempenho da

³¹ Subalternizados: categoria de análise gramsciana trabalhada por Yazbek (2016) em estudos sobre e com os usuários da Assistência Social. Diz-se sobre os pertencentes à classe com ausência do poder de mando, do poder de decisão, dos poderes de criação e decisão, ou seja, esta classe faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. O estudo completo está disponibilizado no livro *Classes subalternas e Assistência Social*, publicado pela Cortez, e foi realizado antes da promulgação da LOAS em 1993.

qualidade dos serviços ofertados, pautando as condições materiais e contrapondo-se ao projeto em curso em virtude da pouca efetividade junto aos sujeitos que atendemos.

Das ações que evidenciam esse esforço é possível destacar a provocação de reuniões em conjunto com a gestão e com trabalhadores/as para discutir ações concretas para o atendimento de Pessoas em Situação de Rua, assim como a elaboração de planejamento das ações do SUAS no município. Como resultado dessas movimentações, foi produzido um documento contendo posicionamento coletivo dos/as trabalhadores/as no qual foi sugerido a criação de serviços específicos para a estruturação dos serviços socioassistenciais frente ao contexto de Covid-19.

Alguns problemas referentes a tal situação merecem ser discutidos. Nesse ínterim, o município de Senhor do Bonfim não dispõe de instituição de acolhimento, albergues ou outras estruturas para garantir às Pessoas em Situação de Rua o cumprimento do isolamento social. Além disso, o trabalho com essa população tem sido compreendido, equivocadamente, como exclusividade da equipe de referência do PAEFI/CREAS e, por último, o município não possui uma política de atenção voltada para o conjunto dessas pessoas. Esses são alguns dos limites institucionais já pautados pela equipe técnica do CREAS no processo de trabalho e vem sendo construído o esforço de retomada dessas questões, a fim de contribuir para a elaboração de alternativas possíveis para a superação dos limites.

No momento presente, a garantia dos mínimos sociais tem se traduzido na superação do limite da miserabilidade e isso tem implicado numa fragilidade da Assistência Social, tendo em vista que ela não tem assegurado a inclusão social tal qual preveem as discussões mais abrangentes do conceito. É consenso entre os pesquisadores que a categoria dos mínimos sociais é ampla. Para Carvalho (2000),

as garantias do exercício da cidadania não são tarefas apenas da política de Assistência Social.

Os mínimos sociais são uma construção histórica claramente posta no século XX. Foram as compressões econômicas e políticas; os conflitos de classe; o incessante avanço da economia capitalista com conflitos que gera – e as novas necessidades que produz – que impõe /repõe pautas gerais de necessidades humanas a serem atendidas (CARVALHO, 2000, p. 147).

Nesse sentido, esse conceito é fluido e flexível e obedece ao movimento da sociedade. A cesta de mínimos sociais pode ser maior ou menor a depender da conjuntura e condições políticas e econômicas. A partir desse entendimento, é possível afirmar que a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua é uma tentativa de ampliação dessa cesta de mínimos sociais, por exemplo.

A situação de rua é uma das faces mais dramáticas da chamada questão social e a explicação para a sua origem tem lugar na formação social do país, que é marcada pela profunda desigualdade. Para Iamamoto, a questão social é:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social e cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2010, p.27).

Por isso, enxergar a população de rua enquanto classe trabalhadora é devolver a ela o lugar a qual pertence, para, enfim, podermos compreender os determinantes sociais que estão imbricados nesse processo. Antes de adentrar nessa questão, é preciso pontuar que o entendimento de Pessoas em Situação de Rua se refere ao que está preconizado na Política de Nacional para Pessoas em Situação de Rua, que diz:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, Decreto nº 7.053 de 23.12.2009).

A recente ocupação dessa população em espaços públicos (espaços de decisões) ocorre a partir de movimentos, como a Pastoral Social, o Conselho Nacional de Igreja Cristã, o Grito dos Excluídos e a criação da Pastoral do Povo de Rua. Há que se considerar que, enquanto resultado de ampla movimentação de movimentos sociais que pautam a questão, é a partir da PNAS que ocorre o reconhecimento dos direitos dessa população, implicando na criação de serviço especializado específico, com o afiançamento de seguranças de acolhida, de sobrevivência/rendimento/autonomia, de convívio ou vivência familiar. Dessa forma, “na proteção social especial, à população de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para que adquiram referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito” (PNAS, 2009, p. 37).

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a PNAS insere a questão da População em Situação de Rua a partir de outra lógica, minimamente do ponto de vista do ordenamento jurídico, e exige articulação intersetorial, tendo em vista que esse público demanda respostas complexas, articuladas, bem elaboradas, fluxos de atendimentos integralizados que sejam capazes de atender na integralidade e dignamente, ou seja, o trabalho em rede torna-se indispensável.

A Política de Assistência Social avança ao incluir essa população nos serviços ofertados, no entanto, não se tem garantias de

provisões de estruturas em todos os municípios do país, privilegiando as grandes metrópoles para operacionalizar o Centro de Referência para População de Rua – Centro POP, por exemplo, ficando a tarefa da execução do trabalho para a equipe técnica do CREAS/PAEFI nos demais municípios. Uma alternativa para a superação dessa limitação seria a regionalização da oferta de tal serviço, a qual exige não só a existência da demanda, mas também a capacidade de compreensão da necessidade, associada à articulação política no território e ao compromisso entre/as os gestores/as para a pactuação e a oferta.

O trabalho do CREAS de Senhor do Bonfim junto à população de rua, como já mencionado, tem sido pouco efetivo, tendo em vista as dificuldades apresentadas em razão das condições de realização do trabalho. No que se refere à composição do Equipamento Social, tem-se o seguinte quadro:

Quadro 1 – Composição do CREAS de Senhor do Bonfim/BA.

Profissional	Carga horária	Serviço Responsável
Coordenação	40 h	Gestão do equipamento
Psicóloga	20 h	PAEFI e Pop Rua
Psicóloga	20 h	PSC/LA e Pop Rua
Assistente Social	30 h	PAEFI, PSC/LA, POP Rua
Assistente Social	30 h	PAEFI, Pop Rua
Advogada	30 h	Orientação a todos os serviços ofertados
Assistente administrativo	40 h	Apoio administrativo ao equipamento
Orientador Social (profissional de nível médio)	40 h	Apoio a todos os serviços ofertados

Fonte: Dados coletados a partir de observação participante (2020).

Analisando o quadro acima, percebemos que o município de Senhor do Bonfim está em desacordo com as orientações da Normativa Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH, levan-

do-se em consideração que o município possui gestão plena. Desse modo, a equipe de referência está em desfalque de três profissionais de nível médio e um profissional administrativo.

Espera-se que um equipamento com essa estrutura tenha capacidade de atender 80 pessoas/indivíduos segundo a NOB/RH. Atualmente o CREAS está com 435 pessoas/famílias inseridas, sendo 399 correspondentes ao PAEFI e 35 referentes a medidas socioeducativas (dados do Relatório Mensal referente a agosto de 2020).

Há, portanto, uma notória sobrecarga e acúmulo de funções, o que compromete a qualidade da oferta dos serviços, já que o acompanhamento sociofamiliar, tanto por via do PAEFI quanto por via do PSC/LA, coloca para os/as trabalhadores/as a tarefa de desenvolver metodologias de trabalho condizentes com as demandas específicas apresentadas pelo conjunto da população inseridas no equipamento social. O cenário em questão exige, portanto, o estudo e a discussão das particularidades dos sujeitos atendidos, a fim de que se elaborem respostas a partir das demandas identificadas e, mais que isso, requisição dos profissionais para o acompanhamento, a fim de que se assegure a oferta do direito. Uma tarefa e tanto! Tarefa importante e função precípua do equipamento, porém com pouca capacidade de resolutividade devido às condições de operacionalização.

Importa pontuar que esse cenário é agravado pela aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, popularmente denominada *Pec da Morte*. Tal texto alterou a Constituição Federal e instituiu um novo Regime Fiscal, o que implicou num congelamento dos gastos do Governo Federal por um prazo de vinte anos no âmbito do financiamento de políticas sociais, cuja base foi o efetivo gasto em 2016. Isso tem impactado diretamente nas políticas de Educação, Saúde e Assistência Saúde e áreas sociais.

Neste contexto e no que se refere à Assistência Social, observa-se um contínuo processo de precarização do trabalho visto que

a disponibilidade de recursos é inversamente proporcional ao recrudescimento da desigualdade social. Além do prejuízo para os serviços já ofertados devido ao desfinanciamento da PNAS desde 2016, o congelamento dos gastos inviabilizou a realização de ampliação e pactuação de novos serviços. Portanto, vivemos uma crise sanitária agravada pelo desfinanciamento das políticas públicas provocado pela crise do capital e avanço da cultura neoliberal e, no caso do Brasil, agravado por um cenário político completamente desfavorável aos interesses sociais da maioria da população.

Diante da conjuntura vivenciada, a equipe técnica do CREAS vem sinalizando a falta de condições para assumir novas atribuições e funções devido ao assoberbamento provocado pela alta demanda e tem colocado os sujeitos atendidos na ordem do dia, buscando melhor atendê-los. A equipe tem cumprido o papel de colocar em evidência um exército de excluídos que, num contexto de crise política, econômica e sanitária, “reaparece com seu aspecto tosco, medonho para mostrar que o país cresceu deixando para trás um imenso contingente de deserdados” (SALES, 1989, p. 58, *apud* YAZBECK, 2016, p. 77). E isso ocorre a partir das proposições de atividades de Busca Ativa e Abordagem a pessoas que utilizam a rua como espaço de convivência e sustento, atividades intersetoriais para discussão das medidas socioeducativas com os demais atores da rede de atendimento e tensionamento de respostas às necessidades identificadas.

Além disso, a equipe do CREAS articulou reunião com a gestão da Assistência Social para discutir a proposta de desenvolvimento de atividades que possibilitassem o trabalho conjunto – Proteção Básica e Proteção Especial – voltado à População em Situação de Rua e à socialização de informações a respeito do planejamento das ações da Assistência Social frente ao contexto da Pandemia. A realização do trabalho foi pautada mediante o uso de Equipamento de Proteção

Individual – EPI's; discutimos a possibilidade de trabalho remoto e a necessidade de disponibilização de aparelho telefônico para utilização do WhatsApp, até então não fornecido para a equipe, bem como a flexibilização da carga horária presencial para atendimentos remotos, acatando a recomendação da Portaria 54/2020, a qual orienta a redução da capacidade do atendimento a fim de evitar aglomeração, a manutenção das atividades presenciais e a capacitação para os/as trabalhadores/as da Assistência Social.

O município dispõe de uma Comunidade Terapêutica³² a qual oferta o serviço de tratamento para problemas com álcool e outras drogas. Em virtude da situação de pandemia a instituição ofertou à gestão da Assistência Social a possibilidade de encaminhamento das Pessoas em Situação de Rua que, voluntariamente, quisessem passar o período de isolamento social acolhido na unidade. Como o município não possui local de acolhimento para as Pessoas em Situação de Rua, houve o estabelecimento dessa parceria.

Embora haja a problematização por parte da equipe quanto à natureza dessas instituições, analisamos a realidade posta: cenário de guerra, de vida e de morte. Entendemos que havia duas possibilidades: não mobilizar a população para essa alternativa, aguardando a criação de possibilidade ideal, fazendo com que ela se mantivesse exposta à contaminação ou mobilizá-la, encaminhando aqueles/as que manifestassem livre interesse e, paralelamente, manter o diálogo para elaboração de outros caminhos. Essa situação fez jus ao famoso ditado: *entre a cruz e a espada*.

³² Reconhece-se a problemática envolvendo as Comunidades Terapêuticas no país no que se refere a práticas de violação de direitos, tendo em vista o modelo de privação da liberdade, além de vivenciarmos uma conjuntura em que se (des)financia o Sistema Único de Saúde – SUS e alarga-se o financiamento de instituições dessa natureza. Após a proposição da instituição, houve a portaria 69/2020 do Ministério da Cidadania, normatizando esse procedimento e recomendando que as Pessoas em Situação de Rua, usuárias de álcool e/ou outras drogas, fossem encaminhadas para Comunidades Terapêuticas Cadastradas no Sistema Nacional mediante estabelecimento de fluxos com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município – onde houvesse.

A partir disso, a equipe do CREAS realizou busca ativa com intuito de identificação e encaminhamento de pessoas que, voluntariamente, disponibilizaram-se a ficar em acolhimento, outras sinalizaram o desejo de retorno para os seus municípios de origem, situação que foi viabilizada. E, posteriormente, após diálogos, novas portarias e recomendações do Ministério da Cidadania, a gestão do SUAS conseguiu viabilizar a contratação de vagas em uma pousada para ficar a serviço dessa demanda.

As questões relacionadas às Pessoas em Situação de Rua foram escancaradas nesse contexto de insalubridade sanitária ocasionado pela Pandemia de Covid-19. Colocou-se em evidência as mazelas provocadas pela desigualdade social. As pessoas que estão num contexto de rua tiveram dificuldade de acessar o Auxílio Emergencial³³ devido à falta de documentação, problemas com a regularização do CPF, ausência de aparelho celular (item obrigatório para preencher o cadastro e receber o código para validação via SMS). Além disso, um mesmo número de telefone não poderia ser utilizado para cadastros diferentes, o que impossibilitou os serviços da Assistência Social de viabilizar o acesso da população ao benefício eventual. Como agravante, em Senhor do Bonfim, tivemos a suspensão dos serviços do SAC – nele é solicitada segunda via de documentação –, Defensoria Pública fechada, atendimentos remotos apenas para orientação e Ministério Público com atendimentos remotos.

Algumas das questões aqui apresentadas sempre existiram no cotidiano profissional. Nesse contexto, algumas eram superadas a partir da articulação da equipe ou da gestão do equipamento junto à rede socioassistencial ou intersetorial e outras foram ignoradas devido às limitações de construção de respostas. Porém, com a cala-

³³ Benefício temporário criado pela Lei 13.982 em seu artigo 2º e regulamentado pelo decreto 10.316/2020 para assegurar uma renda mínima aos brasileiros mais vulneráveis durante a Pandemia da Covid-19.

midade pública instaurada, elas foram aprofundadas e se colocaram em evidência.

Nesse cenário apresentado, fomos convocadas a gerir o caos. Além das requisições que não nos competia, dado que não temos Serviço de Abordagem Social³⁴ (serviço que funciona 24h conforme o caderno de orientações), fomos convocadas a responder por atividades alheias a nossa função a partir da provocação da sociedade e de blogs de notícias que faziam *denúncias* a respeito de pessoas alcoolizadas ou que estavam dormindo em algum ponto da cidade, na rua, ou qualquer pessoa que estivesse perturbando/incomodando a vizinhança. Nesse sentido, a equipe técnica foi, por diversas vezes, acionada para atender a essas demandas, sendo necessário um posicionamento político contrário a tais requisições profissionais por haver o entendimento da lógica pela qual responde a essas práticas: atividades análogas ao higienismo e à limpeza social.

Em vez da gerência do caos, buscamos escancarar essa realidade caótica, procurando orientações técnicas junto à Superintendência de Assistência Social (SAS) da Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS para embasar um posicionamento conjunto da equipe, além de nos apoiarmos no que está disposto na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, embora reconheçamos suas limitações, inclusive na oferta dos serviços. Elaboramos um documento coletivo expressando opinião técnica das trabalhadoras do CREAS, bem como solicitamos debate com o conjunto dos/as trabalhadores/as do SUAS, considerando que os problemas evidenciados não tratavam apenas de questões específicas da equipe do CREAS e que requisitavam um trabalho de articulação com a rede

³⁴ De acordo com o disposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço Especializado em Abordagem Social é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.

socioassistencial e intersetorial, bem como elaboração de fluxos e protocolos específicos junto às unidades de atendimento do município.

A partir da reunião com equipes técnicas da Proteção Básica e Especial, foi possível a elaboração de um segundo documento em que se reconheceu a necessidade de reorganização dos serviços e propôs-se a reorganização dos recursos humanos disponíveis na Secretaria de Assistência Social e/ou contratação de equipe para atendimento de demandas específicas das Pessoas em Situação de Rua, de modo especial, demandas de alta complexidade, criação de fluxo de atendimento, dentre outros apontamentos. Obtivemos como resultado desses esforços a criação de uma portaria/nota técnica que versou sobre o trabalho com as Pessoas em Situação de Rua e a criação de uma equipe específica para atuar com o público, porém ainda há o desafio de construção e alinhamento de fluxos e clareza de papéis de cada ator social da rede de serviços.

No que se relaciona ao ordenamento jurídico, a PNAS apresenta um avanço importante quanto ao reconhecimento das particularidades regionais e territoriais. Ou seja, ela leva em conta o contexto histórico da região/município; reconhece as peculiaridades que os constituem e as desigualdades socioterritoriais, bem como os seus determinantes socioeconômicos, ideopolíticos e culturais que explicitam parte de suas demandas relativas às necessidades sociais (SILVEIRA, 2007, p. 67-68). Embora tenha havido avanço, não é segredo para ninguém que a PNAS convive com contradições. Ao definir os serviços ofertados pelos municípios de acordo com o seu porte – o critério populacional é o balizador na definição –, significa que as demandas expressas pelo território não têm sido preponderantes no que se refere à definição da oferta dos serviços.

Outros fenômenos foram observados nessa conjuntura. O número de encaminhamento/requisição de serviços do Conselho Tute-

lar diminuiu sensivelmente, o que nos preocupa bastante, pois tanto os dados estatísticos quanto a nossa experiência demonstram que há maior incidência da violência contra crianças e adolescentes em casa, justamente o lugar em que esse público tem estado em maior tempo em virtude da suspensão das aulas. Quanto a esse último aspecto, percebe-se que o espaço escolar tem funcionado como um identificador das situações de violência contra crianças e adolescentes na medida em que nota sinais de mudanças nos comportamentos e outros sinais de maus-tratos e negligências, as quais são encaminhadas para o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). A suspensão das aulas em conjunto com a redução da capilaridade do Conselho Tutelar em função da redução de atividades presenciais tem contribuído para o processo de subnotificação. O silenciamento tem sido importante aliado dos violadores nesta pandemia.

Outra situação sentida por nós foi o aumento de violência contra a pessoa idosa, tendo em vista que as denúncias aumentaram sensivelmente. Sobre isso, refletimos que esse aumento pode apresentar estreita relação com o isolamento social, o qual possibilitou maior convivência entre os membros familiares e, conseqüentemente, emersão de conflitos. Segundo matéria do *IG Último Segundo*, dados de abril de 2020 do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMDH) mostram que em um mês de isolamento social o número de denúncias de violência contra a pessoa idosa quintuplicou, saiu de três mil para 17 mil denúncias. Enquanto estratégia, definimos a manutenção dos atendimentos à pessoa idosa, adotando as medidas de segurança necessárias e a manutenção das visitas domiciliares em casos de extrema necessidade.

Diante desse cenário, é que trabalhadores/as são obrigados/as a criar alternativas para o desenvolvimento do trabalho, mesmo ante ao adoecimento físico e mental, que se intensificou nesse contexto

de crise sanitária, provocando afastamento médico e consequente redução de equipe, de horário de funcionamento e de atendimentos presenciais. Além de ter que lidar com a pouca informação referente ao auxílio emergencial e outros programas governamentais (o governo federal não facilitou o acesso à informação), tivemos o desafio de socializar a informação nesse contexto caótico.

Enquanto agravante, tivemos, inicialmente, a dificuldade do município de adquirir Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e álcool em gel, devido à falta destes no mercado e, por isso, máscaras de tecido de TNT foram utilizadas enquanto alternativa. Após diálogos e a disponibilização do material no mercado, foi possível superar o problema.

Sobre isso, pesquisas da Fundação Getúlio Vargas – FGV em parceria com o Núcleo de Estudos da Burocracia – NEB realizadas em 2020 e com resultados disponibilizados sob a nota técnica denominada: *A Pandemia de Covid-2019 e os Profissionais da Assistência Social no Brasil* revelaram que 61,5% dos/as trabalhadores/as do SUAS não receberam EPI's para o trabalho diário e que 87,02% não receberam nenhum tipo de treinamento para o trabalho durante a pandemia. Assim, a responsabilidade da proteção dos trabalhadores recai sobre eles próprios, fazendo com que eles necessitem buscar informações durante o *tempo livre*, o que resulta no desenvolvimento de um trabalho não remunerado.

Os dados revelam que em Senhor do Bonfim nós tivemos fatores importantes contribuindo para estarmos entre as minorias que tiveram acesso à capacitação específica, EPI's e álcool em gel, como: de um lado, o protagonismo dos/as trabalhadores/as e, do outro, a capacidade da gestão em dar respostas às necessidades pautadas pelo conjunto da classe trabalhadora.

Considerações finais

Ao recorrer à história da formação do povo de Senhor do Bonfim e trazer elementos que a compõem, tenho a pretensão de, minimamente, no campo da reflexão, devolver o caráter coletivo da demanda das Pessoas em Situação de Rua do município. Faço o esforço de refletir a respeito dessa população que vive espoliada dos direitos básicos, e muitos são os boiadeiros que ficaram pelo caminho e/ou são os deserdados que contribuíram para o *desenvolvimento* da região e do país. Portanto, faz-se necessário pensar em ações articuladas e intersetoriais que atendam ao conjunto dessa população, de modo a atendê-la na sua integralidade e respeitando as especificidades.

Ao tempo em que se pauta essas demandas, há que se considerar a importância da PNAS, articulada às demais políticas setoriais, para o processo de inclusão cidadã, uma vez que a Assistência Social isoladamente é incapaz de elaborar respostas que assegurem os mínimos sociais. É necessário reconhecer essa política como essencial não só do ponto de vista da institucionalidade do Estado, mas associada ao financiamento robusto das ações.

É preciso pensar coletivamente em estratégias de resistência, e a sistematização do nosso cotidiano profissional se apresenta enquanto ferramenta importante nessa tarefa, uma vez que revela e, muitas vezes, denuncia questões importantes para repensarmos a efetividade e o desenho da política pública a partir dos seus executores/as e do fluxo da sociedade.

Urge reconhecer o protagonismo dos trabalhadores/as na defesa de um SUAS capaz de operar a partir da concepção do acesso ao direito e à cidadania, superando a lógica do favor. Quanto aos Assistentes Sociais, aliado aos demais profissionais, compete a leitura cada vez mais profunda da realidade social que se está inserido, a fim de qualificar a sua intervenção e defender a qualidade dos serviços ofertados.

Ademais, o contexto de pandemia escancarou o papel do Estado no que se refere a sua provisão de proteção social. Enquanto desafios, ainda permanecem o (des)financiamento da política e a luta para derrubar a *PEC da Morte*, responsável pelo congelamento dos gastos; a falta de protocolos de gestão capazes de responder às demandas da População em Situação de Rua e o acompanhamento social das famílias tanto presencialmente quanto por via do trabalho remoto. Quanto a este último, é necessário ficarmos atentos/as para não esvaziarmos de sentido o trabalho social com as famílias, o qual tem, na acolhida, importante instrumento e, no campo relacional, o principal meio de vinculação entre técnicos/as e demandatários/as, de modo que, ao instituir o atendimento remoto como principal via para o desenvolvimento do trabalho, corremos o risco de não acessar aqueles/as que não dispõem dos recursos do telefone e da internet. Além disso, também corremos o risco de, por um lado, perder de vista a natureza do trabalho e, do outro, contribuir com aqueles/as que veem nessa prática uma forma de fazer a política de maneira mais barata. É necessário defender a manutenção das atividades presenciais de maneira segura tanto para os/as trabalhadores/as quanto para quem busca o acesso aos direitos.

Referências

ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ARAUJO, W. A. Senhor do Bonfim: seu presente na história, 2001. In: PAZ, M.G. **História e Educação das Mulheres da Missão do Sahy**. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal, p. 98, 2009.

BRASIL, Decreto nº 7.053/ 09. **Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua**. Institui a Política Nacional para Pessoas em Situ-

ação de Rua e se Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm Acesso em: 13 de set. 2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro Especializado de Assistência Social - CREAS. Brasília, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal – CF**. 1988.

BRASIL. Lei n. 8.742/93. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 28 de set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, novembro de 2004.

BRASIL. Resolução n 109/09. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 2009. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em 28 de set 2020.

CARVALHO, M.C.B. **A Política de Assistência Social no Brasil**: dilemas na conquista de sua legitimidade. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.62 144- 155, mar. 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Marcos Legais e Organizadores do CRAS. In: **CRAS**: Marcos Legais. Vol. 1. Caderno do CapacitaSuas: São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência Social e Desenvolvimento Social, 2009.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M.V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação metodológica. 32 ed. São Paulo: Cortez/Celats, 2010.

COUTO, B. R; YAZBEK, M. C; RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ESPING-ANDERSEN.G. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova, n. 24, São Paulo, 1991.

IBGE. **Censo de 2010**. Disponível: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

LOTTA, Gabriela *et al.* **Nota Técnica**: A Pandemia de Covid-2019 e os Profissionais da Assistência Social no Brasil, FGV-NEB, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/PesquisaFGV-rel03-social-covid-19-depoimentos-v2.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2020.

MIOTO, R. C. T. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, Hélder Boska de Moraes (Org.). **Serviço Social**: questões contemporâneas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012. v. 1, p. 125-138.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde declara pandemia de novo coronavírus. **UNA-SUS**. 11 de mar. De 2020. Disponível em:<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus> . Acesso em: 20 de jan. de 2021.

SILVEIRA, J.I. O Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e práticas. In: BATTINI (Org). **SUAS**: sistema único de assistência social em debate. São Paulo: Veras Editora, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

TEIXEIRA FLEURY, S.M; OLIVEIRA, J.A.A. **(Im)Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes/ ABRASCO, 1986.

YAZBEK, M.C. **Classes Subalternas e Assistência Social.** 9ªed. São Paulo: Cortez, 2016.



Gestão e acolhimento em um CREAS

Vinicius Pinheiro de Magalhães

Introdução

Procuro refletir, com a presente narrativa de experiência, sobre a natureza, os limites e as possibilidades do exercício profissional de um assistente social na coordenação de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Trata-se de um relato sobre a experiência vivenciada, em tempos de pandemia da COVID-19³⁵, num município de médio porte³⁶ do Recôncavo baiano, que possui gestão básica da política de assistência social, no período de março a agosto de 2020.

Ao assumir sua maturidade intelectual, a categoria dos assistentes sociais, a partir da década de 1990, compreendeu que suas atribuições e competências têm relação intrínseca com a dinamicidade e mutabilidade da história, que apresenta novas requisições profissionais demandadas pela realidade (IAMAMOTO, 2015). Assim, nós, assistentes sociais, com as novas requisições postas pela realidade para nossa intervenção técnica, auferimos capacidades profissionais que extrapolam a tradicional *execução terminal de políticas sociais* (NETTO, 1998) e ocupamos lugares que reclamam competências de gestão e coordenação.

³⁵ “Em janeiro de 2020, pesquisadores chineses identificaram um novo coronavírus (SARS-CoV-2) como agente etiológico de uma síndrome respiratória aguda grave, denominada doença do coronavírus 2019 ou simplesmente COVID-19 [...]. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em um cenário com mais de 110 mil casos distribuídos em 114 países, a OMS decretou a pandemia no dia 11 de março de 2020” (CAVALCANTE *et al.*, 2020, p. 2).

³⁶ Municípios que possuem de 25 a 100 mil habitantes (WILLEMANN *et al.*, 2019).

Nesse sentido, de que forma se expressa a instrumentalidade do trabalho do assistente social na coordenação de um equipamento socio assistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na realidade de um município do Recôncavo Baiano? É possível, na expressão do trabalho de um assistente social na gestão de um CREAS, vislumbrar resultados que caminhem na perspectiva do Projeto Ético-Político da profissão, de defesa intransigente dos Direitos Humanos?

A partir da narrativa da experiência profissional na coordenação de um CREAS, que iniciou em março de 2020, proponho refletir sobre essas questões, apontando para os desafios e as possibilidades de uma gestão produtiva e signatária dos valores e princípios que adubam o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

Ademais, reflito sobre a substantiva competência técnica do assistente social no exercício da coordenação, fertilizada por uma formação crítica e generalista, para apresentar, no contexto da política de assistência social, respostas às expressões da Questão Social³⁷ que se adensam na atual conjuntura pandêmica da COVID-19.

Para além da execução

Em março de 2020, num município de médio porte do Recôncavo da Bahia, assumi o cargo da coordenação do CREAS, equipamento socioassistencial da política de assistência social, o qual, no âmbito do SUAS, localiza-se na Proteção Social Especial de Média Complexidade, modalidade de atendimento assistencial, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)³⁸:

³⁷ O objeto sobre o qual incide a atuação do assistente social é a Questão Social, cujas expressões derivam das contradições fundamentais que existem entre as forças do capital e do trabalho, as quais promovem uma série de mazelas sociais, mas também o ingresso dos trabalhadores na cena política de luta por melhores condições de vida (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

³⁸ A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), formulada no ano de 2004, sofre atualizações pontuais na reimpressão de 2013.

[...] destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco³⁹ pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2009, p. 37).

O CREAS caminha na direção de viabilizar os seguintes objetivos:

- Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais;
- Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições;
- Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias;
- Promover ações para a reinserção familiar e comunitária (BRASIL, 2014, p. 32).

O desafio que se me apresentou com a possibilidade de coordenar esse equipamento da política de assistência social foi substancialmente ampliado quando do advento da pandemia da COVID-19, a partir da segunda quinzena de março de 2020. Desde a segunda metade do mês de abril de 2020, quando foi confirmado o primeiro caso positivo para a COVID-19 no município em questão, até meados do mês de agosto do mesmo ano, a cidade desse estudo contabilizou mais de 500 casos confirmados, estando, igualmente, mais

³⁹ Há que se conceituar minimamente o que se compreende pelo termo risco no contexto da política de assistência social. Por tratar-se de um termo polissêmico, que não foi conceituado de forma delimitada na PNAS/2004 (MUSIAL; MARCOLINO-GALLI, 2019), parto da sinalização de Sposati (2009), para quem riscos sociais dizem respeito ao “[...] convívio conflituoso de formas de pensar diversas bem como das ofensas, da presença de desigualdade, do desrespeito à equidade e das violações das integridades física e psíquica. São os riscos que surgem das relações e que levam, como já indicado, à apatização, ao isolamento, ao abandono, à exclusão. Ainda podem ser incluídos os riscos relacionados à violência física e sexual nas formas de convívio” (p. 29).

de 500 pessoas recuperadas, 60 casos ativos e 08 óbitos – números alarmantes em relação à capacidade de capilaridade do vírus, mas que representaram resultados de ações responsáveis da gestão da Prefeitura Municipal, que, em junho de 2020, apresentou um dos menores índices da COVID-19 entre os municípios de médio porte do estado, e, em setembro/2020, ocupou os primeiros lugares, dentre os 50 maiores municípios da Bahia, no *ranking* de cidades com melhor cenário epidemiológico (BAHIA, 2020).

Nesses poucos meses de trabalho, tentei compreender a dinâmica dos serviços do CREAS na particularidade da realidade de um município de médio porte no território de identidade do Recôncavo baiano, a fim de reorganizá-los para os desafios em tempos da COVID-19. A tentativa de compreensão da realidade conjuntural em que se inseriam os serviços do CREAS fez-me refletir sobre uma competência crucial de um assistente social gestor: a capacidade de pesquisa.

A necessária dimensão investigativa e/ou de pesquisa do exercício profissional recebe importantes insumos resultantes do processo de construção do conhecimento, o qual se desenvolve de forma coletiva e intersubjetiva a partir da práxis cotidiana (exercício profissional crítico-reflexivo) e de relações que se estabelecem com os usuários dos serviços sociais, profissionais técnicos e o horizonte das condições objetivas da própria realidade sócio-ocupacional.

A dinâmica do trabalho de gestão e coordenação de um equipamento socioassistencial envolve o registro de ações, serviços e volume de atendimentos mensais. Tais dados permitem melhor visualização, a partir de uma competência investigativa, da capilaridade da política de assistência social e da identificação dos seus limites e possibilidades em relação aos recursos financeiros disponibilizados pela União, estado e o próprio município.

Trata-se de uma requisição fruto de uma pactuação da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), a qual propõe, na Resolução Nº 20/2013, um manual de instruções para o preenchimento das informações no Registro Mensal de Atendimentos (RMA) do CREAS. O dever de ter que preencher mensalmente o RMA foi estímulo à competência de pesquisa, possibilitando, por exemplo, a identificação dos serviços que compunham a particularidade do CREAS, mas que se encontravam desativados. Refiro-me, especificamente, aos Serviços Especializados em Abordagem Social⁴⁰ e ao de Pessoas em Situação de Rua⁴¹, notadamente requisitados pela realidade do município que contextualiza este relato, especialmente em tempos de pandemia, onde as condições de vulnerabilidade da População em Situação de Rua, por exemplo, são significativamente intensificadas.

Ao lado dessa percepção, em avaliação crítica dos dados contidos nos RMA, verificou-se um funcionamento desordenado do Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços Comunitários (PSC)⁴².

A dimensão da pesquisa assegurou que eu pudesse captar, para além desse dado imediato expresso pela realidade, a natureza complexa das questões que mediavam a desativação e a difusividade na prestação de tais serviços. Alguns exemplos: ausência de infraestrutura (veículo) e de recursos humanos (orientador social) ex-

⁴⁰ “Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre (sic) outras. [...] O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos” (BRASIL, 2014, p. 31).

⁴¹ “Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida” (BRASIL, 2014, p. 40).

⁴² “O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação (sic) de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens” (BRASIL, 2014, p. 34).

clusivos para abordagens sociais; inexistência de protocolo para a realização de abordagens sociais; e inexistência de um Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Algumas dessas questões estão subsumidas à atual tendência do capitalismo hodierno de fomentar o *desfinanciamento* das políticas sociais, o que foi visualizado no contexto do governo golpista de Michel Temer, a partir da promulgação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos nº 95 – que limitou investimentos sociais por vinte anos – e o que tem sido observado no *neoliberalismo despota* do atual governo federal.

Para a minha experiência profissional, a dimensão investigativa foi um instrumento de significativa relevância, uma vez que se apresentou como pressuposto para a solicitação de recursos técnicos, humanos e infraestruturais dos quais necessitam a política de assistência social para sua efetivação, isto é, para a oferta de respostas às demandas institucionais e reais da população usuária do CREAS. Outrossim, os dados dos RMA deram-me um panorama aproximado da situação do município em relação à densidade de demandas de violações de direitos de segmentos em situação de vulnerabilidade social, indicadores ratificados pela equipe técnica dos serviços, importante fonte no processo de construção do conhecimento.

Outra competência atinente à coordenação do CREAS diz respeito à capacidade de articulação e diálogo intersetoriais⁴³, o que tem como pressuposto a sedimentação, no horizonte de gestão, de uma imagem da natureza e missão institucionais. Uma compreensão bem definida a respeito da natureza e da missão do CREAS é pré-requisito

⁴³ “As redes intersetoriais se constituem em uma das estratégias da gestão pública para propiciar que setores e atores, de diferentes características e em diferentes contextos, encontrem-se a fim de promover ações que fomentem o desenvolvimento das políticas públicas, em atenção à complexidade das questões sociais. Ao conectar setor público, privado e sociedade civil, as redes inevitavelmente são atravessadas pelos desejos e interesses dos representantes que a compõe. A troca de saberes, a diversidade de opiniões e a busca por interesses comuns são desafios implícitos nesse processo em construção. Em rede, não há apenas uma passagem sistemática de fluxos e informações, mas sim um movimento contínuo de entrelaçamentos e prolongamentos de práticas infinitas” (MALVEZZI; NASCIMENTO, 2020, p. 10).

para a assunção da competência de coordenação de serviços e equipamentos sociais, sob pena de rumarem na direção oposta do projeto da Política de Assistência Social, reverberando na assunção de atribuições difusas, as quais extrapolam suas especificidades técnicas.

Foi notável, durante tal experiência profissional, a significativa quantidade de casos que chegaram de forma equivocada ao equipamento socioassistencial. Requisições as mais diversas, desde a solicitação de oferta de serviços especializados de saúde para dependentes de substâncias psicoativas até mandatos de perícia e investigação de violação de direitos. Também foi relevante assumir a capacidade de estabelecer relações dialógicas com a rede interseccional⁴⁴, afinando as expectativas da rede em relação aos serviços especializados ofertados pelo CREAS. Em alguns casos, foram necessárias intervenções via reunião, contato telefônico ou envio de e-mails e ofícios, em uma perspectiva pedagógico-educativa, ações que contaram com o endosso dos profissionais da instituição.

Os equívocos que ainda são reproduzidos acerca da política de assistência social e das atribuições dos seus equipamentos socioassistenciais derivam, em grande medida, dos resquícios da nossa formação sócio-histórica marcada pela preservação do mandonismo, clientelismo e patrimonialismo, elementos que, historicamente, conformaram nossos empreendimentos de promover assistência social (YAZBEK, 2006; SILVA, 2014). Retrato dessa tendência foi a morosidade, após a Constituição de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social Nº 8.742 de 1993, de regulamentação de uma política de assistência social (2004) que demarcasse sua natureza de direito

⁴⁴ As principais instituições que mantêm relações diretas com o CREAS na rede interseccional da realidade do município em questão são: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM); Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); Defensoria Pública; Ministério Público; Juizado de Direito; Lar dos Idosos; e os Conselhos Tutelar, do Direito da Criança e do Adolescente, e de Assistência Social.

social, diferenciando-a, de forma sistemática, de práticas de benevolência e caridade, as quais alimentam a lógica de tutela a que se aferram populações em situação de vulnerabilidade social.

Mesmo sendo um dos pilares da Seguridade Social, ao lado das políticas de saúde e previdência social, a política de assistência social, por possuir essa retaguarda histórica, ainda tem sido compreendida de forma equivocada, não só pela sociedade civil e população usuária, mas pelos representantes do próprio Estado. Expressões desse fato são as problemáticas associadas às relações de saber-poder (FOUCAULT, 2011) com as instituições que compõem a rede de relações do CREAS e que se recusam a seguir os ordenamentos legais a respeito do fluxo de demandas dos equipamentos da política de assistência social, notadamente saberes que caracterizam instituições do setor de justiça. Nessa direção, a assistência social tem assumido o papel de prestadora de serviços da área do direito.

A requisição de demandas pelo poder judiciário que extrapolam as atribuições do CREAS – mandatos para realização de investigação de violações de direito, perícia, laudos técnicos para casos de adoção, guarda, tutela etc. – tem sido uma forma de terceirizar a responsabilização pela ausência de equipes técnicas no setor sociojurídico, o que acaba se tornando incumbência de uma política conhecida, no imaginário social, *por fazer tudo por todos*.

No tempo de minha experiência de gestão, coube à coordenação, endossada por sua equipe técnica, a defesa e sedimentação da compreensão, junto à rede intersetorial, de que o CREAS é uma instituição que oferece proteção social, assistência social e acolhimento, a fim de que os impactos das violações de direitos sofridas por segmentos historicamente vulnerabilizados sejam dirimidos; logo, não pode ter suas atribuições confundidas com as do setor de justiça, incorrendo na pena de esse enredo atrapalhar a consolida-

ção dos vínculos que se constroem entre equipe técnica e usuários. (Afinal, esses profissionais oferecem proteção ou fiscalização à população usuária?) Essas questões foram muito bem problematizadas na Nota Técnica Nº 02/2016 da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) sobre a relação entre o SUAS e os órgãos do Sistema de Justiça.

Definidas a pesquisa e a articulação e o diálogo intersetoriais como competências concernentes à gestão de um assistente social coordenador do CREAS, certamente que sempre mediadas pelo apoio técnico do trabalho coletivo, tenho insumos para expor outra capacidade importante que, nessa experiência profissional, foi constantemente requisitada pela realidade e dinâmica de trabalho: o planejamento. Não é suficiente, para a realidade cotidiana de funcionamento do CREAS, que a coordenação disponha apenas de uma clara visão acerca da missão institucional do referido equipamento socioassistencial. Mais que isso, é necessário que a compreensão bem sedimentada acerca da missão do CREAS seja traduzida na construção coletiva de objetivos e metas, os quais, em última instância, tenham poder de impacto positivo na vida da população usuária da instituição.

Além do preenchimento mensal dos RMA, havia também a necessidade de emissão de um relatório de coordenação à Secretaria Municipal de Assistência Social. Tratava-se de um documento que requisitava informações de planejamento para o período do mês que se anunciava, além de também dispor de lacunas para o preenchimento das ações desenvolvidas e daquelas que, mediante justificativa, não foram realizadas durante o mês que findou. Ademais, esse instrumento, da mesma forma como nos RMA, solicitava dados de produção dos técnicos de referência (números de atendimentos e

ações). Certamente, a quantidade de atendimentos é importante, sobretudo no que diz respeito a aspectos de financiamento da Política Municipal de Assistência Social; todavia, os diálogos que estabeleci com a equipe técnica dos serviços socioassistenciais também seguiram a perspectiva de valoração da dimensão da qualidade na prestação dos serviços do CREAS, o que incluiu discussões, nas reuniões periódicas fomentadas pela coordenação – outra competência profissional – sobre trabalho humanizado e interdisciplinar.

Tendo claros os objetivos estabelecidos para o mês de referência, o relatório de coordenação nos auxiliou nos processos de avaliações críticas das decisões tomadas no período em questão, pois permitiu confrontar o que foi planejado com o que foi executado. No mês de julho de 2020, por exemplo, propus ampliação do número do volume de Abordagens Sociais⁴⁵ que, no mês anterior (junho/2020), contabilizou o valor de 117. O mês de julho de 2020 foi um período em que a gestão municipal tomou medidas mais rígidas de indução à reclusão social no contexto de pandemia da COVID-19, o que afetou a dinâmica do Serviço Especializado em Abordagem Social, tendo volume reduzido para o valor de 24. O confronto entre planejamento e execução foi claramente percebido quando preenchido o relatório de coordenação, facilitando reflexões e tomadas de decisão naquele contexto.

Tais propostas de planejamento são qualificadas, do ponto de vista ético-político, à medida que incluem os usuários no processo de reflexão e organização dos serviços institucionais, mobilização que também expressa uma competência de um assistente social na condição de coordenador do CREAS.

⁴⁵ O volume é contabilizado quando se calcula o número de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social multiplicado pela quantidade total de abordagens realizadas no mês, considerando que pode haver abordagens realizadas mais de uma vez com o mesmo usuário.

⁴⁶ Apesar de ter mencionado que tal serviço encontrava-se desativado, promovi sua ativação quando do advento da pandemia da COVID-19, questão a ser tratada na exposição dos resultados do CREAS no tópico seguinte.

Expostas algumas das competências (pesquisa; diálogo e articulação intersetorial; agenciamento de recursos humanos e infra-estruturais; liderança e planejamento) desenvolvidas na gestão de um CREAS, é possível sinalizar, sinteticamente, aspectos acerca da instrumentalidade do exercício profissional na coordenação de um equipamento socioassistencial.

Tais competências profissionais são requisitadas por um novo ordenamento de sociedade que dispõe e amplia serviços sociais como estratégia do Estado de tratar/enfrentar a Questão Social no estágio monopolista do capitalismo (NETTO, 2011), tendência tardiamente auferida, em sua plenitude, pelo Brasil, apenas na transição da década de 1980 para 1990, quando foi possível para nossa categoria profissional – adubada por uma Constituição Cidadã, ainda que ameaçada pelo neoliberalismo ressonante desde a década de 1970 no panorama mundial – superar o lugar subalterno-executivo relegado à intervenção profissional dos assistentes sociais, conforme disposição nas atualizadas atribuições e competências na lei de regulamentação mais recente da profissão (Lei 8.662/1993).

A necessidade de utilização dos instrumentais de Relatórios Mensais de registro de informações e de recursos como e-mail, ofícios, ligações e reuniões para estabelecer comunicação com a equipe multiprofissional do CREAS e a rede intersetorial demarca a dimensão técnico-operativa de tal experiência profissional.

Ademais, a capacidade de percepção da realidade, que se expressou na avaliação dos dados dos Relatórios Mensais e na observação e reflexão da dinâmica de trabalho, é fruto de determinada perspectiva teórica, a qual não se satisfaz com a dimensão fenomênica expressa pelo cotidiano do trabalho, mas a supera por meio de processos de mediações teórico-reflexivas que permitem aproximações sucessivas da realidade. Trata-se, portanto, de uma perspecti-

va teórico-crítica, sinalizando a dimensão teórico-metodológica de tal experiência profissional.

Finalmente, a atuação profissional, mediante utilização dos instrumentais e sedimentada por uma perspectiva teórico-metodológica crítica, além de responder às necessidades de uma instituição estatal que representa uma competência do poder executivo municipal, também, e fundamentalmente, procura oferecer respostas às demandas reais da população usuária do CREAS, o que delimita sua dimensão ético-política.

A presente reflexão não caminha na direção de confundir as dimensões de competência e atribuição, uma vez que centra sua análise no contexto das capacidades profissionais amplas que podem ser acessadas por assistentes sociais e demais técnicos em diversos espaços sócio-ocupacionais e cenários de atuação. Todavia, defendo que a formação generalista e crítica, além da natureza antiopressiva do projeto profissional do Serviço Social, qualificam a atuação de gestão do assistente social, na medida em que orientam o exercício profissional ao ideal e valores emancipatórios do Projeto Ético-político da profissão.

A seguir, sistematizo alguns resultados recentes do trabalho desenvolvido no CREAS.

Para além da aforia

No período de março a agosto de 2020, o CREAS acolheu 86⁴⁷ novos casos para atendimento no equipamento socioassistencial,

⁴⁷ Número que possivelmente está subestimado se se considerar o disposto em nota de rodapé sobre o acompanhamento da população em situação de rua, conforme exposto à frente. Todavia, tais números representam valores significativamente maiores quando (resguardadas as particularidades históricas e conjunturais do município) comparados aos números de novos casos no mesmo período (mar.-ago.) dos dois últimos anos (2015 e 2016) de gestão do antigo grupo político do executivo municipal, respectivamente 76 e 39, o que me faz inferir uma substantiva mudança de gerência das possibilidades de capilaridade da Política Municipal de Assistência Social. Tais dados também podem ser conferidos no site da Vigilância Socioassistencial do Ministério da Cidadania: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>.

número reduzido em relação ao mesmo período do ano passado, que apresentou 102 novos casos⁴⁸.

Essa redução de números pode ser explicada por três motivos fundamentais. O primeiro diz respeito ao advento da pandemia da COVID-19, quadro que, apesar de adensar a situação de risco e vulnerabilidade social da população usuária do CREAS, influenciou uma redução no número de atendimentos ofertados pela instituição. Trata-se de uma realidade, imposta pela pandemia, justificada pela redução significativa de recursos humanos decorrente do enquadramento de alguns profissionais no grupo de risco para a COVID-19 – pessoas idosas, portadoras de doenças crônicas, gestantes – e da impossibilidade, devido às inúmeras barreiras sanitárias, desativação de rodoviárias e transporte intermunicipal, de traslado de profissionais residentes em outros municípios.

Com 03 profissionais técnicos (01 advogado, 01 psicólogo e 01 assistente social) e 04 profissionais de apoio (01 técnico administrativo, 01 orientador social e 02 profissionais de serviços gerais)⁴⁹, o CREAS, no período inicial da pandemia, contou com o serviço presencial de apenas 01 técnico (advogado) e 02 profissionais de apoio (técnico administrativo e orientador social), situação-problema resolvida depois de fazer os diálogos e tensionamentos necessários para que conseguíssemos, temporariamente, via garantia de traslado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e empréstimo de outras Secretarias Municipais, mais 02 técnicos (assistentes sociais) e 02 profissionais de apoio (serviços gerais). Apesar de a modalidade de trabalho remoto ter sido uma alternativa nesse contexto pandê-

⁴⁸ Dados coletados dos Relatórios de Registros Mensais de Atendimentos do CREAS.

⁴⁹ A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) de 2006 requisita o mínimo de 02 profissionais orientadores sociais (de nível médio ou superior) para a realização de abordagens com a população usuária dos serviços.

mico, não foi capaz de conter a redução no acolhimento de novos usuários no período em questão.

Outro fator que influenciou a redução no acolhimento de novos casos diz respeito à realidade, semelhante a nossa, de reorganização das instituições que compunham a rede de diálogo intersetorial do CREAS no cenário pandêmico. Foram instituições que, por terem que se reorganizar ou pausar temporariamente seus serviços, reduziram o número de casos contrarreferenciados para o equipamento socioassistencial.

Todavia, a redução no acolhimento de novos casos, em comparação ao ano passado, também pode ser interpretada como um resultado significativamente positivo. Dos 102 novos casos acolhidos no ano de 2019 no período de março a agosto, 16% foram de crianças e adolescentes, 5% de idosos e 78% de demandas difusas, para as quais não havia possibilidade de sinalização e registro na proposta de especificação de atendimentos no RMA⁵⁰, o que pode representar a tendência, mencionada anteriormente, da assunção de casos que extrapolam a especificidade legal do CREAS⁵¹.

Com relação aos 86 novos casos acolhidos no período de março a agosto de 2020, 12,7% foram de crianças e adolescentes, 6,9% de idosos, 32,5% de pessoas em situação de rua e 47,6% de deman

⁵⁰ Tais demandas difusas foram preenchidas no RMA, compondo o número de novos casos de ingresso no PAEFI durante o mês de referência. Todavia, por ausência de possibilidade, não tiveram sua especificação delimitada no instrumento em questão. Pode tratar-se de demandas diversas, a exemplo das encaminhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social sob a justificativa de aproveitamento dos recursos humanos do CREAS, os quais são/estão lotados na Prefeitura Municipal e não num equipamento socioassistencial específico. Ademais, tais demandas também podem fazer referência às derivadas do Poder Judiciário, àquelas que requisitam os serviços técnicos dos profissionais do CREAS para realização de perícias, verificação de violação de direitos, realização de estudos psicossociais para compor processos de guarda, tutela/curatela e adoção etc.

⁵¹ Tal realidade pode estar sendo subdimensionada nessa reflexão, pois alguns casos que extrapolam as atribuições do CREAS também podem enquadrar-se perfeitamente na proposta de especificação e delimitação dos casos acompanhados na instituição a serem registrados no instrumento do RMA.

das difusas⁵². Houve uma estabilização no percentual dos casos tradicionais acolhidos na instituição (crianças, adolescentes e idosos), a incorporação do acolhimento de um novo segmento (População em Situação de Rua) e a redução significativa de demandas difusas, para as quais não existem possibilidades de delimitação no RMA, isto é, uma possível redução de casos que extrapolam a particularidade do CREAS. A redução significativa de novos casos acolhidos, enquadrados como *outras demandas*, representa um resultado positivo em relação à proposta, quando da assunção do cargo de coordenação do CREAS, de reordenamento do fluxo de demandas da instituição, a qual foi debatida e acolhida pela equipe técnica dos serviços.

Como sinalizado anteriormente, foi notável o número de casos que chegaram de forma equivocada até o equipamento socioassistencial. Confrontando essa tendência expressa pela realidade, a intervenção pedagógico-educativa com as instituições da rede sobre a especificidade de atuação do CREAS, que defendemos, apoiado pela equipe técnica, parece ter se mostrado assertiva. Entretanto, um desafio que se nos apresentou foi o de auferir esses mesmos resultados com as instituições do sistema de justiça. Certamente avançamos no diálogo com esse setor, mas nada que fosse capaz de alterar as relações históricas de saber-poder que relegam à assistência social o lugar de subalternidade⁵³ em relação à área do direito.

⁵² É notável a ausência de algumas demandas historicamente associadas aos serviços do CREAS, a exemplo dos casos de violações de direitos envolvendo mulheres e pessoas com deficiência. Em relação aos casos de mulheres, a ausência de tais demandas justifica-se pelo fato de, na realidade do município que contextualiza este relato de experiência, serem referenciados para o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). Alguns dos casos de pessoas com deficiência estão inclusos no público com idade acima de 60 anos, o que os coloca no segmento de idosos. Todavia, o desafio de cobertura desse público não pode ser desconsiderado. Planejamos interlocuções ativas com o Centro de Atenção Psicossocial e a Associação Pestalozzi do município para tentarmos cobrir esse segmento.

⁵³ Compreendo subalternidade em seu sentido de inferioridade e submissão, expressões da conformação de uma política social voltada, sobretudo, às necessidades de emancipação de uma classe social também subalterna.

Talvez essa reflexão seja uma justificativa para que, no período supracitado, 47,6% dos novos casos acolhidos pelo CREAS ainda fossem categorizados como outras demandas, sinalizando, possivelmente, sua natureza difusa em relação à particularidade do equipamento socioassistencial, realidade a ser modificada a partir dos enfrentamentos via organização coletiva com os demais equipamentos socioassistenciais, coordenadores e gestores do SUAS no município em questão e região.

Poucas demandas que acolhemos sobre o segmento das crianças e adolescentes referiam-se ao Serviço de LA e PSC. Recebemos orientações do poder judiciário para que tais serviços fossem paralisados enquanto se estendesse a conjuntura pandêmica. Contudo, aproveitamos esse momento para formular, junto ao advogado do CREAS, uma minuta de protocolo de atendimento socioeducativo a fim de tensionar, com os conselhos de direitos, a criação de um Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, tornando tais serviços mais organizados e padronizados para a realidade do município lócus de tais serviços.

Um dos principais resultados do CREAS, o qual vale ser ressaltado no presente relato de experiência profissional, diz respeito à oferta de proteção social ao segmento da População em Situação de Rua, representado por 32,5%⁵⁴ do número de novos casos acolhidos pelo equipamento socioassistencial no período de março a agosto de 2020. A oferta de proteção social a esse segmento em situação

⁵⁴ Esse número muito provavelmente está subestimado. Nos meses de março e abril, período de consolidação do Serviço de Acolhimento da População em Situação de Rua em tempos de calamidade pública, não registramos nos RMA os números dos novos casos acolhidos no CREAS referentes a esse segmento. A organização de um serviço que funcionava numa localidade apartada do CREAS deu-nos a falsa impressão de dissociabilidade. Nesse sentido, infiro que o percentual de 32,5% (28 casos) correspondente ao segmento da População em Situação de Rua é um pouco maior, chegando a 46,7% (51 casos), o que, inclusive, amplia o número de casos acolhidos no período da minha experiência para 109, número superior em relação ao mesmo período (mar.-ago.) do ano passado, e reduz o percentual de outras demandas para 37,6%.

de risco e vulnerabilidade culminou na reativação⁵⁵ dos Serviços Especializados em Abordagem Social e para Pessoas em Situação de Rua, além da organização de um Serviço de Acolhimento desse segmento para tempos de calamidade pública. Trata-se de três serviços que se retroalimentam.

Em relação ao Serviço Especializado em Abordagem Social⁵⁶, malgrado as dificuldades infraestruturais (ausência de orientador social e veículo exclusivos para tal ação), passamos a acompanhar – a partir de um planejamento e organização internos sobre a disposição de veículo e profissional técnico por, pelo menos, duas vezes na semana – 14 pessoas em situação de rua, muitas das quais usuárias de álcool e outras drogas e com sofrimento mental. O volume de Abordagens Sociais variou entre os meses de abril a agosto: 13 (abril), 04 (maio), 117 (junho), 24 (julho) e 36 (agosto); flutuação justificada em função da variação da conjuntura pandêmica e da característica migratória de muitos usuários que compunham o segmento da População em Situação de Rua.

Demos prioridade à realização de Abordagens Sociais com a População em Situação de Rua, em detrimento, por exemplo, daquelas com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, pelo fato de a dinâmica de vida na rua no cenário pandêmico representar maior risco de contágio e disseminação do coronavírus. Planejamos

⁵⁵ Refiro-me à reativação de tais serviços porque há registros numéricos do seu funcionamento nos RMA na gestão do antigo grupo político que geriu o executivo municipal. Todavia, esses registros parecem ser questionáveis do ponto de vista de sua coerência. Em relação ao ano de 2016, por exemplo, o RMA registra que nenhuma pessoa foi abordada pelo Serviço Especializado de Abordagem Social nos meses de abril, maio e junho, mas apresenta volume de abordagens realizadas (compreendida como o número de pessoas abordadas multiplicado pelo número de vezes em que foram abordadas no mês de referência) com valores, respectivos aos meses em questão, de 62, 43 e 62. São incoerências que se repetem em outros períodos. Infiro um equívoco no preenchimento de tais dados, o que afeta nossa credibilidade em relação à real ativação de tal serviço.

⁵⁶ No período da pandemia, esse serviço enfatizou o trabalho na perspectiva de redução de danos, viabilizando, para os usuários, a possibilidade de asseio das mãos, disponibilização de máscaras de proteção e encaminhamentos para a rede intersetorial, a fim de garantir proteção social ao segmento da População em Situação de Rua.

maior capilaridade desse serviço para outros segmentos ao passo em que a situação pandêmica arrefecesse e auferíssemos mais profissionais orientadores sociais para lidarem com tais demandas.

Outro serviço reativado na experiência da coordenação do CREAS foi o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, o qual, no contexto de pandemia, foi executado na estrutura de um Serviço temporário de Acolhimento para tempos de calamidade pública. Foi no quadro da pandemia de COVID-19 que participei do processo de planejamento desse serviço de natureza impermanente, o qual, no dia 24 de março, após um mapeamento inicial sobre a incidência desse segmento no município, passou a funcionar na estrutura de uma Escola Municipal, revelando significativa articulação intersetorial promovida pela gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Prefeitura Municipal.

Acolhendo inicialmente 07 usuários, o Serviço de Acolhimento da População em Situação de Rua para tempos de calamidade pública logo se consolidou ao servir de abrigo, no tempo do seu funcionamento, para mais de 41 usuários: dependentes de substâncias psicoativas, migrantes, artistas de rua, pessoas com sofrimento mental etc. – todas em situação de extrema vulnerabilidade social e expostas aos riscos de contágio da COVID-19 em função de questões associadas às condições adversas e contingências da vida, perda de vínculos familiares ou escolhas deliberadas de apropriação do espaço público para abrigo.

Tratou-se de uma instituição temporária que ofertou serviços tradicionais de uma Casa de Passagem (banho, dormitório, alimentação, oficinas) e onde se constituiu o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que viabilizou reconduções para municípios de origem, encaminhamentos para recebimento do Benefício Eventual de Aluguel Social, orientações para redução de danos em

relação ao uso de substância psicoativa, orientações para o cadastro e recebimento do Benefício do Auxílio Emergencial, inserção de usuários na rede de proteção social do município etc.; ações e serviços que contaram, em seu processo de planejamento, organização e execução, com a participação social dos usuários, a partir das diversas reuniões e diálogos induzidos pela equipe técnica e coordenação.

A seguir, alguns números que expressam a materialização da política de proteção social ao segmento da População em Situação de Rua no período de março a agosto de 2020:

Quadro 1 – Números dos serviços de referência à População em Situação de Rua de município de médio porte do Recôncavo baiano no período de março a agosto de 2020.

Situação	%
Egressos do Acolhimento que demandaram apenas Casa de Passagem	49%
Egressos do Acolhimento que foram reconduzidos para municípios de origem	11,7%
Egressos do Acolhimento que obtiveram Benefício Eventual de Aluguel Social	3,9%
Egressos do Serviço de Acolhimento que demandaram Casa de Passagem e Serviços de Fortalecimento de Vínculos	5,8%
Abrigados no Serviço de Acolhimento que ainda demandam Aluguel Social	1,9%
Usuários do Serviço Especializado em Abordagem Social que recusaram ou não possuíam perfil para ingresso no Serviço de Acolhimento	27,4%
Total de casos resolvidos: 36 casos (70,5%)	
Total de casos em acompanhamento: 15 casos (29,4%)	
Total de casos dos serviços de referência à População em Situação de Rua: 51 casos	

Fonte: Dados disponibilizados pelo CREAS de município do Recôncavo baiano (2020).

Empenhamo-nos, juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social, em sinalizar para o município, a sociedade civil e a população em geral, a despeito do lugar subalterno que historicamente relegaram à política de assistência social – a parte manca do tripé da seguridade –, a natureza essencial dessa política, seja em conjunturas ordinárias ou extraordinárias, a exemplo do atual cenário pandêmico.

A política de assistência social é uma política essencial, principalmente no quadro atual, porque impacta significativamente a vida da população usuária dos serviços socioassistenciais. Nesse sentido, defendo que a exposição dos dados supramencionados não expressa números frios e abstratos, mas a substantiva capacidade do Estado, ainda que diante de inúmeras dificuldades macrossocietárias, de oferecer proteção social a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. Especificamente em relação às pessoas em situação de rua, segmento cujo contato foi insumo para o fortalecimento dos meus valores, princípios éticos e humano-genéricos, a realidade que os *números frios* pretenderam mostrar foi a de que, em tempos de pandemia, tiveram abrigo, alimentação, segurança, proteção e cuidado.

O imaginário cultural de um município de médio porte interiorano, ainda muito marcado pelo tradicionalismo e com certa aversão a revisões críticas, deixou transparecer muito do seu preconceito e racismo ante aos serviços ofertados a esse segmento, principalmente ao Serviço de Acolhimento da População em Situação de Rua para tempos de calamidade pública: *lugar de gente perigosa, violenta; ponto de uso de drogas e abrigo de delinquentes e criminosos fugitivos da justiça. Afinal, o que de bom pode advir da reunião, em um único espaço, das classes perigosas, pessoas negras e em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza?*

Da minha parte, confesso que, apesar de às vezes tê-los tratado com a ingenuidade de um coordenador inexperiente, percebi menos a violência dessa população – o que seria muito justificável quando germinada *aos pés da pedagogia da polícia* – que o perigo de ser negro e pobre; menos a delinquência e a criminalidade que a arte e o talento; menos a desorientação em função do uso de drogas que a sábia forma de andar na vida, com fidelidade, sinceridade e ética inflexíveis. Tratou-se de uma experiência onde o afeto também foi instrumental, não só como recurso do meu exercício profissional, mas por estabelecer a ponte para o aprendiz, pois com eles aprendi a generosidade na escassez, o significado de ser livre em um modo de vida, às vezes, alternativo, a resiliência e a esperança.

Considero, portanto, que minha experiência profissional na condição de coordenador do CREAS não cumpriu apenas as expectativas de oferecer respostas às demandas institucionais, mas também caminhou na direção da defesa intransigente dos Direitos Humanos da população usuária do equipamento socioassistencial em questão, ou seja, da perspectiva de gestão que interpreta a oferta qualificada e humanizada de serviços socioassistenciais não como números abstratos, mas como potencialidades de transformação da vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social, as quais podem ter os impactos de suas violações de direitos e situação de risco significativamente reduzidos.

Além disso, penso que tal experiência me trouxe inúmeros aprendizados. Um deles foi a compreensão de que a coordenação qualificada de um equipamento socioassistencial jamais prescindirá do apoio, colaboração técnica e abertura dialógica para o estabelecimento de comunicação crítica e propositiva com a equipe profissional.

Tal aprendizado deriva do entendimento de que os frutos de uma gestão qualificada também decorrem do trabalho coletivo, competente tecnicamente, humano e solidário. Outra lição importante foi compreender que o conhecimento teórico-prático da realidade de gestão não finda, não cessa com a experiência, pelo contrário, requisita constantes reatualizações, posto que demandadas pela própria dinâmica da sociedade que incorpora as instituições como o CREAS para intervir nas expressões da Questão Social, realidade sempre em mutação e movimento – fato que denuncia a inexistência de *um ponto final da história* e sinaliza as possibilidades de sua transformação.

Considerações finais

A narrativa sobre a experiência de trabalho, na condição de coordenador do CREAS de um município de médio porte do território de identidade do Recôncavo baiano, revelou as competências técnicas de um assistente social, formado em uma perspectiva crítica e generalista e também apresentou as possibilidades de respostas institucionais em contextos de recrudescimento do quadro de vulnerabilidade social da população usuária da política de assistência social.

Por meio da exposição das competências de coordenação – pesquisa; diálogo e articulação intersetorial; agenciamento de recursos humanos e infraestruturais; liderança; e planejamento – propus a localização das dimensões da instrumentalidade no meu fazer profissional, as técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, as quais, sintonizadas e articuladas, possuem potencialidades de modificação da realidade da população usuária dos serviços ofertados pela instituição que coordenei.

Finalmente, esta narrativa culminou com a apresentação dos resultados do CREAS, os quais caminharam, para além da exposi-

ção de números abstratos, em uma perspectiva de gestão que interpreta a oferta qualificada e humanizada de serviços socioassistenciais como potencialidades de transformação da vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social, notadamente o que preconiza o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

Os desafios para o trabalho na coordenação de um CREAS são inúmeros, o que se amplia em tempos de pandemia. Destacam-se, por exemplo, as dificuldades para o trabalho de restauração de vínculos familiares/comunitários, pois a conjuntura da COVID-19 atalha, inclusive, abordagens de atendimento familiar coletivo e visitas domiciliares, além de constituir-se justificativa temporária para que conflitos familiares tenham suas resoluções postergadas. Tais dificuldades contribuem para a manutenção da situação de risco e vulnerabilidade de muitos segmentos acompanhados pelo CREAS, uma vez que continuam sem poder contar com a oferta de proteção de suas famílias.

Além disso, a necessidade de reorganização institucional em função da atual conjuntura pandêmica intensifica os problemas que o CREAS já possuía em face da tentativa de reordenação de seu fluxo de demandas, o que, nesse contexto de calamidade pública, requereu maior flexibilidade, pois a política de assistência social do município, ao lado da política de saúde, encontrava-se sobrecarregada.

O quadro pandêmico, por adensar situações de vulnerabilidade e risco social, também revelou a necessidade de atenção a uma série de demandas de alta complexidade, a exemplo do acolhimento institucional de Pessoas em Situação de Rua e de crianças e adolescentes, o que reclama pactuações para a regionalização de tais serviços em articulação com o governo do estado. Nessa direção, o caso da População em Situação de Rua no período pós-pandemia é emblemático, pois sem uma regionalização que garanta a continuidade de um Serviço de Acolhimento para esse segmento, por exemplo,

a oferta de proteção se dará apenas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social na perspectiva da redução de danos.

Tais desafios desenham um quadro quase que *distópico* para a política de assistência social em tempos de neoliberalismo, onde as tendências de desfinanciamento, focalização e terceirização da responsabilidade do Estado na oferta das políticas sociais são superestimadas. Todavia, gestões executivas democráticas nos níveis do município e do estado, além da mobilização da sociedade civil e população usuária da política de assistência social, contribuem de forma significativa na disputa pelo direcionamento dessa política social na perspectiva da proteção social ampla; o que o município que contextualiza esta narrativa, apesar de todas as limitações, tentou tensionar no período deste estudo, ainda que a contrapelo das tendências de desresponsabilização do Governo Federal diante das pautas sociais.

Referências

BAHIA. **COVID-19 na Bahia**. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Disponível em: <https://infovis.sei.ba.gov.br/covid19/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Política Nacional de Assistência Social/PNAS 2004**. Norma Operacional Básica NOB/SUAS, Brasília, Distrito Federal, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, Distrito Federal, 2014.

CAVALCANTE, João Roberto *et al.* COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, n.29, v.4, 2020,

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MALVEZZI, Cilene Despontin; NASCIMENTO, Juliana Luporini do. A Teoria Ator-Rede e o estudo da intersectorialidade nas políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. v. 24. Acesso em: 03 nov. 2020.

MUSIAL, Denis Cezar; MARCOLINO-GALLI, Juliana Ferreira. Vulnerabilidade e risco: apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. **O Social em Questão** - Ano XXII - nº 44, 2019, p. 291 – 306.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Marta Borba. **Assistência social e seus usuários**: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: 2009, p. 13-56.

WILLEMANN, Maria Cristina Antunes *et al.* Atualização intercensitária de estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho em saúde, 2015. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 28, n. 3, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.



(SUS)tentando a saúde: desafios na emergência/urgência

Zenilda Nascimento Santana

Introdução

Fruto da Política Nacional de Atenção às Urgências, as unidades de pronto atendimento - UPAs foram instituídas pela Portaria nº. 1863/GM em 29 de setembro de 2003 e teve seu processo de implantação e expansão a partir de 2009. Atualmente, as UPAs são o principal componente fixo de urgência pré-hospitalar e ocupam um lugar estratégico no acesso ao sistema de saúde, configurando-se como unidades intermediárias entre a atenção básica e as emergências hospitalares (KONDER; O'DWYER, 2015). Como parte do conjunto de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, as UPAs passam por dificuldades muito comuns: superlotação, dificuldade de articulação com os demais componentes da rede de saúde (SAMU, atenção básica, hospitais e centrais de regulação) e acréscimo do socioassistencial, decorrente especialmente da baixa cobertura da rede de serviços. Ademais, soma-se a isso as interferências político-partidárias no funcionamento e gestão dessas unidades.

É nesse espaço desafiador e cheio de contradições que o Serviço Social está inserido, sendo nosso maior desafio a superação de práticas que pouco dialogam – ou não dialogam – com os interesses da população usuária do SUS, conforme a direção social do Projeto Ético-Político do Serviço Social, gestado a partir dos anos 80 do século XX no Brasil. Busco neste relato refletir sobre a prática profissional do Serviço Social e destaco que a atuação no campo da saúde, especificamente da urgência e emergência, é marcada por

entraves políticos e institucionais, tensões e conflitos que interferem significativamente na prática profissional do Serviço Social e colocam em xeque nossa autonomia profissional e nosso papel na condição de intermediadores do acesso aos direitos previstos nas legislações.

Essa realidade requer do profissional uma postura que ultrapasse os muros institucionais, além de forte articulação com a rede intersetorial – de saúde, de proteção jurídica e social – e mobilização social, estabelecendo práticas educativas junto à população usuária. Destarte, meu objetivo é convocar a categoria profissional e os futuros assistentes sociais a pensarem/repensarem o lugar que o Serviço Social ocupa no espaço institucional, os reflexos de nossas escolhas na vida dos sujeitos demandatários do serviço público de saúde e sobre as propostas interventivas que contribuam para a consolidação dos princípios e diretrizes do SUS. Ao final deste escrito, enfatizo a importância do posicionamento crítico e defesa dos princípios norteadores da profissão para uma atuação profissional qualificada e direcionada aos interesses da população usuária dos serviços de saúde no SUS.

Caracterizando o espaço institucional

Localizada em um bairro periférico de um município da Bahia, a unidade de pronto atendimento onde atuo faz parte do conjunto da rede de atenção às urgências, de complexidade intermediária entre a atenção básica e as emergências hospitalares, configurando-se como serviço de retaguarda das unidades de atenção primária em saúde. Classificado como metrópole (mais de 900.000 habitantes), o município possui 56% de cobertura da atenção básica, contando com 120 unidades básicas de saúde da família, 04 multicentros de saúde, 03 ambulatórios de saúde mental, 17 Centros de Atendimento Psicossocial, 03 residências terapêuticas, 06 centros de especialidades

odontológicas, 02 unidades de atendimento odontológico de urgência e 16 unidades de pronto atendimento.

A unidade de saúde possui a seguinte estrutura: serviço de recepção, 02 salas de acolhimento com classificação de risco, 01 sala de eletrocardiograma, núcleo de epidemiologia, 01 sala de sutura, 01 sala de serviço social, 03 consultórios médicos, sala de medicação adulto, sala de medicação infantil, sala de R-X, sala de enfermagem, sala de nebulização, 04 leitos de observação adulto, 03 leitos de observação infantil, 02 leitos de estabilização, sala de coordenação de enfermagem, sala da gerência, sala de higienização, serviço de farmácia e farmácia satélite.

Os atendimentos são realizados por demanda espontânea e referenciados de forma contínua (24h), com equipe composta por médicos clínicos e pediatras (maioria com contrato temporário ou contrato de pessoa jurídica terceirizada), enfermeiros, técnicos de enfermagem, de radiologia e de análises clínicas, bioquímicos, farmacêuticos, assistentes sociais (todos com vínculo estatutário) e apoio administrativo – auxiliares administrativos, agentes de portaria, maqueiros, copeiros e auxiliares de serviços gerais (maioria com contrato temporário ou terceirizado). Atualmente há 09 assistentes sociais lotadas na unidade.

Do ponto de vista da dinâmica interna, trata-se de uma unidade de saúde com um bom potencial para a prestação de um serviço qualificado, tendo em vista a composição da equipe de saúde – profissionais com experiências de atuação em grandes hospitais da rede pública e particular. Todavia, está limitada à prestação de um serviço de qualidade relativa, não apenas pelas limitações estruturais e pouco investimento tecnológico por parte da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, mas também pela persistência e reprodução do modelo biomédico de fazer saúde pública, a velha confusão entre o público

e o privado e, acima disso tudo, a “cultura de que para os pobres qualquer coisa serve” (YAZBECK, 2008, p. 86).

Desafios no espaço institucional

O campo da saúde, especificamente da urgência e emergência, é, sem incorrer em exageros, um espaço possível de localização de diversas situações de violação de direitos. Essa afirmativa soa como um paradoxo, especialmente porque esse espaço foi/é desenhado sob o prisma do cuidado e da salvação de vidas, onde, ao menos, o direito à vida deve ser preservado. Mas o que é de fato o direito à vida? É o direito de simplesmente não morrer? Se para a maioria dos leitores a resposta à segunda pergunta for positiva, aceito as críticas quanto à assertiva acima. Considerando que ao longo deste artigo farei algumas provocações, convido-os a entender o significado da vida.

Em uma rápida pesquisa ao dicionário *Priberam da Língua Portuguesa* encontramos algumas definições para o termo vida: período de tempo decorrente do nascimento até a morte dos seres; determinada fase desse período; modo de viver; comportamento; ocupação, profissão, carreira; princípio de existência, de força, de entusiasmo, de atividades; fundamento, essência; causa, origem; biografia. Vejamos ainda o que nos aduz o artigo 5º. da Constituição Federal de 1988 a esse respeito: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. No regramento constitucional, o direito à vida é condição precípua, pois dele depende o exercício dos demais direitos (MORAES, 1998).

De acordo com o jurista Alexandre de Moraes (1998), esse direito à vida, proclamado pela CF/88, traz consigo duas concepções: uma relacionada ao direito de permanecer vivo e outra ao direito de

se ter uma vida digna enquanto vida/existência e, portanto, os meios necessários para a sua subsistência. Para o jurista:

O direito humano fundamental à vida deve ser entendido como direito a um nível de vida adequado com a condição humana, ou seja, direito à alimentação, vestuário, assistência médico-odontológica, educação, cultura, lazer e demais condições vitais. O Estado deverá garantir esse direito a um nível de vida adequado com a condição humana, respeitando os princípios fundamentais da cidadania, dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa [...] (MORAES, 1998, p. 87).

Considerando as contribuições trazidas por Moraes (1998) à luz da interpretação da jurisprudência e entendendo que o direito à vida não se resume ao direito de simplesmente não morrer, ratifico que o espaço da urgência e emergência expressa uma contradição em decorrência de inúmeras situações de violação de direitos, inclusive do próprio direito à vida. Isso também pode parecer um exagero, mas a realidade prática dá conta de esclarecer essa questão. Um bom exemplo desta realidade é a implantação do sistema de regulação de leitos instituído por meio da portaria nº. 1.559, de 1º de agosto de 2008.

Apesar de se revelar como uma estratégia importante para a reorganização do acesso aos serviços de saúde pública no país por meio da definição de protocolos, classificação de risco e critérios de priorização do acesso e fluxos assistenciais no âmbito do SUS, o processo de regulação de leitos marca a vida de diversos cidadãos que perecem nas filas, ora para realizar procedimentos de natureza eletiva, ora para os procedimentos de natureza de urgência e emergência. Neste último quesito, inclusive, o direito à vida deixa de ser direito quando perdemos uma vida por falta de leitos, o que decorre do desfinanciamento do SUS, agravado na atual conjuntura pela

Emenda Constitucional 95 - Teto dos Gastos Públicos, promulgada no Governo Temer. Nestas circunstâncias, o Serviço Social tem empenhado esforços no sentido de orientar as famílias sobre o direito à saúde, estimulando a judicialização da regulação como via de garantia de vagas no sistema de regulação de leitos.

Para além desse cenário, que ocorre no nível macro da política de saúde e atinge todas as unidades de urgência e emergência, com maior incidência sobre as unidades de pronto atendimento dadas suas limitações estruturais, assistimos a uma série de situações no cotidiano profissional que minam qualquer estratégia de efetivação dos princípios e diretrizes do SUS. As principais são: negação de atendimento, hierarquização das profissões, violência institucional, racismo institucional e interferências político-partidárias na gestão.

A prática de *restrição de atendimento para demandas pouco urgentes*, adotada por todas as UPAs do município quando ocorre a superlotação de leitos, afeta sobremaneira o direito à saúde. Tal prática não encontra sustentação jurídica e coloca em risco a saúde dos usuários que precisam peregrinar por várias unidades até encontrarem uma disponível para atendimento. O artigo 2º da Portaria nº. 1601/2011 estabelece as seguintes competências às UPAs:

I - funcionar de modo ininterrupto nas 24 horas, em todos os dias da semana, incluídos feriados e pontos facultativos;

II - acolher os pacientes e seus familiares sempre que buscarem atendimento na UPA 24 h;

[...] X - realizar consulta médica em regime de pronto atendimento aos casos de menor gravidade [...].

Nessas situações a população busca o apoio do Serviço Social; somos tensionadas a apresentar respostas institucionais que não podemos dar conta, principalmente porque a restrição do atendimento ocorre com a anuência da gestão local. Em diversas circunstâncias

precisamos tensionar a relação com a equipe plantonista, principalmente o médico, para que o usuário tenha acesso ao serviço, o que nem sempre ocorre.

Conforme previsto no artigo 6º, alínea c, do Código de Ética do/a Assistente Social, é vedado ao/à assistente social “bloquear o acesso dos/as usuários/as aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos”. A restrição de atendimento configura-se, portanto, como um desrespeito ao direito da população que procura o serviço de saúde e, como profissionais de Serviço Social, temos o dever ético de orientar a população quanto aos seus direitos previstos em lei e, se for o caso, comunicar às autoridades competentes. Ainda estamos buscando caminhos administrativos através do diálogo com a gestão local e a gestão central para a resolução desta demanda dentro da unidade de saúde.

A hierarquização das profissões também é um fator que interfere negativamente na prática em saúde. Apesar da ampla discussão a respeito da importância da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade em saúde, visualizamos a prevalência da majestade das profissões imperiais – Medicina, Direito e Engenharia – em tempos republicanos (COELHO, 1999, *apud* VARGAS, 2010). Via de regra, são profissões com melhores ocupações e remunerações no mercado, ocupadas quase que exclusivamente por candidatos com alto poder aquisitivo, cujo *status* é preservado por meio de seus respectivos conselhos (VARGAS, 2010). Não à toa comumente ouvimos as famigeradas frases por parte de alguns médicos: *eu que mando aqui, eu sou o médico, agora é o Serviço Social que manda no plantão*, sendo esta última decorrente do posicionamento crítico das profissionais.

Junta-se a isso a prevalência do modelo biomédico (apesar dos avanços logrados com a reforma sanitária), cujo foco é o tratamen-

to de doenças e não a sua prevenção. De acordo com Faria (*et al*, 2010), o modelo biomédico tem origem com a associação entre médicos, hospitais e ciência iniciada no século XVIII e provocou avanços importantes no modo de fazer saúde: 1. Superou a noção de ajuda, visto que os hospitais prestavam assistência aos doentes e a quem necessitasse (pobres, idosos, órfãos, incapacitados, etc.), com pouca ou nenhuma presença de médicos, porém “essa assistência não tinha como objetivo, mesmo se tratando de doentes, a cura de seus males, mas, principalmente, a salvação de suas almas (FARIA *et al*, 2010, p. 20); 2. Desvinculou os hospitais das igrejas, passando a saúde para a gestão do Estado e a gradativa associação entre médicos, hospitais e ciência. Desse modo, os hospitais foram se tornando o local de doentes e de médicos, de prática clínica para a recuperação da saúde do corpo e cura das doenças, de ensino e pesquisa que contribuíram para descobertas que foram significativas na redução de mortes por infecção (idem, *ibid*). Entretanto, esses avanços não permitiram ao campo da saúde compreender o homem em sua dimensão biopsicossocial, como bem sinaliza Faria (*ibid.*, p. 21):

Na fase miasmática, já se fazia uma associação entre pobreza, insalubridade e doença. Na teoria de Pasteur, são as bactérias ou agentes infecciosos as causas dessas doenças. É no microscópio, e não na forma de organização da sociedade, que se procuram suas causas. A história natural da doença é dominada pelos fenômenos biológicos e sua história social é praticamente abolida. O tratamento e a prevenção das doenças deixam de ter relação com a redução da pobreza, passando a demandar outros mecanismos. O combate à pobreza dá lugar à procura por estratégias que abortem a transmissão, o contágio, a infecção etc.

A Lei Orgânica da Saúde - Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, e suas alterações, representa o esforço da sociedade brasileira para a superação de visões reducionistas no campo da saúde. Vejamos o que diz seu artigo 3º:

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

Apesar da previsão legal e das mudanças ocorridas no sistema público de saúde desde a sua implementação no país, assistimos a um processo de descapitalização da política pública de saúde, de modo que as ações de promoção e prevenção que devem ser executadas na Atenção Primária em Saúde - APS têm se apresentado insuficientes para a superação do modelo biomédico. Não fugimos a essa realidade no campo da urgência e emergência, especialmente pela própria característica do serviço: realiza intervenções pontuais nos casos urgentes e emergentes e, resolvida a questão, o usuário retorna para casa. O Serviço Social tem realizado intervenções nesta direção, dialogando com as UBS, PSF e CAPS, no sentido de garantir a inserção dos usuários na APS.

Além desses aspectos, precisamos lidar com a violência institucional, muito naturalizada por alguns profissionais, o que coloca em xeque as diretrizes da política de humanização do SUS. A violência institucional é assim definida quando instituições ou agentes públicos praticam atos de violação de direitos: discriminação, humilhação, preconceito, violência física. No âmbito da saúde, manifesta-se por meio de negligência, violência verbal (xingamentos, grosserias, repreensão, ameaça) e violência física, nela inclusa a negação do alívio da dor e o abuso sexual (D'OLIVEIRA *et al*, 2002, *apud* LADEIA *et al*, 2016). Todas essas situações fazem parte do cotidiano dos nos-

sos plantões e é muito comum ouvirmos frases do tipo: *vou deixar esperar para valorizar meu passe, chegou uma com a cara quebrada, apanhou de novo?*, o que nos remete à afirmação de Ladeia (et al, 2016, p. 399) a respeito do acirramento da violência para alguns grupos específicos:

A expressão da violência institucional na saúde é ainda mais importante em alguns grupos como mulheres, idosos, negros e aqueles de classe econômica mais baixa, refletindo situações históricas de preconceito e discriminação em função do sexo, classe social e raça, além de valores culturais e julgamento moral.

Neste ínterim, o racismo institucional apresenta sua face cruel. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instituída pela Portaria nº. 992 de 13 de maio de 2009, traz em seu bojo o reconhecimento do racismo institucional no âmbito do SUS e as alternativas para a sua superação. Apesar da existência de um dispositivo legal, encontramos no cotidiano profissional da unidade de saúde diversas práticas que são discriminatórias em virtude da cor. É muito comum ouvirmos frases do tipo: *preto é forte, preto aguenta dor, vai esperar, tudo puta, esse tem cara de malandro, para malandro a gente chama a polícia*. Essas práticas corroboram com a compreensão de racismo institucional trazida a deslinde pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra:

O racismo institucional constitui-se na produção sistemática da segregação étnico-racial, nos processos institucionais. Manifesta-se por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, resultantes da ignorância, falta de atenção, preconceitos ou estereótipos racistas. Em qualquer caso, sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pela ação das instituições e organizações (2009, p. 16).

Quando a população reage a qualquer tipo de violência, a resposta institucional é única: a repressão da mão armada do Estado. Em sua origem, a função da polícia é o controle da ordem social e, ao longo da história do Brasil, esse controle se deu/dá sob a égide da repressão, no passado, reprimindo as rebeliões de escravos ou controlando os homens livres que ameaçavam a ordem, no presente, reprimindo os pobres livres (BRETAS, 1991; COSTA, 2005). Nesse contexto de violência dentro da unidade de saúde, é muito comum ouvirmos de alguns profissionais de saúde e da polícia frases como: *essas assistentes sociais são problemáticas, assistente social adora defender bandido, chegou a defensora dos fracos e oprimidos, todo mundo é vítima da sociedade.*

Essas assertivas me fazem remeter às reflexões de Costa (2005) em seu estudo sobre polícia e sociedade: “a violência é produto de uma sociedade desigual, onde o estado se omite das próprias responsabilidades sociais” (*ibid.*, p. 90); quem reclamar apanha. Desse modo, assistimos à perpetuação da cultura da violência e a legitimidade da polícia para solucionar conflitos com o uso da força dentro de um espaço fundado na concepção de cuidado e, o que é pior, com a concordância de alguns profissionais de saúde.

Por fim, enfrentamos o que Paim (2009, p. 84) já nos alertou: a gestão e gerência vinculada a

[...] interesses partidários, em que a saúde das pessoas se transforma em objeto de clientelismos e moeda de troca política, comprometendo a legitimidade do SUS perante a opinião pública, a profissionalização da gestão e a continuidade e eficiência administrativa.

Os cargos não contemplados pelos concursos públicos são partilhados entre vereadores do município e/ou deputados e geralmente são ocupados por pessoas que não estão preparadas para

lidar com as nuances da urgência e emergência, tampouco treinadas para esse fim pelas empresas terceirizadas.

Some-se a isso a famosa *dança das cadeiras*, que se apresenta como um impeditivo para qualquer tipo de organização interna voltada para o treinamento desse grupo de profissionais. Quanto ao comando desse grupo de profissionais, o gestor local tem pouco ou nenhum poder de decisão sobre *os apaniguados*. Além desses aspectos, assistimos à designação de cargos de gestão para profissionais com pouca ou nenhuma experiência em gestão de saúde, o que dificulta a definição de protocolos internos e uma direção institucional pautada no respeito às diretrizes e princípios do SUS.

Nesse processo, a relação interpessoal/interprofissional entre o Serviço Social e os demais profissionais se vê balizada por conflitos de natureza diversa. As estratégias encontradas pelo Serviço Social têm sido o diálogo com a equipe – nem sempre cordial –, a socialização de informações junto aos usuários acerca dos seus direitos e dos caminhos para efetivá-los, e a proposição de projetos de intervenção na tentativa de se imiscuir de maneira qualificada nestas questões que interferem na consolidação da saúde como um direito do cidadão e dever do Estado.

O lugar do Serviço Social

Ao assumir o cargo de profissional de atendimento integrado/ Assistente Social através do concurso público realizado pelo município, identifiquei a seguinte configuração do Serviço Social da unidade: desenvolvimento de atribuições incompatíveis com a Lei Federal 8.662/1993 (alimentação do Sistema de Regulação, emissão de atestados de comparecimentos a usuários/as, assunção da recepção da unidade na falta de funcionário, além de outras designações das áreas médica e de enfermagem); ausência de sala reservada para

realização dos atendimentos sociais; falta de sistematização do exercício profissional (falta de planejamento, procedimentos operacionais padrão - POP, projetos de intervenção, etc.); deficiência na compreensão da gestão e equipe multidisciplinar sobre o papel do Serviço Social; e falta de reuniões de equipe.

Essa realidade remete às críticas realizadas por diversos estudos no campo do Serviço Social acerca da atuação de assistentes sociais na urgência e emergência (VASCONCELOS, 2002; SODRÉ, 2010). Esses estudos apontam que os plantões são caracterizados como espaços que privilegiam os atendimentos individuais para orientações, encaminhamentos e aconselhamentos, sendo realizados a estaque, sem planejamento de ações, sistematização e avaliação da prática profissional, sem investigação sobre o perfil e principais demandas dos usuários atendidos pelos assistentes sociais. Importante destacar que, apesar desses estudos se debruçarem sobre a realidade da atuação profissional em hospitais, não fugimos a esta realidade: por muitos anos nossa prática profissional esteve majoritariamente restrita às ações de aconselhamento, orientações e encaminhamentos situados historicamente na prática do plantão social.

Outro elemento a ser ressaltado refere-se ao fato de que o trabalho na urgência e emergência é geralmente organizado em plantões, que se caracterizam pelo atendimento de demandas abertas ou referenciadas pela equipe interna (ou externa) e, via de regra, os usuários esperam soluções imediatas para a demanda que nos apresenta. Haja vista que somos apenas 09 profissionais, geralmente os plantões só contam apenas com uma assistente social nas 24 horas e, em algumas circunstâncias, 02 profissionais durante o serviço diurno (SD).

Geralmente há uma grande procura pelo atendimento do Serviço Social, que, por sua vez, demanda tempo e ações que precisam

extrapolar a imediatividade, o que nem sempre é possível dentro da dinâmica do plantão e da urgência apresentada pelo usuário. Logo, é necessário que a equipe do Serviço Social esteja sintonizada na busca de intervenções que fujam ao imediatismo, o que é possível através do planejamento de ações, construção de instrumentos, sistematização e avaliação das ações realizadas.

Por conseguinte, imbuídas na reflexão crítica sobre o lugar do Serviço Social na instituição, a equipe iniciou um processo de questionamento aos ditames institucionais, com o apoio do Conselho Regional de Serviço Social da 5ª Região, além da construção dos instrumentais específicos do Serviço Social, a exemplo de fichas sociais, relatórios de atividades quadrimestrais e anuais do Serviço Social, elaboração de planos de trabalho, elaboração do POP do Serviço Social, construção e implementação de projetos de intervenção a partir da realidade identificada. Todos os documentos foram embasados nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, que preveem nossa atuação em quatro eixos: 1. Atendimento direto aos usuários, que inclui ações socioassistenciais, socioeducativas e de articulação com a equipe de saúde; 2. Mobilização, participação e controle social; 3. Investigação, planejamento e gestão; 4. Assessoria, qualificação e formação profissional.

Destaco que a atuação do Serviço Social no campo da urgência e emergência é subjetiva e não pode ser comparada à dinâmica dos outros profissionais de saúde. O atendimento a uma demanda pode durar um turno de trabalho ou até dias, semanas, meses, porque a nós compete o acompanhamento social dos usuários dos nossos serviços e os desdobramentos dele decorrentes. Na unidade de saúde, exercemos nossa prática diária junto à equipe multidisciplinar e nossa atuação é direcionada para responder às demandas trazidas por esses usuários durante o atendimento, contribuindo para o

processo de inserção na rede de saúde e de proteção social. Essa atuação demanda um acolhimento qualificado, a escuta sensível, a orientação e o suporte ao usuário e sua família. Nessa interface, a equipe se depara com demandas que extrapolam o atendimento individual aos usuários e suas famílias, requerendo das profissionais articulações com a rede de saúde e de proteção socioassistencial, bem como outras ações, com vistas ao fortalecimento dos direitos do nosso público-alvo.

Nesta direção, ressalto a importância da dimensão técnico-operativa da prática profissional, pois ela nos permite imergir na vida dos sujeitos alvo da ação profissional, dimensão que, no nosso campo de atuação, se revela por meio da realização de: entrevista social/anamnese social, que nos permite conhecer aspectos da vida e saúde dos usuários; ficha de evolução social, onde é descrita a intervenção do Serviço Social durante o plantão, a fim de subsidiar as ações subsequentes ao plantão; acompanhamento e orientações sociais à família, que expressam a dimensão socioeducativa da prática profissional; e as articulações com a rede intersetorial, através de projetos de intervenção pensados a partir das necessidades concretas dos usuários.

Nosso objetivo é transcender os muros da instituição, superar o caráter imediatista do plantão social, abrir frentes de trabalho e alcançar os demais eixos de atuação do Serviço Social na saúde, pois concordamos com Sodré (2010, p. 466) quando afirma que “ao profissional que se resume a dar plantões e encaminhamentos, as políticas de saúde lhe reservam lugares extenuantes de trabalho, equipes despreparadas, ambientes insalubres, condições inferiores de administrar seu processo de trabalho no atendimento aos usuários”. Observem que esse tem sido o lugar ocupado pelo Serviço Social da unidade.

Não posso deixar de destacar que, nesse processo, foi e é necessário fortalecer a dimensão investigativa do trabalho profissional, pois de acordo com Sodré (2010), através dela,

[...] imprimimos uma noção constituinte do direito à saúde e aos serviços sociais. Quando os assistentes sociais pensam a realidade, capturando o seu movimento, projetam e imprimem ações que proporcionam enxergar a necessidade de ampliação e de universalização (p. 469).

Para elaborar um projeto de intervenção, por exemplo, é preciso fazer uma leitura profunda da realidade e, para tal, é incontornável estudar, mapear, contabilizar, produzir relatórios, sistematizar a prática profissional.

Mediante projetos de intervenção construídos e executados pelo Serviço Social, obtivemos alguns avanços para a consolidação dos nossos objetivos profissionais. Considero pertinente enfatizar que o projeto de intervenção não é apenas mero meio para a conclusão do estágio supervisionado que pode ser descartado quando da atuação profissional. De acordo com o CFESS (2001, p. 47), o projeto de intervenção:

Constitui uma organização sistemática de ações técnico-profissionais e ético políticas em resposta às expressões da questão social com as quais se defronta o assistente social no exercício da profissão. Mas estas respostas têm de ser nutridas por conhecimentos teóricos e sócio-históricos obtidos mediante investigação – que, por sua vez, perpassa a própria intervenção – e estão articuladas aos processos e mediações inscritos nos campos das políticas sociais, a saber: as escolhas e decisões socialmente conflituosas; gestão e implementação de programas e projetos, serviços e benefícios; e lutas pela ampliação de cidadania, especialmente os sociais.

Atualmente, a equipe de Serviço Social executa 06 projetos de intervenção na unidade, todos aprovados pela Secretaria Municipal

de Saúde. Apresentarei um breve resumo dos projetos e espero que sirvam de inspiração para os futuros profissionais, pois refletem uma experiência que ratifica a possibilidade de exercer a profissão na urgência e emergência conectada com as diretrizes para atuação de assistentes sociais na política da saúde.

■ Projeto de identificação e acompanhamento dos usuários/as recorrentes na Unidade: esse projeto nasceu da identificação de usuários que recorrentemente buscavam o serviço da unidade, em sua maioria idosos, hipertensos e/ou diabéticos, que alegavam dificuldade de inserção nos serviços básicos de saúde. O objetivo do projeto é promover a inserção desses usuários na APS, por intermédio de articulação com as UBS, CAPS e serviços socioassistenciais quando couber. O projeto foi iniciado em 2015.

■ Projeto de mapeamento e articulação das Redes de Saúde e Socioassistencial: este projeto nasceu da necessidade de conhecer a rede de saúde, a fim de realizar parcerias e encaminhamentos responsáveis. Nele estão previstas reuniões, contatos telefônicos e visitas institucionais aos equipamentos da rede de saúde e socioassistencial, no intuito de conhecer a dinâmica interna dos órgãos, os serviços oferecidos e critérios para a inserção, além da atualização dos contatos e serviços oferecidos à população, configurando como uma atividade de democratização das informações. Foi iniciado em 2017, com o apoio da SMS.

■ Projeto de acolhimento à mulher vítima de violência: este projeto nasceu da identificação da necessidade de um acolhimento humanizado para mulheres vítimas de violência atendidas na unidade, muitas vezes julgadas e expostas por profissionais do plantão. O objetivo é promover um atendimento de qualidade para este público, não apenas pelo Serviço Social, mas por toda a equipe de saúde. Tal projeto traz a vertente da capacitação para a equipe de saúde, através de parcerias com a rede de proteção à mulher. Foi iniciado em 2019, com o apoio da SMS.

- Projeto de acolhimento às pessoas em situação de violência autoprovocada: nasceu em decorrência do crescente número de usuários/as que chegam à unidade após episódios de violência autoprovocada. O objetivo é contribuir para a integralidade do atendimento, visando acolhimento humanizado, encaminhamento responsável e a inserção na rede de saúde mental, por intermédio do constante diálogo com a RAPS e instituições filantrópicas e/ou de ensino. O Projeto foi iniciado em 2019, com o apoio da SMS.
- Educação em Saúde no Contexto da Pandemia da COVID 19 - transpondo os muros da Urgência e Emergência: o projeto nasceu da necessidade de implementação de ações sistemáticas junto às comunidades que estavam no topo da lista de bairros com maior número de casos de Covid-19. O objetivo deste projeto é buscar alternativas locais de minimização dos impactos da COVID-19, através da socialização de informações, utilizando a linguagem da população periférica e distribuição de máscaras de tecido, tendo em vista seu alto custo para a população. O projeto foi iniciado em 2020, com o apoio da SMS.
- Nós e a Pandemia: o elo entre os usuários e a família no Contexto de Pandemia na Unidade de Saúde: devido à restrição de acompanhamento e visitas aos usuários acometidos ou não pela COVID-19, notamos diariamente a angústia dos familiares que ansiavam por ver seus familiares. O objetivo do projeto é fortalecer ações de humanização na unidade no contexto da pandemia através da equipe multidisciplinar para permitir a manutenção do elo entre os usuários e suas famílias. Foi elaborado em 2020, com aprovação da SMS, entretanto, não foi possível a sua execução fiel, pois a SMS não enviou o tablet e a gestão local retirou o smartphone que ficava à disposição do Serviço Social, o que impossibilitou a gravação dos vídeos/depoimentos, restando-nos apenas o incentivo à família a escrever cartas, levar fotos ou alguma lembrança marcante para seu ente querido.

É importante destacar que encontramos diversos empecilhos para a execução desses projetos: a concepção de que eles não cabiam em um Serviço de Urgência e Emergência; falta de apoio institucional para sua execução após aprovação, principalmente da gestão local; falta de consenso na equipe de Serviço Social sobre a importância e legitimidade para sua elaboração e execução; ratificação, por assistentes sociais da equipe, da concepção do plantão social sem avaliação teórica e crítica; ausência de espaços para discussão da equipe interdisciplinar e de socialização.

Considerações finais

Defender um projeto profissional fundado na perspectiva do direito em um contexto marcado por situações de violação de direitos é uma tarefa árdua, pois esse posicionamento nos coloca no lugar de *assistentes sociais problemáticas*. Não o defender, todavia, é uma tarefa mais penosa ainda, pois esse posicionamento nos coloca no lugar de *assistentes sociais que não fazem nada*. Costumo dizer que fui escolhida pelo serviço social e não o contrário. Precisamos de menos discurso e mais prática, mas uma prática responsável, que esteja vinculada aos interesses da população demandatária dos serviços do SUS. Obviamente, isso não é uma receita de bolo, mas quando o profissional decide não fazer (por uma série de questões das quais temos ciência), é impossível imprimir o mínimo de mudança na realidade.

O usuário da política de saúde não espera de nós um discurso lindo, pronto. Ele espera de nós, no mínimo, empatia. O assistente social que não aprendeu a desenvolver a empatia, pouco ou nada contribui para a resolução das demandas que surgem no cotidiano profissional. Quem tem essa capacidade jamais naturalizará práticas de abuso de poder, violência e racismo institucionais, de violência po-

lial, de dispensação de tratamentos desumanizados às pessoas que mais necessitam de nosso acolhimento, que já passam por situações de humilhação desde o momento em que decidem sair de casa (longa espera em pontos de ônibus, trajeto em pé e desconfortável, peregrinação para conseguir atendimento médico, dentre outras tantas situações) para a emergência em busca de solução para a sua dor.

Quem escolhe/escolheu o Serviço Social como profissão tem o dever ético de se posicionar diante de situações de violação de direitos, em respeito aos princípios fundamentais previstos no Código de Ética do/a Assistente Social, especificamente:

II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; e VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

Espero que este capítulo tenha contribuído para que as/os futuras/os profissionais de Serviço Social pautem sua prática profissional em sintonia com os interesses da população demandária dos seus serviços. Aos profissionais em exercício, especialmente do campo da saúde, espero ter contribuído para uma reflexão acerca do fazer profissional, a qual pode ser aprofundada e renovada sempre a partir de nosso cotidiano de trabalho.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: título II, capítulo I - dos direitos e deveres individuais e coletivos. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Portaria nº 1.863 de 29 de setembro de 2003:** institui a política nacional de atenção às urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. **Portaria nº 1.550, de 01 de agosto de 2008:** institui a política nacional de regulação no Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. **Portaria nº 1601, de 07 de julho de 2011:** Estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 9 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra:** uma política para o SUS. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio. Projeto ético-Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elizabete. *et al* (orgs). **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

BRETAS, Marcos Luiz. O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, Rio de Janeiro, n. 32, 2.º semestre de 1991.

CFESS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. **Módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social.** Brasília: UnB, 2001.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2010.

COSTA, Ivone Freire. Violência, Controle Social e Polícia no Brasil. In:_____. **Polícia e Sociedade: gestão de segurança pública, violência e controle social**. Salvador: EDUFBA, 2005.

FARIA, Horácio Pereira de [*et al.*] **Modelo assistencial e atenção básica à saúde**. 2 ed. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, Coopmed, 2010.

KONDER, Mariana Teixeira; O'DWYER, Gisele. As Unidades de Pronto-Atendimento na Política Nacional de Atenção às Urgências. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, vol. 25, n.2, 2015.

LADEIA, Priscila Soares dos Santos; MOURÃO, Tatiana Tscherbakowski; MELO, Elza Machado. O silêncio da violência institucional no Brasil. **Rev. Médica de Minas Gerais**, 2016; 26 (Supl 8).

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: Teoria Geral**. São Paulo: Atlas, 1998.

PAIM, Jairnilson da Silva. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

SODRÉ, Francis. Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 103, 2010.

VARGAS, Hustana Maria. Sem perder a majestade: profissões imperiais no Brasil. **Rev. Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.15, n.28, 2010.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social**. Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, Ana Maria. **Saúde e Serviço Social: tendências nos anos 2000**. Texto de subsídio para as palestras do Seminário Estadual na Saúde. Florianópolis, 2010.



O direito de saber: a socialização de informações

Cristiane de Oliveira Xavier Machado

Introdução

Neste escrito, trago algumas considerações sobre a Socialização de Informações no âmbito do Serviço Social da Previdência. Apresento essa ação como estratégia de enfrentamento dos novos modelos de atendimento implementados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS no intuito de promover *a modernização dos serviços* a partir da implantação do *INSS Digital*. Nessa perspectiva, a Socialização de Informações é apreendida como possibilidade de construção de potencialidades frente aos desafios impostos pelo modelo digital, seus desdobramentos e significados para a população que busca respostas para suas demandas diariamente.

Enquanto política social, a Previdência consiste em um direito constitucional no contexto da Seguridade Social, conquistada com o advento da Constituição de 1988, mas que se concretiza sob a lógica da contribuição. É uma das políticas mais antigas, fruto de reivindicações e lutas dos trabalhadores, representando um importante instrumento de proteção social na complexa sociedade capitalista

Para Motta (2008), as políticas de seguridade têm origem no reconhecimento público dos riscos do trabalho assalariado, ampliando-se a partir do II pós-guerra como meio de prover proteção social a todos os trabalhadores e se inscrevendo na pauta dos direitos sociais. Um marco importante da história da Previdência brasileira foi a Lei Eloy Chaves, de 1923, que autorizou a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para trabalhadores da iniciativa

privada. Daí em diante, diversas ações ocorreram no sentido de ampliação da Previdência como política pública.

Desse modo, a partir de meados da década de 1960, configurou-se no Brasil o esgotamento do governo denominado populista e o início dos governos ditatoriais nessa década. O chamado *milagre econômico* surgia como expressão do desenvolvimento do país. Nesse cenário, tem-se a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966, que incorporou os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) como objetivo de racionalizar os gastos e centralizar o regime previdenciário.

A atuação do Serviço Social no campo da Previdência remonta aos anos de 1944 e é legitimada em 1960 com a Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS. A partir de então, o assistente social passa a atuar em áreas referentes ao trabalho, à família, à pesquisa social, entre outras. Nesse espaço sócio-ocupacional, o Serviço Social norteia suas ações sob o marco legal profissional e institucional, assumindo diferentes configurações ao longo dos anos.

A Constituição Federal de 1988 representou mudanças fundamentais na política de Previdência e conseqüentemente no Serviço Social. Desse modo, em 1991 foi criado o INSS e instituída a lei 8.213/1991 que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e que também definiu as competências do Serviço Social no artigo 88:

Esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade (BRASIL, 1991, s/p).

Foi a partir dessa perspectiva que, nos anos de 1990, o Serviço Social construiu as estratégias para o desenvolvimento da ação profissional conforme a Matriz Teórico Metodológica do Serviço So-

cial na Previdência Social, na qual a Socialização de Informações está pautada.

Digital desigual

As discussões sobre a Previdência Social têm sido recorrentes entre os brasileiros nos últimos anos, intensificadas principalmente pela proposta de reforma ancorada na ideia de déficit orçamentário e ameaça da manutenção da política, tendo o envelhecimento da população e a redução dos economicamente ativos como principais fatores para o desajuste econômico:

Como parte da política de ajuste fiscal, em curso desde 1993, que prioriza a realização de superávits primários para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública, o governo federal vem se apropriando das contribuições sociais destinadas à seguridade social. O corolário é o esvaziamento permanente do financiamento da seguridade social, deixando os recursos públicos liberados para os condutores das políticas econômicas atenderem os interesses do capital. Além de sustentar o discurso público de elevados “déficits previdenciários” para justificar contrarreformas previdenciárias [...] (SALVADOR, 2017, 426-427).

A *reforma* mais recente, consolidada pela Emenda Constitucional 103 de 2019, alterou critérios de concessão e manutenção de benefícios, promovendo alterações no que se refere à idade mínima, tempo de contribuição e valores, por exemplo. Entretanto, paralelamente a essa reforma, também ocorreu uma outra, que não repercutiu na mesma intensidade. Trata-se da implantação do *modelo digital* gestado a partir do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e entidades da

administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A partir do decreto supracitado, o INSS, autarquia responsável pela operacionalização dos benefícios no âmbito do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, iniciou uma série de mudanças objetivando a reorganização dos atendimentos e análise de processos. É possível identificar, desde 2006, ações voltadas à reestruturação dos serviços, quando o INSS iniciou o atendimento através da Central 135, que se propunha a realizar agendamentos e servir como canal de informações para a população. Essa Central deu conta de suprimir as longas filas formadas na entrada das agências, quando se buscavam senhas para os atendimentos diversos. Entretanto, essa fila física daria lugar a uma fila virtual, invisível aos olhos da população.

Em 2017, aconteceram as principais mudanças em conformidade com o Decreto nº 8.539, instaurando-se o INSS Digital com o objetivo de modernizar os serviços e melhorar o atendimento aos cidadãos. Dentro da perspectiva do novo modelo, a documentação apresentada para solicitação de benefícios passou a ser digitalizada, compondo arquivos no Gerenciador de Tarefas - GET, plataforma na qual os processos são analisados. Depois, vieram as alterações relacionadas ao atendimento, e uma grande parte de serviços passou a ser oferecida por meio da internet e telefone, mantendo-se os atendimentos presenciais para quem solicitasse.

Entre 2018 e 2019, os atendimentos presenciais quase deixaram de existir. Atualmente, o INSS conta com um canal de serviços na internet, o Meu INSS, no qual é possível realizar diferentes solicitações. Em meados de 2019, foi oficializada a retirada de diversos atendimentos presenciais, passando a ser exclusivamente ofertados por meio dos canais remotos (Central 135 e *Meu INSS*). Dentro das alterações promovidas pelo INSS Digital, também tivemos a criação das Centrais de Análises de Benefícios – CEABs, conduzindo a

distribuição dos processos de forma eletrônica entre os servidores.

A implantação do modelo digital é reflexo dos processos de transição da sociedade ao longo dos tempos. O advento da informática criou possibilidades de comunicação e novos espaços de interação que marcariam definitivamente as relações sociais e os processos de trabalho, inclusive no serviço público. “A racionalidade tecnológica espalha-se progressivamente por todos os lugares, locais de trabalho e lazer, instituições, círculos de convivência social, modos de ser, agir, sentir, pensar, imaginar” (IANNI, 2008, p. 121). Ferreira (2003, p. 37), em sua análise sobre a sociedade da informação no Brasil, expõe que:

No campo do Estado, enquanto conjunto de instituições de poder legitimadas pela sociedade (Banco Mundial, 1997), o acesso à informação tem por finalidade a manutenção da sua soberania. Nessa direção, o uso desse recurso é orientado no sentido de coordenar a complexidade social no que se refere à ordem, por intermédio de suas instituições legislativas, executivas e judiciárias. Em caráter específico, a informação no contexto do Estado está voltada para a análise da realidade social e subsequente elaboração, aplicação e controle de políticas públicas que promovam o bem-estar da coletividade.

No campo das políticas públicas, é possível destacar a criação de diversos sistemas para aprimoramento da gestão de serviços, incluindo a criação de banco de dados para unificação das informações. O que chama a atenção e traz a necessidade de uma análise é que há um esforço em criar mecanismos para que os indivíduos se tornem responsáveis pelo direcionamento de suas demandas.

É notório que o *INSS Digital* tem se configurado como um modelo de racionalização da mão de obra do INSS, no qual uma grande parte de servidores deixam de realizar os atendimentos presenciais, para se limitar à análise de processos. Já não há o contato *face a*

face, o sujeito dotado de particularidades passou a representar mais um processo na *fila da análise*. Os serviços à distância também implicam no distanciamento na relação sujeito/servidor e não se trata aqui de uma crítica ao princípio da impessoalidade da Administração Pública, mas sim da desresponsabilização do Estado na prestação dos serviços públicos. Este Estado transfere ao indivíduo a responsabilidade por etapas do processo, como solicitar, acompanhar o andamento e identificar intercorrências, sem oferecer, a priori, as condições necessárias para tanto.

Destaco que a mudança no atendimento deveria trazer uma comodidade para a população, que poderia solicitar mais facilmente os serviços desejados, em vez de enfrentar filas e deslocamento, o que de fato é uma inovação positiva, por isso não se trata de mitigar o potencial das tecnologias. A problemática que apresento diz respeito às desigualdades socioeconômicas e educacionais, e às particularidades dos territórios, que fazem com que as pessoas tenham possibilidades diferentes de acesso aos serviços e alcance dos direitos – elementos que são desconsiderados nesse modelo implementado pelo INSS. Ao tratar dessa questão, Santos (2003, p. 19) afirma o seguinte:

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca [...].

As implicações decorrentes dessa nova configuração de serviços do INSS apontam para uma série de questões sobre as quais é preciso refletir. Corroboro com a análise de Werthein (2000, p. 73) ao afirmar que:

as desigualdades de renda e desenvolvimento industrial entre os povos e grupos da sociedade reproduzem-se no novo paradigma. Enquanto, no mundo industrializado, a informatização de processos sociais ainda tem de incorporar alguns segmentos sociais e minorias excluídas, na grande maioria dos países em desenvolvimento, entre eles os latino-americanos, vastos setores da população, compreendendo os médios e pequenos produtores e comerciantes, docentes e estudantes da área rural e setores populares urbanos, adultos, jovens e crianças das classes populares no campo e na cidade, além daquelas populações marginalizadas como desempregados crônicos e os “sem-teto”, engrossam a fatia dos que estão ainda longe de integrar-se no novo paradigma.

Nesse sentido, é preciso considerar que há ainda uma distribuição desigual no que se refere ao acesso às tecnologias, deixando de contemplar determinados segmentos da população, deixados à margem, traço de uma sociedade marcada pela concentração de riquezas, como é o caso brasileiro. “Trata-se de um fenômeno que pode ser tomado como uma das expressões da questão social, já que se refere ao acesso destes segmentos da população à riqueza socialmente produzida, na qual se encontram os recursos tecnológicos” (VELOSO, 2011, p. 62).

Partindo do exposto, compreendo a socialização de informações como estratégia de enfrentamento desse formato de atendimento excludente denunciado pelos sujeitos no cotidiano dos atendimentos do assistente social na Instituição. Para Miotto (2009, p. 5), a socialização de informações compõe o processo de ações socioeducativas no trabalho do assistente social:

As ações socioeducativas, no âmbito dos processos socioassistenciais, se estruturam sobre dois pilares. Um relacionado à socialização de informações e outro referente ao processo reflexivo desenvolvido na trajetória da relação estabelecida entre profissionais e usuários. São eles que dão

sustentação ao processo educativo que tem como finalidade os princípios contidos no código de ética do assistente social de 1993.

A socialização das informações, de acordo com Silva (2000 *apud* MIOTO, 2009) é um componente que contribui para a viabilização de direitos por se apresentar como uma ação de fortalecimento do usuário no acesso a direitos e mudança da própria realidade. Mio-to (2009) reflete sobre este processo e aponta que:

a socialização das informações está pautada no compromisso da garantia do direito à informação, como direito fundamental de cidadania. Cepik (2000) classifica o direito à informação como um direito civil, político e social e destaca a sua centralidade para a construção da cidadania contemporânea (MIOTO, 2009, p. 502).

De acordo com a Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social na Previdência, a socialização das informações previdenciárias compreende um conjunto qualificado de informações considerando que:

- a) é transmitida sob a ótica do direito social e da proteção ao trabalho;
- b) particulariza os sujeitos individuais e coletivos a partir de sua realidade imediata vinculando-a com a totalidade;
- c) estabelece-se numa relação horizontal entre o saber do Assistente Social (profissional, institucional, de leitura de totalidade) e o saber do usuário, expresso em suas demandas e reivindicações; e
- d) exige a construção de espaço de discussão, debate, análise e proposições que possibilite o nível de reflexão e crítica. É um processo dinâmico de construção e de politização das questões (BRASIL/MPAS, 1995).

Partindo dessa perspectiva, a socialização assume um lugar de ação/intervenção que perpassa a orientação comum, de caráter pontual, inscrevendo-se como estratégia imbricada de significados e possibilidades.

No INSS, o Serviço Social está presente em 728 das 1616⁵⁷ agências da Previdência Social em todo o País. Constituem principais demandas os serviços de Avaliação Social do Benefício de Prestação Continuada – BPC, a Socialização de Informações individuais/coletivas, a Elaboração de Estudo Social para emissão de Parecer Social, a Avaliação da Aposentadoria da Pessoa com Deficiência, entre outros.

O serviço de Socialização de Informações individuais/coletivas é agendável com vagas distribuídas de acordo com a necessidade local, estando configurado nesse formato há pouco tempo. Entretanto, enquanto ação do Serviço Social, a Socialização de Informações é uma intervenção construída ao longo de diferentes momentos na história da instituição. A demanda pelo atendimento tem aumentado, isto porque o Serviço Social é um dos poucos serviços presenciais que permaneceram nas agências após a implantação do *INSS Digital*. Nesse sentido, ao esbarrar na limitação das informações, a população tem buscado o Serviço Social visando encontrar repostas para suas demandas.

No modelo do *INSS Digital*, as pessoas foram responsabilizadas por suas solicitações, pelo acompanhamento de seus processos e pelo cumprimento das exigências feitas pelo Instituto. A falta de informações sobre esses fluxos e, em muitos casos, a falta de acesso aos canais remotos têm implicado em indeferimentos de benefícios sem análise do mérito, como ocorre nas situações em que falta apresentação de documentos, por exemplo.

Esse novo panorama colocou para nós, assistentes sociais, a necessidade de reatualização de conteúdos e apropriação das novas legislações objetivando a qualificação da socialização de informa-

⁵⁷ Informações obtidas nas Diretrizes para o plano de retorno ao atendimento presencial do Serviço Social nas agências do INSS, Nota Técnica Nº 02/2020/DSS/CG-PFSP/DIRBEN/INSS.

ções prestada à população. Considerando que a socialização deve ultrapassar a transmissão de informações, trago aqui relatos e encaminhamentos nos quais a socialização de informações é apreendida como possibilidade de construção de potencialidades frente aos desafios impostos pelo modelo digital. Dito isto, apresento a seguir algumas situações do cotidiano de trabalho, acolhendo a percepção dos sujeitos e significando a socialização de informações.

Perceber, conhecer e intervir

Em 2019, quando o INSS deixou de realizar os requerimentos dentro da agência e tudo passou a ser direcionado aos canais remotos, comecei a me incomodar com a estranheza e expressão das pessoas que recebiam dos estagiários a senha inicial⁵⁸ para acessar o Meu INSS. A pergunta era sempre a mesma: O que eu vou fazer com essa senha? Então passei a orientar os estagiários a encaminharem para o Serviço Social os casos nos quais as pessoas relatavam dificuldades para acessar os canais remotos. Não demorou e criamos um fluxo importante no atendimento dessas demandas. Passei a compreender a relevância desse serviço no contexto no qual o Serviço Social se apresentava como elo entre as pessoas e a possibilidade de acessar os benefícios diante da mudança do modelo de atendimento.

Nessa dinâmica de atendimento impulsionado pelas mudanças do INSS Digital, passei a acolher o discurso das pessoas e perceber a diversidade de situações que limitavam o acesso aos benefícios, às informações. No atendimento, as pessoas contavam sobre as dificuldades: *Não tenho energia em casa/Não tenho telefone/Tenho telefone, mas não tenho internet/Ligar para o 135 gasta os créditos tudo e*

⁵⁸ A senha inicial é gerada pelo estagiário ou pelo servidor, a partir do CPF do solicitante, e deve ser alterada por ele no primeiro acesso ao Meu INSS.

a gente não consegue falar/Na lan house fizeram meu pedido errado/ Não tenho e-mail/Não tenho estudo para fazer essas coisas sozinho/ Eu já tentei várias vezes e o site não funciona.

Essas falas me indicaram o tamanho do desafio que o novo modelo impunha à população, indo na direção oposta ao que o Instituto propunha ao justificar o *encurtamento das distâncias*. Mas como encurtar a distância se o que foi feito foi impossibilitar as pessoas de fazer suas solicitações presencialmente? Mais uma vez, a fala dos sujeitos denuncia o descontentamento: *Eu preferia quando podia fazer tudo aqui* ou *Eu queria era falar com alguém que me explicasse as coisas*.

Foi necessário ampliar a quantidade de vagas na agenda diária. No atendimento, explico um pouco sobre as mudanças ocorridas, informo sobre a utilização da senha e providencio a sua alteração, mostrando os caminhos na plataforma e fazendo o requerimento pretendido, orientando ainda sobre as próximas etapas que compõem o processo.

Solicitação feita, e agora? Como informar sobre documentos pendentes e os agendamentos? O atendimento inicial é apenas a primeira de muitas intervenções que seguirão no decorrer do processo, seja direta ou indiretamente. A cada dia, surge uma situação nova, e isso significa que o acolhimento da demanda está para além do momento do atendimento e que o profissional é convidado a buscar sempre mais conhecimento, seja no âmbito institucional ou fora dele. O profissional deve ter o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 2012, s/p), pois, sem essa busca continuada, é difícil atender às demandas que chegam diariamente.

Como localizar as pessoas sem telefone, sem internet e residindo em locais distantes da sede dos municípios? Eis que a articula-

ção com a rede socioassistencial se tornaria ainda mais importante. Os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS têm sido um serviço fundamental para a localização desses sujeitos, principalmente dos requerentes de BPC, vez que, por se tratar de um benefício da Assistência Social, já existia um trabalho de orientação e acompanhamento desse público.

Outra articulação importante tem sido efetivada com os Agentes Comunitários de Saúde - ACS, principalmente em áreas rurais. Busquei o contato desses profissionais por área de abrangência, e, já no atendimento inicial, dada a impossibilidade de contato com o requerente/beneficiário, questiono sobre essa vinculação com ACS para que ele possa passar um recado ou uma orientação. O intuito é “contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados” (BRASIL, 2012, s/p), e essa articulação com a rede socioassistencial e de saúde tem aproximado esses serviços da Previdência Social, uma relação que sempre me pareceu distante ou inexistente, como se essas políticas não fizessem parte de uma base com princípios comuns, que é a Seguridade Social.

Um conjunto de demandas se tornou recorrente na socialização de informações. Para além dos requerimentos, as pessoas têm buscado informações sobre andamento de processos, documentos pendentes, resultados de benefícios, entre outros. Isso porque, mesmo para aquelas que conseguem acessar os canais remotos, há uma dificuldade de compreensão sobre o conteúdo dos processos, uma linguagem que precisa ser *trocada em miúdos*. “[...] Nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares [...]” (SANTOS, 2003, p. 19). Desse modo, solicitar um benefício e acompanhar um processo parece ter se tornado uma tarefa para *especia-*

listas, e é exatamente dessa ideia que se aproveitam os atravessadores e advogados oportunistas, que cobram valores exorbitantes para solicitar um requerimento, criando uma falsa ideia de que o deferimento está vinculado aos serviços prestados.

A partir dos atendimentos, é possível identificar situações diversas, inclusive que indicam uma série de erros administrativos cometidos no âmbito institucional. São processos analisados de forma equivocada, sem considerar os prazos, as regras de formalização, análises descuidadas que implicam em indeferimentos e em frustração para a população. Faleiros (1993) alertava:

Os processos vão de mão em mão, engordando suas páginas com pareceres e assinaturas e enchendo as gavetas de funcionários que nada mais fazem que o despacho para outro funcionário. A burocracia brasileira é profundamente centralizadora, concentrando em poucas mãos as decisões e boicotando a população quanto à informação sobre seus pedidos e demandas. Não raro os processos são perdidos e esquecidos, apesar da proclamação da desburocratização (p. 51).

Essa consideração permanece atual, o que mudou foi o formato dessa movimentação de processos, agora alocados em arquivos digitais e gerenciados a partir de sistemas específicos.

Como dito anteriormente, o *INSS Digital* abarcou mudanças tanto no atendimento quanto no processamento dos requerimentos. Os processos deixaram de ser analisados localmente, e isso significa que, mesmo que as solicitações estejam vinculadas a determinada unidade, o servidor que analisará o pedido pode estar lotado em outro estado, por exemplo. Esse fluxo significou um distanciamento nas relações até então estabelecidas: para a população, já não há a possibilidade de dialogar com o servidor responsável pelo processo; para nós, já não é possível sair da sala e consultá-los, como fazíamos para sanar nossas dúvidas. Agora, só nos resta mandar e-mail

e aguardar um retorno. Esse distanciamento representa muito mais que uma formatação de atendimentos. Como já disse, representa uma disjunção entre os sujeitos e a instituição, imbricada em uma ideologia neoliberal na qual a função do Estado como protagonista das políticas sociais se reduz bruscamente.

As pessoas solicitam o benefício, aguardam meses para ter uma resposta e, quando recebem o resultado, não é o esperado. Pode ter faltado um documento, complementação de contribuições ou, infelizmente, não se tratar de um segurado da Previdência, por exemplo, mas quem lhes dirá isso? Nem a tão esperada carta chega mais pelos Correios, na maioria dos casos. Angustiados, chegam ao Serviço Social e esperam de nós alguma resposta.

Nesse processo, somos interlocutores e mediadores junto aos sujeitos, pois, ao tomar ciência das demandas, precisamos pensar de que forma será possível intervir. A construção dessas respostas indica que:

a luta pelo acesso aos direitos passa também pelo cotidiano do profissional, pois às filas silenciosas, à tramitação burocrática, ao adiamento dos pedidos é preciso contrapor táticas de comunicação, de agrupamento, de expressão da insatisfação, de manifestação da palavra, de exigências de respostas claras, de prestação de contas, de explicações plausíveis (FALEIROS, 1993, p. 55).

No atendimento, consultamos diferentes sistemas para conhecimento de cada situação, orientamos requerimentos, recursos, apresentação de documentos, fazemos encaminhamentos diversos, explicamos sobre os fluxos e sobre os critérios legais para acesso aos serviços e benefícios. A intervenção ocorre de formas diferentes a depender de cada situação. Nem sempre o benefício pleiteado é a única demanda dos sujeitos, existem outras que se interseccionam, e talvez o benefício não seja concedido devido aos diversos critérios

que a legislação determina, mas é possível nesse processo concretizar o atendimento e fazer o encaminhamento da demanda para que se acesse outros serviços e benefícios.

Entre os encaminhamentos realizados nesse processo de socialização, destaco alguns mais comuns: às escolas, que muitas vezes induzem a evasão de crianças por julgá-las inaptas a aprender em razão da deficiência; à Defensoria Pública do Estado para viabilizar a representação legal, como guarda e interdições (nas situações excepcionais), correção de registros civis etc.; aos Centros de Referências; às secretarias municipais para cadastro de Passe-Livre, Cadastro Único para acessar benefícios sociais e descontos nas contas de energia, entre outros; e às secretarias de saúde para solicitações de medicações/consultas/exames.

Esses encaminhamentos revelam as múltiplas necessidades da população, apresentadas a partir de um contato que se desdobra em intervenções possíveis. Como disse, a demanda apresentada pode não ser de competência da instituição, mas a competência profissional perpassa os muros institucionais, afinal, para além de trabalhadores e trabalhadoras amparados pela Previdência, lidamos também com diversos outros que foram alijados desse direito por não conseguirem ocupação formal e sequer condições para manter o pagamento das contribuições. O profissional tem possibilidades de ampliar e construir caminhos no campo das políticas sociais, no contato com outros profissionais e instituições, na apreensão de conhecimentos e na busca de estratégias.

Devo destacar que tais estratégias não são construídas e postas em prática tão facilmente, ou sequer chegarão a ser efetivas, no campo da Previdência ou fora dele. Existe uma série de elementos e sujeitos que interferem de forma direta e indireta no trabalho cotidiano, o que faz parte da dinâmica institucional. Entretanto, compreendo

que cruzar os braços e aceitar os limites, sem contrapô-los, é cair no fatalismo, é perder de vista o compromisso profissional com a classe trabalhadora, na qual também estamos inseridos.

O contexto político e econômico tem nos colocado limites cada vez mais complexos. São questões em torno de orçamentos, de gestão, de reestruturação dos serviços e das instituições. No contexto da Previdência Social, há uma tendência à precarização e esvaziamento dos serviços enquanto parte de uma política pública. As ações dos governos têm sido na direção do atendimento de interesses do mercado em detrimento das necessidades da população. E nesse contexto reafirmo o *INSS Digital* como parte desse formato de gestão. Por meio dos atendimentos, percebo que existe um discurso de descrença dos sujeitos no que se refere à instituição e ao seu papel protetivo: *Não sei se vou conseguir meu benefício, pediram muitos documentos, Agora está tudo mais difícil, o dinheiro da aposentadoria não paga nem os remédios, Me disseram que só consegue se entrar com advogado, Se já negava antes, agora tá pior*. Estamos diante de uma realidade desalentadora:

A noção do público como afeto a todos se perdeu nesse contexto neoliberal, cindido por uma exacerbação do individualismo. Os sentidos do público vão se configurando em acepções que contrariam a forma fundamental da construção e existência do público associado à concepção e conquista dos direitos sociais (CHAVES; GEHLEN, 2019, p. 297).

Esses relatos me causam sentimentos de inquietação e tristeza. Inquietação pelo movimento próprio da busca por estratégias de intervenção em cada situação, e tristeza por saber que, infelizmente, essa descrença é fruto de um processo de negação de direitos e de desesperança que se espraiam no serviço público e na sociedade de forma desastrosa e extremamente nociva.

Considerações finais

A experiência apresentada dá conta de demonstrar como a Socialização de Informações tem se constituído como um espaço de resistência e potencialidades no âmbito do Serviço Social do INSS frente ao desmonte posto pelas reformas no que se refere aos benefícios, como também à reestruturação do modelo de atendimento com a implantação do *INSS Digital*.

O Serviço Social do INSS tem sido marcado por processos de reestruturação que têm imposto limites para a efetivação do trabalho profissional. Esse espaço sempre foi marcado por tensões e embates que vêm sendo intensificados nos últimos anos em razão da direção dada à política de previdência e às políticas sociais de maneira geral.

O que está colocado aos assistentes sociais é o cumprimento de metas baseadas em pontuação, como já ocorre com os demais servidores. A intenção é quantificar os atendimentos, cronometrá-los, por meio de elementos que fogem completamente das características da profissão e não dão conta de refletir a realidade e a importância de nosso trabalho.

Ao Serviço Social está posta a necessidade de refletir sobre as debilidades da transformação digital no acesso aos direitos da população e construir estratégias coletivas para a superação dessas fragilidades. Eu me apego mais uma vez às contribuições de Faleiros (1993, p. 56) ao mencionar o seguinte:

O cotidiano é inesgotável. O desafio está aberto para sacudir a acomodação, elevar nosso nível teórico e comprometer-nos de maneira diferenciada e aberta com os interesses das classes populares nos lugares de trabalho, com nossas condições no emprego e no contexto político da correlação de forças que se nos apresenta.

Essas reflexões sinalizam a necessidade de articulação com a sociedade civil e com os movimentos sociais buscando uma maneira

de posicionar-se frente aos desafios e atender aos interesses coletivos que se direcionam à garantia dos direitos no âmbito do INSS. É nessa perspectiva que a Socialização de Informações deve ser apreendida: como trincheiras construídas cotidianamente para enfrentamento dos desmandos do ideário neoliberal e, aqui, como espaço de resistência diante da *onda digital*.

Referências

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Matriz Teórico-Methodológica do Serviço Social na Previdência Social**. Brasília: MPAS, 1994.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social. **Diretrizes para o plano de retorno ao atendimento presencial do serviço social nas agências do INSS**. Nota Técnica nº 02/2020/DSS/CGPFSP/DIR-BEN/INSS, 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. **Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 135, p. 290-307, maio/ago. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competência profissional**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOTTA, Ana Elizabete. Seguridade Social brasileira: desenvolvimento e tendências recentes. In: MOTA *et al.* **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

SALVADOR, Evilásio da Silva. **O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, 2017, p. 426-446.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VELOSO, Renato. **Serviço Social, tecnologia da informação e trabalho**. São Paulo, Cortez, 2011.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, Aug. 2000.



Serviço Social no Legislativo Municipal

Mércia Rocha Cruz

Introdução

Historicamente o Serviço Social se configura como uma profissão que carrega na natureza da sua trajetória o processo de inserção em diversos espaços sócio-ocupacionais. Desde o seu surgimento até o Movimento de Reconceituação e rompimento com o seu passado conservador faz-se notório o seu vínculo com as instituições, bem como todo o movimento de correlação de forças existente nessa relação.

Gestada no interior da Igreja Católica, passando posteriormente por um intenso processo de laicização, aproximação com as ciências sociais e com a tradição marxista, o Serviço Social brasileiro esteve e está presente nos mais distintos cenários: educação, saúde, habitação, terceiro setor, poder judiciário, poder legislativo, assistência social, dentre outros.

Conforme sinaliza Iamamoto (2009),

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário [...] Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (IAMAMOTO, 2009, p. 5).

Nesse escopo que integra ao mesmo tempo desafios e diversas possibilidades de atuação profissional destaca-se o Poder Legislativo: federal, distrital e/ou municipal. Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais se constituem como exemplos de instituições pertencentes a essa esfe-

ra de poder, as quais contam com a presença do assistente social na composição dos seus quadros funcionais.

Dada a amplitude do Poder Legislativo no Brasil e levando em consideração que a presente proposta nos conduz na direção do relato de experiência, cujo principal objetivo consiste em suscitar uma reflexão sobre o nosso fazer profissional nos espaços ocupacionais onde atuamos, pretendo me ater aqui ao universo das câmaras municipais, e de forma mais específica ao cenário da Câmara Municipal⁵⁹ de uma cidade localizada na região metropolitana de Salvador, estado da Bahia, instituição na qual ingressei em março de 2018 como servidora pública por nomeação e posse no cargo efetivo de Analista Legislativo em Serviço Social.

Integrei a equipe multiprofissional da Coordenação de Recursos Humanos da instituição e naquele momento era a única representação do Serviço Social no setor, composto por demais analistas de diferentes áreas do conhecimento como Administração, Gestão de Pessoas e Psicologia. Era preciso então, traçar um plano de trabalho que fosse capaz de atender as especificidades da profissão, sem abrir mão da perspectiva interdisciplinar.

No entanto, antes de iniciar essa caminhada, era necessário identificar o *lugar* do assistente social dentro daquela instituição histórica. A partir de quando podemos falar em Serviço Social no legislativo da cidade X? Através de uma consulta às legislações que versam sobre o plano de cargos e salários dos servidores da câmara, foi possível constatar a presença do profissional de Serviço Social no quadro funcional desta instituição apenas em 2013.

⁵⁹ O presente relato aborda as experiências profissionais vivenciadas por mim durante o exercício no cargo de Analista Legislativo em Serviço Social no espaço da Câmara Municipal de uma cidade situada na região metropolitana de Salvador, estado da Bahia. A fim de preservar a identificação desta instituição, as referências daqui por diante serão identificadas como "cidade X".

Com o advento do concurso público que ocorreu em 2015/2016, o órgão passou a contratar novos servidores efetivos, dando início a uma reestruturação organizacional, incorporando novos profissionais e contemplando áreas que anteriormente não constavam em seu organograma.

Neste cenário, insere-se o Serviço Social, cuja perspectiva de atuação abrigava uma complexidade, tanto para mim enquanto profissional quanto para a gestão política e administrativa da casa. De acordo com o regimento interno, que geralmente organiza o funcionamento das câmaras municipais cabe à mesa diretora eleita a administração política e administrativa das casas legislativas.

Diante disso, busquei me apropriar inicialmente da visão dos usuários e da instituição sobre a profissão. Quem eram os demandatários do Serviço Social naquele contexto? Quais competências e habilidades o poder legislativo municipal requisitava do assistente social? De que maneira o Serviço Social, enquanto profissão que atua frente às diversas manifestações da questão social foi concebido para e no contexto do legislativo municipal? Qual o direcionamento estabelecido para a introdução e o desenvolvimento da profissão no interior da câmara da cidade X?

Questionamentos que foram surgindo durante um ano e oito meses de atuação profissional nesta esfera, e que se transformaram em reflexões que serão problematizadas e compartilhadas na presente narrativa.

A profissão no Legislativo Municipal

As câmaras municipais, espaço onde se constitui o poder legislativo municipal, estão presentes em nosso território desde as primeiras décadas do Brasil Colônia; por volta de 1532 foi instituída no novo mundo com estrutura e modelo importado da Coroa Portuguesa

sa. O principal objetivo destas instituições centrava-se, basicamente, na missão de organizar política, administrativa e economicamente as terras sob domínio da Corte no contexto de expansão ultramarina.

No entanto, para além da representação administrativa, as câmaras incorporaram outras configurações nesse processo. Nesse sentido, Bicalho (1998) afirma que:

[...] elementos de unidade e de continuidade entre o Reino e seus domínios, pilares da sociedade colonial portuguesa nos quatro cantos do mundo, as Câmaras Municipais Ultramarinas foram igualmente órgãos fundamentais de representação dos interesses e das demandas dos colonos (BICALHO, 1998, p. 4).

Dialogando com esta percepção, Gouvêa (1998) salienta que as câmaras assumiam um papel importante na “dinâmica das relações de poder travadas no mundo colonial” (GOUVÊA, 1998, p. 2). Exercia funções na regulação do mercado local, garantia de abastecimento, dentre outras atividades. Segundo a autora, tais práticas estavam intimamente atreladas aos benefícios e privilégios das elites, classe que ocupava cargos no interior dessas instituições.

Na cidade X, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a história da ocupação teve início ainda no período colonial, por volta de 1558 através da criação da Aldeia do Divino Espírito Santo pelos jesuítas Antônio Rodrigues e João Gonçalves.

No entanto, apenas em 1758, após expulsão dos jesuítas e elevação à categoria de Vila é que o território passou a contar com a criação da Casa da Câmara e cadeia municipal. Assim, 08 de outubro de 1758 é considerado o marco de fundação da instituição camarária da cidade X, que naquele período, acumulava funções executivas, legislativas e judiciárias.

No Brasil Império as câmaras sofreram algumas mudanças no que tange ao seu papel e funcionamento. O texto constitucional de

1824 dedica o título quarto e demais seções para tratar da organização do poder legislativo, inserindo-o como parte na composição dos poderes instituídos no país juntamente com o poder executivo, judiciário e moderador. Em 1828, a Lei de 1º de outubro organiza os municípios e estabelece a criação das câmaras municipais em cada vila do Império.

Sobre essa questão, Faoro (2001) pontua que:

[...] as câmaras, segundo a definição do estatuto de 1828, serão "corporações meramente administrativas e não exercerão jurisdição alguma contenciosa" (artigo 24). Sob o Fundamento de separar os poderes, confundidos e embaraçados no período colonial, converte-se o município em peça auxiliar do mecanismo central (FAORO, 2001, p. 365).

Apesar dessa nova configuração, foi a partir da Constituinte de 1824 e da Lei de 1º de outubro de 1828 que as câmaras municipais, guardadas as devidas alterações posteriores, começaram a tomar a forma na qual se apresentam atualmente. Percebemos nas duas normativas supracitadas a utilização do termo *vereadores*, o estabelecimento de regras para eleição dos seus membros, bem como a supressão da sua função judicial.

Nos moldes atuais, assumindo a função predominantemente legislativa, a câmara da cidade X, segundo fontes institucionais, foi estabelecida oficialmente em 21 de março de 1948. Conjuntura na qual o Serviço Social brasileiro ainda estava se consolidando enquanto profissão, encontrando nesse panorama toda uma dinâmica social de contradições fomentadas nesse processo histórico.

Iamamoto (1994), revela que a história do Serviço Social não é alheia a própria constituição da sociedade brasileira. Para a autora, "o significado histórico da profissão só é desvendado em sua inserção na sociedade, visto que o Serviço Social se afirma como uma instituição peculiar na e a partir da divisão do trabalho" (IAMAMOTO, 1994, p. 88).

No que se refere à questão normativa, a primeira lei que regulamentava a profissão no Brasil data de 1957, atualmente encontra-se em vigor a Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993, a qual apresenta competências e atribuições privativas da área.

O espaço temporal entre estas legislações situa o Serviço Social em uma dinâmica de transformação mais conhecida como Movimento de Reconceitualização; sucessão de eventos que segundo Netto (2005) “marca, na maioria dos países em que o Serviço Social já se institucionalizara como profissão, uma conjuntura de profunda erosão das suas práticas tradicionais” (NETTO, 2005, p.6).

Tanto o percurso trilhado para a constituição das câmaras no Brasil, quanto o caminhar histórico do Serviço Social enquanto profissão em nosso país nos conduzem a um ponto de convergência na medida em que ambos encontram pós década de 1980, no cenário da promulgação do texto constitucional de 1988, duas realidades: de um lado o início de um rompimento com o conservadorismo profissional e ampliação da conquista por direitos impressos no texto de uma constituição mais democrática, e do outro, o avanço da ofensiva neoliberal que produz entraves para a efetivação desses direitos.

No Brasil, notadamente a partir dos anos 1980, marco da construção do projeto de ruptura com o conservadorismo, assiste-se ao agravamento da *questão social* e suas dramáticas expressões a incidir no cotidiano de vida e trabalho de indivíduos, grupos, famílias, coletividades com os quais o Serviço Social trabalha, na luta pela reprodução social em suas múltiplas dimensões materiais, subjetivas, relacionais, espirituais (RAICHELIS, 2010, p. 754).

Logo, se o Serviço Social foi requisitado a partir do aprofundamento da questão social no Brasil, podemos identificar que a ampliação do mercado de trabalho para esta profissão e a sua inserção nos mais variados espaços ocupacionais, como por exemplo nas câmaras municipais, também se deve ao fato de que:

[...] o Estado vai impulsionando a profissionalização do assistente social e ampliando seu campo de trabalho em função das novas formas de enfrentamento da questão social. Esta vinculação com as Políticas Sociais vai interferir também no perfil da população-alvo para a qual se volta à ação do Serviço Social, que se amplia e alcança grandes parcelas de trabalhadores, principal foco das ações assistenciais do Estado (YAZBEK, 2009, p.10).

Com o agravamento da desigualdade, o trabalho do assistente social passa a ser cada vez mais requisitado em diferentes espaços que habitualmente não demandavam a sua força de trabalho, ampliando-se para os distintos locais onde estão os trabalhadores, sejam eles pertencentes a esfera pública e/ou privada.

Recorrendo a esse processo histórico, podemos compreender como a câmara municipal da cidade X, instituição originalmente criada em 1758, apenas cerca de dois séculos depois se configurou como espaço de atuação para o assistente social.

Assistente Social: Analista Legislativo

A Coordenação de Recursos Humanos da Câmara Municipal da cidade X divide-se basicamente em: Gerência de Promoção e Treinamento; Setor de Cadastro; Setor de Controle de Pessoal; Setor de Treinamento, Benefícios e Promoção Social. Este último, departamento de lotação do assistente social, iniciou com a responsabilidade de desenvolver e fomentar internamente uma política de valorização do servidor público no interior da instituição.

Normativas institucionais apresentam o quadro das atribuições e requisitos de investidura dos cargos efetivos, cujas atribuições de cada profissão são descritas de maneira detalhada. Nestas referências, encontramos o assistente social, e para além disso, nos deparamos com o perfil profissional projetado pela instituição.

De acordo com tais documentações, identifica-se que cabe ao assistente social a função de aconselhamento e orientação à indivíduos no intuito de que este alcance equilíbrio emocional e ajustamento em seu meio social.

Embora a orientação social a grupos e indivíduos esteja no escopo da atuação do assistente social, podemos identificar que essa direção tende ao resgate de um Serviço Social ainda conservador, cuja função principal fundamentava-se na *correção* dos desvios, no ajustamento social, na culpabilização do sujeito e individualização das *mazelas sociais*, além de indicar todo um processo de psicologização da questão social.

Nesse sentido, identificamos semelhança entre esta perspectiva e os primórdios da regulamentação da profissão no Brasil. A letra da Lei nº 3252, de 27 de agosto de 1957, citava em seu artigo terceiro que uma das atribuições privativas desse profissional consistia na: “aplicação dos métodos e técnicas específicas do serviço social na solução de problemas sociais” (BRASIL, 1957, s/p).

Diante disso, decidi levar essa discussão para a Coordenação de Recursos Humanos e Diretoria Administrativa, a fim de iniciar um diálogo no intuito de oferecer à luz do atual Projeto Ético-Político da profissão, uma orientação possível para o exercício profissional na Câmara da cidade X.

Pude perceber então, que para além de uma legislação que se mostrava atrelada a uma atuação de cunho tradicional, emergia também por parte da gestão administrativa da casa uma (in)compreensão sobre o papel do assistente social naquele espaço.

Assim, na defesa do direcionamento interdisciplinar, conforme preconiza o nosso Código de Ética Profissional, iniciei, juntamente com a profissional de psicologia do setor, a construção de um plano de trabalho fundamentado no arcabouço normativo das profissões.

Na condução desse exercício, a Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993 trouxe as seguintes competências como atividades a serem estrategicamente inseridas pelo Serviço Social no desenvolvimento desse planejamento institucional:

[...] elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população (BRASIL, 1993).

Com base nessa tendência, nos foi possível iniciar o planejamento de três programas centrais: Programa de Promoção e Qualidade de Vida no Trabalho (PPQVT); Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA); Programa Mais Estágio (PME).

O PPQVT se desdobrava em diversas ações interventivas, na ocasião, elaboramos um calendário atrelado às campanhas nacionais do Ministério da Saúde. Estruturamos, em cooperação interseccional com a Coordenação de Cerimonial e Diretoria de Comunicação da Casa um cronograma a fim de fomentar práticas de prevenção ao câncer de mama, câncer de próstata e campanha de valorização da vida tendo como público-alvo os servidores do legislativo.

Em 2018, em alusão à campanha do setembro amarelo, destaca-se a realização da Roda de Conversa intitulada: Qual o mal-estar do nosso tempo?

No mesmo período do ano seguinte, através de uma parceria com profissionais da rede socioassistencial do município, ampliamos a programação incorporando atividades relacionadas à promoção da saúde e qualidade de vida no ambiente organizacional. Um exemplo deste projeto teve culminância na programação do Setembro Amarelo - Campanha de Valorização da Vida - evento que reuniu servidores do legislativo municipal para a prática de ginástica terapêutica (Lian

Gong), técnica oriental inspirada nas artes corporais chinesas e medicina oriental, ministrada por educadora física convidada.

Fomentar a participação do público interno nas campanhas do Ministério da Saúde naquele contexto era extremamente relevante, pois diferente de uma agenda legislativa maior que já contemplava tais temáticas, essa ação evidenciava a especificidade das demandas dos servidores.

Sobre o Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) estabelecemos uma parceria com o Instituto de Seguridade do Servidor Municipal (ISSM) a fim de planejar a criação de um PPA no interior da câmara municipal. Porém, como o município já possuía um Regime Próprio de Previdência, o qual desenvolvia tais atividades com os servidores de maneira geral, inicialmente procedemos o encaminhamento daqueles que estavam em fase de pré-aposentadoria para o PPA do ISSM, enquanto trabalhávamos na estruturação de um programa interno.

Com especial destaque, foi em 2019 que tivemos a oportunidade de implementar de maneira mais consolidada e sistemática o Programa Mais Estágio (PME) para acompanhamento dos estagiários da casa, no qual tinha como objetivo principal o acolhimento institucional e capacitação para os jovens estudantes (ensino médio e superior) que adentravam à instituição tendo no horizonte o cerne de formação fomentado pela prática de estágio.

É válido ressaltar que a cada biênio ocorre eleição de uma nova mesa diretora para gestão da casa, fato que geralmente provoca uma modificação estrutural nas equipes de trabalho e coordenação dos setores/diretorias.

Nosso objetivo enquanto departamento era continuar conduzindo um planejamento anteriormente construído sem gerar grandes rupturas em decorrência da mudança de gestão. Todavia, isso nem

sempre era possível, tendo em vista a dinâmica que envolvia todo aquele processo de alternância de poder.

Ainda assim, caminhamos no sentido de buscar compreender que o ritual da pausa e da mudança da equipe político/administrativa não deveria significar para nós uma descontinuidade do trabalho que estávamos desenvolvendo.

Anterior a minha desvinculação desta instituição, que ocorreu em 09 de dezembro de 2019 para assumir o cargo de assistente social em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, ainda realizamos diversas atividades no setor, atendemos, acompanhamos e procedemos o encaminhamento de variadas demandas que iam surgindo no cotidiano profissional, evidenciando sempre o registro, o planejamento e a possibilidade de sistematização da nossa prática, instrumentos que nos afastavam do imediatismo.

Considerações finais

De acordo com dados institucionais, apenas no ano de 2010 a Câmara Municipal da cidade X iniciou um processo de estruturação organizacional a partir da realização de um concurso público para a contratação de servidores efetivos. E somente em 2013 inseriu o assistente social em seu quadro funcional, realizando dois anos depois o certame que contemplaria o cargo de Analista Legislativo em Serviço Social.

A recente reestruturação organizacional da Câmara e a inserção de profissionais da área de Serviço Social e da Psicologia no âmbito dos recursos humanos, além da contemplação em concurso público anterior de outras áreas como Administração e Gestão de Pessoas nos direciona à interpretação de que a instituição camarária dava início a um novo processo de construção de uma política interna de gestão de pessoas.

Equipe constituída por um corpo técnico capacitado para elaborar um plano de trabalho que fosse capaz de conduzir o setor de recursos humanos para além do rigor burocrático e pontual das rotinas administrativas da casa.

No entanto, é válido ressaltar que os entraves interpessoais que envolvem as questões políticas/partidárias e ideológicas, tão peculiar nos espaços do legislativo, não desaparecera com a criação de uma legislação própria de reestruturação administrativa.

O processo de construção de uma narrativa sobre a minha experiência na câmara municipal me proporcionou uma conexão com as angústias vivenciadas ao me deparar com um campo de atuação relativamente novo ao Serviço Social e em uma instituição que não possuía um processo de trabalho estruturado para atuação desse profissional.

Por meio de um breve levantamento de dados, identifiquei que a atuação do assistente social no legislativo não se restringe ao setor de recursos humanos, suas atividades se ampliam para funções de assessoria e consultoria legislativa junto às comissões permanentes e temporárias. De acordo com os editais de concursos públicos publicados por algumas câmaras nos últimos anos, podemos observar a presença desse profissional em diversas instituições camarárias do país.

Compreendendo o Serviço Social como uma profissão de caráter generalista, presente nos mais diversos cenários, é difícil conceber que existam receituários de intervenção a serem aplicados nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. Pois, não estando desvinculada do corpo social que a abriga e com ela estabelece relações, a profissão enfrenta e imprime a dinamicidade e as contradições latentes no interior de uma sociedade capitalista. Apesar disso, temos no arcabouço normativo da profissão direcionamentos que balizam a nossa ação.

Transpondo as frustrações e entusiasmos que experimentamos ao longo da trajetória, o reconhecimento de que o chão do campo de atuação pode ser movediço reforçou em mim, enquanto profissional, ainda mais a importância da dimensão investigativa, da instrumentalidade e da prática de sistematização do fazer para a construção de uma ação mais significativa e conectada com os preceitos da profissão na atual conjuntura.

Nas considerações de Almeida (2006) “O esforço de sistematização [...] não significa, portanto, apenas a geração de dados e informações, mas um processo que envolve a produção, organização e análise dos mesmos a partir de uma postura crítico-investigativa” (ALMEIDA, 2006, p.4).

Em diálogo com esse princípio, Guerra (2000) ressalta que quando o assistente social imprime objetivos e intencionalidades aos meios e instrumentos que utiliza para a efetivação da sua ação, essa intervenção é dotada de instrumentalidade. “Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho” (GUERRA, 2000, p.2).

Assim, podemos considerar que as minúcias do dia a dia se constituem como ferramentas que podem nos levar ao conhecimento da totalidade do nosso trabalho, identificando as dimensões que o perpassam e o seu papel dentro do universo social que o abriga.

O aprofundamento na dinâmica que fundamenta o movimento de trazer à tona a relação existente entre experiência, trabalho e produção de conhecimento nos leva a percepção de que a velha dicotomia entre teoria e prática cada vez mais tem se mostrado ineficiente frente ao desafio de apreensão da realidade.

Por vezes nos deparamos com um discurso que reserva um caráter ífero à dimensão técnico-operativa da profissão, como se

esta fosse a *perna quebrada* do tripé de sustentação do Serviço Social, o qual abarca as dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Contrapondo essa concepção, Guerra (2012) identifica a dimensão técnico-operativa como o modo de aparecer da profissão. Ou seja, é na prática que o Serviço Social imprime respostas às expressões da questão social que lhe são impostas como demandas, “a legitimidade social de uma profissão encontra-se nas respostas que ela dá as necessidades histórico-sociais num determinado tempo e espaço” (GUERRA, 2012, p.3).

Todavia, a autora evidencia que o reconhecimento de uma dimensão não significa uma desvinculação com as outras. Visualizamos que a realidade do fazer profissional cotidianamente tem requisitado de nós, assistentes sociais, competências que dependem substancialmente da articulação entre essas três dimensões numa perspectiva dialética.

Estando o legislativo municipal intrincado numa teia social, ele se tornou um terreno fértil para o desenvolvimento de um relato que nos apresente como o assistente social é inserido nesse contexto e como se define a atuação desse profissional no interior de uma instituição camarária, que do ponto de vista histórico se antecede a implantação da profissão no Brasil.

Todos os dilemas encontrados e êxitos obtidos no processo de intervenção na esfera do legislativo municipal não se configuram como peculiaridades apenas desse lugar. Faz-se necessário compreender que a produção de conhecimento no e a partir do nosso trabalho expande-se para a possibilidade da socialização das nossas experiências.

Narrativas que são nossas, mas que também são coletivas na medida em que nos conecta com outros profissionais e nos une

enquanto categoria, nos inserindo no campo do debate para dialogar sobre como todo esse exercício de reflexão e sistematização da prática profissional pode nos conduzir a intervenções mais críticas e propositivas.

Movimento que nos leva também à percepção de que, quando paramos para refletir sobre o nosso fazer partindo das indagações que surgem no cotidiano, nos aproximamos da realidade de maneira analítica, dinâmica que nos permite um afastamento de uma perspectiva de atuação fatalista ou messiânica, como nos alertou lamamoto (1994).

Podemos então compreender o espaço de atuação como produto e construção histórica, permeado de contradições, desafios, mas também de possibilidades. Posto isso, de forma estratégica, faz-se necessário ainda considerar que a leitura crítica do nosso cotidiano profissional, nos mais diversos espaços de atuação, também imprime um processo de resistência diante das limitações e do caráter alienante/alienador que o trabalho assume no interior de uma sociedade capitalista.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Retomando a temática da sistematização da prática em Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete. et. al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BICALHO, Maria Fernanda. **As Câmaras Municipais no Império Português: O exemplo do Rio de Janeiro**. Rev. bras. Hist. v. 18 n. 36 São Paulo, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824.

BRASIL. **Lei de 1º de Outubro de 1828**. Dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para sua eleição, e dos Juizes de Paz. Rio de Janeiro, 1828.

BRASIL. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. **Lei nº3.252 de 27 de agosto de 1957**. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Brasília, 1957.

FAORO, Raymundo. **As Diretrizes da Independência**. In: _____. Os Donos do Poder - Formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 328 - 371.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Redes de Poder na América Portuguesa: O Caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822**. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 36 São Paulo, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200013&lng=en. Acesso em: 30 de julho de 2020.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: SANTOS, Claudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2012.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Brasília, CFESS, ABEPSSCEAD – UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, p.1-15, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social - **Ensaios Críticos**. 2 ed. - São Paulo, Cortez, 1994.

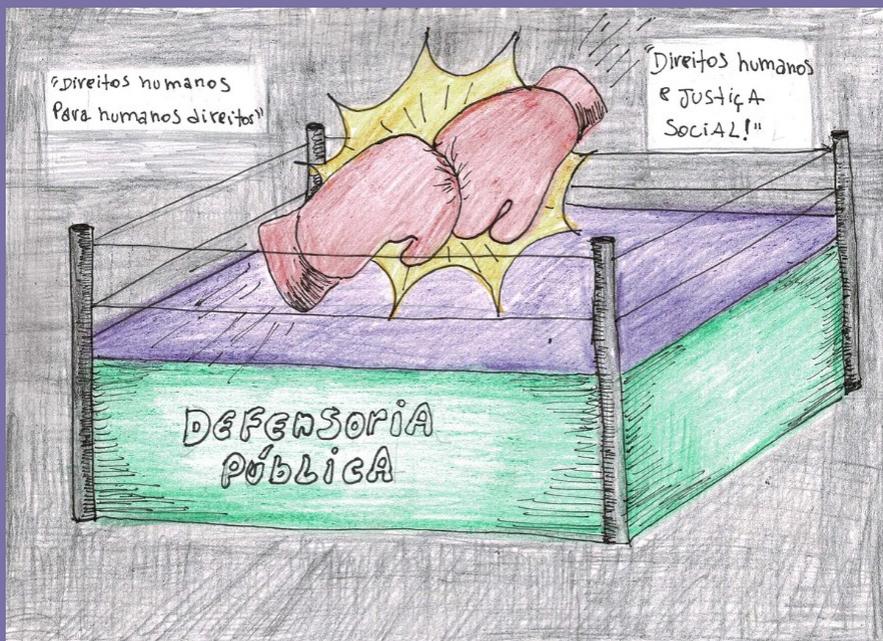
IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: CFESS/ABEPSS (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/>[suprimido por questão ética. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

NETTO, José Paulo. **O movimento de reconceituação: 40 anos depois**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, ano 26, n. 84, 2005, p. 5-20.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, 2010, p. 750-772.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O Significado sócio-histórico da profissão**. In: CFESS/ABEPSS (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, 2009.



DEFENSORIA
pública

"Direitos humanos
Para humanos direitos"

"Direitos humanos
E JUSTIÇA
Social!"

Serviço Social na DPE-BA: percepções iniciais

Tainara de Jesus Souza

Introdução

O presente texto se propõe a revelar as vivências, processo de trabalho, resistências e desafios para o Serviço Social na Defensoria Pública do estado da Bahia, órgão essencial à justiça, que presta assistência jurídica e judiciária gratuita para a população. As informações apresentadas aqui dizem respeito à realidade experimentada por mim, numa unidade da Defensoria do interior do estado, num município de médio porte, podendo, ou não, contemplar realidades do trabalho do Serviço Social em outras unidades defensoriais, tendo em vista que inexistem, atualmente, um protocolo único para atuação do Serviço Social nesta instituição.

Este trabalho apresentará aspectos relacionados à importância deste setor, demandas acompanhadas, autonomia profissional, trabalho interdisciplinar e intersetorial, bem como instrumentais técnico-operativos utilizados. Será revelada, ainda, as condições de trabalho presentes hoje na instituição e as alterações vivenciadas no período da pandemia, decorrente do advento da COVID-19.

Ademais, a abordagem que será feita contará com informações de vivências, de situações que acompanhei/acompanho e que serão apresentadas de forma crítica, respeitando o que preconiza o Código de Ética da profissão, associadas às perspectivas teóricas de Guerra (2014), Iamamoto (2015), Antunes (2011), Werneck (2015), Martinelli (2011), Jorge e Pontes (2017), Carmo e Guizardi (2017) para abordar questões como instrumentalidade, trabalho precarizado, pseudocon-

creticidade, identidade do Serviço Social, interdisciplinaridade e inter-setorialidade, que serão utilizadas para dialogar com as experiências e informações relatadas.

Primeiras aproximações ao universo profissional

Minha intervenção profissional junto à Defensoria Pública do estado da Bahia se iniciou no mês de Março de 2020, por este motivo os relatos feitos aqui neste texto dizem respeito a experiências acumuladas em 10 meses de exercício profissional, tempo insuficiente para esgotar minha compreensão a respeito das possibilidades de intervenção na instituição, mas suficiente para ter noção de elementos importantes que serão abordados neste trabalho e servirão como subsídios iniciais para compreender a temática proposta.

Neste pouco tempo de exercício profissional, consigo perceber algumas possibilidades e desafios apresentadas ao Serviço Social numa instituição como a Defensoria, com uma hierarquia bem demarcada e uma rotina já estabelecida. Eu sou a primeira assistente social da unidade defensorial onde trabalho. Quando cheguei, a equipe, que conta com duas analistas de direito, duas defensoras, duas estagiárias de direito, dois estagiários nível médio e uma recepcionista, já estava formada há pouco mais de um ano.

Adentrar em um espaço de trabalho onde a equipe já está formada e afinada implica certo desafio, pois você não sabe como as pessoas vão lhe receber, qual a noção que elas já possuem sobre o trabalho do Serviço Social, e é preciso todo cuidado para iniciar a construção de uma identidade profissional nesse espaço que, até então, não contava com uma analista técnica do Serviço Social, como é denominado o cargo que ocupo.

Martinelli (2011) expõe que a identidade profissional do Serviço Social esteve alienada durante muito tempo, atendendo aos

interesses capitalistas, e que somente após a aproximação com a teoria social crítica de Marx, ocorrida a partir da década de 70, com a intenção de ruptura, advinda do Movimento de Reconceituação do Serviço Social (MRSS), que se começou a gestar um conhecimento a respeito do real significado da profissão na sociedade capitalista. Partindo desta análise de Martinelli, posso afirmar que é exatamente pela preocupação em me afastar de um Serviço Social com uma identidade alienada, que estou buscando construir uma identidade crítica dentro da unidade onde atuo.

Nessa perspectiva, após as primeiras aproximações com a dinâmica institucional, compreendi que seria necessário me aproximar aos poucos, apreendê-la criticamente e estabelecer um Plano Operacional Padrão (POP) para nortear o meu trabalho na instituição. Busquei informações a respeito da possível existência de um POP institucionalizado, mas fui informada por uma assistente social, que trabalha há muito tempo na instituição, que já houve a tentativa de criação de um, há alguns anos, mas que não foi bem aceito por algumas profissionais, que argumentaram que um POP engessaria a atuação profissional, diante da multiplicidade de demandas da Defensoria, o que gerou o arquivamento da ideia de formulação do documento.

Resolvi desenvolver o POP por conta própria, para nortear o meu trabalho na instituição, considerando que, para mim, este é um novo espaço sócio-ocupacional e eu entendo a necessidade de existir um documento que norteie, sem limitar, o desenvolvimento do trabalho profissional, importante até para as próximas assistentes sociais que assumirem o cargo quando eu sair, para que não fiquem *perdidas* quando ingressarem neste campo, por exemplo. Ao observar a dinâmica institucional da unidade onde fui inserida e em diálogo com uma das defensoras, percebi que o fluxo de atendimento

do Serviço Social na Defensoria seguia um ritmo diferente do que eu estava acostumada, com as experiências acumuladas anteriormente⁶⁰. Nesta instituição, o Serviço Social não é responsável pela triagem e as demandas que chegam ao setor são direcionadas pelas defensoras e analistas de Direito, e foi aí que eu vi um problema. Será que essas profissionais conheciam o trabalho do Serviço Social ao ponto de saberem o tipo de situação que deveria ser encaminhada para o setor?

Resolvi, então, intensificar os estudos a respeito da atuação do Serviço Social na Defensoria para oportunizar um momento posterior de diálogo coletivo com as profissionais atuantes na unidade, e explicar as possibilidades de intervenção do Serviço Social nas demandas atendidas pela instituição, a fim de que ficassem cientes da pluralidade de demandas que podem/devem ter o acompanhamento deste setor, bem como para que compreendessem o que é e o que não é atribuição do Serviço Social, buscando, assim, evitar possíveis conflitos posteriores decorrentes da ausência de informação sobre o que faz o Serviço Social na instituição.

Encontrei dificuldades para localizar material a respeito do assunto, e utilizei como referência o livro da Luiza Barros (2018), que relata a realidade do Serviço Social na Defensoria, mas no contexto de São Paulo, que é diferente da realidade da Bahia, principalmente do interior da Bahia. Uma das principais diferenças diz respeito ao tipo de vínculo do(a) assistente social. A(O)s profissionais atuantes na Defensoria Pública de São Paulo, revelados na pesquisa de Barros, são concursados. Na Bahia, tivemos inicialmente a contratação no formato de Regime Especial de Direito Administrativo e hoje, a maioria dos profissionais que atuam nos Núcleos de Apoio Psicossocial da Defensoria (NAP) é terceirizada.

⁶⁰ As experiências anteriores de trabalho como assistente social ocorreram no Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) de uma instituição privada de ensino superior.

Trabalhar na condição de terceirizada, para nós do Serviço Social, que compreendemos as formas aviltantes de exploração do trabalho no sistema capitalista, implica várias inseguranças e limitações para realização do trabalho. Iamamoto (2015) ressalta que a precarização do trabalho do Serviço Social é uma realidade desde que a profissão existe. Contudo, o contexto do trabalho em tempo de capital fetiche⁶¹ tem criado novas formas de precarização e potencializado as que já existiam. Antunes (2011) destaca que estamos diante de um intenso e significativo processo de informalização e precarização da classe trabalhadora, que só tende a se agravar com o avanço e fortalecimento do sistema capitalista.

Mas, retornando ao momento de socialização/informação, relatado anteriormente, que seria oportunizado com as profissionais atuantes na Defensoria, ele precisou ser adiado, primeiro para aguardar a defensora que estava de férias retornar, para que pudesse participar, segundo, por causa do espraiamento da pandemia⁶² no Brasil em março de 2020, o que redirecionou o atendimento da Defensoria para a modalidade *home office*.

O trabalho em *home office* iniciado em março de 2020 e presente até o momento, janeiro de 2021, foi construído paulatinamente e com dificuldades para sua concretização. Para realizar os atendimentos e acompanhamentos das situações tenho feito uso de meios próprios de trabalho. O computador utilizado, número de celular, in-

⁶¹ Iamamoto (2015) entende capital fetiche no contexto de financeirização do capital, de interesses dos bancos, dos juros, de acumulação de dinheiro à custa da alienação das pessoas e sua relação com o capital, o que ocasiona a coisificação do sujeito e valorização do objeto, ocultando o caráter social do trabalho.

⁶² No ano de 2020 o mundo inteiro vivenciou a pandemia da COVID-19 que iniciou na China e, aos poucos, foi se espalhando por todos os países. COVID-19 foi o nome dado à doença causada pelo novo Corona Vírus, que é transmitido de pessoa para pessoa e apresenta um quadro clínico variando de infecções assintomáticas a situações graves. Esse contexto causou uma preocupação mundial, pois a nova doença se espalhou muito rápido e ocasionou milhares de óbitos em todo o mundo, o que fez com que os países adotassem medidas de restrição como isolamento social, passagem de alguns atendimentos presenciais para o formato remoto, de *home office*, fechamento do comércio e serviços não essenciais, dentre outros, para evitar o contato entre as pessoas e o rápido espraiamento da doença, que pode superlotar os hospitais e gerar um colapso no sistema de saúde.

ternet, crédito para entrar em contato com os assistidos da Defensoria, são todos pessoais, o que, por vezes, gera desconforto e ausência de privacidade, considerando que no poucos momentos de lazer usufruídos nesta pandemia, quase sempre recebo mensagem de assistidos mandando informações a respeito da situação que está sendo acompanhada, o que revela mais uma face da precarização do trabalho, desta vez, agravada pelo contexto pandêmico.

Feitas essas considerações, é importante destacar, agora, a importância do Serviço Social numa instituição como a Defensoria, que presta assistência jurídica e judiciária às pessoas que não têm condições de pagar um(a) advogado(a). Dentre as demandas atendidas pela Defensoria, as que mais solicitam a intervenção do Serviço Social na unidade em que trabalho são aquelas relacionadas aos direitos de família, sendo mais recorrentes as situações de guarda, alienação parental, violência doméstica, violação dos direitos das crianças e adolescentes e questões relacionadas ao direito à saúde. Para a construção da intervenção profissional junto a essas demandas é muito frequente a articulação multidisciplinar e intersetorial do trabalho, incluindo outras políticas públicas sociais e outras instituições que compõem as redes de serviços do município.

Jorge e Pontes (2017) alertam para a diferença entre trabalho multidisciplinar e trabalho interdisciplinar. Segundo eles, o que encontramos mais facilmente é o trabalho multidisciplinar, caracterizado pela existência de duas ou mais profissões trabalhando na mesma instituição. A interdisciplinaridade, por sua vez, é muito mais interessante, mas é menos desenvolvida, pois ela exige diálogo horizontalizado entre os profissionais, sem a presença de hierarquia de saberes.

O trabalho intersetorial, por sua vez, é compreendido por Carmo e Guizardi (2017) como o diálogo entre diferentes políticas públicas. Essa iniciativa se configura como extremamente importante e

necessária para construção de um diálogo eficaz entre as diferentes instituições que compõem a rede de serviços dos municípios. As autoras afirmam que, para quem lida com os direitos sociais, esse diálogo intersetorial é determinante para concretização da prestação de um serviço público adequado ao seu usuário.

No que se refere à unidade da Defensoria onde atuo o trabalho interdisciplinar, por enquanto, não tem sido uma realidade, o que há são solicitações de intervenção/acompanhamento/relatórios do Serviço Social, feitas de cima para baixo, de forma hierarquizada, sem a promoção de um diálogo maior a respeito da situação, promoção de um estudo de caso, ou compartilhamento das medidas tomadas, para que o Serviço Social acompanhe mais de perto as deliberações acerca da situação.

É importante ressaltar que atuo há menos de um ano na instituição e que essas percepções ficam limitadas por conta de uma convivência presencial reduzida, pois, com pouco tempo de trabalho, os atendimentos da instituição mudaram para modalidade online, com o trabalho remoto. Percebo que o contexto pandêmico agrava a situação colocada no parágrafo anterior, pois a comunicação fica limitada a e-mails e conversas em aplicativos de mensagens, promovendo um esfriamento e objetividade no diálogo, que deveria ser mais ativo e aprofundado para existência de uma intervenção institucional mais qualificada.

No que se refere ao trabalho intersetorial, desde que cheguei à Defensoria notei que havia pouco diálogo e certo distanciamento entre a instituição e a rede de serviços do município e entendo que a inserção do Serviço Social na instituição veio somar para diminuir esse distanciamento, considerando que o conhecimento e a postura do Serviço Social permitem e fomentam o diálogo mais horizontal entre a Defensoria e os equipamentos da política de Assistência Social,

o Conselho Tutelar, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), equipamentos da Política de Saúde, dentre outros.

Sobre o processo de trabalho do Serviço Social na Defensoria, posso salientar que ocorre seguindo o seguinte fluxo: a demanda chega encaminhada pelas analistas de Direito ou pelas Defensoras, é agendado o atendimento, que é realizado atualmente por meio de vídeo chamada, pela via do uso dos aplicativos de *Whats App* e *Hangouts Meet*. Visitas domiciliares não estão ocorrendo no momento; quando há necessidade de realizá-las acionamos o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), CRAM, ou o Conselho Tutelar para dar tal suporte, tendo em vista seu funcionamento presencial durante a pandemia e disponibilidade de carro em duas dessas instituições, o que a unidade defensorial ainda não possui.

Após o atendimento, quase sempre é necessário realizar outro(s) atendimento(s), para entender melhor a situação, ouvir outras pessoas, a fim de poder desvendar a realidade que está posta no campo da aparência. Neste sentido, desenvolvo um estudo social a respeito da situação acompanhada para, somente depois de compreender a realidade daquele sujeito/família, promover a intervenção e acionar a rede do município, quando necessário.

Werneck (2015), fazendo uma análise sobre a obra *A dialética do Concreto* de Karel Kosik, expõe a necessidade de superação da aparência, da pseudoconcreticidade. O autor salienta que essa pseudoconcreticidade pode ser compreendida como falso real, práxis utilitária imediata, fetichização da realidade, que nos engana. É importante partir dessa compreensão sobre pseudoconcreticidade para entender que o Serviço Social possui um caráter investigativo e que deve fazer uso dessa característica para superar a aparência posta na imediaticidade dos atendimentos e alcançar a essência, que só é possível ser encontrada quando o (a) profissional se predispõe a

caminhar para alcançar a universalidade, a realidade de fato, contextualizada principalmente com uma dimensão social macro.

Desse modo, afirmo que a intervenção do Serviço Social é de extrema importância na Defensoria, pois a profissão tem como uma das suas principais características a escuta qualificada, uma atitude investigativa, promovendo um atendimento paciente e humanizado dos sujeitos que buscam o atendimento defensorial e desvelando as inúmeras expressões da questão social escondidas nas situações aparentes que chegam à Defensoria.

O setor se propõe ainda a dialogar com a rede de serviços do município para tentar viabilizar os direitos dos sujeitos de forma extrajudicial, sem precisar iniciar um processo e enfrentar a morosidade da justiça, e desenvolve um papel importante de estreitar a relação da Defensoria com a rede municipal, pois parte significativa das situações acompanhadas pelo Serviço Social da Defensoria, diz respeito à negligência de garantia de direitos por outras instituições que compõem essa rede. Tendo o direito negado, as pessoas buscam a Defensoria para tentar a garantia do direito.

No que tange à autonomia profissional, ela é resguardada considerando que não há qualquer interferência de outro(a) profissional nos atendimentos e encaminhamentos feitos por mim, depois que a demanda chega ao setor. Tenho a liberdade de expor meu posicionamento profissional em diálogos e pareceres técnicos e nunca houve cerceamento desta autonomia, ou indução para construção de um parecer mais favorável para o demandante do serviço. Busco relatar sempre a realidade identificada nos atendimentos e as defensoras analisam a viabilidade de colocar as informações no processo, ou não.

Com relação aos instrumentais técnico-operativos, que são parte da instrumentalidade do Serviço Social, se estivéssemos presencialmente seriam o atendimento institucional, a visita domiciliar,

relatório social, laudo e parecer técnico. No contexto de pandemia, a visita não está sendo realizada, e o laudo, que requer uma precisão e segurança maior das informações prestadas, não tem sido construído. Deste modo, a opção encontrada para fornecer as informações em forma de documento, tem sido, apenas, o uso de um relatório de acompanhamento, com registros das informações relatadas após o atendimento por vídeo chamada.

Cabe aqui ressaltar a importância da instrumentalidade para o Serviço Social, sobretudo diante de sua marginalização no âmbito do currículo, da formação profissional e da produção científica. Guerra (2014) afirma que a instrumentalidade é uma propriedade que a profissão vai construindo na medida em que concretiza objetivos, usando, assim, a sua capacidade teleológica. A autora afirma, ainda, que ao passo que os profissionais utilizam, criam ou adequam condições existentes e as transforma em instrumentos para objetivação de intencionalidades, suas ações passam a ser portadoras de instrumentalidade.

Nesse sentido, é preciso compreender que os instrumentais técnico-operativos listados aqui compreendem apenas uma dimensão da instrumentalidade, que é ampla e abrange outros aspectos não mencionados neste texto. Por este motivo, quando falo, por exemplo, de atendimento virtual no período da pandemia, estou falando de uma necessidade posta pelo contexto que estamos vivenciando, que exigiu de mim encontrar uma maneira de realizar os atendimentos diante da violação de direitos vivenciadas pelas pessoas que buscam a Defensoria.

Desse modo, foi necessário adequar novas tecnologias ao meu atendimento, reeducar os assistidos para essa nova modalidade, compreendendo-a como temporária, mas necessária. Eu adequuei o atendimento às condições existentes, com a finalidade de não deixar os assistidos sem o acompanhamento do Serviço Social nesse período de pandemia (que por si só já é tão difícil e potencializa a vulne-

rabilidade social das pessoas), e minimizar os impactos dela na vida desses sujeitos. Por este motivo, a instrumentalidade não corresponde ao mero uso da técnica, mas de todas essas outras questões que norteiam o uso da técnica.

Considerações finais

É possível perceber, a partir de minha análise inicial, de uma experiência ainda preliminar na instituição, que tem havido algumas dificuldades para construção do trabalho do Serviço Social na Defensoria Pública do Estado da Bahia. No entanto, acredito que com a retomada das atividades presenciais, haverá o estabelecimento de um diálogo mais próximo com as defensoras, no sentido de ofertar o momento de socialização do conhecimento a respeito do Serviço Social na instituição, bem como de promover um trabalho mais próximo da interdisciplinaridade.

Embora esteja há pouco tempo na instituição, posso afirmar que há um grande potencial para o Serviço Social que ainda pode ser explorado, sobretudo nas demandas relacionadas ao universo prisional e medida socioeducativa, também acompanhado pela Defensoria, mas ainda não socializada com o Serviço Social. Do mesmo modo, entendo como importante que demandas relacionadas à curatela, por exemplo, passem a ser acompanhadas pelo Serviço Social.

Por outro lado, vejo como necessária a resistência do setor do Serviço Social no sentido de continuar provocando as defensoras para passarem a pensar *fora da caixa* do Direito positivado, com o qual trabalham, reconhecendo a importância do Serviço Social para além de elaboração de relatórios e realização de encaminhamentos.

Porém, é importante lembrar que, para cobrar uma postura respeitosa diante do Serviço Social, por parte de outros profissionais, é necessário que nós mesmas, profissionais do Serviço Social, assu-

mamos uma postura firme de valorização da profissão, conhecedora das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social e das legislações e políticas públicas existentes, sobretudo no território em que atuamos, pois assim, construiremos uma intervenção qualificada, que tenha mais chance de viabilizar o direito dos sujeitos sociais, sendo possível sermos mais respeitadas pelas outras profissões que dividem os espaços de trabalho conosco.

Nessa perspectiva, as percepções apresentadas neste trabalho visam contribuir com a reflexão acerca do trabalho do Serviço Social numa unidade da Defensoria Pública do Estado da Bahia, sobretudo, considerando a realidade vivenciada numa cidade do interior do estado. Como se trata de percepções preliminares acerca da atuação profissional, limitadas pelo pouco tempo na instituição, é importante considerar que há possibilidades de mudanças de panorama, a partir de uma maior vivência neste âmbito de trabalho.

Contudo, o fato de ser uma percepção inicial não diminui a relevância das informações presentes neste trabalho, considerando que os estudos teóricos acumulados ao longo dos anos e as experiências profissionais anteriores, advindas de oito anos de exercício profissional em outras instituições, facilitam a compreensão de muitos elementos presentes num novo local de trabalho.

Referências

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Rev. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

CARMO, M. E; GUIZARDI, F. L. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Revista de Saúde Coletiva Physis**, Rio de Janeiro, v.27, n. 4, p. 1265-1286, 2017.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

JORGE, E. M.; PONTES, R, N. A Interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões. **Rev. Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 16, n. 1, p. 175 - 187, jan./jul. 2017.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WERNECK, E. Karel Kosik e a superação da pseudoconcreticidade. **Rev. Marx e o Marxismo**. v.3, n.4, jan./jun. 2015.



Serviço Social em Movimentos Sociais Rurais

Kamila Araújo Rodrigues

Introdução

O presente relato de experiência busca compartilhar algumas reflexões acerca da atuação profissional do Serviço Social junto às organizações, movimentos sociais e entidades, no centro norte do semiárido rural baiano. A região do semiárido foi amplamente retratada pelos estigmas da miséria, fome, caracterizada pelo chão rachado, espaço do atraso, crianças desnutridas e retirantes nas estradas.

Como formas de interpretação e enfrentamento dessa realidade, destacam-se dois principais paradigmas: o de combate à seca, como expressão das respostas das elites locais e ações governamentais que responsabilizam a seca como causa das desigualdades. Isto é, o fenômeno climático de pouca chuva no semiárido, seria a causa e responsável por desigualdades como a pobreza e fome. E o paradigma da convivência com o semiárido, proposta tecida no seio dos processos sociais de resistência e luta pela sobrevivência, a qual reivindica o direito de viver nesse território, constatando que a situação econômica e social não resulta do dado da natureza e sim pelos processos de alijamento do trabalho e da terra, e passam a se organizar pela conquista e permanência na terra, reivindicando políticas públicas de convivência com o semiárido, como destaca Silva (2006).

Nesse contexto que se apresenta a demanda pelo profissional de Serviço Social, na complexa e tensa relação entre sociedade civil e Estado, na disputa de distintos interesses de classes, as organiza-

ções dos trabalhadores disputam o fundo público, pautam seus interesses, reivindicam o atendimento às suas necessidades, por meio de programas, projetos e políticas públicas.

Discutiremos, assim, o contexto histórico no qual se materializa o exercício profissional, abordando a questão agrária como particularidade e também determinante da questão social. Apresentaremos um sintético resgate do significado da profissão de Serviço Social e de seu Projeto Ético-Político; trataremos as condições e relações sociais de trabalho sob as quais se dão a inserção do/a assistente social; além disso problematizaremos a complexa correlação de forças entre sociedade civil e Estado no processo de reivindicação e execução de políticas públicas pelas entidades e organizações dos trabalhadores rurais. Por fim, abordaremos elementos sobre a intervenção profissional, enquanto coordenação da política pública do Centro Público de Economia Solidária-CESOL, e o trabalho de assessoria com a rede de entidades, organizações e movimentos sociais, nas comunidades, assentamentos e quilombos rurais.

Como parâmetro e norte dessa reflexão, nos ancoramos na concepção de profissão consolidada no Projeto Ético-Político Profissional, expresso no código de ética de 1993, pela lei de regulamentação 8.662/1993, bem como documentos e orientações do Conselho Federal de Serviço Social-CFESS. Somados a este arcabouço jurídico-político, lançamos mão da produção de pesquisadores que tem o Serviço Social como objeto de pesquisa e produção de conhecimento.

Buscamos, assim, evidenciar o fazer profissional nas instâncias organizativas da classe trabalhadora e movimentos sociais como um importante espaço de aprendizados, construção de estratégias coletivas e fortalecimento da direção do projeto profissional que afirma o compromisso e aliança com os interesses dos trabalhadores.

Questão agrária e o semiárido

O semiárido baiano é um território de muitas lutas sociais pelo acesso à terra. Lutas estas que vêm desde Canudos, presença viva e inspiração para os trabalhadores nordestinos deserdados da terra e servem como experiência concreta de construção de um modelo de sociabilidade baseado na solidariedade e fraternidade, inspirando diversas outras gerações e experiências coletivas.

Nas décadas de 70/80 do século XX, na diocese de Senhor do Bonfim, a esquerda cristã inspirada na teologia da libertação, desencadeou importantes processos organizativos e de mobilização popular. Com a formação das comunidades eclesiais de base, organizou e mobilizou diversas comunidades rurais na luta pela conquista da terra. Atualmente, como fruto desses processos organizativos e de luta, obteve-se conquista de assentamentos; organizados pelo Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas-CETA; áreas de fundo de pasto⁶³, organizados pela Central das Associações de Fundo e Fecho de Pasto-CAFFP; Escolas Famílias Agrícolas,⁶⁴ dentre outras entidades e organizações dos trabalhadores rurais. Estas lutas pelo acesso à terra não foram pacíficas, sendo vários os companheiros mártires, sendo constantes as ameaças a quem dava continuidade aos processos de luta e conquistas históricas.

No entanto, *a luta não para quando se conquista o chão, fazendo estudo e juntando a companheirada, criando a cooperativa*

⁶³ As Comunidades de Fundo de Pasto constituem um sistema de produção e reprodução social típico do semiárido baiano que se caracteriza pela criação de animais, de pequeno porte, extrativismo e beneficiamento de frutos nativos, plantas medicinais e madeiras nas áreas de uso comum e agricultura de subsistência (CARVALHO, 2020).

⁶⁴ Escola Família Agrícola é uma proposta de escola rural, construída pelas comunidades e movimentos sociais rurais. Se auto organizam a partir dos princípios e práticas metodológicas da pedagogia da alternância, educação contextualizada, formação integral do ser humano e desenvolvimento local. Contemplam o ensino fundamental e médio regular integrado com o técnico em agropecuária, tem convênios com a Secretária de Educação do Estado e com prefeituras.

*pra avançar a produção*⁶⁵; concomitante à luta pela terra, impôs-se como desafio a luta pela permanência na terra, isto é, criar as condições econômicas e socioambientais de convivência com o semiárido. Como estratégia, surgiram diversas iniciativas de geração de trabalho e renda, através da formação de grupos produtivos solidários. Inicialmente, foram fomentadas pelas pastorais sociais da Igreja Católica, posteriormente organizadas em associações e cooperativas, com o intuito de, a partir das potencialidades locais, a exemplo do beneficiamento da mandioca e dos frutos nativos da caatinga, produzirem para gerar trabalho e renda nas comunidades rurais, além de também criar oportunidades para que os jovens tivessem alternativas em que pudessem escolher permanecer com a qualidade de vida no campo. Contudo, o êxodo rural foi e continua sendo incentivado como única alternativa para os nordestinos.

Atualmente nessa região existem mais de uma centena desses grupos produtivos solidários, tendo um maior número nos municípios de Monte Santo, Itiúba, Nordestina e Cansanção, concentrando-se em comunidades rurais, assentamentos, quilombos e áreas de fundo de pasto. Organizam-se em associações, cooperativas e redes de comercialização. Como instrumento político e organizativo dos agricultores(as) e grupos produtivos solidários, surge em 2007 a Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda– ARESOL, com o objetivo de ordenar a produção e a comercialização e realizar acompanhamento técnico. É uma entidade fruto da articulação com todo esse processo de construção coletiva e de resistência, tendo como umas das áreas estratégicas de atuação a pressão junto ao Estado pelo reconhecimento e atendimento das necessidades dos trabalhadores rurais.

⁶⁵ Música, Floriô Zé Pinto, 2003.

A luta por políticas públicas de comercialização, como o Programa de Aquisição Alimentar-PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, e o serviço de assistência técnica, também são bandeiras levantadas pela entidade para promoção, acesso e garantia de direitos dessas populações. Em 2014 a ARESOL foi selecionada em Edital de Chamada Pública realizado pelo governo do Estado através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte-SETRE, para execução da política do Centro Público de Economia Solidária-CESOL.

Não obstante, tal contexto e processos não se dão deslocados das estruturas e disputas que conformam cada conjuntura do desenvolvimento capitalista, ocorrendo atualmente no marco do desenvolvimento capitalista financeiro mundializado. A forma de organização das relações sociais e de produção no campo, que perdurou por mais de três séculos na forma de *plantation*, aparece atualmente transfigurada ideologicamente sob a forma da moderna indústria capitalista no campo, como agronegócio. Expressão latente da modernização conservadora do capitalismo dependente brasileiro, onde o moderno, industrial e de alta tecnologia, é produzido e reproduzido por velhas estruturas, com a produção voltada para atender as exigências do mercado externo, grandes extensões de terras, expulsão dos camponeses do campo e expropriação da força de trabalho e dos recursos naturais (FERNANDES, 2004).

O índice de Gini⁶⁶, aplicado à distribuição de terras, revela a extrema desigualdade da estrutura fundiária do Brasil, apresentando o índice de 0,854. É o segundo país do mundo com o maior índice de concentração de terras; segundo os dados referentes à ocupa-

⁶⁶ Mede o índice de desigualdade social de uma dada região (país, estado ou município), principalmente por meio do indicador de renda, podendo ser aplicado a distribuição de terras. O índice ou coeficiente de Gini varia de 0 a 1, quanto mais próximo a 1 mais desigual é um país ou localidade.

ção e uso das terras apresentado pelo Censo Agropecuário do IBGE (2006)⁶⁷, a pequena propriedade rural, representada pela agricultura familiar e camponesa, ocupa uma área agricultável equivalente a 24%, já o agronegócio ou agricultura capitalista, ocupa uma área de 74%. Com 24% das terras agricultáveis que os pequenos agricultores/camponeses têm acesso, produziram 40% do PIB agrícola, é responsável por 70% da comida que alimenta o povo brasileiro e 74% da mão de obra ocupada no campo; tendo acesso apenas a 14% de crédito. Já o Agronegócio/latifundiários dominam 76% das terras, é responsável por 60% do PIB agrícola, produz 30% de alimentos, e apenas 26% da mão de obra está inserida neste processo de trabalho. No entanto, tem acesso a 86% do fundo público disponível para crédito agrícola.

Esses dados colocam em xeque dois distintos projetos de desenvolvimento para o campo, a agricultura familiar camponesa, e o agronegócio representante do latifúndio. Esta é a base concreta material da reprodução da nova e moderna empresa agrícola, que continua a expropriar e expulsar os agricultores e camponeses do campo, deixando-os livres para servirem de mão de obra barata nas grandes cidades. Expropriação e expulsão que se dá pela invasão de terras, grilagem - e também pela *bala* -, e reprodução do trabalho análogo ao escravo, como demonstra os dados do conflito no campo da Comissão Pastoral da Terra. Esta modernidade ainda reproduz péssimas e desumanas condições de trabalho, como demonstra o estudo de Sant'Ana (2012), e incalculáveis custos ambientais.

Desse modo, os custos e consequências sociais, ambientais e econômicos postos pelo atual padrão de desenvolvimento agrário, não estão restritos ao setor agrícola, muito além disso, afetam o conjunto da sociedade e dão os contornos da Questão Social. Como

⁶⁷ Dados do IBGE, 2006 organizados pelo MST 2012. Disponível em: <http://www.redesans.com.br/estudo-unesp-destaca-valor-da-reforma-agraria-no-desenvolvimento>.

destaca Sant'Ana, (2012, p.14), “uma das particularidades da questão social é a questão agrária. Esta é resultado dos embates estabelecidos devido à posse da terra ou às relações de trabalho em meio rural.” Como tal, aparecem de forma direta ou indireta, aparente ou não no cotidiano dos assistentes sociais.

Sobre o exercício profissional

No bojo dos processos de enfrentamento social na autocracia burguesa, o Serviço Social brasileiro coloca em xeque o Serviço Social tradicional. Segundo Netto (2011), nesse processo, denominado de Movimento de Reconceituação, o Serviço Social repensa sua prática, desmistifica a suposta neutralidade profissional, pautando-se o caráter político e contraditório da profissão. Ocorre uma interlocução mais profícua com as ciências sociais, a pesquisa e a aproximação com o marxismo. Como expressão desse processo de ruptura com o Serviço Social Tradicional destaca-se a produção de Iamamoto e Carvalho (2010) ao demarcar a reflexão do Serviço Social na perspectiva teórico-crítica. Apreendem o Serviço Social como parte de uma totalidade social, a partir de sua inserção e participação no processo de reprodução da vida social, nas relações sociais de um dado momento sócio-histórico.

Neste sentido, conforme Marilda Iamamoto (2009, p. 30), analisar o exercício profissional exige a reflexão articulada acerca do; “[...] exercício da profissão nas condições sociais concretas de sua realização, mediadas pelo estatuto assalariado e pela organização política das classes em suas expressões coletivas”. A prática profissional e as respostas sociais e coletivas que a categoria profissional é capaz de formular, como aponta a autora, ocorrem na interface entre as condições sócio-históricas e a construção do projeto profissional (*ibidem*, 2009).

O projeto profissional expressa a direção crítica e comprometida do Serviço Social com a luta dos trabalhadores. No VII princípio fundamental do Código de Ética de 1993 afirma-se o posicionamento político da profissão na sociedade de classes, “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2011, s/p), demarcando, assim, as mediações e horizontes convergentes entre projeto profissional e projeto societário da classe trabalhadora. Para tal, se faz fundamental e necessária a “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores”, conforme princípio IX de nosso Código de Ética (*ibidem*, 2011, s/p).

Dessa forma, o exercício profissional se materializa a partir de vários condicionantes: os determinantes sócio-históricos; as condições e relações profissionais; o compromisso com o Projeto Ético-Político profissional e, nesse caso, com os processos coletivos em construção pelos atores sociais do semiárido. Para introduzir o relato dessa experiência profissional nesse contexto e a partir dos determinantes supracitados, compartilho uma reflexão de Barroco, a qual orienta, inspira e alimenta a construção do nosso fazer profissional:

Da constatação de que nessa sociedade é impossível a *universalização* de uma ética objetivadora de valores emancipatórios, não se conclui, *necessariamente*, a impossibilidade de sua realização *parcial*. Creio que a consideração oposta, ou seja, a de que nesta sociedade é impossível qualquer realização ética, decorre de uma visão que analisa o presente em função do *dever* sem considerar as mediações entre esses dois polos e absolutizando os valores e a ética, a partir de uma projeção idealista do *dever*. Se operarmos com a projeção das condições ideais nas quais a ética poderia se objetivar, contrapondo-as ao presente de *forma absoluta*, tenderemos a ignorar as mediações históricas inscritas entre esses dois extremos. Em

outras palavras, reiteramos a visão de que: *se não é possível a sua realização ideal aqui e agora, não será possível nenhuma forma de realização* (BARROCO; TERRA, 2012, p. 55-56, grifo do autor).

É nessa perspectiva do presente e do devir, na articulação entre projeto profissional e a garantia de direitos, projeto societário e a dimensão da emancipação política e humana, e na busca por extrair das contradições as possibilidades é que se enveredam os elementos fundantes dessa experiência profissional, fincada no chão histórico do semiárido baiano, nos Territórios de Identidade do Sisal e de Piemonte Norte do Itapicuru.

Condições e relações de trabalho

A inserção formal profissional no contexto supracitado se dá via seleção pública para atuar no Centro Público de Economia Solidária-CESOL, executado pela ARESOL. O CESOL tem por objetivo a prestação do serviço de assistência técnica a empreendimentos associativos populares e solidários e a redes de economia solidária, através de uma equipe multiprofissional.

Inicialmente a profissional de Serviço Social foi contratada pela ARESOL para assumir a função de Coordenação de Recursos Humanos do CESOL. Esse Contrato de Gestão entre Organização Social ARESOL e Secretaria do Trabalho Renda e Esporte-SETRE para execução do CESOL foi de dois anos, posteriormente houve a renovação de dois contratos emergenciais de seis meses e, por último, uma nova chamada pública e contrato de dois anos. Nos contratos de seis meses, assumimos a função de técnica em gestão com formação em Serviço Social. No último contrato exercemos a função de coordenadora geral do Centro Público. O contrato de trabalho foi via Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, 40 horas semanais, isto quando estava sob execução dos contratos, porém nos intervalos de

um contrato para outro, que se prolongaram por meses, trabalhávamos com uma ajuda de custo e sem quaisquer garantias trabalhistas.

O contrato de gestão impunha uma série de metas, obrigações e responsabilidades a serem cumpridas. No entanto, o envolvimento profissional, a identificação e compromisso político foram muito além das atribuições e contrato de serviço para atender as demandas do CESOL. O engajamento profissional, no esforço de cumprir com a execução da política pública do CESOL, a articulação com toda a rede de movimentos sociais da qual a ARESOL é fruto e parte constitutiva, o trabalho de construção do projeto político que atendesse às necessidades dos trabalhadores(as) rurais em contraponto ao agronegócio, a construção de um outro modelo de desenvolvimento para o campo, pautado na convivência com o semiárido, soberania alimentar e distribuição das terras e das riquezas foram a grande mola propulsora que oxigenava o trabalho cotidiano. Essa identificação política militante com esse projeto coletivo justificou a permanência no vínculo empregatício frágil, jornada de trabalho muito além das quarenta horas semanais e remuneração precarizada.

Enquanto coordenação do CESOL, tivemos, dentre outras, as seguintes funções: coordenar as ações do CESOL; elaborar os relatórios de prestação de contas; cumprir e fazer cumprir as metas estabelecidas no contrato; participar das reuniões designadas pela SETRE. Essa relação contratual de trabalho, delineou um campo contraditório e permeado pelo confronto e tensões sociais, implicando uma série de desafios e dilemas profissionais.

Dadas as obrigações e metas estabelecidas, correu-se o risco de reduzir a prática profissional ao burocratismo e, em nome dos interesses dos trabalhadores, de *vestir a camisa* do controle e do disciplinamento institucional imposto pelo Estado. Outro grande desafio foi a relação entre as Organizações Sociais executoras dos outros

Centros Públicos no emaranhado e complexo campo da sociedade civil, denominado por muitos como terceiro setor.

Em contraponto às teses que agrupam as organizações da sociedade civil no terceiro setor, caracterizando-o como reino do bem comum e da solidariedade, Montano (2010) o insere como parte constitutiva da dinâmica do modo de produção capitalista, no seu atual estágio neoliberal:

Porém aceitar sem mais nem menos o 'terceiro setor' tal como vem dos seus teóricos, como sendo as organizações de uma 'sociedade civil', autonomizada do Estado e do mercado e desarticulada do processo histórico de reforma do capital (como em geral está presente no debate), nos levaria a uma esquizofrênica visão romântica da realidade: 'O neoliberalismo está reformando o Estado, mas os setores progressistas estariam dando a resposta na sociedade civil' (MONTANO, 2010, p. 183).

Terceiro setor, assim, segundo a perspectiva crítica trabalhada por Montano (2011), não se refere a um setor, tampouco a um terceiro; este conceito representa uma construção ideológica que está diretamente conectado às novas estratégias de respostas à questão social operadas pelo capital, tendo como principal efeito a desresponsabilização do Estado e responsabilização dos indivíduos pelos problemas sociais. Essa conjunção de fatores retira do Estado a sua primazia enquanto responsável pela oferta de direitos sociais universais, neste sentido, terceiro setor são ações que expressam funções a partir de valores (*Ibidem*, 2010). Ações que são empreendidas por organizações no âmbito da sociedade civil que passam a assumir certas funções que deveriam ser pautadas via Estado e são promovidas por apelos morais à solidariedade e ao bem comum.

AARESOL, representante dos interesses dos trabalhadores rurais, que reivindica respostas às necessidades dos agricultores(as)

pela vida do direito, tem como um dos objetivos garantir condições dignas de vida e permanência no campo, atrelando-se há um projeto coletivo e societário articulado à rede de movimentos do semiárido. Demonstra, ao longo de sua história, capacidade de pressão junto ao Estado no sentido de construir políticas públicas que atendam às necessidades do território. No entanto, essas parcerias com o Estado para execução de contratos também fortalece o modelo de gestão descentralizado da *panaceia do terceiro setor*. Além disso, ressalto que não está imune ao risco dos movimentos sociais irem enfraquecendo seu caráter reivindicatório, se institucionalizando, perdendo a autonomia, dadas as disputas em torno do Estado com estratégias de cooptação, a fim de diminuir os tensionamentos sociais e apaziguar possíveis conflitos.

São muitos e antagônicos os interesses de grupos sociais, gestores, organizações sociais e representações partidárias. Todos falam em nome do bem comum, no entanto, interesses particularistas, clientelistas, contrários aos interesses dos trabalhadores, convivem lado a lado. Na condição de coordenação e/ou gestão, essa complexidade que é própria das relações sociais se impõe cotidianamente. A todo tempo precisamos tomar decisões e nos posicionarmos, e de fato isso requer um constante aprimoramento profissional em que se esteja “culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico; atento para decifrar o não-dito, os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder” (IAMAMOTO, 2009, p. 03). Mesmo nas instâncias organizativas dos trabalhadores e movimentos sociais, é no mínimo dilemático entender e desenvolver competência política profissional para atuar nesse movimento contraditório da realidade e torna-se fundamental essa compreensão para superar o messianismo sem cair no fatalismo. Extrair dessas contradições as estratégias de ação, confrontando com a realidade.

Como estratégias para não se perder, além de ter o Projeto Ético-Político como norte e clareza dos objetivos, adotamos o diálogo e convivência frequente com os agricultores(as) rurais. Essa vivência é fundamental para que, em meio às pressões, disputas e burocracias, não reduzamos o trabalho no enquadramento burocrático de apenas mensurar dados, aplicar metas e formular relatórios de prestação de contas.

Assessoria a comunidades rurais

Não obstante os limites apresentados pela prática profissional no âmbito do CESOL, e as demais atribuições pertinentes à coordenação, o trabalho se expande para o exercício da assessoria, na atuação direta com os trabalhadores e trabalhadoras rurais, a participação nos processos organizativos nos grupos produtivos solidários, assembleias, mobilizações e articulação com a rede de movimentos sociais. Estas vivências representam o momento privilegiado de convivência, apreensão do modo de vida e de trabalho dos sujeitos sociais com os quais trabalhamos, de construção coletiva de conhecimentos, estratégias políticas de resistências, proposições e ações interventivas.

Como metodologia de trabalho, bebemos do acúmulo da educação popular, inspirada em Paulo Freire, desenvolvida pelos movimentos populares. Como dinâmicas, cantos, os símbolos e a mística que nos conectam aos fundamentos de nossa luta, o porquê lutamos. Nesses espaços, vale ressaltar que não se estabelece certas hierarquias, onde o profissional e/ou instituição é colocado como autoridade, dotado de conhecimento, e os sujeitos com os quais trabalhamos como subordinados, um cadastro a mais. O entendimento e vivência é de companheiros(as), ambos trabalhadores, os quais, situados nesse chão histórico, trocam e constroem conhecimentos

juntos, estão na luta pela sobrevivência e construção coletiva de outra sociabilidade.

Rompem-se as fronteiras profissionais, os formalismos e saberes para elaborarmos os cadastros e diagnósticos conjuntamente: diretoria da associação, liderança do grupo, profissional de Serviço Social, a agrônoma, o técnico em agropecuária, os estagiários e demais agricultores(as). Nos mutirões da comunidade, para construção da unidade ou coleta do umbu, na montagem e desmontagem de barracas, na preparação e limpeza dos espaços dos encontros, na preparação da sopa, estamos todos lá, desenvolvendo as atividades coletivamente.

Ao realizarmos a atuação profissional numa determinada comunidade, inicialmente buscamos nos articular com o conjunto de atores sociais ali presentes, seja com a associação local, ou outras entidades e organizações que atuam e integram a comunidade. Assim, se atuamos nos assentamentos rurais, nossa parceria se dá comumente junto à CPT e ao movimento CETA. Através da participação na vida da comunidade, nas reuniões, assembleias, mobilizações, vamos coletivamente refletindo sobre a realidade concreta, sem perder de vista a articulação com o todo, desvelando as principais problemáticas presentes na comunidade, demandas, alternativas e potencialidades.

Construímos com a comunidade pesquisas, diagnósticos, estudos socioeconômicos e planos de ação. Com o planejamento das atividades a serem realizadas, destacam-se os objetivos, prazos e atores envolvidos. Nesse processo de construção coletiva, nos deparamos com um conjunto de necessidades e demandas, e parte dos grupos produtivos solidários e das comunidades, articulando-se com toda a rede de entidades, organizações e movimentos sociais do território para paulatinamente ir executando ações em prol das

melhorias desejadas e planejadas. Realizamos e articulamos vários espaços de formação política, com as temáticas de direitos humanos e cidadania, gênero, juventude, relações raciais, políticas sociais, associativismo, cooperativismo, questão agrária, dentre outros, bem como, a articulação e encaminhamentos com a rede de serviços públicos e demais atores do território.

Nesse processo, vamos decifrando a realidade social, construindo enfrentamentos coletivos, sem perder de vista a articulação com a luta geral da classe trabalhadora. Além disso, temos uma importante atuação no desenvolvimento da nossa consciência política e de nossos pares. Estivemos presente em todas as mobilizações e manifestações ocorridas nacionalmente no período recente⁶⁸, como: contra o processo de *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e desmonte dos direitos dos trabalhadores, contra as contrarreformas da previdência, trabalhista, e a *PEC do fim do mundo*⁶⁹. *Realizamos diversas discussões nas comunidades, mobilizamos sem dificuldades centenas de trabalhadores rurais que se somaram em marcha com os trabalhadores urbanos. Trabalhamos e exploramos, assim, a dimensão ideopolítica profissional na perspectiva de contribuir com o fortalecimento das organizações coletivas dos trabalhadores.*

Em consequência às ações implementadas, vamos elucidar neste momento alguns elementos de como se efetua a atuação profissional em equipe no processo de assessoria/acompanhamento às comunidades rurais, especificamente em uma comunidade rural quilombola e com grupos de mulheres agricultoras e integrantes de grupos produtivos solidários.

⁶⁸ As mobilizações, manifestações e passeatas ocorrem ao longo do ano de 2016 e 2017, com concentrações em Salvador e nas cidades regionais do interior, Senhor do Bonfim, Euclides da Cunha e Juazeiro.

⁶⁹ Emenda Constitucional 95, conhecida como “PEC do fim do mundo”, por congelar por 20 anos os investimentos em políticas públicas.

O nosso processo de assessoria parte das particularidades de cada comunidade, discutimos as necessidades sociais que são de responsabilidade do poder público, problematizamos a reflexão sobre os direitos e políticas sociais, as formas de acesso e reivindicações, e por fim, no que a rede de organizações e entidades pode somar junto à comunidade. Identificamos que na comunidade quilombola em questão, além da geração de trabalho e renda, a não regularização fundiária e o trabalho com os processos identitários do ser negro quilombola evidenciaram-se como necessidades emergentes.

Paralelamente ao trabalho de formação, realiza-se a formação dos grupos de geração de renda, a partir do interesse e potencialidades da comunidade. A caprinocultura e produção de alimentos tradicionais derivados dos frutos nativos da caatinga, foi uma das formas encontradas para fomentar o que já existia. Realizamos formações sobre associativismo, cooperativismo, economia popular e solidária, momentos oportunos onde discutimos acerca do modo de produção capitalista, apresentando de forma didática para a realidade concreta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais as contradições do capital, os processos de alienação e sua incompatibilidade com uma sociedade justa e igualitária.

Articulamos com companheiros do movimento negro do Centro de Artes Humanidades e Letras (UFRB), colegas egressas do curso de Serviço Social (UFRB), pesquisadores e militantes da área de relações raciais e, no processo de construção com o quilombo, agregamos à formação as atividades comemorativas da consciência negra. O quilombo realiza há uma década uma gincana cultural no mês de novembro, contando com uma programação de apresentações culturais e campeonato de futebol. Não obstante, o elemento formativo de abordagem das questões étnico-raciais era pouco contemplado.

Neste sentido, elaboramos um projeto para angariar recursos, o que foi muito importante, porque quebramos, mesmo que pontualmente, a dependência das relações clientelistas dos políticos da região que patrocinavam a infraestrutura dos festejos da comunidade já como troca de favor. Submetemos a proposta à Coordenadoria Ecumênica de Serviços-CESE, sendo aprovada e contemplada.

Nesta oportunidade, realizamos um dia de formação com as temáticas: terra e território quilombola, juventude negra, empoderamento da mulher negra, oficina de turbante e ciranda para as crianças. Com a colaboração do coletivo Tela Preta, formado por cineastas egressos do Centro de Artes, Humanidades e Letras-CHAL/UFRB, realizamos um dos desejos da comunidade produzindo um documentário, que se chamou Lage do Antônio: Um quilombo no sertão, disponível no YouTube, retratando a história do quilombo. Também contribuimos com a construção e formulação de um projeto de infraestrutura para o grupo produtivo de caprinocultura leiteira, aprovado junto à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional-CAR, beneficiando diretamente quarenta famílias no valor de R\$217.250,00.

Nesse processo de parcerias e articulações, conseguimos integrar o quilombo às organizações e movimentos do território. Representações do quilombo passaram a ter participação ativa nas mobilizações e processos de formação política. Fomentamos e contribuimos ainda na construção do fórum de comunidades quilombolas, com a participação de diversos quilombos da região.

As mulheres são a maioria das integrantes dos grupos produtivos solidários, as quais prestamos o serviço de assistência técnica via CESOL, e a maioria dos membros fundadores e associados que compõem a ARESOL. As relações sociais patriarcais de gênero impuseram-se como elemento fundamental que demandou prioridade no exercício profissional.

Nesse processo, o nosso trabalho se deu em duas linhas estratégicas, primeiro o processo pedagógico de reflexão e desnaturalização dos papéis que historicamente foram imputados às mulheres, e segundo, no tocante à geração de renda. Diagnosticamos e nos deparamos com muitas situações de violências sofridas pelas mulheres. No enfrentamento dessas violências a questão da dependência econômica foi uma grande barreira para o enfrentamento e construção de outras alternativas de vida pelas mulheres rurais.

Na divisão social e sexual do trabalho os homens agricultores rurais são responsáveis pela gestão das propriedades e das atividades produtivas monetárias, as mulheres são responsabilizadas pelos trabalhos reprodutivos, no âmbito doméstico dos cuidados com a prole, no cultivo de alimentos e criação de animais voltados à alimentação familiar, além de trabalhar com os homens na atividade monetária, classificado por eles como *ajuda*. Assim, com exceção do dinheiro recebido pelos programas de transferência de renda, muitas mulheres rurais não têm acesso a nenhum recurso monetário. O que as deixa em total dependência financeira de quem gerencia a propriedade, sendo comumente os seus esposos ou os pais. Somado a isso, o isolamento das mulheres rurais é um fator que potencializa as violências, dado o distanciamento das casas na zona rural.

A reunião das mulheres nos grupos produtivos solidários vem se afirmando como importante locus de autofortalecimento, à medida que elas encontram nos grupos um espaço de partilha e acolhimento. O resultado econômico da atividade do grupo tem possibilitado às mulheres acesso a uma renda, visualizando sua independência financeira.

No processo de assessoria, vamos dialogando, refletindo sobre o que é ser mulher, por que são atribuídas certas atividades como sendo de mulheres? Por que as mulheres trabalhadoras rurais rea-

lizam uma, duas, três jornadas de trabalho, em alguns casos trabalham o dobro de horas em relação aos seus cônjuges e, no entanto, esse trabalho não é reconhecido e valorizado? Por que muitas de nós convivemos com homens violentos que nos agredem? Desenhamos estratégias de como enfrentar tal realidade. Essas e outras questões foram pautadas e trabalhadas nos grupos, através de atendimentos individuais, reuniões e oficinas.

Todavia, o fato de o patriarcado ainda ser muito presente nesses espaços, podendo ser expresso das mais variadas formas, colocando as mulheres, de forma geral, nos bastidores ou espaço privado, doméstico, e os homens nos palcos, nas representações e espaços decisórios da esfera pública, são desafios relevantes para o enfrentamento diário. Contudo, é possível constatar que muitas mulheres estão se fortalecendo nesses espaços, aos poucos, passo a passo, tornando-se protagonistas de suas vidas.

Mulheres que caminhavam apenas pelos limites de seus quintais passaram a integrar os grupos, participar dos encontros, ir à feira de economia solidária em outro município, viajar à capital Salvador, participar do seminário Agricultura Familiar e Economia Solidária, e se deslumbrar ao ver o mar pela primeira vez. Tornaram-se presidentas de associações e lideranças de comunidades. Todos esses *ganhos* não se deram só no âmbito da independência material, mas também na autoestima, na força subjetiva que adquiriram ao estarem juntas umas com as outras, aprendendo e crescendo individual e coletivamente. Com o aumento do faturamento do grupo produtivo solidário, através da assistência técnica do CESOL que qualificou o produto e abriu vias de comercialização, conseguiram juntar dinheiro, comprar suas casas próprias e saírem de situações de violências. Pela primeira vez há uma mulher como vice-coordenadora da ARE-SOL. E assim, caminhar longe em marcha, juntas a tantas outras

mulheres na Marcha das Margaridas, afirmando que *sem feminismo não há agroecologia, sem feminismo não há socialismo*.

Considerações finais

Chegamos ao final desse relato, observando que, embora os limites e contradições presente nas organizações, entidades e movimentos sociais dos trabalhadores(as) rurais sejam muitos, podemos construir estratégias coletivas concretas para avançar na garantia de direitos para populações historicamente alijadas da distribuição da riqueza socialmente produzida. São exemplos concretos, vozes que se rompem em meio à passividade; denunciam e se rebelam contra as inúmeras formas de exploração, expropriação e opressões que ofuscam e negam o ser humano. Como nos convida a canção intitulada Semente do Amanhã, de Gonzaguinha: *Fé na vida, fé no homem, fé no que virá (...) vamos lá fazer aquilo que será*. Estas mulheres e homens, Agricultores(as) Familiares, assentados(as) e quilombolas, ousam extrair das contradições, saídas coletivas, semeando a construção de outras formas de sociabilidade.

Acreditamos que estes são espaços importantes de atuação para assistentes sociais, onde o profissional encontra férteis possibilidades interventivas na perspectiva de fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores, construção de estratégias coletivas no processo de reivindicação e atendimento de suas necessidades.

Destacamos ainda, como imperativo ao exercício profissional, a pesquisa e a dimensão investigativa como requisitos fundamentais para o profissional de Serviço Social, dado o conjunto de demandas e atribuições que lhe são postas, exigindo-lhe respostas. Consideramos que a capacidade de ouvir, a disponibilidade de apreender com os sujeitos sociais com os quais atuamos e suas instâncias coletivas

organizativas – compreendendo-os também enquanto portadores de conhecimentos que vivenciam e refletem as contradições sociais, e que alimentam e constroem projetos coletivos – são parte constitutivas e importantes da dimensão investigativa, que potencializam e enriquecem o fazer profissional,

Ressaltamos a articulação política como importante elemento na construção de estratégias de intervenção profissional diante do conjunto de manifestações da questão social que nos demandam cotidianamente. É fundamental ao profissional pesquisar, conhecer e se envolver com os atores políticos do território em que atua e com a rede de serviços. Como mencionado, sempre buscando o apoio, parceria e articulação com sujeitos e organizações, entidades e movimentos, desde as relações construídas no processo de formação profissional com as colegas assistentes sociais, grupos e contatos estabelecidos a partir da vivência universitária; assim somamos forças e ampliamos muito nossas possibilidades no processo de construção de alternativas e respostas profissionais.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social-CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Aurélio José Antunes de; FERREIRA, Marcio Harrison dos Santos; TROILO, Gabriel. **Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto: Territórios de Riqueza Agrobiocultural e Convivência com o Semiárido**. Santo André: Áttema: Assessoria Editorial, Comunicação & Design, 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2019**. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads-2/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14195-conflitos-no-campo-brasil-2019-web>. Acesso em: Setembro 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. Brasília, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: janeiro 2020.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>. Acesso em: Agosto de 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 32 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estudo UNESP destaca valor da reforma agrária no desenvolvimento**. Disponível em: <http://redesans.com.br/estudo-unesp-destaca-valor-da-reforma-agraria-no-desenvolvimento/>. Acesso em: Agosto de 2020.

MONTANÕ, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições paradigmáticas e sus-

tentabilidade do desenvolvimento. 298f. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2309>. Acesso em: Agosto 2020.



Os braços abertos no “Corra pro Abraço”

Chirlei Correia Damasceno

Introdução

A experiência de trabalho que será aqui relatada ocorreu entre os anos de 2014 e 2017, no atual *Programa Corra pro Abraço*, o qual está vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do governo do Estado da Bahia. Tal iniciativa foi delineada com o objetivo de levar o cuidado integral à população em situação de rua e usuária de Substâncias Psicoativas (SPAs), inicialmente no centro da capital baiana, se configurando como elo desse público às diversas políticas públicas. Atualmente, o Programa desenvolve ações visando à garantia de direitos não só da população em situação de rua como também de outras populações vulneráveis de Salvador e outros municípios, e no Núcleo de Prisão em Flagrantes, também em Salvador, junto às audiências de custódia.

Com relação às características desejadas aos profissionais de Serviço Social no trabalho com a população em situação de rua, destaca-se a afinidade com o campo; conhecimentos sobre a estratégia da Redução de Riscos e Danos (RRD) associada ao uso problemático de substâncias psicoativas; conhecimentos sobre a rede de serviços de atendimento público disposta; conhecimentos e habilidades para o manejo de crise e, sobretudo; a escuta qualificada para o levantamento e/ou formulação de demandas junto aos assistidos.

Em linhas gerais, trata-se de uma experiência muito enriquecedora, que assim como qualquer outra, proporciona muito aprendizado para os/as profissionais envolvidos/as. O cotidiano de trabalho é extremamente desafiador e apresenta uma sensação dicotômica

para os profissionais, pois ao passo em que gera o sentimento de impotência e frustração frente às demandas não concretizadas, proporciona também sensação prazerosa ao perceber mudanças significativas na vida dos/as assistidos/as a partir do acesso aos seus direitos.

Nesse sentido, terei como objetivo principal, apresentar elementos importantes do cotidiano de trabalho junto a esse público. Para tanto, farei uma breve caracterização da instituição quanto a sua estrutura e organização, desde as características físicas ao seu quadro de profissionais; farei também um sucinto retrospecto sobre a trajetória acadêmica percorrida bem como, sobre as habilidades que já dispunha e as quais precisei apreender para desenvolver o potencial de trabalho; por fim, relatarei os desafios e as possibilidades do fazer profissional concernentes à referida atuação.

Sobre o “Corra”: caracterizando o campo

Antes de abordar sobre as especificidades institucionais, considero importante frisar que o relato da experiência está inscrito em um determinado espaço temporal já citado no início deste texto, portanto as pontuações feitas aqui estão exclusivamente situadas no referido momento histórico.

Lançado no ano de 2013, o então *Projeto Corra pro Abraço*, ou *Corra*, como foi carinhosamente apelidado pelos seus técnicos e assistidos, foi delineado sob a perspectiva de levar o cuidado para a população usuária de SPAs vivendo em situação de rua na capital baiana. O *Corra* foi idealizado pelo governo do estado e é executado, através de parceria, por uma Organização da Sociedade Civil, a qual fica com a incumbência de selecionar e contratar os profissionais via contrato celetista, bem como administrar os recursos destinados ao cumprimento das metas e atividades propostas.

A equipe que deu início às atividades do projeto, ainda no seu lançamento no ano de 2013, era formada por profissionais de diversas áreas de conhecimento, a saber: psicólogos(as), assistentes sociais, sociólogos(as), antropólogos(as) redutores(as) de danos, profissionais da educação com formação em áreas distintas (música, artes visuais, teatro) e ainda técnicos administrativos. Esse quadro profissional coadunava com a principal ferramenta utilizada para acessar o público ao qual o projeto se destinava, as atividades de arte-educação. A proposição de rodas de arte-educação nos lugares em que se notava a presença de um número significativo de pessoas em situação de rua serviu como facilitador na construção do vínculo e estabelecimento da confiança entre a equipe e os(as) assistidos(as).

O primeiro ano de atuação do projeto ofereceu subsídios para ajustar a formação da equipe e os serviços necessários para atender às demandas levantadas nos campos. Sendo assim, a partir do seu segundo ano de atuação, o qual coincide com a minha contratação, passou a compor à equipe de profissionais, também o profissional da área de justiça, ocupando a função de educação jurídica para aqueles(as) assistidos(as) que se encontravam com demandas a serem resolvidas junto ao sistema judiciário. Mais adiante, ainda no segundo ano de atuação, inseriu-se na equipe também o profissional de educação física, com a proposição de atividades desportivas, demandadas pelos assistidos.

No que concerne à estrutura física para o desenvolvimento do trabalho, é importante sinalizar que tive a oportunidade de participar de dois momentos distintos, estruturalmente falando. Como fui contratada em 2014 e desligada da equipe em 2017, atuei quando a iniciativa tinha característica de projeto, logo com recursos irrisórios e ainda a partir de 2016 quando presenciamos a sua ampliação para programa e, conseqüentemente, com maior aporte financeiro para o desenvolvimento das suas metas, que agora já eram maiores também.

Nos dois primeiros anos de atuação, presenciei na equipe uma grande dificuldade de organização, em virtude da ausência de uma sede própria, com estrutura física montada para reuniões extraordinárias, preenchimento de instrumentos, os quais eram realizados nas próprias residências dos técnicos em computadores pessoais, não tínhamos acesso a um transporte institucional para a realização das demandas; para tanto, recebíamos um cartão de acesso ao transporte coletivo, com um número de passagens que desse conta da realização das tarefas. As reuniões ordinárias tinham dias e horários determinados e ocorriam na estrutura física da Organização Social que fazia a gestão do projeto, porém este espaço não era destinado ao recebimento/atendimento dos assistidos.

Os encontros com os assistidos aconteciam sempre nos campos, ou seja, nos locais em que eles utilizam para residência e/ou socialização. A ação da equipe em campo acontecia sempre nos finais de tarde e início da noite, compreendendo o horário das 17 às 19 horas, quando eram realizadas as oficinas de arte-educação bem como os atendimentos pela equipe técnica. Em que pese as dificuldades mencionadas, não faltaram força e determinação na equipe para fazer aquele projeto-piloto dar certo. Isso porque era nítida a identificação e comprometimento dos profissionais com aquele público. E disto concedo os créditos à equipe de seleção dos profissionais, por ter feito um trabalho excelente na identificação do perfil de cada profissional escolhido.

O conhecimento sobre o território de atuação ofereceu subsídios para repensar a estrutura da realização das abordagens e a equipe passou a atuar não só nos pontos fixos de concentração dos assistidos, mas também em caráter dinâmico, percorrendo ruas, vielas, viadutos, locais de acesso restrito, em que também eram en-

contradas pessoas em situação de rua e que faziam uso abusivo de drogas que por diversas razões não conseguiam se deslocar para participação das atividades nos pontos fixos. Desse modo, uma equipe multiprofissional foi selecionada para atuar nesse contexto em que a vulnerabilidade⁷⁰ e a invisibilidade⁷¹ daquelas pessoas eram ainda mais latentes. Fui uma das profissionais selecionadas e posso afirmar que aquela foi a experiência mais desafiadora que enfrentei.

A ampliação do projeto para programa favoreceu a melhoria significativa das condições de trabalho. A aquisição de uma sede própria com estrutura física satisfatória às necessidades profissionais e, a disponibilidade de transportes institucionais para realização das demandas contribuíram com a qualidade dos serviços ofertados, favoreceram a afirmação do *Corra* como espaço efetivo de garantia de promoção de cuidado e interlocutor na garantia de direitos dos assistidos.

Dentre os princípios que norteiam a atuação do *Corra*, gosto sempre de destacar aquele relacionado ao respeito ao modo de vida das pessoas e a forma com que elas se apresentam no mundo. O olhar cuidadoso, atento e livre de pré-noções, o oferecimento de atendimento de baixa exigência, uma vez que são realizados nas condições e locais em que o assistido se encontra, favorecem o estabelecimento do vínculo e o cuidado mútuo na relação equipe-assistidos.

⁷⁰ “Tem-se aqui, de forma enfática, o argumento presente em grande parte da literatura sobre o tema da vulnerabilidade e pobreza: as famílias pobres e vulneráveis apresentam ainda, para além de uma multiplicidade de privações de caráter mais objetivo (renda, ativos materiais, acesso a serviços etc.), algumas condições ou aspectos psicossociais negativos que dificultam o enfrentamento e a superação das condições de pobreza. Frequentemente, as famílias nessas condições de intensa e extensa vulnerabilidade e pobreza desenvolvem atitudes e comportamentos de apatia, resignação, baixa autoestima, baixo protagonismo e autonomia, desesperança, subordinação e dependência, que acabam por aprisionar as famílias e os indivíduos nas armadilhas da pobreza” (BRASIL, 2009, p. 175).

⁷¹ A triste verdade é que esse segmento populacional é praticamente inexistente aos olhos da coletividade, porque o estigma social que sofrem é tão agressivo que faz simplesmente a sociedade “apagar” tais pessoas do seu campo de visão. A situação se agrava porque muitas atrocidades são sofridas pelas pessoas em situação de rua (NONATO; RAIOL, 2016, p. 81).

As atividades que o *Corra* desenvolve junto aos assistidos estão estritamente ligadas ao seu objetivo primordial, que é colaborar com o processo de emancipação, formação político-cidadã, para que eles sejam protagonistas na garantia do acesso a seus direitos. Além das rodas de arte-educação realizadas nos campos de atuação, eram realizadas atividades de acesso a bens culturais, como cinemas, teatros, exposições; participação em espaços de discussão e formação política, como audiências públicas, conferências e manifestações.

O incentivo aos assistidos na participação das atividades, bem como na progressão de escolaridade, formação e capacitação profissional, regularização documental e possível inserção no mercado formal de trabalho, coadunava com a estratégia de redução de riscos e danos associados ao uso de drogas, uma vez que o oferecimento de alternativas de sobrevivência, retirando o foco central da droga, coloca o sujeito como principal condutor de sua vida. Nesse sentido, é válido pontuar ainda que todo o desenho das atividades e intervenções propostas pelo programa não são apenas pensados para os sujeitos, mas desenvolvidos com a interlocução destes, assim, a voz da rua ecoa em cada estratégia realizada pelo programa.

Trajetória acadêmico-profissional

Considero relevante realizar um breve histórico sobre o período relativo à formação acadêmica. Formei no ano de 2013 na segunda turma do curso de Serviço Social ofertada na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). É sabido que o curso de Serviço Social se caracteriza por oferecer uma formação generalista, altamente crítica e reflexiva, que confere subsídios aos profissionais para atuar em diversificadas áreas ocupacionais. Entretanto, considero que existem afinidades que cada profissional pode estabelecer com áreas específicas de atuação.

Ainda que eu tivesse curiosidade para conhecer um pouco de cada área de atuação, sempre me debrucei sobre as questões ligadas aos Direitos Humanos, mais especificamente daqueles relativos às pessoas, grupos e/ou famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, questões ligadas a gênero, raça e violência. Deste modo, estive inserida em programas de iniciação científica voltados para as temáticas da violência, raça, direitos humanos e o sistema sociojurídico como um todo.

Nos campos de estágio nos quais atuei, tive a oportunidade de estreitar ainda mais a aproximação com as temáticas citadas. O primeiro aconteceu no Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina (CRRMMJ), voltado para o atendimento às mulheres em situação de violência no Recôncavo Baiano; e o segundo em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), situado na mesma região territorial. Nesse sentido, concentrei a atenção nas áreas citadas também na escrita do meu trabalho de conclusão de curso, o qual abordou a temática da violência contra a mulher e teve como título central: “Da prevenção ao combate: Um estudo da rede de atendimento à mulher em situação de violência no Recôncavo Baiano”.

Essa breve retrospectiva serve para ilustrar o motivo pelo qual me submeti a uma seleção de profissionais para atuar no então *Projeto Corra pro Abraço*, pois identifiquei a oportunidade de inserção pela primeira vez no mercado de trabalho, sanando assim uma demanda pessoal, como a possibilidade de atuar numa área que muito me interessava, tendo em vista que já tinha pesquisado sobre a abordagem do projeto. Tal seleção foi realizada com base em análise de currículo, entrevista grupal e também individual além de um estudo de caso, que teria que ser respondido em uma dissertação. A essa altura, com aproximadamente um ano após a conclusão do curso, grande era a expectativa para que a resposta fosse satisfatória e eu conseguisse ocupar aquela vaga.

Após o término do curso de Serviço Social, a possibilidade de inserção profissional na área de formação se mostrava cada vez mais distante, e por isso, além da participação em seleções simples baseadas em análise de currículo, nas quais, na maioria das vezes, me foi negada a oportunidade de trabalho, sob a justificativa da falta de experiência, me dediquei a estudar para concursos públicos e logo em 2014 consegui obter êxito em um dos muitos realizados. Meses depois de ter participado da seleção para atuar no Corra, fui contatada pela coordenação da seleção que buscou saber da disponibilidade para ocupar a vaga e passar a compor a equipe de profissionais da instituição. Sinalizei de imediato o interesse em atuar no Projeto, pontuando ainda sobre a aprovação no concurso, cuja convocação poderia ser breve ou estender-se ao prazo final de quatro anos previsto no edital.

A coordenação da seleção, mesmo tendo pontuado que buscava um perfil de profissional diferente do qual apresentei, no quesito experiências pregressas, sinalizou a oferta de uma oportunidade para que eu pudesse apresentar meu potencial de trabalho, o qual foi demonstrado durante os três anos de atuação, que chegou ao término no ano de 2017 a partir da convocação para assumir a vaga do concurso. Foram três anos de uma experiência incrível, da qual tenho honra de afirmar que já passei e você, leitor (a), que está tendo a oportunidade de ler este relato, poderá conhecer um pouco mais sobre ela no próximo tópico.

A rua pulsa

Dar início a atuação no *Corra* provocou em mim uma série de inquietações; perguntava-me a todo momento se teria capacidade intelectual e emocional para responder às demandas que surgissem a partir do atendimento prestado e da escuta realizada, afinal era a primeira atuação profissional e em um contexto totalmente novo. Sob

essa ótica, me debrucei inicialmente a conhecer todas as leis, decretos, resoluções, bem como os programas e projetos voltados para a garantia dos direitos da população em situação de rua e usuária de SPAs. Comecei pela leitura atenta do documento que apresenta a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua bem como aquele que estabelece a Política Nacional de Assistência Social, mais especificamente a parte que trata do público em questão. Nesse quesito, é importante destacar que foi a primeira vez em que soube da existência de um equipamento dentro da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) voltado para o atendimento especializado à população em situação de rua – o Centro Pop.

Busquei também qualificar-me sobre a estratégia de atendimento a pessoas que fazem uso abusivo ou não de SPAs, baseada na estratégia da redução de Riscos e Danos (RD). Até então, a abstinência total conferida a partir dos encaminhamentos para as Comunidades Terapêuticas (CTs) foi a intervenção que havia presenciado ainda no campo de estágio da graduação, no ano de 2012. Diante do exposto, considero relevante contextualizar que estava em vigência no país a Lei 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD), na qual as CTs eram incluídas como espaços possíveis de cuidado às pessoas que fazem uso abusivo de SPAs, ainda que o foco principal de atenção às pessoas que fazem uso abusivo destas substâncias estivesse voltado para as ações de prevenção e cuidado integral por meio do trabalho intersetorial⁷² a partir da articulação entre as políticas de saúde, assistência e educação.

⁷² “A Portaria nº 3.088, de 26 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, é de fundamental importância para a atuação, uma vez que grande parte das pessoas que estão em situação de rua apresentam demandas de saúde mental. [...] Em relação aos objetivos dessa portaria, é importante destacar como inspiração, especialmente, o de reduzir danos provocados pelo consumo de crack, álcool e outras drogas e o de promover a reabilitação e a reinserção das pessoas com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas na sociedade, por meio do acesso ao trabalho, renda e moradia solidária” (ARAÚJO, 2019, p. 63).

Buscando a qualificação profissional para o atendimento da demanda exposta acima, realizei dois cursos oferecidos pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD), com foco voltado para o atendimento de pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas⁷³ e participei de formações e/ou debates realizados pelo *Corra* e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), através do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD).

Após conhecer um pouco da realidade da Rua, observei que precisava estar atenta às diversas políticas públicas uma vez que as demandas que surgiam estavam relacionadas a todos os tipos de direitos que para aquela população eram negados, seja por descaso público, pela postura preconceituosa e retrógrada da maioria dos profissionais lotados nos serviços ou ainda pela propositada invisibilidade sofrida. Após a construção do vínculo, era possível identificar demandas das mais diversas ordens na vida daqueles sujeitos, dentre as quais aquelas apresentadas em maior quantidade, como: orientações quanto à retirada de documentação (as pessoas em situação de rua têm muita facilidade em perder os documentos, seja em ações públicas higienistas ou ainda por furtos sofridos enquanto dormem, seja em instituições de acolhimento, nas ruas ou em locais ocupados para moradia); acesso a programas sociais de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, aluguel social; acesso a serviços de saúde (aqui inclui-se os serviços desde a atenção primária, aos serviços especializados como os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas); serviços de justiça.

Com relação à população demandatária, confesso ter sido surpreendida ao conhecer o público com o qual iria trabalhar. Aqui se delineava mais uma das inquietações enfrentadas, uma vez que nasci e

⁷³ Os cursos denominados 1) Supera e 2) Capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias.

creci no interior do estado da Bahia e tinha uma visão de população de rua extremamente deturpada da realidade que encontrei no meu cotidiano de trabalho. Esperava encontrar pessoas com idade elevada, sem ocupação, pedintes, aspecto físico descuidado, mas todo esse imaginário foi desconstruído quando me deparei com pessoas em sua maioria jovens e do sexo masculino, boa aparência física, trabalhadores informais, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, por diversos motivos, que em sua totalidade estavam de alguma forma ligados a situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e ausência de políticas públicas que lhes garantissem uma vida com dignidade em seus locais de residência, favorecendo o envolvimento com o crime, principalmente aquele ligado ao tráfico de SPAs.

Ainda que o perfil⁷⁴ descrito acima represente a maioria das pessoas em situação de rua que tive contato, é válido pontuar a existência de um público bem diverso utilizando as ruas como local de sobrevivência, construção de novas redes de apoio e arranjos familiares. Nota-se também a presença significativa de mulheres, crianças e adolescentes, algumas acompanhadas de seus pais ou responsáveis, outras não; pessoas idosas; identidades de gênero e orientação sexual diversas; pessoas com deficiência física ou mental e; quase que em sua totalidade, pessoas da raça negra. Sob essa ótica é importante levar em consideração que:

Ao mesmo tempo, a rua não deve ser vista somente como lugar de circulação entre espaços privados, uma espécie de limbo entre situações reconhecidas, mas como espaço em si, tão abarçador e produtor de realidades como qualquer ou-

⁷⁴ Um estudo realizado no ano de 2017, na cidade de Salvador, apontou que: “A população em situação de rua é formada majoritariamente por Homens (82,6%), seguidos por Mulheres (15,9%) e *Queers* (1,5%) – incluem pessoas intersexuais e homens e mulheres transexuais. [...] foi possível identificar que 59,3% da população em situação de rua foi considerada negra, 29,6% parda e 4,3% branca pelos pesquisadores, além de 6,8% as quais não foi possível observar a cor da pele [...]. Em termos de segmentos geracionais, a amostra foi composta de 3,2% crianças de 7 a 11 anos, 7,5% adolescentes de 12 a 17 anos, 15% jovens de 18 a 25 anos, 67,9% adultos com idades entre 26 e 59 anos, 6,5% idosos acima de 60 anos” (CARVALHO *et al.*, 2017, p. 7).

tro. Estar na rua é ocupá-la, não como violação do espaço limpo e vazio. É preciso desconstruir a bipolaridade ontológica entre normal e anormal colocada para as pessoas em situação de rua, considerando a produção e reprodução de identidades sociais dentro mesmo do que Gregori (2000) conceitua como circulação entre espaços e papéis sociais (BRASIL, 2008, p.4).

Ainda tratando sobre as estratégias utilizadas para um atendimento satisfatório às demandas apresentadas, realizamos visitas às instituições inseridas no território de atuação em que o *Corra* estava inserido, a fim de apresentar a proposta do programa e estabelecer parcerias que pudessem garantir acesso aos equipamentos da rede aos assistidos encaminhados pela equipe. Foi uma estratégia essencial, com a qual foi possível estabelecer contatos diretos com os gestores dos serviços, os quais podíamos contatar sempre que houvesse uma real necessidade de intervenção para a garantia do acesso ao serviço pela população demandatária. As visitas institucionais serviram ainda para sensibilizar gestores, cujas equipes se negavam ou impunham restrições, para o atendimento de pessoas encaminhadas, tais como: estar sob efeito de alguma SPAs, não possuir documentação, estar com a aparência descuidada ou sem higienização.

Sobre a atuação direta do/a profissional de Serviço Social no *Corra*, sinalizo que a aproximação cuidadosa e atenta, bem como a oferta da escuta qualificada abre espaço para conhecer um pouco da realidade de vida dos(as) assistidos(as), favorecendo a possibilidade de construção de perspectivas de cuidado junto a estes. Algumas pessoas com as quais tínhamos a oportunidade de intervir conseguiam estruturar e apresentar demandas muitas vezes de cunho imediato, por exemplo, o cuidado de uma ferida latente ou a necessidade de abrigo, que, com o decorrer do acompanhamento, se desdobravam em demandas a serem resolvidas a longo prazo,

como a regularização de documentação, resoluções de demandas judiciais, construção de novos projetos de vida.

Contudo, encontrávamos, também, pessoas com maiores dificuldades para formulação de demandas, cuja rotina de vida gira em torno do consumo da SPA e criação dos meios para a sua obtenção. Estas pessoas, geralmente, ficam presas no momento presente, sem condições físicas e psicológicas de traçar objetivos futuros e promoção do seu autocuidado. Nesse aspecto, cabe ao profissional, ao lançar mão dos conhecimentos teóricos, técnicos e éticos, fazer sua intervenção contribuindo com a formulação do projeto de vida delas.

Durante a atuação, pude testemunhar a garantia do acesso aos direitos de grande parte das pessoas acompanhadas. Era muito gratificante perceber os objetivos traçados se cumprindo e a mudança significativa ocorrendo em suas vidas. Porém, obtive muitos retornos negativos quanto às violações sofridas pelos(as) assistidos(as) nos serviços para os quais eram encaminhados(as), como: descaso no atendimento; negação da assistência por ausência de documentação; falta de respeito às questões ligadas ao gênero; violência verbal e física; ter acesso barrado em função das vestes consideradas inapropriadas (principalmente nos serviços de justiça); receber alimentação de má qualidade nos serviços de acolhimento institucional, dentre outros.

Nesse sentido, o Corra estava sempre buscando a interlocução com as instituições da rede através de seus profissionais, seja em um contato direto dos técnicos ou ainda na proposição de formações continuadas⁷⁵ para os parceiros, proposição e articulação de Grupos de Trabalho, discussões e compartilhamento de casos envolvendo os serviços. Nesse sentido, destaca-se que:

⁷⁵ A realização de formação continuada estava dentre as metas estabelecidas pelo Programa Corra Pro Abraço. A proposta de discussão de temas variados como: violência institucional, gênero e orientação sexual, saúde mental, racismo, dentre outras, era efetivada mensalmente, tendo como público-alvo principal, os(as) funcionários(as) do programa, bem como àqueles profissionais inseridos nos serviços da rede de atendimento à população em situação de rua.

Parte essencial da atuação do Programa, a articulação com as redes formal e informal deu-se de forma gradual e orgânica, de maneira que a teia do cuidado estivesse cada vez mais firme e preparada para ultrapassar as dificuldades e superar os desafios que se apresentaram no percurso. Estimular parcerias que auxiliassem os sujeitos no acesso à justiça, saúde, educação, cultura e direitos é um trabalho que vai além da rede e que se volta também para o fortalecimento do “cardume”, munindo de informações e estimulando a autonomia dos verdadeiros responsáveis pelo pleno funcionamento do fluxo do cuidado. Articular, formar e atualizar técnicos do Programa, trabalhadores da rede de atenção psicossocial, parceiros em geral e os próprios assistidos mostraram-se práticas essenciais para um trabalho coletivo verdadeiramente emancipatório (ARAÚJO, 2019, p.61-62).

A partir da escuta e levantamento das demandas, cabia ao profissional fazer o devido encaminhamento do(a) assistido(a) para o serviço correspondente, sob essa ótica, eram ideais o conhecimento e a localização de todos os equipamentos dispostos. Conforme mencionado anteriormente, algumas pessoas conseguiam acessar apenas com a orientação prestada pelos profissionais do *Corra*, que era oficializada em um documento que conferia maior segurança na chegada aos serviços. Outras pessoas não conseguiam acessar os serviços de forma autônoma, seja pelo histórico de negação de seus direitos, ou ainda pela dificuldade de organização já descrita anteriormente. Para estas pessoas, após tentativas de promoção da autonomia, eram emprestadas nossa visibilidade⁷⁶, uma vez que elas conseguiam ser vistas e acolhidas estando acompanhadas por um profissional da equipe. Essa estratégia conferia segurança ao assistido ao passo em que se configurava como um estreitamento do vínculo entre ele e a instituição buscada; em muitas situações notava-se

⁷⁶ Considerando o conceito de invisibilidade exposto aqui, levando em consideração também que esta era uma visão homogênea no grupo de trabalho do “Corra”, utilizávamos o termo “emprestar visibilidade” uma vez que muitos (as) assistidos (as) só se fizeram vistos (as) na presença de um dos profissionais da equipe no acompanhamento aos serviços.

que, nos atendimentos subsequentes, a pessoa já conseguia realizar a ida sem a necessidade do acompanhamento profissional.

Inferia-se ainda, que alguns acompanhamentos de assistidos aos equipamentos se davam em virtude da ausência de condições financeiras deles no custeio do transporte para seu deslocamento e, nesse sentido, era ofertado o acompanhamento para realização da demanda utilizando o transporte institucional.

Com relação aos instrumentais técnico-operativos, utilizávamos dois instrumentos extremamente importantes para o acompanhamento dos casos, um deles era o Mapa de Campo, no qual eram registradas informações como nome/apelido, sexo/identidade de gênero, cor, demanda apresentada, tipo da intervenção (escuta, encaminhamento, intervenção em redução de danos) de todas as pessoas com as quais estabelecíamos contato em campo. O outro instrumento, classificado como Plano de Acompanhamento do Cuidado (PAC), era construído junto àqueles assistidos com os quais eram mantidos o vínculo e os encontros frequentes, aqueles com os quais eram pensadas as estratégias de cuidado longitudinal.

O PAC era dividido em categorias referentes às dimensões da vida, como: moradia; documentação; vínculos familiares, afetivos e comunitários; saúde; uso de SPAs; educação/vida; econômica/ocupação e; trajetória de vida. Para cada quesito desses, era avaliada a situação atual, estabelecidas as metas e traçadas as estratégias para sua realização, em seguida, realizada a avaliação das estratégias utilizadas. O PAC era o desenho fiel de todo acompanhamento realizado junto ao assistido, no qual era possibilitado ao profissional registrar e avaliar também a sua intervenção. Ressaltando,

[...] que se trata de um instrumento cujo preenchimento requer, indispensavelmente, a participação do usuário, uma vez que as informações que ali estão registradas não surgem do desejo do pro-

fissional, mas de uma articulação conjunta entre este e àquele a quem se esteja oferecendo o cuidado (BAHIA, 2016, p. 118).

No que diz respeito à relação do (a) profissional com o local físico de trabalho, considero válido apontar a possibilidade de imersão em ambientes altamente insalubres e perigosos. Em alguns momentos, é necessária a entrada e/ou permanência por certo período de tempo em locais que são utilizados como moradia e procriação por animais que oferecem risco ao ser humano, como ratos, cobras, baratas, dentre outros. Por isso, é necessário o uso de roupas e calçados que possam minimizar os riscos de contaminação.

A ocorrência de cenas de violência nos campos também era frequente, seja por ação do Estado nas atuações ostensivas e truculentas da polícia, seja por conflitos entre membros de facções rivais, ou ainda desentendimentos entre conhecidos que dividiam o mesmo espaço de sobrevivência. Era comum, também, presenciarmos cenas de violência contra mulheres, praticadas pelos seus companheiros, sendo que ambos eram acompanhados pelo programa, o que limitava a possibilidade de intervenção da equipe. Como forma de enfrentamento a estas questões, logo após o ocorrido, na roda de arte-educação subsequente, eram sempre propostas atividades que levassem a reflexão sobre aquele tema.

A imersão em um ambiente de trabalho cujas relações diretas com a negação de direitos, o descaso público com a população em tela, a constante exposição a situações de violências das mais variadas formas, corroboravam com um processo de exaustão e até de adoecimento mental dos(as) profissionais. Trata-se de uma experiência de trabalho que desafia os(as) profissionais a oferecerem o cuidado, mas também reconhecerem as suas limitações e serem escutados em suas inquietações. Para tanto, a gestão do *Corra* acatou

a demanda da equipe quanto à necessidade da contratação de um profissional da área da saúde mental para fazer a Supervisão Clínica desta, bem como dar suporte emocional às questões que mais mobilizavam o grupo, contribuindo assim para o oferecimento de respostas alinhadas à realidade enfrentada.

Alguns dilemas eram colocados na atuação do profissional de Serviço Social, dentre os quais é possível citar a relação entre as demandas apresentadas pelos(as) assistidos(as) e a disposição de serviços suficientes ao atendimento destes. O(A) profissional deve ter sempre em mente que a adoção ao receituário neoliberal, minimizando o papel do Estado nas ações, proposições e investimentos nas políticas públicas, está diretamente relacionada ao agravamento da insuficiência de recursos, equipamentos e estratégias que possam dar respostas às demandas da população como um todo, afetando ainda mais as populações em maior nível de riscos e vulnerabilidade social, como é o caso da população em situação de rua. Diante do exposto, infere-se que, notadamente, há momentos em que as condições materiais dispostas nos serviços públicos não conseguem atender às demandas existentes e a negação de direitos torna-se uma constante, afetando diretamente o trabalho de mobilização dos sujeitos na busca pela sua garantia. Outra questão que merece ser considerada diz respeito à precarização⁷⁷ dos vínculos empregatícios, que também estão relacionados a uma estratégia de intervenção pontual que pode ser findada a critério do governante eleito. Foi

⁷⁷ “Vale dizer, se o assistente social surge como um profissional necessário para implementar um instrumento estatal (as políticas sociais) considerado fundamental a uma determinada estratégia, promovida pelos setores hegemônicos, de legitimação do sistema e de aumento da acumulação do capital e se estas perdem paulatinamente a importância que tinham, dadas as variações atuais na estratégia daquelas classes hegemônicas, então estes profissionais poderão ir passando a ser cada vez mais prescindíveis, menos necessários. Seu campo de trabalho na esfera estatal vai se reduzindo. Assim, as alterações nas políticas sociais dentro do contexto neoliberal não somente são prejudiciais as classes populares, beneficiárias de tais mecanismos, como também repercutem negativamente no (des)emprego do assistente social” (MONTAÑO, 1997, p. 12).

um avanço que o *Projeto Corra pro Abraço* tenha se tornado um Programa. Não obstante, é essencial que este seja reconhecido como Política de Estado, com dotação orçamentária específica garantindo a sua continuidade.

Considerações finais

A necessidade de criação de uma estratégia que pudesse contribuir para o acesso da população em situação de rua usuária de SPAs aos seus direitos demonstra em seu bojo o mau funcionamento dos serviços já existentes. Dentre as atribuições dos serviços de saúde, assistência, educação e justiça, está situada a busca ativa aos possíveis beneficiários dos serviços ofertados. Contudo, o que se observa é a invisibilidade e, portanto, o não acesso aos direitos pela população em tela.

Como se não bastasse a dificuldade no acesso gerada pela falta de conhecimentos, ainda é possível observar situações de violência sofridas por pessoas, usuárias de SPAs ou não, vivendo em situação de rua quando conseguem acessar uma instituição disposta ao seu atendimento. Nesse sentido, é possível afirmar, que toda e qualquer ação voltada para a sensibilização de gestores e profissionais, no tocante à garantia dos direitos a essa população, se faz necessária.

A atuação do(a) assistente social junto a essas políticas é imprescindível por se tratar de um profissional cuja formação acadêmica e vinculação a um Projeto Ético-Político que visa à transformação da sociedade (TEIXEIRA; BRAZ, 2006) lhe confere conhecimentos e habilidades necessárias ao atendimento cuidadoso e efetivo da população demandatária dos serviços. Contudo, gosto sempre de enfatizar que, em que pese a dificuldade de inserção no mercado de trabalho por estes profissionais, é necessário ter, no mínimo, identificação com o trabalho a ser realizado ao se disponibilizar para atuar nele.

Costumo afirmar que, no trabalho com a população em situação de rua, a troca de conhecimentos na relação que se estabelece entre profissionais e assistidos é de uma riqueza incomensurável. O processo da troca de saberes acontece dia a dia no cotidiano de trabalho. A experiência que pode ser adquirida nesse tipo de atividade contribui não só com a formação profissional dos envolvidos, mas ainda com o seu crescimento enquanto pessoa humana.

A inserção do profissional de Serviço Social na equipe do *Corra* contribui significativamente com a concretização das metas estabelecidas pelo programa. É notória a valorização deste e dos demais profissionais da equipe, no que concerne à execução exitosa das atividades propostas. Por outro lado, considero importante ressaltar que proposições de ações como as realizadas pelo *Programa Corra pro Abraço* e a formação político-cidadã, também ofertada pelo movimento social organizado, contribuem sobremaneira para a conscientização da população de rua sobre os seus direitos, os quais estão ligados a todas as políticas públicas dispostas.

No tocante ao Serviço Social, inegáveis são os dilemas e desafios postos aos profissionais no desempenho de suas funções junto ao público em tela, para tanto, é indispensável que o(a) profissional esteja sempre atento às conjunturas micro e macroestruturais em que se localiza a sua intervenção, bem como, munir-se de conhecimentos teóricos e práticos, sempre alinhados ao Projeto Ético-Político da profissão.

As pessoas que estão imersas ou já passaram pelo processo de formação profissional sabem que é quase impossível conhecer profunda e detalhadamente cada espaço de possível inserção profissional do(a) assistente social, por isso, espero que a leitura deste relato possa, de alguma forma, contribuir com a construção do conhecimento sobre a referida atuação, tanto para pessoas que ainda

se encontram em processo de formação na academia, como profissionais que já se encontram em atuação ou pretendem atuar em qualquer que seja o espaço sócio-ocupacional.

Referências

ARAÚJO, Edgilson Tavares de. **Outros caminhos são possíveis: Corra pro Abraço: Ação Pública de redução de riscos e danos para populações vulneráveis.** Salvador: Comunidade Cidadania e Vida, 2019.

BAHIA. Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS); Centro de Referência Integral de Adolescentes. **Corra Pro Abraço: o encontro para o cuidado na rua.** Salvador, 2016.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.** Brasília/DF, 2008. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutros/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf. Acesso em: 9 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO. **Concepção e gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil.** Brasília: 2009. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/041.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CARVALHO, Marcos Antônio Candido *et al.* **Cartografia dos desejos e direitos: Quem são as pessoas em situação de rua, afinal?** Projeto AXÉ. Novembro, 2017.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, p. 1-19, 1997. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF05/Carlos%20Montano.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2021.

NONATO, Domingos do Nascimento; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. Invisíveis sociais: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. **Revista de Direito Urbanístico**, v. 2, n. 2, p. 81-

101, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistaDireitoUrbanistico/article/view/1321>. Acesso em 7 fev. 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAS, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: Direitos Sociais e competências profissionais**, Brasília, p. 1-19, 2009. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: 7 fev. 2021.



Violência contra mulheres: estratégias de enfrentamento

Queila Patricia Pereira de Jesus

Introdução

O presente relato de experiência profissional tem por objetivo apresentar trabalho realizado grupalmente por serviço da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, vinculado à Política de Assistência Social em Município de Grande Porte, como estratégia frente à violência contra mulheres, tendo por horizonte a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social⁷⁸.

A utilização do trabalho em grupos na intervenção de assistentes sociais é situada na realidade brasileira em meados da década de 1940. Convém sinalizar que entre os anos 1936 e 1945 a formação acadêmico-profissional do Serviço Social no Brasil é fundamentada na doutrina social da Igreja Católica (inspiração no modelo franco-belga). Nessa perspectiva, como parte do movimento de expansão política e econômica dos Estados Unidos em meados da década de 1940, o Serviço Social brasileiro recebe influências do Serviço Social norte-americano, dando início à tecnificação do conservadorismo católico⁷⁹ (ANDRADE, 2008).

⁷⁸ Considerando que em uma sociedade de classes, como é o caso do capitalismo, toda prática possui caráter político, o Projeto Profissional do Serviço Social é, também, Projeto Político e possui vinculação com Projeto Societário. Como elementos constitutivos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, temos: a explicitação de princípios e valores ético-políticos; a matriz teórico-metodológica que embasa o projeto; a crítica radical à sociedade regida pelo capital; movimentos de luta e organização da categoria profissional e estabelecimento de alianças com setores mais progressistas da sociedade. Atualmente, o referido projeto está em processo de constante construção frente às ofensivas do neoliberalismo, tendo como valor ético central a liberdade (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

⁷⁹ O referido processo é caracterizado pela fusão entre o discurso baseado na doutrina social da Igreja Católica e o positivismo (enquanto suporte técnico científico), sendo nomeado por lamamoto (2001) de *arranjo teórico-doutrinário*.

Nesse período, as desigualdades do capitalismo são consideradas pelo Serviço Social como processos naturais; a sociedade é apreendida como dotada de relações harmônicas; supõe-se uma neutralidade no âmbito da intervenção profissional; a *questão social* – objeto de intervenção profissional – é considerada como uma questão moral e expressão da justiça divina. Desse modo, os sujeitos são culpabilizados pelos problemas sociais, e compete ao profissional trabalhar a personalidade do indivíduo e a sua natureza biológica a fim de adequá-lo à sociedade (NETTO, 1992; YAZBECK, 2009).

Com inspiração na realidade norte-americana, o Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade (DC) são técnicas incorporadas pelo Serviço Social brasileiro com o objetivo de integrar o sujeito ao meio social. No currículo de formação acadêmico-profissional de 1945, portanto, são introduzidas as disciplinas de Serviço Social de Grupo e Organização Social da Comunidade (CARDOSO, 2016).

Baseado no binômio diagnóstico-tratamento, o Serviço Social de Caso centrava-se na personalidade da pessoa atendida. O Serviço Social de Grupo, por seu turno, “ajudava os indivíduos a se auto-desenvolverem e a se ajustarem aos valores e normas vigentes no contexto social em que estavam inseridos” (ANDRADE, 2008, p.282). Assim, apesar do significativo avanço da dimensão técnica da profissão, o Serviço Social de Grupos não se constituía como trabalho de questionamento, objetivando a transformação, sobre as realidades vivenciadas.

Mediante as críticas ao Serviço Social Tradicional propostas pelo Movimento de Reconceituação da profissão no âmbito da América Latina em meados de 1960, a partir das transformações societárias, é possível outra direção social para conduzir o cotidiano de tra-

balho de assistentes sociais, incluindo as intervenções com trabalho em grupo⁸⁰.

Com o objetivo de ultrapassar o conservadorismo na profissão, há um movimento específico do Serviço Social brasileiro denominado de Renovação, ainda em curso. A Renovação é um processo de ruptura e continuidade com o denominado *Serviço Social Tradicional*, e caracteriza-se por três perspectivas que mais atualizam do que rompem com o conservadorismo na profissão, são elas: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo, e a intenção de ruptura (NETTO, 2011; SILVA, 2013). Somente quando são apresentados os primeiros sinais de esgotamento da ditadura militar no Brasil, a partir do golpe de 1964, é que o Serviço Social brasileiro retoma, de fato, a perspectiva de crítica radical ao tradicionalismo na profissão (NETTO, 2005).

A partir desses movimentos no interior da profissão, os profissionais de Serviço Social (de forma hegemônica, mas não homogênea) adquirem consciência do lugar que ocupam na estrutura da sociedade e se vinculam aos interesses dos trabalhadores (NETTO, 2011). Tal vinculação é expressa no Projeto Ético-Político da profissão e no Código de Ética de 1993. Com início na reorganização de entidades da categoria, os Currículos Mínimos que anteriormente regiam o processo de formação de assistentes sociais são alvos de avaliação crítica, culminando na elaboração do Currículo de 1982 e, posteriormente, nas Diretrizes Curriculares de 1996. A reestruturação na formação acadêmico-profissional expressa a hegemonia da pers-

⁸⁰ Mediante reflexões realizadas pelos participantes do simpósio intitulado “A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos na formação profissional do assistente social frente aos novos padrões de proteção social”, não há consenso no âmbito da categoria no que diz respeito ao *grupo* enquanto instrumento, a despeito de compor a dimensão técnico-operativa da profissão. Por vezes, desse modo, é caracterizado como prática, abordagem, dinâmica de grupo, estratégia e/ou instrumento (SANTOS; FILHO; BACKX, 2017). No presente texto, o *grupo* é considerado como estratégia – tendo em vista a função socioeducativa do Serviço Social –, a partir da qual são utilizadas diversas técnicas e instrumentos em acordo com a intenção do/a profissional; com o contexto da população atendida pelos serviços institucionais.

pectiva emancipatória e do projeto profissional crítico – o qual possui as seguintes características: reflexivo, capaz de propor alternativas de transformação, que abrange competências de ordem teórica/técnica e encontra-se comprometido com os interesses das classes subalternas.

Nesse sentido, a proposta metodológica de ruptura – formulada por assistentes sociais a partir da década de 1980 com o objetivo de responder às requisições sociais postas em determinadas conjunturas sócio-históricas – foi construída através de eixos articuladores, indissociáveis entre si, para viabilizar em termos técnico-operativos o Projeto Profissional de Ruptura. Entre os eixos, encontra-se a Educação Popular, que considera educador(a) o(a) assistente social pela ação exercida na relação com os(as) usuários(as)⁸¹ dos serviços sociais, denominados(as) educandos(as). Esse processo se deve constituir como troca de saberes (horizontalidade) e tem como finalidade construir reflexões acerca do cotidiano, tendo como horizonte a constituição de valores associados a novo projeto social dissociado das opressões impostas pela dominação burguesa (SILVA *et al.*, 2011).

Conforme sinaliza Eira (2017), a intervenção profissional do Serviço Social com grupos se caracteriza como trabalho socioeducativo. Além da dimensão específica de trabalho grupal, na intervenção do(a) assistente social faz-se presente função de cunho eminentemente pedagógico-educativa e, portanto, este(a) profissional influencia os modos de pensar, agir e sentir, ou seja, a cultura dos sujeitos envolvidos em seus processos de trabalho. Isso ocorre em qualquer

⁸¹ Silva (2014) realizou uma pesquisa no município de Porto Alegre com o objetivo de desvelar a seguinte questão: “os ‘usuários’ dos serviços do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) se percebem como sujeitos de direitos?”. O estudo revela que 70% dos entrevistados não concordam com a denominação de “usuários” atribuída a eles. Em suas falas, na maioria das vezes, expõem que é um termo análogo a “usuários de drogas” e que a assistência social é apreendida como uma política de promoção da dependência ao invés de autonomia. Contudo, na ausência de uma melhor denominação para se referir à população público-alvo das ações da Política de Assistência Social, optei por usar esse termo ao longo do desenvolvimento do relato.

espaço sócio-ocupacional, podendo ser exercida em perspectiva crítica através de esclarecimentos; repasse de informações; apreensões sobre o papel do Estado (os serviços sociais públicos são direitos ou favores?); mobilização para participação nas decisões institucionais e nos espaços públicos; estímulo e viabilização dos meios necessários ao exercício de cidadania; atuação na mudança de hábitos e/ou de (re)produção de valores que legitimam a opressão; reflexões sobre as realidades vividas e impulso para transformação social; e horizontalidade na relação entre o(a) profissional e os(as) usuários(as) do serviço, entre outros elementos (IAMAMOTO, 2001; ABREU, 2011).

Nesse íterim, desempenhar função educativa equivale a exercer função de intelectual. Segundo a teoria gramsciana, cada classe ou grupo social cria seus próprios intelectuais, que podem ser de dois tipos: tradicional ou orgânico⁸². O primeiro se encontra vinculado à formação social precedente ao capitalismo, associado, portanto, à figura do eclesiástico. O intelectual orgânico, por sua vez, possui vínculo com uma das classes fundamentais e, portanto, com seu projeto de sociedade: burguesia ou proletariado (GRAMSCI, 1979).

Destarte, a função pedagógica envolve projetos de sociedade e expressa a dimensão política na intervenção dos(as) assistentes sociais, ou seja, está diretamente conectada à direção social que o(a) profissional imprime ao seu trabalho.

Dessa forma, para direcionar o trabalho grupal com as mulheres, bem como as demais atividades que envolvem meu cotidiano profissional, utilizo o conceito de violência contra as mulheres baseado na concepção modernista, qual seja: trata-se de *força social*

⁸² “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1979, p. 07). Ou seja, a posição que cada sujeito ocupa no conjunto das relações sociais indicará se ele desempenha ou não a função de intelectual. Portanto, é incorreto afirmar que existem “não intelectuais”. O que há são diversos graus de intelectualidade e categorias especializadas para o exercício dessa função (GRAMSCI, 1979).

herdada de relações sociais de cunho patriarcal que manifestam o poder do masculino sobre o feminino. É muito comum, por exemplo, que em relações conjugais o parceiro faça uso da violência em casos em que a mulher manifesta o desejo de não mais permanecer na relação, indicando reação injustificável do poder masculino, agora abalado. Logo, o patriarcado⁸³ é entendido como sistema de dominação e exploração do feminino que se expressa no cotidiano por meio da cultura do machismo e da misoginia (BANDEIRA, 2017).

Tendo em vista que a base da violência contra as mulheres é o patriarcado, torna-se necessário problematizar com as usuárias do serviço as expressões do machismo no cotidiano, a fim de estimular conscientização acerca do problema e construir, coletivamente, estratégias de resistência. Assim, reitero que a perspectiva utilizada por mim para direcionamento do trabalho em grupo vincula-se à proposta profissional de ruptura, a partir dos movimentos de Reconceitualização e Renovação do Serviço Social.

Com base nessa assertiva, convém mencionar que a Lei nº 11.340/2006⁸⁴ estabelece tipificações da violência doméstica e familiar contra as mulheres (diga-se de passagem, são os casos de maior incidência no âmbito da violência de gênero contra as mulheres), sendo possível a existência de outras, além das elencadas, a saber: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral. Assim, as atividades em grupo, objeto deste relato profissional, tiveram como projeção disseminar valores de deslegitimação dessas formas de violência, afirmando a valorização da vida digna e livre de quaisquer formas de opressão.

⁸³ Embora sua existência date de tempos anteriores à constituição e consolidação do capitalismo, este se apóia na hierarquia patriarcal (SOUZA, 2015).

⁸⁴ Intitulada Lei Maria da Penha, foi instituída como forma de reparação simbólica por parte do Estado brasileiro exigida por instâncias internacionais, tendo em vista que Maria da Penha Fernandes foi vítima de duas tentativas de homicídio por parte do ex-companheiro e o sistema de justiça brasileiro se mostrou omissivo frente aos fatos.

Ser mulher hoje

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Esta frase, de Beauvoir no primeiro capítulo da segunda parte de *O Segundo Sexo* (1967, p. 9), desvela que o lugar social e os papéis atribuídos às mulheres - casamento; construção de família; maternidade/maternagem; ocupação exclusiva em atividades domésticas, trabalho não valorizado, considerado socialmente não trabalho/trabalho não remunerado; sem direito à autodeterminação e à autorrealização - não são produtos de destino biológico e/ou psíquico, pelo contrário, variam de acordo com as sociedades e, portanto, são definidos a partir da cultura.

Partindo desse pressuposto, a perspectiva contida neste relato de experiência profissional afirma a relação entre as diferenças de gênero e a perpetuação da violência contra as mulheres. Por conseguinte, é necessário problematizar como se constituem as feminilidades e masculinidades e quais são os comportamentos reforçados e legitimados como *coisa de mulher* e *coisa de homem*, que contribuem para (re)produção da subalternidade/dominação das mulheres.

Existem múltiplas feminilidades e masculinidades construídas nas relações sociais, há, contudo, um modelo predominante que aponta para características ideais (de comportamentos) atribuídas às mulheres e aos homens (CORDEIRO, 2016). Schwantes e Andrade (2017), utilizando as análises de Pierre Bourdieu, consideram que os conceitos hegemonicamente aceitos - tipo ideal - de feminilidade e masculinidade se organizam em pares opostos: “[...] O polo do masculino é o polo do alto, racional, compenetrado. O polo do feminino é o do baixo, emocional, inconsistente, frívolo. [...]” (SCHWANTES; ANDRADE; 2017, p.447).

Na cultura brasileira, a agressividade do masculino apresenta conotação positiva. Do mesmo modo, o estímulo da prática sexual precoce e a virilidade são características validadas por outros ho-

mens. Às mulheres, por seu turno, são atribuídos ideais de beleza, a partir dos quais elas se sentirão desejadas pelos homens (objetificação do corpo feminino); desde tenra idade são estimuladas à maternagem, através de brinquedos, como bonecas, e ao cuidado com os afazeres domésticos, tendo como objetivo meta o casamento (CORDEIRO, 2016).

Quando o outro não deseja ou não consegue seguir as normas consideradas ideais - sendo esse *outro* na maioria das vezes mulher - é comum que a pessoa que deseja alcançar ou manter o *tipo ideal* o faça por meio de violência, a qual é, de forma hegemônica, praticada por homens e contra mulheres. Em entrevista concedida ao *Café Filosófico*⁸⁵, a defensora pública Adriana Mello relatou caso de violência física contra uma mulher por parte do esposo simplesmente porque ela esqueceu a panela no fogo e o arroz queimou, isto é, porque ela não teria exercido seu papel de dona de casa com perfeição. Em meus atendimentos sociais, ouço relatos de mulheres que viveram situações de violência por parte de seus namorados, companheiros e/ou esposos porque reagiram a posturas/comportamentos machistas, de posse, de controle.

Nesses termos, a Roda de Conversa *O que é ser mulher hoje?*⁸⁶ - que integrou as ações externas da programação Março Mulher⁸⁷ - teve como objetivo desconstruir a ideia de destino feminino, bem como o *tipo ideal* de feminilidade, afirmando a autodeterminação e autoestima das mulheres a partir do diálogo a respeito do direito de

⁸⁵ Intitulada “A Violência contra a mulher no âmbito familiar”; disponível no Youtube.

⁸⁶ O título, em forma de pergunta, escolhido para o diálogo em roda propôs reflexões e não resposta “pronta e acabada”, indicando que ser mulher é conviver com o controle socialmente imposto. Porém, o que faremos diante disso? Como podemos reagir? Quais são as estratégias de resistência que temos utilizado no cotidiano? Isso é natural ou pode ser modificado?

⁸⁷ Em função da data comemorativa de 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o município em que eu trabalho desenvolveu mês de atividades internas e externas à instituição. O público-alvo da Roda de Conversa “O que é ser mulher hoje?”, realizada em CRAS de localidade rural, foi composto por adolescentes, adultas e idosas. Nessa perspectiva, foi realizada abordagem cuidadosa e respeitosa, e, diga-se, desafiadora, para não estimular conflitos intergeracionais.

decidir em meio ao controle (do feminino) imposto pela sociedade. Convém sinalizar que o grupo foi realizado em data do mês de março, anterior à pandemia de Covid-19, elaborado por mim (cada técnico ficou responsável por atividades específicas do Março Mulher) com a colaboração de orientadora social na condução da atividade.

Como instrumento didático, no lado direito do chão, espalhamos frases com conotação machista e misógina, de controle e de culpabilização perante situações de violência, que reproduzem a cultura do estupro, já ouvidas por toda mulher em algum momento. Elencamos as seguintes: *Mas que roupa você estava usando? - Essa roupa não está curta demais? - Cuidar de casa é papel de mulher! - Sabe cozinhar? Já pode casar. - Toda mulher nasceu para ser mãe. - Casou? Quando vai ter o primeiro filho? - Já vai ter o segundo filho? - Eita, essa ficou para a titia! - Prefiro amigos homens; as mulheres são todas falsas. - Tem mulher que dá motivo para apauhar.*

No lado esquerdo do chão, colocamos frases de ressignificação do feminino, a partir da organização e imposição das mulheres diante do *destino feminino*, com o intuito de afirmar que a realidade não é imutável e, portanto, não deve ser naturalizada. Eis as frases: *símbolo de luta/direito de decidir (questionamentos apontados: Quero ser mãe? Quero trabalhar fora de casa? O que desejo para a minha vida? Quero exercer exclusivamente o trabalho doméstico? Desejo casar e construir uma família?). - Direito a votar e ser votada (fizemos menção à Dilma Rousseff, primeira presidenta do Brasil). - Voz que quer e pode ser ouvida.*

No chão também foram espalhadas imagens do cotidiano de *mulheres reais* (no trabalho em zona rural e urbana, com livros nas mãos e com microfone nas mãos, significando poder de fala, entre outras). Adicionalmente, como estratégia para tornar o ambiente mais acolhedor, foram expostas imagens alusivas à necessidade de

apoio mútuo entre as mulheres (sororidade), de estarmos de mãos dadas, tendo em vista a cultura machista, fundamentada no sistema patriarcal, estimular a fragilidade de vínculos e a competição entre as mulheres.

Após os comentários e as problematizações iniciais sobre o tema proposto, as mulheres presentes foram impulsionadas a escolher uma das frases que estavam espalhadas no lado direito do chão. A escolha foi motivada pela identificação com a frase, já ouvida em alguma situação do cotidiano.

Nesse sentido, as mulheres mostraram-se altamente participativas. Expressaram sua angústia e revolta diante de frases ouvidas diariamente, que externalizam, legitimam e (re)produzem a cultura machista e, conseqüentemente, o sistema patriarcal, e apresentaram suas formas de resistência diante dessa cultura. Uma adolescente, por exemplo, afirmou que utiliza a rede social *Instagram* para compartilhar mensagens acerca de respeito e igualdade entre homens e mulheres. Algumas das presentes casadas, pressionadas, por familiares, amigos ou pessoas próximas, a gestar o primeiro ou segundo filho, comunicaram, como forma de resistência, a opção pelo direito de decidir sobre o próprio corpo: *Sabemos o que é melhor para nós*.

Durante o diálogo foi considerada a realidade socioeconômica como fator limitante ao direito à autodeterminação, já que, segundo Yazbek (2006), a pobreza é produto da sociabilidade capitalista, e não se reduz às privações materiais. A pobreza significa, também, a ausência de direitos, de oportunidades e de esperanças, isto é, envolve a dimensão espiritual dos sujeitos que a vivenciam. Como decidir se quero ou não exercer exclusivamente o trabalho doméstico se não tive acesso à educação formal? Mesmo muitas das mulheres que tiveram acesso à educação formal não conseguem ingressar no mercado de trabalho e passam a integrar o exército de reserva da so-

cidade regida pelo capital. Para mulheres desempregadas em situação de violência doméstica e familiar e financeiramente dependentes de seus companheiros, por exemplo, o processo de ruptura do ciclo de violência é mais complexo, principalmente no que diz respeito ao acesso à moradia.

Ademais, as participantes da Roda inseridas em relacionamento conjugal revelaram insatisfação diante de cultura que responsabiliza as mães pelos cuidados com os filhos e com o ambiente doméstico, em detrimento das atribuições exercidas pelos pais. Nessa relação desigual, algumas mencionaram que seus companheiros, ao realizarem trabalho doméstico e/ou de cuidado dos filhos, acreditam que estão apenas ajudando, pois a obrigação é da mãe. Sem dúvida, a discussão - finalizada com confraternização entre as participantes - revelou a sobrecarga cotidiana dessas mulheres, mas também suas formas de resistências, como evidenciado em outra atividade grupal relatada a seguir.

Para realização do grupo, os limites encontrados foram a curta duração de tempo para discussão dos temas suscitados. Como desafio, por seu turno, destacou-se a diversidade de faixa etária das mulheres (adolescentes, jovens e idosas). Esse fato estimulou o direcionamento de abordagem cuidadosa e respeitosa, a fim de evitar possíveis conflitos intergeracionais. Ao finalizar, avaliamos como positiva a atividade desenvolvida, tendo em vista o momento de aprendizagem mútua, bem como a influência nas culturas a partir dos questionamentos apontados.

Somos todas Marias

O encontro, realizado com grupo de mulheres distinto do anterior, de acompanhamento institucional denominado Grupo de Convivência, teve por objetivo refletir sobre a condição da mulher na

sociedade contemporânea, buscando publicizar a campanha Agosto Lilás⁸⁸ e os 14 anos de promulgação da Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

O grupo foi realizado em data do mês de agosto de 2020. Houve colaboração de mais quatro profissionais (além de mim), sendo que fui responsável pela escolha das técnicas a serem utilizadas, as quais foram apreciadas pela equipe, bem como pela condução do grupo. Em função da reestruturação dos serviços públicos no contexto de pandemia de Covid-19, para viabilização da atividade grupal fizemos uso do aplicativo Google Meet.

Nesses termos, utilizamos como instrumento didático a canção *Maria, Maria*, de Milton Nascimento e Fernando Brant. Após ouvir a letra da canção, as mulheres participantes foram convidadas a relacioná-la com suas vivências cotidianas. Sobre cada frase, palavra e/ou estrofe da canção foram construídas, pelas usuárias e profissionais da equipe técnica (duas assistentes sociais e duas psicólogas), análises conjuntas acerca de seus significados, a partir, é claro, de nossa subjetividade.

Inicialmente, as participantes se apresentaram, a fim de construirmos ambiente de acolhida e diálogo. A identificação entre as mulheres e a canção teve início a partir do momento em que eu relatei a história da letra: mulher pobre e negra, cujo nome era Maria, sem moradia, mãe de três crianças, sem a presença de companheiro para exercer as atribuições/responsabilidades de paternidade, que, diga-se, em sociedades patriarcais, recai de forma majoritária sobre as mães. Assim como a Maria da Penha Fernandes, a Maria cantada por Milton Nascimento e Fernando Brant é a personificação da reali-

⁸⁸ A Lei Maria da Penha foi aprovada no dia 7 de agosto de 2006. Nesses termos, no mês de agosto é realizada campanha de conscientização afirmando, através de diversas atividades educativas, que a violência doméstica e familiar contra a mulher é crime injustificável. Essa campanha é intitulada *Agosto Lilás*.

dade de muitas outras mulheres brasileiras. Nessa perspectiva, eis a primeira estrofe da canção:

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta.

Discutimos, a partir dessa estrofe, o desrespeito ao direito à vida de mulheres brasileiras mortas pelos companheiros, ex-companheiros, esposos e namorados, casos tipificados como *feminicídio*⁸⁹. Segundo informações do *Atlas da Violência*, houve crescimento dos casos de feminicídio no Brasil no ano de 2017: 13 mulheres foram assassinadas por dia (IPEA/FBSS, 2019). Dados do *Mapa da Violência Contra a Mulher 2018* indicam que a Bahia ocupa, entre as unidades federativas, o quarto lugar em casos noticiados de feminicídio, com 788 casos veiculados pela imprensa (BRASIL, 2018). Esses dados justificam reiterar-se a importância da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres nos estados e municípios com vista à prevenção, principalmente, de mortes anunciadas.

Nesse sentido, problematizamos o conceito de *viver*, afirmando que ele ultrapassa a dimensão da simples sobrevivência. Toda mulher tem o direito, ou deveria ter, de estar presente no mundo de forma digna, envolvendo os seguintes aspectos: lazer, como contraposição à sobrecarga do cotidiano (aqui, fizemos alusão à música dos Titãs *a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte*); acesso a moradia, educação e alimentação; autodeterminação, sem controle do masculino; possibilidade de projetar seus sonhos, principalmente na esfera profissional, o que, historicamente, lhe tem sido negado.

⁸⁹ De acordo com a Lei n 13.104/2015, homicídio é qualificado como feminicídio quando o crime envolve violência doméstica e familiar contra a mulher; menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Ao mencionar que Maria é *uma mulher que merece amar*, falamos sobre a importância de relações amorosas saudáveis (estar com quem faz bem), bem como de autoamor e de autocuidado. Na sociabilidade burguesa, o ato de cuidar de familiares em processo de desenvolvimento (crianças e adolescentes), de envelhecimento (idosos), de doença, além de cuidados com os companheiros, tende a ser atribuído às mulheres como característica natural, isto é, como algo inerente à condição feminina.

Conquanto a relação entre o sujeito feminino e as atividades referentes ao cuidado constitua norma criada historicamente para legitimar a sociabilidade burguesa, é comum as mulheres abdicarem de seus projetos pessoais em prol do cuidado com os membros da família (GUEDES; DAROS, 2009). Frases como *quem pariu Mateus, que o embale* reproduzem valores de cunho machista, de responsabilização ampla da mãe com os cuidados e a educação dos filhos. Nessa perspectiva, fomos estimuladas às seguintes reflexões: *temos tempo para nos cuidar? Cuido mais “do outro” do que de mim? Sempre cuidamos “do outro”, mas quem cuida de nós? O que deixei de fazer em função das necessidades “do outro” (filho, companheiro etc.)? Quais projetos/sonhos foram esquecidos? Ainda há tempo de recuperá-los, a despeito dos limites que as condições objetivas/materiais impõem?*

A segunda estrofe da canção é composta pelos seguintes versos:

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta.

Nesses termos, afirmamos que as mulheres possuem vozes, que precisam ser ouvidas nos diversos espaços construídos em nos-

sa sociedade, públicos ou privados (incluindo o âmbito doméstico e/ou familiar) - *Maria é o som*. Dialogamos sobre a condição acentuada da mulher negra em nossa sociedade, que, além das desigualdades de gênero (sexismo), convive com as desigualdades raciais (racismo) - *Maria é a cor*. No encontro, foi problematizada, também, a dupla jornada imposta ao sujeito feminino - trabalho doméstico (atividades de limpeza do ambiente; cuidado da família, que envolve alimentação e educação dos filhos, culturalmente imposto à mulher) e trabalho profissional (que, por vezes, trata-se de subemprego e/ou emprego informal) - *Maria é o suor*. A sobrecarga propende a ser maior quando se trata de mães solo, isto é, que não tiveram a parceria do genitor dos filhos no processo de educação, sustento e cuidado.

Uma das participantes ilustrou, a partir de sua história de vida, a difícil tarefa de ser mãe solo, negra, pobre, responsável por atividades domésticas, cuidados e educação dos filhos e permanecer no mercado de trabalho (formal e/ou informal) para garantir seu sustento e o dos filhos. Afirmou, ainda, a importância do apoio da Rede de Enfretamento à Violência contra as Mulheres na ruptura do ciclo de violência vivenciado por ela durante longo período.

As duas últimas estrofes da canção são constituídas pelos seguintes versos:

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
 Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria.
Mas é preciso ter manha
 É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida.

Finalizamos o encontro reafirmando a força das participantes no caminho percorrido para ruptura do ciclo de violência vivenciado: busca do apoio social, psicológico e jurídico dos serviços especializados e registro de ocorrências em Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), entre outros. Dessa forma, elas sinalizaram a relevância dos Grupos de Convivência para ouvir e serem ouvidas, para saberem que não estão sozinhas diante de dores e das alegrias.

O processo de avaliação realizado por equipe de técnicos indicou como principal limite/desafio a participação das mulheres em termos quantitativos, tendo em vista que algumas não possuíam acesso à internet e/ou tiveram, no momento, problemas com conexão. Além desse aspecto, a pandemia de Covid-19 impôs limites para o contato físico e, desse modo, as dimensões da acolhida e da construção de vínculos adquiriram configuração diferenciada comparando-se, por exemplo, com atividades presenciais (primeira atividade descrita). A despeito dos elementos apresentados, avaliamos a atividade como positiva tendo em vista sua influência nas formas de pensar e agir das participantes; bem como o estímulo às reflexões e falas.

Considerações finais

Considerado o relato feito e a experiência por mim vivenciada, constata-se que a intervenção do Serviço Social em grupos é necessária para estimular reflexões acerca do cotidiano e para promover alterações na cultura do machismo, já que se trata de trabalho cultural de caráter socioeducativo. Ademais, o trabalho com grupos é mecanismo de apoio para a superação do processo de violência, que pressupõe a acolhida, a escuta e a partilha das vivências de mulheres, isto é, espaço em que elas *não apenas ouvem; mas são também ouvidas*.

Nessa perspectiva, os grupos contribuem, inclusive, para que as mulheres, que são mães ou pretendem ser, não reproduzam de-

terminadas práticas machistas na criação de seus filhos, bem como nas demais formas de convivência familiar e comunitária.

A despeito das possibilidades, o trabalho grupal, na realidade específica em que estou inserida, possui o desafio de estimular a presença e a participação, em termos de fala e expressão, das mulheres acompanhadas pelo serviço, tendo em vista a alta taxa de evasão, principalmente nos casos em que as mulheres vivenciaram situações de violência doméstica e/ou familiar e retornaram ao convívio com o agressor.

Outro elemento desafiador para nós, assistentes sociais, é a insuficiência durante o processo formativo/acadêmico do ensino de metodologias e instrumentos adequados para o trabalho com grupos, incluindo a linguagem (inteligível) a ser utilizada. São imprescindíveis, portanto, as práticas de extensão (articulada com ensino e pesquisa) e a aproximação entre a universidade e a comunidade territorial em que ela está inserida (urbana e rural).

Como aponta Eira (2012), as críticas realizadas pela categoria profissional ao Serviço Social de Grupo repeliram a construção de discussões teóricas mais profundas acerca do *grupo* nas sociedades capitalistas. Nesse sentido, durante a década de 1980 tem-se permanência de valorização do trabalho em grupos sem, contudo, densidade teórica sobre o tema no âmbito do Serviço Social.

Na cena contemporânea, inclusive com a expansão dos cursos de pós-graduação em Serviço Social, possuímos discussões/análises teóricas mais profícuas sobre o trabalho com grupos. Desse modo, temos como referências que podem contribuir para instrumentalização do nosso trabalho cotidiano os(as) seguintes autores(as): Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eira (2006; 2012; 2017); Carlos Felipe Nunes Moreira, autor do livro intitulado *O trabalho com*

grupos em Serviço Social: a dinâmica de grupo como estratégia para a reflexão crítica, publicado no ano de 2016 pela Cortez Editora; Mara Thereza Valente, com publicação, pela Editora EDUC no ano de 2017, de artigo no livro *Serviço Social e sua reconstrução técnico-operativa*, sendo uma das organizadoras da obra; dentre outros(as).

Como integrante das ações de acompanhamento institucional realizadas pela equipe de técnicos, o trabalho grupal proporciona o estabelecimento de vínculos maiores entre a assistente social e as mulheres. Além desses aspectos, incentiva o fortalecimento de vínculos entre as mulheres e a apreensão de que suas vivências não são problemas individuais, uma vez que possuem raiz comum: relações sociais fundamentadas no sistema patriarcal. Desmistifica-se, portanto, o pensamento hegemônico de culpabilização da mulher pelos inúmeros processos de violência.

Nesses termos, para direcionamento crítico da atividade grupal, reitero serem essenciais os subsídios fornecidos pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, fundamentado nos valores éticos de liberdade, autonomia e equidade, contrários à lógica de dominação e opressão do feminino, e construído a partir dos processos de crítica ao *Serviço Social Tradicional* no âmbito da América Latina, cujo eixo central é a desmistificação da neutralidade da ação profissional.

Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, v. 17, n. 1, p. 268-299. Franca, 2008.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, Cristina *et al.* (org.). **Mulheres e Violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. A experiência vivida. Difusão Europeia do Livro, São Paulo: 1967.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Mapa da Violência Contra a Mulher 2018**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher/arquivos-de-audio-e-video/Mapada-Violenciaatualizado200219.pdf>. Acesso em: 25 de set. de 2020.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n 127, p. 430-455. São Paulo, set./dez. 2016.

CORDEIRO, Gabriela Regina Silva. **“Não trabalhamos pelo salário, e sim pela causa”**: Relato de mulheres profissionais do Centro de Referência de Atendimento à Mulher Márcia Dangremond. Dissertação. Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26909>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. **Grupos e Serviço Social – explorações teórico-operativas**. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006. Disponível em: <https://sites.google.com/site/secretariappgss/banco-de-teses-e-dissertacoes-do-pggs>. Acesso em: 28 de dez. de 2020.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. Grupos e Serviço Social: explorações teórico-operativas, o caminho a percorrer. **Libertas**, Juiz de Fora, 2012. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18143>. Acesso em: 28 de dez. de 2020.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. A intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

GUEDES, Olegna de Souza; DAROS, Michelli Aparecida. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 12, n. 1. Página 122-134. Jul./Dez. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IPEA/FBSS. **Atlas da Violência 2019**. Brasília. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 12 de set. de 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, ano 26, n. 84, p. 5-20. São Paulo, nov. 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Cláudia Mônica; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKX, Sheila. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões**

para reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SCHWANTES, Cíntia Carla Moreira; ANDRADE, Vanessa Carvalho. Mulheres no campo da pesquisa em Física e Ciências Exatas na contemporaneidade. In: STEVENS, Cristina *et al.* (organizadoras). **Mulheres e Violências**: Interseccionalidades. Technopolitik, Brasília: 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (coord.). **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Serviço Social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Marta Borba. **Assistência social e seus usuários**: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, ano 15, n. 30. Brasília, 2015.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS (org.) **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS (org.) **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.125-141.

Sobre os autores

Chirlei Correia Damasceno

Assistente social formada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); especialista em Educação, Gênero e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e analista Legislativo na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

E-mail: chirleicorreia@hotmail.com

Cristiane de Oliveira Xavier Machado

Assistente Social formada pela UFRB; especialista em Educação, Contemporaneidade e Novas Tecnologias pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios (POSTERR/UFRB).

E-mail: cristianeoxm@hotmail.com

Ezilda Ferreira Barreto

Assistente Social formada pela UFRB; especialista em Serviço Social, Gênero, Raça e Políticas Públicas pela Faculdade de Candeias (FAC); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios (POSTERR/UFRB); técnica de referência no Serviço de Medidas Socioeducativas e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Senhor do Bonfim/BA.

E-mail: ezildaferreira@gmail.com

Jussiana Silva dos Santos Rebouças

Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); bacharela em Serviço Social pela UFRB; especialista em Psicopedagogia pela Faculdade São Salvador; especialista em História da África, da Cultura Negra e do Negro no Brasil pela UFRB; mestre em Educação pela UEFS e professora da rede estadual e municipal de educação no Território do Recôncavo Baiano.

E-mail: jussi.ana@hotmail.com

Kamila Araújo Rodrigues

Assistente Social formada pela UFRB. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios (POSTERR/UFRB). Atua junto a entidades, organizações e movimentos sociais rurais no centro norte do semiárido baiano. Trabalhou na Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda (ARESOL), onde exerceu a função de Coordenadora Geral do Centro Público de Economia Solidária (CESOL).

E-mail: kamilaarodrigues@gmail.com

Lucas Bastos dos Santos

Assistente Social formado pela UFRB; especialista em Serviço Social na Saúde pela FAC e mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela UFRB.

E-mail: lucasbastos91@hotmail.com

Mércia Rocha Cruz

Assistente Social formada pela UFRB; especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atuou como Analista Legislativo em Serviço Social na Câmara Municipal de Camaçari (2018/2019). Atua como Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

E-mail: merciaasssocial@gmail.com

Queila Patricia Pereira de Jesus

Assistente Social formada pela UFRB; mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); atua como Assistente Social no município de Alagoinhas/BA.

E-mail: q.p_13@hotmail.com

Tainara de Jesus Souza

Assistente Social formada pela UFRB; mestra em Ciências Sociais pela UFRB e especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos pela UFBA. Atua como Analista Técnica da Defensoria Pública do Estado da Bahia e como professora do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências e Empreendedorismo (FACEMP).

E-mail: tainarasj@hotmail.com

Vinicius Pinheiro de Magalhães

Assistente Social formado pela UFRB; Mestre em Serviço Social pela UFS; Residente Multiprofissional Integrado em Saúde Mental no Hospital Universitário Prof.º Dr. Edgard Santos (HUPES/UFBA). Atuou como Coordenador do CREAS de Cruz das Almas/BA.

E-mail: viniciuspmaga@gmail.com

Zenilda Nascimento Santana

Assistente Social formada pela UFRB; especialista em Gestão Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); especialista em Gestão de Projetos Sociais pela Faculdade de Educação São Luís; MBA em Desenvolvimento de Pessoas em andamento pela Faculdade de Educação São Luís. Atuação como Assistente Social no estado da Bahia e município de Salvador, com experiência nas áreas de recursos humanos e saúde.

E-mail: nzene@hotmail.com

Inquietações e sonhos vivenciados em salas de aula e encontros de supervisão de estágio delinearão um projeto: escrever um livro relatando as vivências profissionais de assistentes sociais egressos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. O contexto da pandemia mostrou-se um cenário favorável para enfrentar tal empreitada. Surge então a coletânea de textos *Tecendo o trabalho da/do assistente social na Bahia*, um misto de fios multicoloridos provenientes de diversos recantos da Bahia que se juntam e se entrelaçam a partir de uma formação generalista em Serviço Social em um chão comum: uma jovem universidade pública brasileira do século XXI, localizada no Recôncavo Baiano.

ISBN: 978-65-88622-76-6



UF B

Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

15
ANOS

Coleção 15 anos da UFRB